

**Esquadrão da Morte:
Narrativa, suplício e vontade de poder¹**

Alexandre Enrique Leitão²

Resumo

O objetivo do presente trabalho será analisar a relação do Esquadrão da Morte, grupo de extermínio atuante na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1960, com a imprensa carioca, e em especial com o jornal *Última Hora*. A partir desta buscaremos demonstrar como o Esquadrão da Morte teria sido instrumental na consolidação de um paradigma de construção narrativa da realidade, reproduzido por veículos de mídia impressa (o qual apresentaria o fenômeno da criminalidade urbana sob a mesma estrutura do romance literário), além de reiterar uma lógica punitiva baseada na pena exemplar e no suplício. Nesse sentido, irá se trabalhar com o conceito de construção narrativa da realidade, apregoadado por Umberto Eco (1994), com a noção de estruturas sociais adormecidas, apresentado por José de Souza Martins (2015), e com a figura da vontade de poder em Friedrich Nietzsche (2016).

Palavras-chave: polícia; imprensa; narrativa; violência

1. Introdução

O Esquadrão da Morte (E.M.), grupo de extermínio fundado em 1968, na cidade do Rio de Janeiro, se notabilizaria na ditadura militar não apenas pela eliminação de indivíduos por ele considerados culpados de diversos crimes (além de testemunhas e alvos específicos, como narcotraficantes, em favor de colaboradores da organização, dispostos a pagar por proteção), mas, sobretudo pela divulgação pública das mortes, em geral anunciadas às redações de jornais por porta-vozes oficiais – identificados pelos codinomes “Rosa Vermelha” no Rio e “Lírio Branco” em São Paulo – os quais informavam a localização das vítimas do E.M., quase sempre colocadas sob cartazes

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT Narrativas e Subjetividades.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação Social da UFRJ, na linha Mídia e Mediações Socioculturais. alexandreeleitao@gmail.com

preenchidos com acusações e chancelados com o símbolo do grupo, uma caveira com os ossos cruzados. O presente trabalho irá se debruçar sobre a relação do E.M., com o jornal *Última Hora*. A escolha deste periódico específico se deve ao fato do mesmo, desde a década de 1950, ter se consolidado como um dos mais importantes jornais populares do país. *Última Hora* se caracterizou por reunir inovações técnicas (em termos redacionais e gráficos) e empresariais, à utilização de fórmulas antigas, como a linguagem de folhetins, colunismo e caricatura, tal qual apontado por Ana Paula Goulart Ribeiro, em seu trabalho acerca da história do jornalismo no Rio de Janeiro nos anos 1950 (2006).

Para tanto irá se optar por um recorte no qual figurem elementos comunicacionais, operando-se em nível multidisciplinar, a partir de conceitos: linguísticos, como o de construção narrativa da realidade, apregoado por Umberto Eco (1994); sociológicos, tal qual a noção de estruturas sociais adormecidas, apresentado por José de Souza Martins (2015) – do qual nos valeremos ao abordar a questão do suplício e da pena exemplar; e filosóficos, como as figuras da vontade de potência e da ideia de punição enquanto algo que se opõe à moral como pusilanimidade – presentes na obra de Nietzsche, com destaque para o seu *Além do bem e do mal* (2016).

Nossa hipótese é de que o contato ostensivo com jornais e a própria existência “midiática” do Esquadrão, somados à exposição pública de suas vítimas seviciadas, reiterariam: a) um paradigma semântico, de construção narrativa da realidade – encarada enquanto cenário de uma trama policial em que o fenômeno da criminalidade urbana só poderia ser coibido por meio do extermínio dos “antagonistas” (os criminosos), executado pelos “protagonistas” (os membros do Esquadrão); b) um paradigma punitivo, atrelado ao suplício e à pena exemplar, o qual permaneceria recalcado, em termos discursivos, junto à sociedade brasileira, sendo evidenciado a partir da percepção de que a mesma estaria incorrendo em um momento crítico de sua existência – sendo, por sua vez, instrumentalizado midiaticamente pelos integrantes do E.M.; e c) uma determinada visão de mundo em que a punição, mais do que ratificar preceitos morais de origem cristã, apontaria para o pleno exercício de uma vontade de potência – esta seria emanada por um grupo de indivíduos interessado em mostrar, através do seu exercício, uma reserva de poder material (sobre a vida e a morte de suas possíveis vítimas) e simbólico.

2. O Esquadrão da Morte: contexto e eclosão

O contexto histórico de consolidação do fenômeno da violência policial na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 e 1960, é instrumental para que se compreenda o surgimento do grupo cognominado Esquadrão da Morte, em 1968. No período em questão a então capital federal passava por graves problemas de infraestrutura concernentes às constantes faltas de água e de energia elétrica, testemunhando-se o aumento da tensão no quadro de desigualdade social, somado ao rápido aumento no número de ocorrências criminais na cidade. O incremento do fenômeno da delinquência no espaço urbano passa a ser visado pelo Estado através de políticas belicistas de conflito e mesmo extermínio, implementadas por meio de novos grupamentos especiais, criados no interior da Polícia Civil, tal qual demonstrado por Zuenir Ventura em seu livro *Cidade Partida* (1997). É o caso do Serviço de Diligências Especiais (SDE), criado na cidade do Rio de Janeiro pelo chefe de polícia, general Amaury Krueel, em fins dos anos 50. Os inspetores lotados no SDE dispunham de carta branca para executar assaltantes, pois, como afirmara o general Krueel, se fosse preciso, autorizaria o “extermínio puro e simples dos malfeitores” (VENTURA, p. 34). Após este, se notabilizariam ainda a Invernada de Olaria, criada em inícios da década de 1960, e a Delegacia de Vigilância, encabeçada pelo inspetor Milton Le Cocq, morto em 1964 (em sua homenagem, em 1965, seria fundada uma organização de cunho civil denominada Scuderie Le Cocq, a qual viria a operar como faceta pública do Esquadrão).

Porém, é em 1968 que se dá o nascimento do grupo que se denominaria oficialmente “Esquadrão da Morte”. Até então, funcionando enquanto apelido de diversos grupamentos especiais de polícia, o termo “Esquadrão da Morte” passaria a ser assumido por um grupo de extermínio, cujo *modus operandi* envolveria o abandono dos corpos de suas vítimas em locais públicos, acompanhado do aviso da localização dos mesmos a veículos jornalísticos, caso do jornal *Última Hora*. De acordo com o jornalista Adriano Barbosa, a primeira vítima do Esquadrão teria sido o ladrão de carros Sérgio Almeida Araújo, vulgo Sérgio Gordinho, cujo corpo fora deixado, na madrugada do dia 6 de maio de 1968 na Estrada da Barra. A localização do mesmo havia sido comunicada às redações de jornais cariocas por um indivíduo identificado pelo codinome “Rosa Vermelha”. O corpo de Araújo se encontrava com as mãos amarradas e um grosso fio de nylon dependurado em seu pescoço, além de um cartaz no qual se lia: “Eu era ladrão de automóveis” (BARBOSA, 1971, p. 54). A última informação que se tinha sobre Gordinho, antes de seu homicídio e subsequente aparecimento, era a de que

ele estaria implicado no roubo do carro de um policial: Mariel Mariscot de Mattos, descrito por Adriano Barbosa como “bastante conhecido em Copacabana como caçador de marginais” (Ibidem, p. 54).

Após este fato, outros corpos continuaram a aparecer em locais públicos nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro – estes passaram a ser denominados “presuntos” pelos porta-vozes do Esquadrão, cuja presença em determinado local era sempre anunciada à imprensa. Pouco mais de uma semana depois do aparecimento de Sérgio Gordinho, “Rosa Vermelha” telefonou mais uma vez às redações do Rio e apontou para a localização de um novo corpo, abandonado sobre o banco de uma praça em Bonsucesso, bairro da Zona Norte carioca. Tratava-se do cadáver de um homem moreno. Sobre ele via-se o desenho de uma caveira com ossos cruzados, colocada sobre a sigla “E.M.”, e a seu lado uma inscrição: “Os próximos serão Flávio Vilar (referência ao assaltante Lúcio Flávio Vilar Lírio), Nijini Vilar e Fernando C.O.”, todos eram acusados de participação em roubo de veículos (Ibidem, p. 55).

Jornais como *Última Hora* acompanhariam cotidianamente o Esquadrão, ao longo do ano de 1968, expondo as fotos dos “presuntos” deixados em locais ermos nas suas edições, acompanhados de manchetes de denúncia como: “Polícia não pára de matar deixando pistas à vontade junto ao homem que roía as unhas”³; “Esquadrão da morte fuzila mais um lançando manifesto: - É lei do cão”⁴; “Vítima 200+1 do EM”⁵; “Pena de morte proibida vira rotina no Rio”⁶. Em sua edição da terça-feira 08 de outubro, o jornal *Última Hora* relatava que cinco pessoas haviam sido mortas durante o fim-de-semana (três em Itaguaí, município próximo à cidade do Rio de Janeiro, uma em Belford Roxo, cidade localizada na Baixada Fluminense, e outra em Itaipu, bairro do município de Niterói). Nessa edição, o jornal menciona uma sexta vítima, cuja morte teria sido comunicada no dia anterior, por “Rosa Vermelha”. Tratava-se do assaltante

³ POLÍCIA NÃO PÁRA DE MATAR DEIXANDO PISTAS À VONTADE JUNTO AO HOMEM QUE ROÍAS AS UNHAS. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 02 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=2&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

⁴ ESQUADRÃO DA MORTE FUZILA MAIS UM LANÇANDO MANIFESTO: - É LEI DO CÃO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 08 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=8&mes=10&ano=1968&edicao=1&secao=1. Acessado em: 23/10/2016.

⁵ VÍTIMA 200+1 DO EM. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 08 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=2&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

⁶ PENA DE MORTE PROIBIDA VIRA ROTINA NO RIO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=7&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=1. Acessado em: 23/10/2016.

Darci da Silva, de 23 anos, executado com 8 tiros na cabeça e três nas costas, encontrado amarrado no quilômetro 38 da Estrada do Contorno, que liga a cidade do Rio de Janeiro à Niterói. De acordo com o jornal, Darci teria sido levado de seu esconderijo, no bairro niteroiense do Barreto, em um carro com placa da Guanabara, por cinco homens vestidos com japosas⁷. No mesmo dia “Rosa Vermelha” prometia que, nas 48 horas seguintes, mais cinco corpos seriam deixados pelo Esquadrão da Morte na Estrada de Itaipu⁸. Cumprindo as ameaças, *Última Hora* do dia 09 de outubro fala em mais duas vítimas do E.M., uma deixada na cidade de Maricá e outra em Tribobó, bairro de São Gonçalo⁹. No dia 10, mais três corpos apareceriam, dois em Duque de Caxias e um em Belford Roxo¹⁰.

Ainda em outubro de 1968, o Esquadrão da Morte carioca chegou a enviar ao jornal *Última Hora* um manifesto, transmitido a um repórter por “Rosa Vermelha”, publicado na edição do dia 08 daquele mês. No texto, o grupo de extermínio apresentava seus objetivos perante o povo do estado da Guanabara:

A voz do Esquadrão da Morte ao povo da Guanabara: muitos dos nossos já tombaram vítimas de assaltantes e criminosos sanguinários. O povo é testemunha que esses bandidos não respeitam crianças, velhos, senhoras e trabalhadores. Assaltam e matam sem nenhuma piedade. Nós trabalhamos apenas com uma intenção: defender a família que mora e trabalha nesse Estado. A distância entre a Justiça e a Polícia nem sempre permite um combate mais eficaz ao crime e aos criminosos. Assim, só nos resta falar a mesma linguagem deles: a lei do cão. Sempre que contarmos com o apoio do Secretário de Segurança que queira ver a cidade livre do crime, nós trabalharemos. Foi assim na época do General Krueel, do Coronel Borges (Coronel Gustavo Eugênio de Oliveira Borges, Secretário de Segurança da Guanabara no governo de Carlos Lacerda) e está sendo agora com o General França (General Luis França de Oliveira, Secretário de Segurança no governo de Negrão de Lima). Esperamos que o distinto povo da Guanabara compreenda nossa intenção¹¹.

⁷ OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=8&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

⁸ Idem. Acessado em: 23/10/2016.

⁹ MAIS 2 FUZILADOS. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1 e p. 17, 09 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=9&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

¹⁰ ‘EM’ MATA MAIS TRÊS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 18, 10 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=10&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

¹¹ OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=8&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

3. Narrativa e paradigmas punitivos

Uma das hipóteses da presente pesquisa é de que a manutenção de um relacionamento de proximidade com a imprensa carioca teria consolidado, no âmbito do discurso, um processo de construção narrativa da realidade. Neste sentido, certos elementos como a busca por um contato permanente com jornalistas, a divulgação dos locais de abandono dos corpos das vítimas da organização, a utilização de cartazes e símbolos (como o da caveira e dos ossos cruzados), o lançamento de um manifesto e a utilização de “assessores de imprensa” identificados por codinomes, traduziriam o objetivo – talvez consciente – por parte do Esquadrão da Morte, de ser retratado como o integrante de uma trama policial de suspense. Na estrutura da mesma, a seus membros seria resguardada a posição de protagonistas, responsáveis por neutralizar os antagonistas (criminosos comuns e políticos), encarando questões de segurança pública não como fenômenos sociais e, portanto, coletivos, anônimos e plenos de contradições, mas sim enquanto ações localizadas, efetuadas por elementos considerados maléficos ao corpo social.

A existência e as estratégias do Esquadrão atestariam assim para um determinado fenômeno de construção semântica da realidade, sustentado pela dinâmica da oposição entre protagonista e antagonista, iniciada a partir da ruptura de uma ordem encarada como natural (ponto em que se daria início a uma trama), reconstruída unicamente pela neutralização do antagonista e pela ação redentora do protagonista. Por meio desta se reproduziria o esquema narrativo identificado com o gênero do romance, consolidado em fins do século XVIII, como apontado por Umberto Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção* (1994). Tal estrutura narrativa, de acordo com o linguista italiano, teria se disseminado no campo das lutas políticas durante o século XIX, gestando a produção de teorias conspiratórias acerca de processos de câmbio social, cujo mais famoso exemplo talvez seja o dos Protocolos dos Sábios de Sião. Este esquema narrativo teria sido reproduzido, entre outros meios, através do cinema norte-americano e das histórias em quadrinhos, mas também, em certa medida, no jornalismo, em sua busca por identificar “responsáveis” e “culpados”.

É também possível estabelecer paralelos entre determinados posicionamentos e visão de mundo perceptíveis no manifesto e nas ações do Esquadrão, e traços do pensamento de Friedrich Nietzsche. A partir da década de 1880, a obra do filósofo

alemão passou a se debruçar sobre o que o mesmo encarava como a vontade de poder e o problema da moral (destacadamente a moral cristã). Esta era vista por ele como uma construção artificial, responsável por gerar um mal-estar civilizacional, ao visar o policiamento dos instintos, e por afastar os homens da vida, atraindo suas atenções e esforços para uma existência extraterrena. De acordo com Nietzsche, a moral cristã predominante na Europa de sua época, historicamente constituída ao longo de quase dois milênios, diferiria das normas de conduta do Império Romano ou da Grécia Clássica, por exemplo, em diversos aspectos, mas em um especificamente. Para o filósofo, haveria certo receio em se aceitar a noção de superioridade de um homem ou um grupo de homens sobre o restante da sociedade, visando-se em contrapartida a igualdade de direitos, a seu ver inatingível.

Em *Além do bem e do mal* (2016), Nietzsche advoga que o quadro histórico por ele definido teria sido marcado pela substituição de um conjunto de “virtudes” (NIETZSCHE, 2016, p. 124), fundamentado, entre outros elementos, na dureza, no rigor e no senso de autoproteção comunitária, por uma “mentalidade razoável, modesta, dócil, igualitária, a média dos apetites” (Ibidem, p. 125), balizada no amor ao próximo. Para ele, esta segunda moralidade, teria também qualificado negativamente (considerando “más”) as bases das virtudes precedentes, reconfigurando a forma como os homens de seu tempo encarariam fenômenos como a punição, tal qual exposto em *Além do bem e do mal*:

Por fim, em situações muito pacíficas, falta sempre mais a ocasião e imposição de educar seu sentimento para o rigor e a dureza; e agora todo rigor, mesmo na justiça, começa a perturbar a consciência; uma elevada e dura nobreza e responsabilidade para consigo quase ofende e desperta desconfiança, “o cordeiro”, mais ainda “a ovelha”, ganha em consideração. Há um ponto de mórbido amolecimento e abrandamento na história da sociedade em que ela própria toma partido a favor de seu lesador, o *criminoso*, e isso de modo sério e honesto. Punir: isso lhe parece de alguma maneira injusto – certo é que a ideia “punição” e “ter de punir” lhe causa dor, lhe provoca medo. “Não basta torna-lo *inofensivo*? Para que ainda punir? O próprio punir é terrível!” – com essa pergunta, a moral gregária, a moral da pusilanimidade, extrai sua última consequência. Supondo que se pudesse de fato eliminar o perigo, o motivo para ter medo, então seria eliminada também a moral: ela não seria mais necessária, ela não mais *consideraria a si mesma necessária*! (Idem)

Não se trata aqui de sugerir que os membros do E.M. estariam consciente ou inconscientemente se remetendo ao pensamento de Nietzsche, mas sim atentar para o

paralelo entre determinado mal-estar atrelado a uma percepção social de falta de punição adequada para com indivíduos considerados perigosos (os “bandidos”) com instrumentos discursivos, dos quais o Esquadrão se valeu, para justificar suas ações. O que se identifica aqui é um exercício de vontade de poder por parte do E.M., compreendido enquanto exercício de uma vontade de punir, sustentado em uma retórica balizada no extermínio extralegal, como forma da organização se consolidar em nível simbólico.

No entanto, é preciso também, debruçar-se sobre as minúcias do método do Esquadrão, em especial no que tange à exposição pública da sevícia. Nesse aspecto, caberia questionar se a divulgação de imagens de corpos seminus, com marcas de tortura e cartazes de acusação, não seria um eco de práticas punitivas ancestrais, balizadas no suplício e na pena exemplar, reiteradas pelos membros do E.M. e reproduzidas por parte da imprensa carioca. Para tanto, talvez a interpretação do sociólogo José de Souza Martins acerca do fenômeno dos linchamentos no Brasil, possa ser utilizada no que tange à ação do Esquadrão, o qual diferentemente de grupos de extermínio a ele anteriores, se valia da exposição pública e midiática de suas vítimas:

Quando as estrutura social da superfície se rompe, como no caso das violações praticadas fora dos quadros do lícito e regulamentado (...) a sociedade, através desses grupos sociais (linchadores), procura interpretar o acontecido e a ele reagir com base nas estruturas sociais adormecidas que tiveram sua eficácia um dia, na religião (como nas referências ao sacrifício expiatório no Livro do Levítico, na Bíblia Sagrada, e na tradição da malhação do Judas, uma forma claramente teatral de linchamento; nas Ordenações Filipinas, que nos regeram ou influenciaram por mais de 300 anos, e a legalidade da vingança como reparação em crime de sangue, que reconhecia; ou nas tradições deixadas pelos tribunais da Santa Inquisição, suas atrocidades e suas fogueiras punitivas e desfigurantes). (MARTINS, 2015, p. 84)

Ainda que sejam resguardadas as diferenças entre os grupos de extermínio e as formações de linchadores – produtos de processos e contextos sociais e históricos distintos – é possível reconhecer, em ambas, elementos de reiteração de uma lógica punitiva baseada na pena de morte extralegal, na sevícia do corpo físico, e na exposição pública do seviciado. Ainda nos valendo das conclusões de José de Souza Martins, os linchadores seguiriam um conjunto de regras, visões de mundo e procedimentos referidos “a uma estrutura igualmente viva, submersa na dominância de regras atuais” (Ibidem, pp. 83-84). Portanto, continuidades históricas como a sequência de rituais que permeia a condução de um linchamento, ou, no que concerne a este trabalho, a

exposição de vítimas em locais públicos – que mesmo ermos, como barrancos ou beiras de estrada, são tornados públicos a partir da presença da cobertura midiática, chamada ao local pelos homens do Esquadrão – poderiam sugerir que:

(...) a estrutura social de referência das condutas e relacionamentos é uma estrutura ‘em camadas’, sem dúvida de épocas históricas descontínuas, de datas historicamente definidas. (Ibidem, p. 84)

4. Conclusão

Sob este aspecto, a ação midiática do Esquadrão nas páginas de diversos jornais cariocas, e destacadamente de *Última Hora*, talvez operasse enquanto ato expositivo de elementos recalcados da sociedade brasileira. Ainda que no código civil e nas diversas leis que, já nos anos 1960, norteavam o aparato repressivo do Estado, o linchamento e exposição pública da punição física de criminosos em postes, troncos, ou praças públicas fossem vetados, sua incidência e prática no país jamais teriam desaparecido, sendo reclamados e reivindicados pelo Esquadrão a fim de que este pudesse obter capital simbólico. No que concerne às suas consequências, dois anos após seu surgimento oficial, as ações do E.M. ainda lhe rendiam considerável popularidade: em 1970, em uma pesquisa de opinião encomendada pela revista *Veja* à agência Marplan, realizada nos estados de São Paulo e da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro), e que entrevistou 210 pessoas, constatou-se que 60% dos entrevistados em São Paulo, e 33% na Guanabara, eram favoráveis ao Esquadrão da Morte (COSTA, 2004, p. 374). Entretanto, o contexto que gerou as condições para o surgimento de um grupo de extermínio nos moldes do Esquadrão, formado por inspetores e delegados da Polícia Civil, começou a se alterar em 1969, quando o general-presidente Costa e Silva assinou o decreto 667, transferindo das extintas guardas civis para as Policiais Militares a função de patrulhamento ostensivo nas ruas do país. Entre a primeira e a segunda metade da década de 1970, quando os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro foram unificados, o Esquadrão passou a agir na Baixada Fluminense, onde executou, apenas no município de Nova Iguaçu, 594 pessoas, entre 1970-76, de acordo com dados do jornal *O Dia*¹². Reprimidos paulatinamente pelo próprio regime militar, após a existência do grupo de extermínio ter atraído a atenção de veículos jornalísticos

¹² TELLES, Hilka. "Ligações Perigosas". *O Dia* (site), 26 mar. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-03-26/ligacoes-perigosas.html>. Acessado em 23/10/2016

estrangeiros, os Esquadrões da Morte viram alguns de seus integrantes receberem penas de prisão. Nas décadas seguintes, as ações do Esquadrão iriam reduzir-se, praticamente desaparecendo da crônica policial carioca, ainda que a Scuderie Le Cocq sobrevivesse.

A associação do Esquadrão da Morte carioca com jornais como *Última Hora* talvez tenha operado na condição de sustentáculo discursivo e anteparo simbólico do exercício de poder da organização. Já no que concerne à reprodução de um discurso de legitimação da violência policial, pode-se questionar se este não teria se fortalecido junto à imprensa carioca em decorrência do próprio surgimento do E.M., em 1968. Este teria representado um momento de inflexão e aumento no número de vítimas de execuções perpetradas por policiais, bem como na utilização contínua, por parte do E.M., de categorias discursivas atreladas a um paradigma punitivo definido pelo suplício e pela pena exemplar.

Referências

- BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte: Um Mal Necessário?*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Mandarin Ltda., 1971. 157 p.
- BETTENCOURT, Luiz Alberto. “Mariel, sangue nas páginas – Mariel, a foto do morto-vivo: o Repórter era assim” In: MOLICA, Fernando (org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. 1 Edição. Rio de Janeiro: Record, 2007, pp. 309-321.
- CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. *Estratégias sensíveis: Afeto, mídia e política*. 1ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2006. 230 p.
- COSTA, Márcia Regina da. “1968: O Esquadrão da Morte em São Paulo”. In: Ana Amélia da Silva; Miguel Chaia. (Org.). *Sociedade, Cultura e Política: Ensaio Críticos*. São Paulo: EDUC, 2004, pp. 369-390.
- COSTA, Márcia Regina da. “Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 60: a constituição do Esquadrão da Morte”. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998, Caxambú-MG. Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú – MG.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 160 p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 27ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 288 p.
- MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 2015. 208 p.
- MOREL, Mário. “A ‘caixinha’ da polícia do Distrito Federal – Quem é do ramo sabe”. In: MOLICA, Fernando (org.). *50 anos de crimes: reportagens policiais*. 1 Edição. Rio

de Janeiro: Record, 2007, pp. 55-77.

MOTTA, L. G. “Para uma antropologia da notícia”. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, Vol. XXV, nº 2, pp. 11-41, julho/dezembro de 2002.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. *Do Esquadrão da Morte à Liga da Justiça: uma genealogia da presença dos grupos paramilitares no jornalismo carioca*. In: I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, 2011, São Paulo. Anais do I Confibercom.

NIETZSCHE, Friedrich. Nietzsche: obras escolhidas. 1ª Edição. Porto Alegre, RS L&PM, 2016. 488 p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Modernização e Concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970”. In: MOREL, Marcos e NEVES, Lúcia (org). *História e Imprensa. Representações Culturais e Práticas de Poder*. 1ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RIBEIRO, Octávio. *Barra Pesada*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1977. 288 p.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 277 p.

Websites

LEITÃO, Alexandre Enrique. “A caveira está solta”. *Revista de História da Biblioteca Nacional* (site), 16 jul. 2014. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-caveira-esta-solta> Acessado em 05/10/2016.

TELLES, Hilka. “Ligações Perigosas”. *O Dia* (site), 26 mar. 2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-03-26/ligacoes-perigosas.html>. Acessado em 23/10/2016.

Jornais

‘EM’ MATA MAIS TRÊS”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 18, 10 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=10&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

ESQUADRÃO DA MORTE FUZILA MAIS UM LANÇANDO MANIFESTO: - É LEI DO CÃO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 08 out. 1968. Disponível em: http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=8&mes=10&ano=1968&edicao=1&secao=1. Acessado em: 23/10/2016.

MAIS 2 FUZILADOS. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1 e p. 17, 09 out. 1968.

Disponível em:

http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=9&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em 23/10/2016.

OUTRO FUZILADO PELO ESQUADRÃO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 20, 08 out. 1968. Disponível em:

http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=8&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

PENA DE MORTE PROIBIDA VIRA ROTINA NO RIO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 out. 1968. Disponível em:

http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=7&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=1. Acessado em: 23/10/2016.

POLÍCIA NÃO PÁRA DE MATAR DEIXANDO PISTAS À VONTADE JUNTO AO HOMEM QUE ROÍÁ AS UNHAS. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 02 out. 1968. Disponível em:

http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=2&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

TODA A POLÍCIA EM PÉ DE GUERRA: FUZILARAM LE COCQ. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p.7, 28 ago. 1964. Disponível em:

http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=28&mes=8&ano=1964&edicao=10&secao=1. Acessado em: 23/10/2016.

VÍTIMA 200+1 DO EM. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 16, 08 out. 1968. Disponível em:

http://200.144.6.120/uhdigital/uhdigital_pdf.php?dia=2&mes=10&ano=1968&edicao=10&secao=2. Acessado em: 23/10/2016.

Prognósticos do fim do mundo: imprensa, tempo e espetacularização do risco¹

Alice Carvalho de Melo²

Resumo

Discutiremos a transformação na sensação da passagem do tempo nos anos 1980, a partir da cobertura do acidente nuclear de Chernobyl, em 1986, no Jornal do Brasil. O recorte teórico se opera no limiar entre a História, a Sociologia e a Filosofia, tendo a comunicação como espaço privilegiado para se pensar cultura, política e sociabilidade. Relacionaremos os conceitos de risco global (Beck, 2013), espírito do tempo (Habermas, 2005) e espetacularização das experiências de vida na cultura de sensações (Cabral, 2006), ao elaborar uma análise da semântica jornalística, que parece não apenas ter a premissa de narrar o acontecido, mas também o que acontecerá. Perceberemos como a mídia reconfigura tipologias de temporalidade: o presente “transformado em instante e nomeado tempo real” e o “passado como acontecimento presente” (Barbosa, 2013).

Palavras-chave: jornalismo; tempo; história; risco global; sensações.

1. Chernobyl e a suspensão do fio do tempo.

Ucrânia, 26 de abril de 1986. Uma nuvem radioativa encobriu a luz que pairava no horizonte da modernidade. O acidente nuclear na Central Elétrica Atômica de Chernobyl causou no curto prazo a morte de 31 pessoas, expôs cerca de dez milhões a alguma forma de radiação e se tornou um alerta para a sociedade construída sob a égide do progresso: a tecnologia tem um preço e a humanidade pode arcar com ele.

Naquela noite, uma explosão no reator 4 da usina nuclear desencadeou uma série de outras explosões de vapor que liberaram na atmosfera 70 toneladas de urânio e 900 de grafite. Apesar de ter ocorrido em uma pequena área rural do leste Europeu, foi sentido, à revelia das autoridades soviéticas, em outros países do continente. Ventos

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT Narrativas e Subjetividades.

² Doutorando em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: meloalice1@gmail.com.

empurraram a nuvem radioativa para norte da Europa, tornando-a um problema internacional. O governo da Suécia comunicou a existência de radiação acima do permitido na Escandinávia; o que forçou o Conselho de Ministros soviético a divulgar uma nota reconhecendo o acidente na Central Elétrica, na noite do dia 28 de abril.

O que os relatos da época apontam é que a União Soviética também se esforçou para não revelar a dimensão do risco de contaminação para a população local e para os oficiais em serviço, enviados à área contaminada para atuar no controle da emissão de radiação e no processo de evacuação das aldeias.

Chernobyl parece ter exposto o “lado sombrio da modernidade”, que, até então fora encoberto pela promessa de estabilidade, segurança e felicidade (advinda do compromisso com o trabalho e da garantia de direitos), promovida pelo Estado de Bem-Estar Social, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao contrário das instituições modernas em crise, a radiação não conhece fronteiras, classe social, nacionalidade, etnia ou ideologia. É um mal invisível, incontrolável, imprevisível, que pode afetar a todos, independente da vontade política e econômica uma vez que é disseminado.

No campo da sociabilidade, Chernobyl catalisou aquilo que o sociólogo alemão Jurgen Habermas (2005) definiu como choque entre o pensamento histórico e o utópico, fenômeno que, segundo o autor, desencadeia uma transformação no “espírito do tempo”. Momento em que as coisas parecem fora do lugar e o futuro se estreita: não pode mais ser explicado e previsto a partir de experiências passadas. Uma contradição dentro da característica de reflexividade da modernidade, que envolve desde o alvorecer do século XIX o domínio da história para se fazer história (Giddens, 1991). A escritora Aleksiévitx percebeu que o “tempo da esperança foi substituído pelo tempo do medo” (2016, p.383), reflexão que nos diz muito sobre essa transformação na forma de sentir a passagem do tempo no contemporâneo. Uma condição que é também questão da Comunicação, enquanto ciência do comum (Cabral, 2014): quando pensamos a dimensão sensível do tempo, o que a duração significa para os sujeitos (como eles a percebem na carne no curso dos dias) em seus respectivos contextos culturais – como externalizam essa sensação – de forma narrativa ou não. O tempo sempre deixou suas marcas nos corpos, mas a forma como é sentido e pensado pelas diferentes sociedades, no âmbito do sujeito (corpo e espírito) se transforma. A sensação da passagem do tempo e a produção de sentidos por meio da narrativa jornalística é uma questão de comunicação, como veremos.

2. Mudança no espírito do tempo.

Nos anos 1980, a sociedade Ocidental experimentou transformações fundamentais em seu alicerce político, econômico e social, com a derrocada da União Soviética – que simbolizou o ponto final na espera de uma revolução socialista que embalava os sonhos de muitos teóricos das Ciências Sociais. O fim da potência socialista, a escalada de múltiplos fundamentalismos, o alerta de que o mundo caminha para a destruição completa da natureza (como consequência de um modelo de desenvolvimento industrial baseado no progresso) mudaram definitivamente a forma de sentir a passagem do tempo.

Entrava em crise um modelo no qual as ações do presente se voltavam para o futuro, para outro no qual os sujeitos do presente recorriam com mais frequência ao passado para apaziguar a ansiedade que se tornara símbolo da nova época (Koselleck, 2006). O autor explica que cada presente ressignifica tanto o passado como o futuro. Mais ainda: cada presente concebe também de uma nova maneira a relação entre futuro e passado, que se expandem ou encolhem, em uma relação assimétrica. A modernidade se caracterizou pela prevalência da expectativa de futuro (sinônimo de progresso) sobre as ações dos homens na terra. O tempo que se encaixou entre a Segunda Guerra e aquilo que assumiria contornos líquidos, no pós-1989, foi marcado pela sobreposição da remanescência da lógica do progresso - força das instituições tradicionais - e seu total colapso, que se mostraria como prevalência do sentido de presente.

Não à toa, a teoria social se debruçou especialmente sobre as questões da passagem do tempo nessa época, levantando hipóteses sobre o sentido da vida e o rumo da humanidade, uma vez que a utopia (os sonhos com que devemos sonhar no presente) da sociedade do trabalho estava em crise (Habermas, 2005). Giddens (1991) identificou que o Ocidente entrava em uma fase mais profunda da modernidade, em que se experimentava de forma mais radical as consequências deste modelo de desenvolvimento. Uma radicalização do capitalismo, intensificação do desencaixe das categorias de espaço e tempo, que dinamizaram a modernidade. A globalização derrubou as fronteiras do Estado Nação e, cada vez mais, instaurou o controle por meio do aprisionamento virtual (Deleuze, 2013³), independente do confinamento dos corpos em um espaço sob vigilância constante.

³ Gilles Deleuze escreveu extensamente sobre a sociedade do controle e a forma como a expansão do capitalismo gerou um novo modelo de aprisionamento, que não depende do confinamento em um espaço

A ameaça nuclear e a realidade do conflito militar na periferia do capitalismo (bem como hoje, o terrorismo e a guerra ao terror) caracterizariam o que Giddens chamou de “o lado sombrio da modernidade”. Lado esse que transbordou com a radiação de Chernobyl. A partir dali, havia sinais que consequências negativas da modernidade não afetariam exclusivamente os pobres (ainda que os afetem em maior escala); elas podem impactar também a segurança, a confiança e os direitos daqueles que lucram com o progresso e que acreditavam estar protegidos pelo Estado de Bem-Estar – isso é o que anuncia de forma alarmista, a nossa imprensa.

Ao tentar dar sentido, na teoria social, a esta nova percepção do tempo e suas implicações políticas, o sociólogo alemão Ulrich Beck (2013) sugeriu que um dos principais fatores de mudança na sociedade ocidental dos anos 1980 era que o risco tornava-se global. O autor diagnosticou que o presente das sociedades contemporâneas é marcado pela insegurança, incerteza, medo e perigo. E que o imaginário do futuro já não representava o avanço da humanidade, o progresso, igualdade e fraternidade (como sonhava o Estado de Bem Estar Social até então), mas sim a possibilidade da morte não só de si, mas do grupo social – por meio do esgotamento das fontes naturais que garantem a vida humana na terra e pela possibilidade de uma guerra nuclear.

Na sociedade contemporânea, a generalização do medo e do risco pela ciência da probabilidade ecoada no espetáculo intensifica a segregação do espaço urbano e, como causa e consequência, há o aumento da violência e o aprofundamento das desigualdades sociais.

3. A espetacularização do risco

As mudanças no espírito do tempo podem ser percebidas de forma mais palpável a partir de um olhar sobre os fluxos de comunicação na cena pública, que, segundo Habermas (2005), determinam a figura da cultura política e da hegemonia cultural. Na segunda metade do século XX, os meios de comunicação assumiram papel fundamental na definição de futuros possíveis a um presente que se alarga.

Em *História da comunicação no Brasil*, Marialva Barbosa (2013) explica que toda “ação humana no presente” pressupõe uma inter-relação entre as múltiplas temporalidades. O jornalismo, caracterizado por ser um instrumento de marcação temporal, ao ser engrenado pelos meios de comunicação de massa no século XX,

para ser eficaz. A lógica mercadológica passa a reger a sociedade em todas as suas instâncias, principalmente nas instituições do Estado (2013). O fracasso e o sucesso são individualizados, o controle é internalizado e se exerce principalmente no mundo virtual.

reconfigurara duas tipologias de temporalidade. A do presente “transformado em instante e nomeado tempo real” e a do “passado como acontecimento presente”, durante a celebração de efemérides. Entendendo a comunicação como um processo que ocorre em diálogo com seu tempo, percebemos as narrativas que transmitem mensagens ao público de massa também exprimem sua experiência do contemporâneo.

Dessa forma, a comunicação de massa se tornou uma das principais redes de poder do capitalismo, sendo o braço (cultural) por onde o sistema político e econômico assegura seu domínio sobre os indivíduos – porque, como veremos adiante, comercializa afetos e sensações (Cabral, 2006). Vende sonhos, estilos de vida, desejos, algo que extrapola os limites do Estado e força a política econômica a agir em benefício do capital. Justamente por isso, a área de estudos da comunicação se torna espaço privilegiado para pensar as questões do contemporâneo. Percebendo que a comunicação, como lugar do comum, permite a troca, a transculturalidade, a interdisciplinaridade, que contribui para pensarmos cultura, política e sociedade.

Muniz Sodré de Araújo Cabral observa (Cabral, 2014) que uma das críticas à Comunicação enquanto ciência é de que ela carece de método próprio: sempre se apresentou como uma linguagem ponte entre as disciplinas diversas. Em vez de rechaçar essa característica multidisciplinar, seria necessário abraçá-la. Para Sodré, a linguagem científica da comunicação se estabelece entre as fronteiras dos saberes: é um olhar que se joga sobre o objeto, um olhar de cima, que aplica no real o conhecimento de outras áreas com uma finalidade.

A modernidade nos mostrou o verdadeiro desencaixe entre as categorias de tempo e espaço (Giddens, 1991) – e a indústria do espetáculo aparece como um elo de ligação, de significação e agenciamento de sentidos e desejos. Nesse contexto, como diz Cabral, os saberes são feitos para circular.

A Sociologia, Antropologia e a História, que tentam assegurar seu lugar de verdade na produção de conhecimento desde o século XIX com a elaboração de métodos rígidos de pesquisa e produção científica, passam a partir da segunda metade do XX a romper algumas fronteiras de seus campos de saber, uma vez que a crise nas instituições modernas abalou também as certezas das ciências humanas (Barbosa, 2016). Os estudos da comunicação se expandem no Brasil justamente em um momento de predominância do espetáculo como motor das relações sociais, políticas e econômicas; é *locus* fundamental para se compreender o contemporâneo.

Nos anos 1980, portanto, passamos a viver uma reconfiguração do político e do social, catalisada pelas tecnologias de comunicação que proporcionam a transformação do público em mercado consumidor (Martin-Barbero, 2005). Além disso, as mídias, cada vez mais reais, produzem sentidos, comercializam afetos, criam novos vínculos e identidades sociais.

O fortalecimento do espetáculo⁴ nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que enfraqueceu, reconstituiu o político, como percebeu Muniz Sodré. Em *Estratégias Sensíveis* (2006), o autor observou o fenômeno da espetacularização da política no Brasil e apontou que vivemos em meio à cultura de sensações potencializada e retroalimentada pela mídia. O espetáculo se consolidou onde o Estado faltou, no processo de reconfiguração das instituições modernas; sendo resultado de uma sobre-determinação histórica da imagem no contemporâneo: “A espetacularização é, na prática, a vida transformada em sensação ou entretenimento, com uma economia poderosa voltada para a produção e consumo de filmes, programas televisivos, música popular, etc.” (Cabral, 2006, p.102).

Nesse sentido, os meios de comunicação e seus produtos se reconfiguram com novas maneiras de interpretar o social. Esse pensamento é fundamental para o objetivo deste trabalho – de refletir sobre as transformações no espírito do tempo, compreendendo o mundo em transformação nos anos 1980, que despontava para uma sociedade de risco global. A comunicação de massa, em especial o jornalismo, se mostra fundamental no cultivo do risco, já que é por meio do espetáculo (e do domínio sobre a informação especializada) que ele se torna real (presente).

Ulrich Beck (2013) nos mostrou que a sociedade do risco global é também sociedade da ciência, da mídia e da informação, uma vez que o conhecimento do risco é estratégico para a política. Os meios de comunicação de massa estão na ponta de um sistema que forja o conhecimento (ciência e pesquisa) ao disseminá-lo (da maneira que os convém). A mídia (principalmente a jornalística) alça o risco à categoria do real e o impõe através de estratégias discursivas de convencimento, naturais ao espetáculo – na mesma medida em que é capaz de transformar um fato ordinário em acontecimento e possivelmente influenciar na escrita posterior da História. Sem a ciência da

⁴ O conceito de espetáculo, muito utilizado nos estudos da Comunicação, foi criado e popularizado pelo filósofo francês Guy Debord, cuja primeira obra *Sociedade do Espetáculo* foi publicada pela primeira vez em 1967. Nela, Debord desenvolve que a vida nas sociedades modernas são verdadeiras “acumulação de espetáculos”, onde, na predominância da imagem, o que era “diretamente vivido” é substituído pela representação. O espetáculo, para ele, é “a relação social entre as pessoas, mediada por imagens”.

probabilidade, a comunicação e sua capacidade de atuar no político, o risco não existe. Beck demonstrou em *Sociedade de Risco* que o perigo e a insegurança não fizeram parte do cotidiano de sociedades pré-modernas: o risco é um conceito tipicamente moderno, que pressupõe decisões do homem e um futuro construído por ele. Para o autor, a antecipação simbólica do risco (as mais diferentes catástrofes, sejam elas ambientais ou econômicas) gera uma pressão para agir no presente – força que pode se tornar política e transformar o mundo.

Os meios de comunicação de massa, ao controlarem a divulgação do conhecimento científico nesse contexto, projetam futuros (ao elegerem as soluções necessárias aos problemas da modernidade) e reescrevem o passado. Esse fenômeno não é novo – ao longo do século XX, estes veículos se firmaram na disputa por significação do passado, presente e futuro através da criação e manipulação dos acontecimentos. Agenciam de forma consciente a informação, principalmente por meio de imagens e se constituem quase como a própria realidade. O que muda nessa dinâmica é a interação com o próprio espírito do tempo.

Na histeria de construir o presente – esse imediatismo que marca o tempo jornalístico da notícia – antecipam os riscos e os tornam reais. O que observamos é que, a partir dos anos 1960, cada vez mais os prognósticos do futuro deslizam do sonho para o pesadelo.

4. Escrita do acontecimento

Ao olharmos para a nossa imprensa e a forma que o jornalismo (que também é uma típica instituição moderna) adquiriu na sociedade, podemos perceber melhor estes fatores. O sociólogo argentino Eliseo Verón, por exemplo, se empenhou em entender como é construído o acontecimento na sociedade do espetáculo; e realizou um estudo de caso sobre a cobertura do acidente nuclear na usina norte-americana de Three Mile Island, em 1979, na imprensa francesa. Verón (2002) esmiuçou o caminho percorrido entre o fato e o acontecimento, levando em consideração as consequências sociais (objetivas e subjetivas) desse processo. Mostrou que o vazamento na usina nuclear de Three Mile Island causou pânico generalizado inclusive em outros países. O que Verón mostra é o que está entre o evento (o problema em si) e o acontecimento midiático, levando em consideração seus efeitos imediatos: objetivos (a evacuação de 140 mil pessoas de uma cidade próxima à usina) e subjetivos (o medo generalizado de uma possível hecatombe nuclear).

Neste momento, percebe-se um fenômeno que permeia esses discursos proferidos por jornalistas em diversas mídias: a antecipação de acontecimentos futuros na escrita da notícia. A tendência também ocorreu no Brasil. Analisando algumas formas de ressignificação do passado no *Jornal do Brasil* nos anos 1960, percebemos que o periódico em sintonia com seu tempo cobriu em grande escala o vazamento, reproduzindo este estado de espírito notado por Verón na imprensa francesa. O JB articulou um discurso profético, quando era conveniente, um tom que vemos se repetir inúmeras vezes depois e que ainda é comum nos dias de hoje. É muito importante notarmos a semântica da notícia – e a utilização de verbos e expressões que supõem o jornalismo como lugar capaz de prever o futuro – e que futuro é esse que é previsto por ele.

“Usina nuclear está à beira de catástrofe”, anunciou a manchete em 31 de março de 1979. “Se ocorrer um derretimento (a pior catástrofe numa usina nuclear) – e ele pode ocorrer a qualquer momento – até 1 milhão de pessoas terão de ser retiradas da região”. O primeiro ponto que quero destacar é a utilização dos verbos no futuro (terão) ou expressões que denotam a espera por um tempo que ainda não passou (se ocorrer; pode ocorrer a qualquer momento; à beira). O segundo, a insistência em propagar a probabilidade do risco, pelo uso da palavra “catástrofe” e similares. Tentaremos transpor essas observações ao caso de Chernobyl, devido à importância deste caso para a “ruptura no fio do tempo”, como já mencionamos.

Dez anos depois, o tom profético na escrita da notícia, sugerindo que o tempo do jornalismo não é mais o do acontecido, mas o do que está acontecendo e o que pode acontecer (acontecerá), permanece. Na medida em que os meios de comunicação se firmaram no centro da construção do acontecimento, há este esforço pela afirmação do tempo contínuo, mostrando que o jornalismo, em compasso com sua época, também estava em transformação. Marialva Barbosa (2013) indica que nesse contexto de aceleração da história e transmissão das notícias em tempo real, os jornalistas precisaram reconfigurar a existência em uma nova dimensão temporal. É preciso narrar o evento durante sua transformação em acontecimento e, dessa maneira, transformam sua profissão em “consagradora do tempo do mundo e do technoconsumo” (p.361).

5. Medo do invisível

Na manhã do dia 29 de abril de 1986, a imprensa internacional repercutiu o acidente nuclear na União Soviética com alarme, veiculando informações baseadas no material divulgado pelas agências e pelas instituições de pesquisa europeias. No Brasil,

os principais veículos de comunicação traziam também notícias redigidas por seus correspondentes na Europa – a entrada na Ucrânia fora proibida pelo governo soviético. Naquele dia, estas mídias apresentaram também retrospectos e diagramas com acidentes similares em outros momentos da história, além de conversas com especialistas em energia atômica.

No que diz respeito à semântica do acontecimento, a distância dos correspondentes do local do acidente (e os esforços do governo soviético em controlar a informação) impedia uma cobertura em tempo real, mas ainda assim podemos observar essa tendência de antecipação de acontecimentos por meio de técnicas narrativas. A manchete principal do jornal do dia 30 de abril anunciava: “Soviéticos apelam ao Ocidente para conter desastre nuclear”. No texto, destaca-se uma passagem que diz respeito à ação a ciência da probabilidade e a antecipação do futuro em um contexto de histeria coletiva a respeito das consequências da radiação e os rumos que a nuvem radioativa poderia tomar: “Especialistas preveem que a nuvem deverá atingir os Estados Unidos dentro de uma semana. Nos próximos dez anos, os moradores da região poderão sofrer de câncer de pulmão.”

Na mesma edição, a reportagem “Rota da nuvem é incerta” (p.16) afirmava que meteorologistas dos países europeus corriam para tecer suas previsões para calcular para onde sopraria o vento com radiação. Na Dinamarca, por exemplo, a população fora às farmácias para adquirir comprimidos de iodo, que pudessem reduzir os riscos da contaminação por radiação, ainda que o governo tivesse dito que os níveis não eram considerados perigosos à saúde humana. Logo abaixo, o artigo “Câncer pode matar 10 mil” previa que esse número de pessoas a um raio de 500 km da usina poderiam morrer em dez anos. Em quem confiar?

O editorial “Desafio Dramático”, publicado no dia 1o de maio (p.10), traduz o que percebemos a respeito da espetacularização do risco por meio da comercialização de sensações; e a insistência da defesa de um modelo de desenvolvimento em crise por parte da imprensa brasileira por meio daquilo que Beck (2013) chamou de “naturalização das relações de desigualdade e poder”, ou banalização da vulnerabilidade social. Que se apresenta quando um crime ou uma ação destrutiva decorrente da decisão de grupos políticos e econômicos é abordada como um acidente (fatalidade, desastre ou tragédia) e não como consequência de ações anteriores, inserida na história. Como se tais acontecimentos escapassem do controle do homem, assim como as vidas aniquiladas por eles.

O editorial afirma que “passado o choque do acidente, é preciso refletir em profundidade sobre o assunto”. E argumenta que a energia atômica é importante para algumas sociedades e, por isso, seria precipitado defender o fim das usinas, como vinha sendo clamado por alguns movimentos ecológicos. E arrisca: “Acidentes são a regra do jogo em qualquer atividade humana; e a convivência do homem com o átomo, que já tem quatro décadas, não foi improdutiva nem especialmente destrutiva. Viu-se, em vez disso, a energia nuclear assumir um papel fundamental no desenvolvimento tecnológico, e transformar-se, em alguns países, em fonte essencial de suprimento energético.” Ou seja: o risco inerente à energia nuclear ainda pode ser aceitável.

Outro ponto importante que está presente na tese do risco global de Beck (2013) é de que existe uma relação estreita entre informação, risco e desigualdade social, uma ideia que é cara a este trabalho, na medida em que se relaciona de forma direta com a comercialização da informação especializada.

As desigualdades sociais inerentes ao capitalismo estão presentes na potência do risco: populações mais pobres tendem a ser as mais atingidas pelas consequências deste modelo de desenvolvimento. Mas o que o autor chama atenção é que quem lucra com o progresso também pode ser afetado por ele. Os problemas ambientais, além de locais, tornam-se globais. Apesar de alguns problemas ambientais serem consequência de um modelo histórico de desenvolvimento predatório elas aparecem (tanto no discurso científico, quanto no político e no midiático) como fenômenos naturais na cena pública e, com isso, naturaliza-se (ou banaliza-se) ainda mais as relações de desigualdade e poder.

A semântica jornalística nos dá pistas desse fenômeno. Nas coberturas de problemas decorrentes da industrialização, observamos a insistência dos meios de comunicação de massa (e dos cientistas que dominam o cálculo da probabilidade do risco) em chamá-los de tragédia, acidente ou desastre. Quase não aparece a palavra “crime” atrelada a casos ambientais no vocabulário jornalístico (pelo menos no cenário brasileiro). Isso mesmo depois da criação de leis que preveem a punição para ações que afetam o meio ambiente e a vida da população.

Ao denominá-los de tragédia ou desastre, os eventos parecem ser desistoricizados, aparecem soltos numa linha do tempo desprovida de causa e consequência, são naturalizados e, com isso, seus responsáveis absolvidos de suas responsabilidades.

Chernobyl reiterou teria rompido de vez com as promessas de bem-estar, bem como suas certezas. Inaugurou-se um mundo similar, mas profundamente diferente da

modernidade, onde as instituições tradicionais se reordenaram, gerando uma inquietação social sentida tanto no âmbito individual quanto no coletivo. O risco, que sempre foi hierárquico (e assim o percebemos ao citarmos o caso de Cubatão), começa a se mostrar um pouco democrático quando espetacularizado – fica a impressão de que pode vir para todos. E que ninguém está à salvo.

Referências

- BARBOSA, Marialva. A narrativa, a experiência e o acontecimento fundador de novos regimes de visibilidade da TV brasileira. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, n.17, 2004: pp.153-172.
- _____. A pluralidade de modelos interpretativos nas Ciências Humanas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, M.I.V. & MOURA, C.P. (org.) *Pesquisa em Comunicação – Metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco – rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, 2013.
- CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. *Estratégias sensíveis*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. *A Ciência do Comum – notas para o método comunicacional*. Vozes: Petrópolis, 2014.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Coletivo Periferia: 2003. (e-book).
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- HABERMAS, J. *A crise do Estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas*. In: *Diagnóstico do tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- HARDT, M. NEGRI, A. *Multidão – Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade – presentismo e experiências de tempo*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna RJ, 2000.
- GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Edições 70: Lisboa, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de Cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SENNETT, Richard. *O carne e a pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

VERÓN, Eliseo. *Construir el acontecimiento*. Barcelona: Gedisa, 2002.

Cultura como ferramenta de vínculo social - o movimento #ocupamincRJ e o potencial sensível da ocupação do espaço público

Amanda Scarparo

PPGCOM / UERJ

GT 4 – Narrativas & Subjetividades

Resumo. Este trabalho se propõe a discutir a hipótese de uma potência de engajamento social a partir da ocupação de equipamentos públicos na cidade do Rio de Janeiro, tomando como exemplo o movimento #ocupamincRJ. Partindo da análise da experiência coletiva como suporte de engajamento social, utilizamos a definição habermasiana de esfera pública, contemplando as fronteiras esmaecidas entre “público” e “privado”, abordadas também na obra de R. Sennett. Sob uma perspectiva que entende o espaço urbano como rede discursiva, pretende-se observar de que forma as narrativas atuam na construção de significados sobre as ocupações e ainda dialogar com noções de civilidade sob a indagação: é possível um devir transformador advindo da experiência comum de ocupar?

Palavras-chave: esfera pública, cultura, produção de sentido, narrativa, experiência.

Introdução

Muito se fala sobre a Cultura como meio de resistência, como espaço de questionamento e contestação. Mas até que ponto é possível identificar as manifestações culturais como ferramentas para um vínculo sensível voltado para a transformação social ? Este artigo analisa o movimento #ocupamincRJ, ocupação de cunho político, social e cultural no Rio de Janeiro, para refletir acerca do papel da cultura, seus espaços e produções como área de convergência de sociabilidades e ativismo social. De que forma a cultura consegue ir além do lugar-comum das chamadas agendas culturais, restrita a seu próprio meio e atuar de forma constitutiva e refratária, ou seja, como artefato simbólico e ativista?

A hipótese central é de que, principalmente em momentos de grande polaridade política, como o que estamos vivendo no Brasil e em outros países, as experiências das ocupações coletivas como o movimento #ocupamincRJ, podem de algum modo, confrontar o individualismo e estimular a empatia social utilizando a rua para convocar uma esfera pública como lugar político comum. (Habermas, 1984)

Como pano de fundo para refletir sobre alguns aspectos do campo social na contemporaneidade, pensemos no conceito de “síndrome do loop” de (Sevcenko, 2001). Esse “efeito desorientador de aceleração extrema” faz com que a crítica obedeça à ordem de emudecimento diante do estabelecido ou oficial. O que Sevcenko chama de loop – numa perfeita alusão às sensações provocadas pela engenhoca da montanha-russa - é esse sentimento angustiante e desestabilizador de não “dar conta”, tão característica da nossa época atual. Trata-se do excesso de informação e de mudanças de ordem prática e subjetiva, causando a sensação de que estamos sempre atrasados e/ou aturdidos em meio a tantos fluxos discursivos carregados de sentido presentes na vida social. Uma vez que a noção de tempo é abolida no loop, se dá o que o historiador denomina como um “inevitável automatismo” do indivíduo, que acaba por eximir-se da responsabilidade em relação ao futuro, assim como em relação ao entendimento sobre a importância da participação crítica em decisões coletivas. Embora possa parecer determinista, o pensamento ganha ânimo diferente ao ser interpretado como sugere Sevcenko e que nos serve para traçar algumas linhas de análise para observar de forma crítica a atualidade.

“A situação parece crítica, mas quiçá não seja tarde demais. Segure firme na trava da sua vagoneta e tente se concentrar. Afinal, uma das vantagens de se

estar suspenso no loop é que o sangue desce à cabeça, e isso é ótimo para pensar.” (Sevcenko, 2001, p. 22)

O automatismo do qual fala Sevcenko, impede que o indivíduo perceba a si próprio como parte de um ambiente comum, fazendo com que uma perspectiva cada vez mais individualista seja perpetuada. Considerando a apatia como efeito dessa conjuntura atravessada por uma enxurrada de narrativas, pressões e sensações, é importante lembrar que, o torpor faz parte de uma dinâmica estrutural ativada de forma estrategicamente subjetiva, e não individual. R. Sennett chamou essa renúncia do cidadão em relação ao comum de isolamento em meio à visibilidade pública, ampliando o escopo dessas noções:

“(...) o domínio público é abandonado por estar esvaziado. No mais físico dos níveis, o ambiente onde se incita a pensar no domínio público como desprovido de sentido. É o que acontece com a organização do espaço urbano.” (Sennett, 1988, p.26)

Essa perda do sentido de si aliada à fragmentação do ser social (Hall, 2005) foi o que convencionou-se chamar de “crise de identidade”, seja referente ao indivíduo, seja no sentido coletivo. O conceito de identidade, ao qual não pretendemos nos debruçar nesse artigo, é complexo e citado aqui como mais um elemento no escopo das mudanças estruturais que fazem parte do cenário representacional do qual emergem os movimentos de ocupação. A cidade atua como arena de disputa cujas dinâmicas vão norteando e desnorteando os indivíduos, provocando existências, resistências e desistências subsequentes.

Analisando o que (Farge, 1992) denominou de construção intelectual, no tocante às falas da rua, faz-se pertinente a tentativa de identificar nos movimentos de ocupação – mais especificamente no caso do #ocupamincRJ, do qual trata este artigo - características próprias de discurso e produção de sentido. Se é nas ruas que as ideias podem ganhar territorialidade e forma de experiência, é possível identificar esses ecos que vem do burburinho da urbe como forma ativista de comunicar? E mais: as narrativas construídas por estas falas carregam capital simbólico suficientemente coeso para furar a bolha e ultrapassar a esfera comunitária e finalmente, ressoar para além, para outras esferas? Essas são questões que acompanham as manifestações culturais ao longo dos tempos em diversas sociedades e que norteiam a reflexão sobre a função social das ocupações como fenômeno urbano contemporâneo.

“Ocupa, ocupa, ocupa e resiste!”

Sob o lema que dá o título desta seção como palavras de ordem, os integrantes do movimento #ocupamincRJ tomaram por pouco mais de dois meses o Palácio Gustavo Capanema, sede da Funarte, no centro do Rio de Janeiro. Movidos inicialmente contra a dissolução do Ministério da Cultura, os ocupantes, em sua maioria servidores e profissionais ligados à atividades e produções culturais, trouxeram suas diferentes bandeiras para a mesma frente, manifestando-se a favor da Cultura na composição ministerial e consequentemente, contra a permanência do governo interino que assumia a Presidência do país desde o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Neste tempo, diversas atividades culturais foram organizadas nos pilotis do edifício Capanema, tais como festas, shows, apresentações infantis, teatrais, debates, aulas abertas, entre outras, articuladas com depoimentos e participação de artistas e intelectuais dando apoio e visibilidade ao movimento. Os eventos foram aos poucos, juntando mais e mais pessoas, de diferentes militâncias, que queriam ver de perto a efervescência que começava a ganhar certo destaque através das transmissões de canais alternativos pela Internet e do boca-a-boca. Em 25/07/2016, em cumprimento ao pedido de reintegração de posse, a Polícia Federal retirou os manifestantes do Capanema. Dias depois, o #ocupamincRJ elegeu a ex-casa de shows Canecão como novo pouso para a ocupação.

A casa atualmente sob posse da UFRJ e fechada há cerca de seis anos por conta de um imbróglio judicial, abriu as portas ao público numa noite de quinta-feira, 05/08/2016. Com entrada gratuita, recebendo doações que iam de água mineral até material de limpeza e ocupado por barracas de acampamento, o espaço dispunha de ambulantes organizados como uma espécie de bar improvisado. Os ocupantes, que revezavam-se entre as funções de manutenção do espaço, entrada e apresentação das atrações da noite, atuavam mais como organizadores do que como ‘donos’ do espaço, reforçando a impressão de horizontalidade na relação entre o #ocupamincRJ e os outros colaboradores, inclusive o público. No palco, apresentações de diversos artistas e falas de representantes de partidos políticos, coletivos independentes e movimentos sociais diversos. A impressão era que um espaço de sociabilidades e de troca estava sendo estabelecido.

Fotógrafos, jornalistas, profissionais do audiovisual e das Artes, estudantes, professores, militantes e pessoas ligadas a movimentos sociais, políticos, sindicais e uma gama ampla forma o corpo do movimento #ocupaminc em todo o Brasil e assim é também, no Rio de Janeiro. Dessa rede interconectada e plural é de onde saem as transmissões ao vivo e

os registros que ilustram as redes sociais da ocupação, produzidas pelas chamadas “mídias alternativas” ou voluntários. O público ajudava a fazer circular o que acontecia ali, através de relatos, *hashtags*, vídeos feitos por câmeras de celulares, posts, tuítes, mensagens de whatsapp e etc. A possibilidade de difusão dos discursos, ainda mais amplificada e veloz por conta da internet e sua capilaridade, reflete uma potência de ação social e política que pode ser uma importante ferramenta de participação, ampliando a arena de comunicação. Sob a perspectiva de “informação circulante”, podemos relacionar este tipo de compartilhamento com a ideia de diferentes esferas de interação comunicacional de (Barbosa, 2012) tendo o público direto, como uma primeira instância de consumo da informação e o indireto, subdividido entre aquele que de fato “ouviu” e o que “ouviu dizer”. No caso dessa circulação descentralizada, que não obedece às regras das grandes mídias através de uma cobertura jornalística, por exemplo, é preciso lembrar que esse fluxo de informações se dá através de múltiplas direções como forma de prática social e não apenas profissional. O que confere a cada indivíduo um aspecto ativo no processo de construção de uma memória coletiva:

“Há, portanto, muitas formas de fazer história e de contar histórias (...) é preciso considerar sempre a especificidade da prática humana que estará sob o foco de análise: não há história que não seja a história de homens que vivem (e padecem) no mundo.” (Barbosa, 2012)

Seguindo a abordagem habermasiana sobre o surgimento do mito da opinião pública, quando a discussão da sociedade entre indivíduos não cabe mais no modelo, estes novos espaços de produção de sentido, de fala e também de circulação, criam novos vínculos onde a comunicação ganha poder. Ainda sob a lógica de (Habermas, 1984), a construção do pensamento se dá a partir do diálogo. Desta forma, o que vemos surgir da experiência coletiva de ocupar, são novas diretrizes, novos modos de fazer, de existir e de interagir sendo construídos de forma polifônica na teia pública.

Ao considerarmos os rumores e vozes das ruas como discursos vivos e alternativos ao que se apresenta como estrutura hegemônica, a partir do que escreve (Farge, 1992) faz sentido relacionar a construção subjetiva desses ecos com a repressão, voltando à referência habermasiana. Assim, a coerção dessas falas inquietas por parte do poder público - ou da mídia tradicional, faz com que elas existam e ressoem ainda mais no tecido social.

Esse eco, que insurge pelas frestas do discurso institucional é o que (Farge, 1992) chama de subversividade do falar, citando a manifestação da palavra no espaço público, como

um ensaio de criação de bases para novos modos de fazer social. Em sua fala no seminário “Os Confrontos da Comunicação”, (Sodré, 2016) definiu o espaço público como um espaço conversor de discursos, lembrando que “um discurso exposto em público pode ganhar outros significados.” São estes outros significados que se complementam e compõem a esfera sensível da qual trata a hipótese deste artigo e que nos levam a acreditar na potência aglutinadora e de transformação provenientes de ações como as ocupações.

A participação de artistas de renome no cenário cultural brasileiro em atividades que reúnem mais de mil pessoas de pessoas, por exemplo, assim como as demais atividades oferecidas pela ocupação são relegadas a uma invisibilidade tácita, o que não significa que o poder ou a mídia tradicional estejam surdos a essas ressonâncias das tantas vozes que compõem esse coro. Muito pelo contrário, essas vozes são relegadas estrategicamente a um “não-lugar político”, como diz (Farge, 1992):

“Sem existência, nem status, o discurso popular é um não-lugar político, ao mesmo tempo, que se constitui como um lugar comum da prática social. Perseguido pelo poder político, ele toma forma e existência, se desenvolvendo no coração deste sistema, que contraditoriamente o nega e considera. Por isso, de certa forma, cria. Inexistente e existente, o discurso popular vive numa espécie de limbo em seu tempo: entre o não-lugar político e o lugar comum de uma prática sempre suspeita” (Farge, 1992)

A linguagem contida na narrativa do #ocupamincRJ talvez não se traduza por definição no que (Farge, 1992) chamou de “popular”. Contudo, consideremos o aspecto do desenvolvimento da formação intelectual afastada das narrativas oficiais como produção independente, cujo discurso possamos relacionar com a ideia de “vozes das ruas”. O objeto deste artigo parte dessa experiência social compartilhada valendo-se, entre outras, da perspectiva de (Farge, 1992) no sentido da rua como palco de conversão e produção de sentido, observando o campo social a partir de suas descontinuidades. O exercício de analisar as manifestações culturais, em específico a ocupação #ocupamincRJ, enquanto ferramentas de vínculo social e também como proposta estética dialoga com a noção de que “o coro das ruas permanece mudo se não o tomamos como objeto de análise”.

Carnavalizando a resistência

Em sua primeira viagem oficial a Recife, o ex-secretário de Cultura do Rio de Janeiro Marcelo Calero declarou que "ocupação não pode servir como pretexto para fazer festa, ter consumo de bebida alcoólica, circulação de menores e droga". A tentativa de deslegitimar as ocupações na fala do atual Secretário Nacional de Cultura, que condena o caráter festivo do movimento, praticamente neutraliza o debate político (Sevcenko, 2001). Ainda que faça sentido que o posicionamento oficial vá contra a formação e a manutenção de um espaço de convivência que comunica o descontentamento político apropriando-se do sensível como fundamento para a antiestética da qual fala Sevcenko.

“Quem diria que no novo século o front político retornaria para as ruas, como nas polis da Grécia antiga? Quem diria que alguém fosse aprontar uma festa tão grande, que fizesse parar até a montanha-russa, para que as pessoas pudessem participar dela?” (Sevcenko, 2001: 131).

Sobre o conceito da festa como resistência, tomemos a ideia bakhtiniana de “carnavalização”, onde o Carnaval aparece não como uma representação de festa, mas sim como a própria festa experienciada. Desta forma, podemos entender e até validar o conceito de Carnaval – incluindo aqui a festa, o lúdico e as inúmeras manifestações do sensível na forma carnalizada, isto é, não-oficial – como um princípio de entendimento do mundo que não reconhece a hierarquia, a moral estabelecida e oferece o riso como fator regenerador.

Uma vez que a individualidade é diluída pela unidade coletiva (Bakhtin, 2013), a ideia de uma esfera pública composta por indivíduos privados de (Habermas, 1984) relaciona-se de alguma forma com o ideal das ocupações como o #ocupamincRJ. Ali, indivíduos e organizações da sociedade oriundos de diversas matrizes políticas e ideológicas partilham uma militância festiva, que se apoia em modos de fazer construídos de forma dinâmica e colaborativa, reforçando e instituindo novas sociabilidades.

A partir deste vínculo é que se constitui o que Sennett (2014) chama de “corpo cívico”. Um corpo atuante, vivo, que reconhece na ação coletiva a capacidade de forjar laços sociais e encara a esfera pública como destino compartilhado, através da experiência, onde “a forma dos espaços urbanos deriva de vivências corporais específicas”. (Sennett, 2014)

Estabelecendo um paralelo entre a ideia da rua como cenário de conversações (Sennett, 2014) e assim, assumindo as formas de local de produção de sentido, e consequentemente de fala, faz lembrar o que Hakim Bey (1985) tratou como Zona Autônoma Temporária (TAZ – Temporary Autonomous Zone, no original em inglês). O conceito, que

pressupõe uma tática de ocupação simbólica e furtiva, publicizando ao máximo aquilo que é produzido coletivamente, expande a ideia de ocupação para áreas físicas, temporais ou do imaginário. Nos ambientes das ocupações vão sendo construídas assim, novas instâncias de significados abrangendo diferentes campos sensoriais e simbólicos, fortalecendo os laços sociais.

Pensadores e analistas sociais observam os movimentos de ocupação ao redor do mundo e continuam a elaborar conceitos na tentativa de compreender melhor o escopo desse ativismo que vai na contramão da retidão política. “Angústia do desencanto”, é como descreve (Safatle, 2012) o afastamento político contemporâneo. Tendo a angústia como “força motriz capaz de provocar a ação”, frequentemente, vê-se essa força tratada como uma “doença que deve ser tratada o mais rápido possível”, como os incômodos existenciais dos tantos possíveis da nossa contemporaneidade acelerada e desorientadora são encarados. (Safatle, 2012) lembra que esse mal-estar é parte da vida social e não uma experiência individual, e defende que “só a força crítica do pensamento é capaz de reconstruir nossos laços sociais.”

Podemos relacionar essa ação crítica, no sentido de abordar novas configurações capitaneadas por estratégias que agem nas brechas do *modus operandi* institucional, ao conceito de “cultura refratária” de (Sevcenko, 2011). O caráter refratário aqui, diz respeito às vozes destoantes em relação a uma determinada linearidade proposta e demonstra essa vontade de defender convicções que não se adequam a um modelo estabelecido, propondo novas possibilidades de experimentar a vida social.

Esta cultura refratária está sujeita, como todas as manifestações sociais, à tentativa de apropriação pelo *establishment* e pela lógica do consumo. Se o apelo estético se faz cada vez mais necessário, e com os slogans mercadológicos mais óbvios sendo substituídos de forma eficaz pelas nuances que prometem em vez de simples produtos, a “experiência”, é preciso, como escreve (Sevcenko, 2011) criar uma antiestética das ruas. Citando o movimento de ocupação londrino *Reclaim the Streets*, o historiador discorre sobre a importância de ressignificar o espaço público, primeiramente, ocupando-o e requalificando-o com novas artimanhas, novos materiais simbólicos e ferramentas. O exemplo europeu pode ser relacionado com outros ocorridos em diversos países – inclusive com o objeto deste artigo, o #ocupamincRJ, no sentido da criação de laços simbólicos e sociais a partir da experiência comum.

Em relação ao movimento Occupy Wall Street, que teve seu início na cidade em Nova Iorque (EUA), David Harvey analisa a ocupação do espaço público como experiência e ferramenta de luta política:

“Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do *Ocupem Wall Street* são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo a onde muitos dos bastiões do poder estão localizados, e fazer com que corpos humanos convertam esse lugar de espaço público em uma comunidade de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de combater seu alcance. Essa tática, mais conspicuamente presente nas lutas nobres e atuais da praça Tahrir, no Cairo, se alastrou por todo o mundo (praça do Sol, em Madri, praça Syntagma, em Atenas, agora as escadarias de Saint Paul, em Londres, além da própria Wall Street). Mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição, quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado.” (HARVEY ET AL, 2012:60)

Considerações finais

Observar a efervescência de um movimento social é também contemplar aspectos políticos e culturais sob um recorte de espaço e tempo. No âmbito cultural, é preciso, além de contextualizar as questões que tangenciam esses movimentos de ocupação, manter o olhar atento para que a dinâmica de análise dialogue tanto com referenciais teóricos quanto com o campo. Compreender a produção de sentido entre os discursos construídos, assim como localizar como eles circulam são fundamentais para que a interpretação tenha menos efeito de opinião e mais de leitura do momento, alinhado a uma análise social. Por isso, a abordagem de Sevcenko permeou esta observação, que entende a cidade e suas peripécias comportamentais como experiência sensorial.

“(…) a busca por formas alternativas de construir experiências históricas, que preencham a vida das pessoas de sentido simbólico, imaginário, de conteúdo humano, de laços sociais e de vivências ligadas ao meio natural é cada vez mais uma demanda que fazem as novas gerações. Isso exige do cientista social que ele tenha essas aberturas e a única maneira de buscar esses nexos, eu acredito, não é mais dentro dessa marcha da modernidade.” (Sevcenko, 2012)

Ainda que os meios de comunicação produzam memórias dominantes (Barbosa, 2012) e que atendam a interesses que não necessariamente são os que concernem aos estratos sociais não-hegemônicos, entender-se como ator social fundamental e parte integrante dessa grande rede discursiva é necessário para que a experiência social seja mais inclusiva e afetiva. Forçar os corpos docilizados a serem não mais somente úteis, mas também críticos e cívicos é assimilar a urbe como espaço dinâmico de intercepções midiáticas, onde somos nós também os mediadores, com as câmeras de celular e diversas redes sociais.

Vale lembrar que é na ação experimentada, nas ruas e através da interação e do debate que a construção de cidadã se torna possível. Nas palavras de (Harvey, 2012): “são os corpos nas ruas e praças e não o balbucio de sentimentos no Twitter e no Facebook que realmente importam.” Em um cenário de transbordamento de informações, de sensações e de reflexões, são construídos vínculos sensíveis que podem gerar uma série de desdobramentos filosóficos para além do ambiente virtual e também da esfera do factual e da opinião, principalmente no âmbito cultural e suas representações.

O caráter contestador das atividades artísticas acompanha os movimentos de ocupação, que têm na proximidade dos corpos, nas novas relações com o espaço público e na construção de novas narrativas sua força aglutinadora. A atuação de experiências como o #ocupamincrj se dá nas brechas do oficial, e se utiliza de novas matérias-primas, permitindo que haja a criação de condições para o debate e para a vivência. Entendemos esses espaços ocupados como uma dimensão do social, uma arena de relações interpessoais e por consequência, comunicacionais (Habermas, 1984). Ao contrário das manifestações culturais de grande porte, patrocinadas e geridas em nome de interesses mercadológicos, onde favorecem “um máximo de público e um mínimo de opinião”, as ocupações como o #ocupamincrj e suas produções artísticas possuem teor contestatório, aglutinando corpos que dançam, que refletem, que convivem, que discutem e que se opõem muitas vezes.

Muito se lê e ouve por parte das grandes empresas de comunicação sobre a condenação desse tipo de movimento de ocupação. Alguns apontam como ilegal, outros como oportunista e até de “vagabunda”, como forma de deslegitimar o lugar político dessas falas que destoam do discurso oficial, teimando em não acatar o espaço marginal destinado a elas no sistema midiático e político hegemônico. “Mas o que estão fazendo esses ocupantes?”, ouço alguém

perguntar de tempos em tempos, durante algum evento promovido pela ocupação no Rio de Janeiro. (Žižek, 2012) distingue bem a motivação que considero oportuna para a pergunta e também, para fechar este artigo: “Não estão destruindo nada, estão reagindo ao modo como o sistema gradualmente destrói a si próprio. (...) O que os manifestantes estão fazendo é apenas lembrar os que estão no poder de olhar para baixo.”

Referências:

BARBOSA, Marialva. Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. PUC-RS. Rio Grande do Sul. V.19, n.2 (2012). Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12324/8264>

Último acesso em: 12/08/2016.

FREITAS, Augusto. Ministro da Cultura critica festas, álcool e drogas na ocupações do Minc. Diário de Pernambuco. Política Cultural. Publicado em 17 jun 2016 18:19 Atualizado em 20 jun 2016 17:44. Disponível em:

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/06/17/internas_viver,651004/ministro-cultura-marcelo-calero.shtml Último acesso em: 12/08/2016.

FARGE, Arlette. Dire et Mal Dire. L’opinion publique au XVIIIe siècle. Éditions Du Seuil, 1992.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguês. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL S. A identidade cultural na pós-modernidade. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.

HARVEY, David...et al. Occupy: movimentos de protesto de ganharam as ruas. [tradução de João Alexandre Peschanski...et al.]. – São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2012.

SAFATLE, Vladimir. Occupy: movimentos de protesto de ganharam as ruas. [tradução de João Alexandre Peschanski...et al.]. – São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2012.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra. SP e RJ: Editora Record, 2014.

SEVCENKO, Nicolau: depoimento [nov. 2011]. Entrevista concedida como continuidade à conferência *A Rede e o Labirinto: experiências da imaginação refratária na cultura dos anos 1950 e 1960*. Disponível em: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/nicolau-sevcenko-desgarrado-e-genial/> . Último acesso: 10/07/2016.

SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI. SP: Cia das Letras, 2001.

SODRÉ, Muniz. Seminário: Os Confrontos da Comunicação. UERJ. Rio de Janeiro. 27/06/2016.

ŽIŽEK, Slavoj. Occupy: movimentos de protesto de ganharam as ruas. [tradução de João Alexandre Peschanski...et al.]. – São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2012.

Da revista feminina à revista feminista: entre o correio sentimental e a militância terapêutica¹

Ana Beatriz Rangel Pessanha da Silva²

Resumo

As atuais narrativas de resistência do corpo feminino traduzem um embate relevante para o feminismo contemporâneo: mídia tradicional *x* representações em rede. É recorrente a acusação do “padrão irreal” estabelecido pela mídia, e não por acaso revistas online feministas surgem arma política. Uma tradição dos periódicos femininos, reformulada ao longo do tempo, é o “correio sentimental”, indicando o uso da narrativa da intimidade como estratégia de comunicação para as mulheres. O objetivo do trabalho é analisar três revistas feministas online criadas entre 2014 e 2015 — *Capitolina*, *AZmina* e *Lado M* — buscando entender como se entrelaçam os códigos de visibilidade contemporâneos do corpo e da subjetividade e as estratégias políticas. Como se dão as rupturas e continuidades dessa narrativa da intimidade agora como arma política e terapêutica? A pedagogia do especialista deu lugar à palavra de ordem da ideologia?

Palavras-chave: gênero; narrativas; feminismos; jornalismo; relatos autobiográficos

As narrativas de resistência do corpo feminino que vem surgindo nas manifestações feministas atuais, com todas as ambiguidades e contradições que formam a complexidade do fenômeno, traduzem um embate relevante para o feminismo contemporâneo: mídia tradicional *versus* representações midiáticas em rede. É recorrente nas narrativas feministas encontrar acusação do “padrão irreal” estabelecido pela mídia — publicidade e jornalismo — para o corpo feminino, a falta de representatividade negra e LGBT das mulheres que ocupam os espaços midiáticos e a crítica ao manual de instruções da feminilidade das publicações destinadas às mulheres, em descompasso com a multiplicidade de desejos e formas vida de sua audiência e produtor de padrões que causam sofrimento e insatisfação permanente. A mídia tradicional, em especial as revistas femininas, formariam o *locus* privilegiado do exercício do poder sobre as mulheres e, portanto, o alvo de uma revolução narrativa para o feminismo construído em rede. Não

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT Narrativas & subjetividades.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. E-mail: beatrizpess.ana@gmail.com

por acaso os blogs feministas e mais recentemente as revistas online feministas surgem como uma estratégia de confronto dos discursos hegemônicos sobre o feminino e como uma arma política para as mobilizações do feminismo. As fundadoras de muitos desses blogs e revistas online frequentemente se descrevem como “mulheres cansadas de representações femininas irreais” e “velhas fórmulas que ditam o que é ser mulher” e que por iniciativa própria, sem fins lucrativos, decidem criar conteúdo online que subverta esses padrões.

A imprensa feminina e feminista, claro, não é criação contemporânea e seus embates e estratégias de mobilização tem uma história que se entrelaça com as transformações sociais, econômicas, das relações de gênero e das vagas do movimento feminista. Ao mesmo tempo que as mulheres foram se consolidando como uma parcela da população consumidora que precisava ser atendida em suas particularidades pelo jornalismo e pela propaganda, o movimento feminista também soube usar a imprensa para confrontar os discursos já estabelecidos e organizar as formas de militância. No mundo ocidental, o surgimento da imprensa feminista data do século XVII — em 1693 começou a ser publicado o primeiro periódico feminino, *Lady's Mercury*, na Inglaterra. No Brasil, foi o século XIX que assistiu ao surgimento da primeira publicação para o público feminino, com o *Espelho Diamantino* em 1827. Como mostra a pesquisadora Dulcília Schoroeder Buitoni no livro *Imprensa Feminina*, o aparecimento dos periódicos para mulheres foi impulsionado pelo fenômeno da moda, que por sua vez, também foi ganhando força com a imprensa feminina. Nos primórdios da formação de uma cultura de massa, segundo a autora, as publicações desse gênero vão efetuando uma “dialética entre aristocratização e democratização”, embora seja apenas a partir da segunda metade do século XIX que a imprensa feminina tenha efetivamente começado a se popularizar. É também no século XIX que o tema dos direitos das mulheres passa a ocupar espaço nessas publicações e o movimento pelo direito ao voto feminino na Europa criou seus meios de divulgação impressa — em 1881 as sufragetes criaram o primeiro jornal da causa, o *La Citoyenne*. Nos Estados Unidos, um dos primeiros periódicos femininos foi o *Ladies Magazine*, criado em 1828, que apesar de não se declarar abertamente feminista, tinha como uma das pautas principais a defesa do direito das mulheres à educação. No Brasil era também essa uma das pautas principais dos primeiros jornais comprometidos com a causa da emancipação da mulher, entre os quais destaca-se *A Família* pelo tom combativo em fins do século XIX — começou a circular no ano de 1889, em São Paulo. Apesar do nome, que pode sugerir conservadorismo, a pesquisadora Constância Lima

Duarte, autora de *Imprensa feminina e feminista no Brasil*, aponta o jornal como um dos mais importantes da época, protestando em seus artigos contra o não reconhecimento do direito da mulher ao voto, ao ensino superior, ao divórcio e ao trabalho remunerado.

A segunda onda do movimento feminista, nos anos 1960/70, também teve sua leva de periódicos engajados na divulgação da causa. A revista *Ms*, criada pela líder feminista Gloria Steinem nos anos 1960, nos Estados Unidos, permanece circulando até hoje. No Brasil, durante os anos 1970, *Brasil Mulher*, ligado ao movimento pela anistia, e *Nós Mulheres* destacavam-se por dar cobertura a temas negligenciados pela mídia tradicional, como os direitos trabalhistas das mulheres, a luta por creches, além de matérias sobre as realidades da periferia para as mulheres. *Mulherio*, criado em 1981 pelas intelectuais ligadas às pesquisas de gênero na Fundação Carlos Chagas foi uma das mais relevantes do período, servindo de divulgação para os estudos sobre a realidade da mulher brasileira. No que diz respeito às revistas ligadas aos grandes conglomerados midiáticos, *Claudia* e *Nova* foram duas surgidas na mesma época dos periódicos alternativos feministas que permanecem circulando até hoje. Não eram revistas que apresentavam engajamento político explícito, no entanto, se hoje elas são alvo de críticas dos movimentos feministas por reproduzirem os estereótipos do corpo feminino ideal, a cartilha opressora das dietas revolucionárias e os dez passos para satisfazer o sexo oposto, naquela época, inovaram ao tratar de temas como a sexualidade feminina, tabus para momento, mostrando que não estavam inteiramente desconectadas de seu público, que vivia a “revolução dos costumes”.

O advento da internet facilitou esse processo antigo de criar conteúdo alternativo ao dos grandes grupos editoriais para mobilizar a luta política de um determinado grupo ou simplesmente para fazer circular a produção de representações fora do circuito institucionalizado do mercado. No caso do feminismo, os blogs, antes das revistas online, foram uma das primeiras alternativas para essa produção de conteúdo, em que pese seu formato de artigos em primeira pessoa. O site *Blogueiras Feministas*, criado em 2010, surgiu de um grupo de discussão por e-mail de militantes feministas, que decidiram ampliar o escopo de divulgação de suas ideias criando um blog. Uma das fundadoras, na própria página do grupo definiu a motivação para a criação do blog:

Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa ideia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre

como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade. (Tica Moreno, na página Blogueiras Feministas <http://blogueirasfeministas.com/about/nossa-memoria/> Último acesso: 20/7/2016)

Esse depoimento mostra bem a proposta que o formato blog — surgido como um diário pessoal na internet na segunda metade dos anos 1990 — realiza nesse caso: tanto a mobilização política quanto a “reflexão constante sobre nossas próprias vidas”, o que se relaciona diretamente com a origem do formato e com certa associação entre narrativa autobiográfica e estratégia política. Outros blogs feministas seguiram a mesma proposta, com variações, como o *Blogueiras Negras* (desde 2012), *Escreva, Lola, Escreva* (desde 1998) e *Lugar de Mulher* (desde 2014). Este último se descreve como um produto feito por mulheres que “cansaram de sites de mulher com dicas de como secar a barriga, como se vestir pra agradar homem, como decorar sua casa com itens caríssimos, como ser poderosa em 12 lições”. A crítica aí exposta ao formato tradicional de imprensa feminina é bem clara, no entanto os blogs em geral encarnam a fórmula do relato em primeira pessoa e os artigos de militância. Nas propostas que analisaremos a seguir, surgidas entre os anos de 2014 e 2015, o formato revista feminina transformado em revista feminista foi a estratégia encontrada para expressar o descontentamento com representações femininas na mídia e o pensamento feminista. Foram escolhidas as revistas online *Capitolina*, *Lado M* e *AZmina*.

1. Jornalismo independente feminista: pelo direito à representação em rede

“Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa — *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida de ser curso (...) O século XIX, o século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles têm tido na educação das mulheres”. Este é um trecho do editorial que abria a primeira edição do periódico *O sexo feminino*, em 1873, e que tinha como objetivo defender a emancipação da mulher. Segundo a pesquisadora Constância Lima Duarte, o discurso do semanário surpreendia por, em pleno século XIX brasileiro, colocar em questão o falocentrismo da legislação e a contaminação do direito pelo ponto de vista masculino hegemônico. Em outro artigo, o jornal proclama: “A racional emancipação da mulher não podia nem pode deixar de entrar na arena do combate travado para a restauração dos direitos da mulher (...) É a época da luz!... Todos os povos se congregam

em torno da sacrossanta ideia da igualdade e da fraternidade.” É interessante notar nesses artigos como um discurso que questiona as normas opressoras de seu tempo também diz muito valores hegemônicos da época — progresso e “sacrossanta igualdade” —, constituídos como os próprios códigos de inteligibilidade do discurso. É nesse sentido que se guiará análise das revistas online selecionadas para a pesquisa, tentando entender que rupturas são propostas e também que continuidades e códigos de visibilidade contemporâneos são colocados em jogo para que essas narrativas sejam viabilizadas.

Uma longa tradição das revistas femininas, que foi se reformulando ao longo do tempo, é o “correio sentimental”, espaço para que as mulheres enviassem correspondências com suas questões afetivas. Presente desde a primeira revista feminina do mundo ocidental, *Lady’s Mercury*, e até na primeira revista feminista da França, *L’athénée des Dames*, o gênero foi uma constante no jornalismo para público feminino, depois transformado em “consultório sentimental” — indicando a abertura do campo psicológico como ciência — ou traduzido para versões modernas na carta da leitora respondida pelo psicanalista. O uso da narrativa da intimidade é uma prática da imprensa feminina e ao longo do tempo foi se traduzindo em uma psicologização das matérias jornalísticas a partir dos anos 1960, com a incorporação da opinião do “especialista”, dando conselhos sobre todos os aspectos da vida, como argumentou Dulcília Buitoni em *Imprensa Feminina*. A retórica do conselho acabou se traduzindo em uma pedagogia: “Há uma invasão de especialistas nas publicações femininas, principalmente nas áreas de saúde. Com seus preceitos e ensinamentos direcionando todos os aspectos da vida, suas falas são colocadas um tanto acriticamente nas páginas de jornais e revistas. Eles ensinam; ao leitor cabe aceitar a palavra da ciência” (BUITONI, 1990, p.76). Como se dão as rupturas e continuidades dessa narrativa da intimidade, do corpo e da vida privada agora como arma política nas revistas feministas? A pedagogia do especialista deu lugar à palavra de ordem da ideologia? São algumas questões que pretendemos investigar na análise a seguir.

2.Revista *Capitolina*

Criada em maio de 2014, a *Capitolina* se define como uma revista online independente para adolescentes, criada por jovens mulheres que “sentiram falta de ter sua experiência representada na mídia para esse público”. A adolescência, período de transição entre a infância e a vida adulta, como se sabe, nem sempre existiu — foi inventada, sobretudo como nicho de mercado, a partir da segunda metade do século XX, e sendo um público

consumidor também não podia deixar de ser atendida pela imprensa, mais uma vez numa perspectiva gendrada, com as revistas para *as* adolescentes. No Brasil, *Capricho*, nos anos 1970, foi uma das primeiras a atender esse público. No entanto, as criadoras de *Capitolina* argumentam que essas publicações falham na representação das meninas. De acordo com o texto que apresenta a revista ao público, a intenção publicação online é “representar *todas* (grifo meu) as jovens, especialmente as que se sentem excluídas pelos moldes tradicionais da adolescência”. Como veremos também na análise de outras publicações do gênero, *representar*, aparece como uma palavra-chave para as reivindicações de gênero em jogo.

A revista opera com edições mensais elaboradas a partir de um tema central e colunas diárias. A escolha das editoriais pretende subverter o que espera da “feminilidade de revista feminina”, e apesar da persistência de temas comuns como “relacionamentos e sexo”, apresenta outros menos usuais como “*tech* e games”, “ciências” e “esportes”. Os temas das edições mensais variam dos enfoques marcadamente feministas como “identidade”, “autonomia”, “corpo”, para outros mais abrangentes como “tempo”, “poder”, “medo”, “magia” — que parecem solicitar mais de suas leitoras que a presunção de interesse feminino nos “segredos do galã do momento” de *Capricho*. A prevalência do enquadramento jornalístico, no entanto, é da experiência de gênero, perspectiva matriz para abordar os demais assuntos. A preocupação em ultrapassar o condicionamento de temas a uma classe social, como público alvo consumidor nas revistas tradicionais, também aparece em matérias sobre geração de renda e autonomia feminina através do programa Bolsa Família, sobre a experiência transexual ou negra escrita em primeira pessoa — embora as perspectivas periféricas não sejam dominantes.

O discurso sobre a autonomia feminina aparece em diversas matérias amparado numa dialética entre autoestima empreendedora e comunitarismo feminista. É o que se pode observar em trechos como:

“Então, você é mulher, adolescente, na sociedade e tempo de 2016, tudo parece te silenciar, principalmente quando você toma outros lugares oprimidos (sobre os quais não estou fazendo o recorte neste texto). Mas eu estou aqui pra te dizer algo diferente do que a sociedade sempre te fala: você é maravilhosa, é inteligente, o que você tem pra falar só pode ser dito por você e o mundo precisa disso.” (“Construindo a autonomia de fala: o que você tem pra dizer é importante” <http://www.revistacapitolina.com.br/construindo-a-autonomia-de-fala-o-que-voce-tem-pra-dizer-e-importante/> Último acesso: 22/7/2016)

O “eu” como empreendimento que precisa de investimento para amparar a possibilidade de prazer e felicidade, também fica claro em trechos como “Por mais que às vezes possa parecer difícil dizer, você é a melhor forma de representar o seu mundo interno em qualquer ambiente (...) nada vale mais do que viver sua vida pra você, ser feliz por você.” Ao mesmo tempo, a conquista dessa autonomia feminina fundada no empreendimento de si não se desassocia de um projeto coletivo, do qual feminismo faz parte como guia principal. Na matéria de janeiro de 2015, intitulada “O que é empoderamento?”, o projeto da dialética *eu e nós* fica evidente:

Ficando somente na superfície da palavra, empoderar-se é o ato de tomar poder sobre si. De fato pode significar isso, mas também pode ir muito além, principalmente no que diz respeito à parte do “sobre si”. Podemos entender o empoderamento como um processo pelo qual nos entendemos como parte de um grupo maior, que vai além de nós, além do individual. Não parece mega bonito? E é mesmo. Por isso, tem tudo a ver com a sororidade e a representatividade de que já falamos aqui na revista! O que eu quero dizer com tudo isso é: o empoderamento sempre será coletivo. É dar espaço ao outro, principalmente quando o outro tem uma vivência diferente da sua. É apoiar as outras mulheres e pessoas não-binárias em suas escolhas, ouvi-las e lutar tanto por elas quanto por si mesma. Para que possamos lutar contra a desigualdade de gênero que existe ainda no mundo machista em que vivemos, precisamos nos unir. (“O que é empoderamento?” <http://www.revistacapitolina.com.br/o-que-e-empoderamento/> Último acesso: 22/7/2016)

O tom pedagógico do texto revela o propósito de educar as adolescentes sobre a experiência de gênero que determina a particularidade de suas experiências de mundo e a luta coletiva que envolve o empreender a si mesmo para um projeto de felicidade. Uma estratégia muito parecida com a “tomada de consciência” proposta pelos grupos de reflexão da segunda onda feminista, agora com novas nuances vindas do projeto do “eu empreendedor”. No ensaio “O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980”, a pesquisadora Yasmine Ergas mostra como a prática da tomada de consciência baseava-se na crença de que as mulheres tinham de alguma forma sido privadas de seu “eu real” e como poderiam então acessar uma forma autêntica de subjetividade. O método terapêutico de “análise coletiva” para “ser feliz pra você”, aqui, no entanto, é substituído pela segurança de poder ser visível e representada em sua singularidade pela mídia que antes desprezava a existência de outras formas de vida em favor de um modelo único.

3.Revista *AZmina*

Criada em agosto de 2015, a revista *AZmina* propõe-se a fazer uma publicação que “empoderasse as mulheres em vez de minar sua autoestima”, tendo como carro-chefe o

“o jornalismo investigativo, independente e de qualidade”. Para alcançar essa independência editorial, a revista deixa claro sua política de anúncios que faz uma “seleção criteriosa de anunciantes” garantindo “o respeito à autonomia e à autoestima da mulher” e ajuda a promover um “marketing mais respeitoso e empoderador”. Ressalta, porém, o fato de ser uma revista sem fins lucrativos e que para manter a independência editorial, a seleção criteriosa de anunciantes não basta, chamando as leitoras a colaborarem com doações financeiras.

A publicação online é uma das frentes de atuação da Associação AZminas, uma instituição sem fins lucrativos que tem como objetivos combater a violência de gênero e realizar palestras, debates, oficinas e outros eventos para “aprofundar a discussão sobre os direitos da mulher e combater o machismo”. A associação também organiza grupos de apoio psicológico e legal para mulheres em relacionamentos abusivos, e promove campanhas nas redes sociais. A equipe da revista se descreve como “apaixonada e dedicada” a “usar o jornalismo para ajudar a melhorar o mundo”, sobretudo para as mulheres.

As editorias da revista online também fogem ao padrão feminilidade da mídia tradicional. “Butina” é uma seção feita para as lésbicas, “Mãezinha vírgula” é dedicada a falar de maternidade “sem amarras, regras e machismo”, “Mulher, trans” trata das questões da transexualidade e “C de classe” traz como colunista uma mulher que “já foi faxineira, moça do cafezinho e garçonete” e fala sobre desafios de “ser classe C”. Os direitos das mulheres são contemplados numa seção de serviço, na qual uma advogada tira dúvidas sobre processos legais. A prática do relato pessoal, tradição das revistas femininas, aparece na seção “Divã d’azmina”. A seção “Fôlego” traz longas reportagens investigativas abordando temas sob perspectiva de gênero geralmente marginalizados na mídia tradicional — o efeito da crise econômica nas mulheres, a experiência das mulheres refugiadas da Síria, o processo de confecção de roupas consumidas aqui e produzidas pelas operárias da China e como o acidente da mineradora Samarco atingiu as mulheres.

O aspecto pedagógico da narrativa da revista feminina, ressaltado por Buitoni, é deslocado nesse caso em dois sentidos. Primeiro, em direção a uma educação política, ainda que superficial, para o pensamento feminista, que aparece em matérias como “Guia didático sobre a cultura do estupro para você não passar vexame na internet”. O segundo deslocamento pode ser observado na reformulação de outra tradição da revista feminina, o “correio sentimental”. Uma das seções de *AZmina* intitula-se “Cantinho do coração feminista”, no qual uma jornalista pretende ouvir as questões de relacionamento das

leitoras e dar conselhos. No vídeo de promoção da seção, a jornalista admite que não tem nenhuma “autoridade” para dar conselhos, mas que se esforçará para responder às angústias afetivas das leitoras. Se a partir da segunda metade do século XX as revistas femininas foram tomadas pelo discurso de autoridade dos especialistas, até mesmo nos assuntos afetivos, agora, a autoridade desloca-se para o fato da “conselheira” ser feminista, garantindo que os conselhos podem ser empoderadores e não reforçarem padrões gênero.

Na seção de moda, matérias sobre marcas que “empoderam” seja pela moda sustentável ou por abarcarem padrões de corpo diversos, ensaios fotográficos que misturam padrões femininos e masculinos e *looks* inspirados em mulheres que fizeram história. A estratégia que pode ser observada em todos esses exemplos é não rejeitar os símbolos da feminilidade, reiterados à exaustão pela mídia tradicional, nem questionar muito a fundo as narrativas macroestruturais que as possibilitam — o marketing é um instrumento que pode ser recondicionado em favor das classes oprimidas —, mas reforçar um direito a uma “feminilidade expandida” proporcionado pelo engajamento com feminismo e pela seguridade da representação.

4.Revista *Lado M*

Criado em março de 2014, o site Lado M, também seguindo o formato de revista eletrônica, define-se como uma publicação que “produz conteúdo para a promoção do empoderamento feminino” e com “a finalidade de mostrar para as mulheres que elas podem ter poder sobre si mesmas, sendo e fazendo o que elas quiserem, independentemente dos padrões impostos sobre o gênero feminino”. O site possui o mesmo sistema de colaboração financeira das leitoras e anúncios selecionados para garantir a independência editorial. O público, mapeado pela publicação, é de mulheres predominantemente da região sudeste, entre 18 e 24 anos, e os acessos chegam a marca dos 100 mil por mês.

A escolha das editorias também é mais variada que a cartilha tradicional, incluindo “Games”, “Direitos Humanos” e “Esportes”. O feminismo, além de implícito no objetivo de “empoderar” as mulheres, dá nome a uma das seções editoriais, incluindo relatos pessoais de assédio, análises feministas de produtos da cultura pop e discussões sobre os recortes interseccionais do movimento. Na matéria “Quantos feminismos você tem?”, a autora reconhece que o “nós” proposto pelo feminismo é muito diverso e que nem sempre os recortes de raça, classe e sexualidade foram abarcados por uma narrativa mais

hegemônica do movimento. A matéria, de certa forma, introduz discussões que ficavam muitas vezes restritas a um meio intelectual ou militante. Em outro artigo, intitulado “As mentiras criadas sobre o feminismo”, a autora assume que ao falar sobre o movimento nessa matéria jornalística está correndo o risco de criar “uma cartilha sobre o que é ser feminista”, mas termina aconselhando: “Não existe motivo para ter medo de se declarar “feminista”, leitora. Não existe uma feminista perfeita, não existe uma feminista imperfeita, uma vez que não existe um modelo para fazer parte desse movimento tão diverso”.

Como observado nas outras publicações aqui analisadas, o discurso político da construção coletiva da luta por igualdade, no entanto, vem acompanhado da narrativa da autoestima como amparo para a construção da “mulher liberada” ou “empoderada” — investir em si é arma revolucionária. Na matéria “#AmeVocêPrimeiro: seja você o amor da sua vida”, essa mensagem é clara: “Por isso, #AmeVocêPrimeiro. Porque antes de amar um parceiro, você é quem deve ser o amor da sua própria vida (...) porque não tem nada mais genuinamente belo do que ver uma pessoa que mantém a autenticidade de ser ela mesma, apesar dos modismos, da moral e dos bons costumes.” Apesar do desejo bem intencionado de fortalecer a feminilidade, a estratégia do discurso pedagógico do “seja você mesmo” acaba se confundindo em alguma medida com certo marketing que tenta alçar a subjetividade a um empreendimento estratégico de vida, objeto de um investimento para o qual o mercado está sempre pronto oferecer as ferramentas de trabalho.

5. Conclusões

A pensadora feminista Teresa de Lauretis, em seu ensaio “Tecnologia do Gênero”, já em 1987 alertava para as armadilhas da representação e da construção do campo simbólico do feminismo. Segundo De Lauretis, essas armadilhas se constituem no fracasso que até então o pensamento feminista revelava ao permanecer elaborando o gênero como uma categoria exclusivamente subordinada à diferença sexual, a ponto de virtualmente se confundir com ela. A autora mostra que, ao construir espaços “gendrados”, marcados pelas especificidades de gênero — como grupos de conscientização, estudos da mulher, organizações coletivas de mídia feminista — o movimento acaba por confinar o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual da oposição universal do sexo e assim, não se consegue ultrapassar os próprios termos do patriarcado, que constitui essa diferença como determinante. Para De Lauretis, estamos sempre dentro e fora do gênero,

dentro e fora da representação, afinal, o gênero é só um dos fatores que determina nossa experiência de mundo, dentro de uma rede complexa de outros efeitos.

Como vimos na análise das três revistas feministas selecionadas, representar é a palavra-chave que aparece continuamente na reivindicação dos novos modelos de gênero. A representação falha da mulher na mídia tradicional é a crítica que mobilizou a criação de publicações alternativas. A representação que não deu conta da diversidade de vivências da feminilidade, a representação que limita o corpo e causa sofrimento, destrói a autoestima. Não se ver representada é angústia política que mobiliza esses discursos, talvez porque estar condenado à invisibilidade seja a forma mais eficiente de sofrimento contemporâneo. Não se trata de dizer que esse é um problema novo, mas há uma diferença em lutar por visibilidade como um grupo político em busca de direitos e o deslocamento que agora se dá em direção a luta por visibilidade nos termos da existência antes considerados privados, as modelações do corpo e as formas de vida. Como mostrou Paula Sibilia no livro *O show do eu: a intimidade como espetáculo* o fenômeno da exposição da intimidade em rede ressalta uma mudança nas formas de construção da subjetividade contemporânea, alter-dirigida e performada sem o amparo de uma interioridade elaborada na intimidade, conforme o modelo moderno. Estar visível é mais do que nunca um código de inteligibilidade do sujeito contemporâneo.

O modelo de representação convocado nos discursos presentes nas revistas analisadas ao mesmo tempo constrói o espaço gendrado do qual falou De Lauretis e reivindica uma outra noção de representação, não mais apenas como aquilo que garante a possibilidade de ação política, mas também aquilo que garante a possibilidade de satisfação pessoal, a autoestima que protege do relacionamento abusivo, o investimento em si que garante a liberação.

As revistas tem o mérito de popularizar o discurso feminista que, no Brasil, sempre esteve de certa forma restrito a um meio intelectual e acadêmico. Desde a primeira onda, em fins de século XIX e início do século XX, as propostas de mobilização vinham através de mulheres da classe alta que tinham a oportunidade de fazer seus estudos na Europa e voltavam para país dispostas a reproduzir essas experiências por aqui. Esse foi o caso de muitas das fundadoras das revistas feministas dessa época, que acabavam ficando restritas em termos circulação pelos custos e pela baixa escolaridade das mulheres.

A expansão dos modelos de feminilidade, é claro, também não deixa de ser estratégica, tendo em conta o discurso mononuclear da mídia tradicional brasileira, que

marginaliza não só formas de vida, mas discussões mais profundas sobre as desigualdades que marcam nossa sociedade. No entanto, a construção do espaço gendrado de representação e a apropriação do discurso de mercado da subjetividade empreendedora de si são os riscos e complexidades que marcam esses fenômenos, construtores de umas das faces *mainstream* do feminismo contemporâneo.

Referências

- BITTONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.
- DE LAURETIS, Teresa. The technology of gender. In: _____. *Technologies of gender*. Indiana University Press, 1987, p. 1-30.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1995. v. V.
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SIBILIA, Paula. A nudez autoexposta na rede: deslocamentos da obscenidade e da beleza? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, jan./jun. 2015.
- _____. A arma de guerra chamada barbie. *Trópico*, 2007. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/print/2891.htm>>.
- _____. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

O método genealógico: uma possível chave de leitura para problemas contemporâneos¹

Bruna Rodrigues²

Ana Cláudia Lopes³

Resumo

Nos últimos anos o debate acerca do assédio e da violência sexual ganhou a cena pública, o que pode ser percebido pela repercussão de campanhas como *Chega de fiiu*, *Não mereço ser estuprada* e *Primeiro assédio*. Neste artigo, propomos uma discussão a respeito da utilidade do método genealógico de Michel Foucault para compreender as condições de verdade e as mudanças na moralidade dominante que possibilitaram a emergência de narrativas testemunhais como as que constituem as campanhas citadas. O trabalho investiga as problemáticas envolvidas na adoção de um ponto de vista construcionista sobre a violência sexual, discutindo tanto a mudança na percepção social e na sensibilidade coletiva a respeito do assédio e do estupro como os novos modos de subjetivação que surgem a partir de tal transformação.

Palavras-chave: Metodologia; Genealogia; Narrativas; Violência sexual.

1. Introdução

Em outubro de 2016, mulheres norte-americanas utilizaram a rede social Twitter para narrar as primeiras vezes em que haviam sido sexualmente assediadas. Muitos de seus relatos eram acompanhados pela hashtag #notokay e contavam desde experiências de assédio até casos de estupro. O movimento, liderado pela escritora canadense Kelly Oxford, recebeu ampla adesão em poucos minutos e foi uma resposta à fala do então candidato à Presidência da República nos Estados Unidos, Donald Trump. Em uma conversa gravada, ocorrida no ano de 2005, o político dizia: “Sabe, eu sou automaticamente atraído pela beleza. Eu simplesmente começo a beijá-las. É como um ímã. Simplesmente beijo. E nem espero. E quando você é famoso elas deixam você

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT 4 – Narrativas & Subjetividades.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. E-mail: brunamensagens@gmail.com.

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. E-mail: miss.anaclaudialopes@gmail.com

fazer isso. Você pode fazer qualquer coisa... Agarrá-las pela b*****. Você pode fazer qualquer coisa”⁴.

O movimento #notokay guarda importantes semelhanças com a campanha *Primeiro assédio*, que repercutiu nas redes sociais do Brasil (tanto no Twitter como no Facebook) no fim de 2015 e foi idealizada pelo coletivo feminista Think Olga. A campanha nacional havia sido iniciada após comentários sexuais que surgiram na Internet a respeito de uma menina de 12 anos que participava de um *reality show* de televisão. As duas campanhas que estimulam mulheres a compartilhar suas primeiras vivências enquanto vítimas de assédio são sintomáticas de um cenário mais amplo de visibilidade da temática da violência sexual e de sua emergência como uma das principais bandeiras do feminismo contemporâneo.

Também dentro desse contexto surgiram as iniciativas *Chega de fiu fiu* e *Não mereço ser estuprada* que aconteceram em 2013 e 2014, respectivamente⁵. Ambas viralizaram rapidamente pelas redes sociais virtuais, repercutindo inclusive na mídia tradicional. A mensagem de todas essas campanhas parecia clara: a violência sexual, seja ela em forma de assédio ou violência física propriamente dita, não seria mais tolerada pelas mulheres.

Reconhecendo as redes virtuais como espaços onde se dá parte de nosso aprendizado cultural e tomando-as enquanto instâncias de reconfiguração de convenções relativas a gênero e sexualidade, esses objetos empíricos são ricos para o debate sobre mudanças em nosso regime sexual. O objetivo deste trabalho é discutir em que medida tais campanhas são representativas de uma nova moralidade a respeito da violência sexual e das práticas sexuais de um modo geral.

Para essa investigação, acionamos o método genealógico de Michel Foucault e discutimos sua utilidade como ferramenta para a compreensão do fenômeno das

⁴ The Guardian. *Trump's groping boasts inspire thousands of women to share sexual assault stories on Twitter*. 09 out. 2016.

⁵ A campanha *Chega de fiu fiu* foi uma iniciativa do coletivo feminista Think Olga contra o assédio sexual sofrido por mulheres no espaço público. A campanha buscava ainda dar visibilidade a histórias de violência vivenciadas por mulheres de todo o Brasil, o que culminou na criação de um mapa colaborativo virtual, que reunia relatos testemunhais de mulheres assediadas. Já a campanha *Não mereço ser estuprada* foi criada pela jornalista Nana Queiroz em abril de 2014. A iniciativa surgiu após a divulgação de uma controversa pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo seus resultados, que foram posteriormente retificados, 65% dos brasileiros – entre homens e mulheres – concordavam, total ou parcialmente, que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Mesmo depois da correção da informação pelo Ipea (o número real corresponderia a 26% dos respondentes e não a 65% - o que certamente não deixa de ser alarmante), o assunto já tinha sido amplamente debatido na Internet e a campanha havia viralizado.

campanhas femininas nas redes sociais. A utilização de tal método não se dá sem a colocação simultânea de questões éticas importantes, que abordaremos aqui. Desse modo, o presente artigo tenta contemplar dois eixos: a discussão sobre o método genealógico foucaultiano e, em um segundo momento, sua aplicabilidade na compreensão do que poderíamos chamar de um novo regime da sexualidade, que começa a emergir no fim do século XX, conforme apontou Carrara (2015).

2. A genealogia como método de investigação

O método genealógico proposto por Michel Foucault propõe a investigação das práticas discursivas e dos processos de subjetivação em que estamos engajados enquanto indivíduos sociais. Tendo se intitulado historiador ao longo de toda a sua trajetória acadêmica (se autodenominando filósofo apenas no fim de sua vida), Foucault promoveu inflexões teóricas que enfatizaram as descontinuidades e os pontos de ruptura da história, se afastando de noções evolutivas ou lineares do tempo. De acordo com sua proposta metodológica, os eventos deveriam ser investigados em sua singularidade e deveríamos questionar justamente os modos de ser e de pensar de um determinado momento histórico.

A análise deveria contemplar, sobretudo, aquilo que nos pareceria natural ou a-histórico, eventos ou práticas a respeito das quais existiria alto grau de consenso. “Daí para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 1979, p. 15).

Antes de trabalhar com o método genealógico, Foucault utilizou a arqueologia, que investigava a experiência da linguagem. “Seu método consiste na suposição de que as condições de possibilidade do pensamento de uma dada época são determinadas pelo modo com que a linguagem se dá: desde então, uma certa forma de pensar se torna constrigente, quer dizer, possível e necessária, simultaneamente” (VAZ, 1997, p. 36). Com o desenvolvimento de seu trabalho, Foucault passa a investigar a linguagem enquanto prática discursiva. “A rede de enunciados faz emergir os objetos que podem ser pensados, os lugares que um sujeito pode ocupar para deles falar, os conceitos que utiliza e o domínio de escolhas teóricas de que dispõe” (VAZ, 1997, p. 57).

Historicizar e problematizar as verdades do presente, esses seriam os objetivos últimos do método genealógico. “Para estudar as práticas, Foucault propõe interrogá-

las, colocar em questão os postulados instituídos que circulam no campo social como verdade, desconstruindo modos de vida e hábitos que foram cristalizados” (LE MOS; CARDOSO JR., 2009, p. 355). Mas isso não se dá sem a imposição de algumas limitações. Talvez a principal delas se refira à impossibilidade de assumir um ponto de vista supra-histórico. Como investigar as verdades de meu tempo se elas determinam também a mim mesmo? Em outros termos, como questionar a cultura se nos pensamos justamente a partir de verdades e conceitos disponíveis em nossa cultura?

Emily Martin, em seu livro *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*, traz uma interessante metáfora desse “problema” ao acionar Berger e Luckmann, teóricos da sociologia do conhecimento: “Como antropóloga, meu problema residia em como encontrar uma posição privilegiada da qual pudesse observar a água em que havia vivido a vida inteira. Berger e Luckmann ilustram esse problema como ‘tentar empurrar um ônibus no qual você está viajando’” (MARTIN, 2006, p. 47).

Estar situado na mesma realidade social que se busca investigar não é, contudo, uma impossibilidade. Ao contrário, o presente pode nos oferecer indícios valiosos, como diz Sibilia (2015, p. 136):

O presente é um enigma em movimento, quase tanto como o futuro. E, embora nenhum dos dois seja o resultado inevitável de um passado facilmente objetivável, sempre é possível traçar certas genealogias capazes de oferecer alguns rastros significativos acerca de sua gestação e suas implicações. Assim, ao mapear as forças históricas que contribuíram para dar à luz o quadro atual – com todos seus imprevistos, suas complexidades e até mesmo suas contradições –, talvez possam ser identificadas algumas continuidades e rupturas cheias de sentido. Essas pistas, por sua vez, podem nos ajudar a entender o que está se passando agora: o que estamos deixando de ser e o que estamos nos tornando; e, muito especialmente, por que tudo isto está ocorrendo neste momento.

Outro problema diz respeito a questões éticas e políticas de pesquisa. Desnaturalizar determinados valores ou códigos morais pode ser facilmente compreendido como uma relativização da violência ou mesma uma desqualificação do sofrimento alheio. Para esclarecer a questão, vejamos um exemplo advindo da Sociologia: a teoria do desvio, descrita no livro *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* do norte-americano Howard Becker.

Segundo Becker, o desvio é fruto de uma interação, ou seja, “não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que reagem a ele” (BECKER, 2008, p. 27). Isso nos parece simples de ser assimilado se tomamos o exemplo do uso da maconha, também analisado

por Becker no mesmo livro. A utilização da erva em si não possui nenhum tipo de valor positivo ou negativo, isto é, seu significado é construído socialmente. Enquanto no Brasil, seu uso é vedado em termos legais, em alguns estados norte-americanos, a utilização medicinal da substância é garantida legalmente. Esse exemplo simples deixa claro que a prática em si mesma não tem significado *a priori*. Seu sentido depende do contexto social no qual está inserida.

A aplicabilidade da teoria do desvio de Becker, porém, é menos evidente quando passamos a analisar a temática da violência sexual. Existem atos e práticas que nos parecem essencialmente maus e nocivos. Historicizá-los, nesse sentido, passa a ser algo complexo e cercado de riscos éticos. A respeito dos detratores de sua teoria interacionista, Becker (2008, p. 196) diz que eles “consideram perversos os teóricos que não admitem que alguns atos são *realmente* desviantes, pelo menos no sentido da violação de uma regra” (grifo do autor).

Além da violência sexual, outras práticas desviantes no que diz respeito à sexualidade também são tidas como intrinsecamente perversas, como é o caso da pedofilia. Deter-se nesse tipo de fenômeno social e tomá-lo como objeto de estudo foi a empreitada de Laura Lowenkron no livro *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos* (2015). Ciente das questões éticas que envolviam o trabalho de sua então orientanda de doutorado, a antropóloga Adriana Vianna escreveu no prefácio da obra, que adota um ponto de vista marcadamente genealógico:

Tomar a construção social pedofilia como objeto de investigação antropológica, sem ceder a posicionamentos morais ou a denunciamentos de qualquer tipo, é um ato de preciosa coragem intelectual, que exige o deslocamento constante do olhar do investigador na direção daquilo que não é oferecido ao público com o brilho do escândalo moral, da crise de valores ou da patologia psíquica (VIANNA apud LOWENKRON, 2015, p. 15).

Passemos agora ao tema da violência sexual contra mulheres que vem ocupando o centro de debate público nos últimos anos. Obviamente, a visibilidade está ligada, em certa medida, à própria incidência do crime de violência sexual no país. Dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança, que reúne informações de Secretarias Estaduais de Segurança de todo o país, mostram que houve 45.460 estupros em 2015, o

equivalente a 125 vítimas por dia⁶. O número, que agrega casos de vítimas masculinas e femininas, é ainda mais alarmante se considerarmos o fenômeno da subnotificação⁷.

A maior visibilidade que é conferida ao tema da violência sexual não pode ser compreendida unicamente como combate ao tabu e ao estigma, tampouco como simples sinal de avanço ou progresso no que se refere aos direitos das mulheres. Mesmo sabendo que os números são expressivos, cabe a pergunta: por que a visibilidade da temática atualmente?

O fenômeno, ao menos a partir de uma perspectiva genealógica foucaultiana, indica que houve uma transformação na moralidade dominante e nos códigos sociais que regem a sexualidade. Para compreender essa mudança, o conceito de dispositivo é útil pois nos leva ao questionamento das relações entre saber e poder. Em *Microfísica do poder*, o dispositivo é caracterizado da seguinte forma: “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244). O dispositivo contemporâneo da sexualidade reúne algumas características que serão descritas no próximo tópico, pois têm clara relação com a moralidade sobre a violência sexual, tema sobre o qual nos detemos aqui. Veremos adiante em que medida tais campanhas nos ajudam a compreender os novos códigos morais hoje em voga.

3. As mudanças na moralidade sexual

No caso das campanhas *Chega de fiu fiu*, *Não mereço ser estuprada* e *Primeiro assédio*, há que se fazer algumas observações importantes. Elas diferem tanto em termos estéticos como em aspectos de conteúdo. Enquanto a *Chega de fiu fiu* tem como foco a denúncia da dimensão violenta das chamadas cantadas de rua, a campanha *Não mereço ser estuprada* trata da violência limite do estupro. Já a *Primeiro assédio* agrupa relatos de experiências de assédio, em sua maior parte casos de assédio verbal e toques indesejados. O que aproxima tais campanhas, entretanto, é o fato de todas elas se posicionarem contra a chamada cultura do estupro, expressão que se tornou bastante

⁶ Informações obtidas em <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario-2016-03nov-final.pdf>. Acesso em 12 nov. 2016.

⁷ Desde 2009, com a Lei Federal 12.015, a tipificação de estupro passou a incluir a agressão a homens. Outra mudança relevante foi a inclusão de práticas como atos libidinosos e atentados violentos ao pudor no rol daquelas classificadas como estupro. De acordo com a redação da Lei 12.015/2009, o estupro passou a ser definido como: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

comum e aparece na mídia e nas redes sociais com frequência. Ela é definida pela Organização das Nações Unidas da seguinte forma:

Cultura do estupro é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. (...) A cultura do estupro é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio⁸.

A expressão cultura do estupro, ao reunir sob um mesmo conceito experiências como cantadas, piadas, assédio sexual e o estupro propriamente dito, mostra que existe hoje a compreensão de que vivemos um contínuo de violência e as mulheres seriam vítimas senão reais ao menos potenciais de algumas dessas agressões⁹.

Por que a luta contra a violência sexual se tornou uma das maiores bandeiras do feminismo contemporâneo? Já discutimos tais razões em outro trabalho (RODRIGUES, 2016), contudo, é relevante elencarmos aqui, mesmo que de forma breve, as condições de emergência de campanhas que tratam da violência sexual. Em primeiro lugar, o estupro significa um atentado contra a liberdade do sujeito, algo extremamente valorizado a partir da Modernidade, com seu ideal secular de autonomia individual, como diz Birman (2005, p. 35): “[...] é a soberania inalienável do indivíduo, como valor supremo que teria que ser sempre mantida custe o que custar, contra a invasão do território inviolável de sua intimidade”.

Outros fatores devem ser considerados, entre eles a atuação do movimento feminista, que contribuiu para que a mulher fosse compreendida como um sujeito de direito pleno e a emergência da compreensão de que os crimes sexuais causam lesões não apenas no corpo, mas também e principalmente no psiquismo das vítimas, por meio da noção de trauma (VIGARELLO, 1998).

Também destacamos um fator essencial para que campanhas como as citadas tivessem comunicabilidade: a ascensão da figura da vítima, isto é, a ampliação do espaço ocupado por vítimas, como explica Sarti (2011, p. 54): “Dentro da problemática do sofrimento associado à violência, a construção da pessoa como vítima no mundo

⁸ Informações disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>. Acesso em 12 nov. 2016.

⁹ A ideia de um contínuo de violência é veementemente criticada por algumas feministas, entre elas a francesa Elisabeth Badinter. Na obra *Rumo equivocado* (2005), ela discute os aspectos negativos de tal compreensão, apontando para uma tendência vitimista do feminismo que seria inspirado no modelo político norte-americano.

contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade”.

A existência da Internet, com a possibilidade da multiplicação dos locais de fala, também contribuiu para a disseminação de relatos testemunhais autobiográficos. Isso reforçou a ilegitimidade da mediação quando se trata de narrativas de sofrimento. Vaz (2014, p. 9) aponta para a recusa da distância entre representante e representado ao dizer: “acredita-se que o melhor é que o próprio sofredor se represente para a audiência, pois ninguém pode falar em seu nome e só pode falar de uma condição quem passou por ela”. A difusão de relatos possibilitada pela Internet não significa que os aparatos técnicos e as redes sociais tenham causado essa crescente exposição e reverberação. Compatilhamos do ponto de vista de Sibilia (2015), para quem a tecnologia e a própria Internet são mais efeitos que causas da progressiva visibilidade do contemporâneo: “[...] foi precisamente porque tais mudanças já se assentaram suficientemente em nossa cultura que esses aparelhos foram inventados e se popularizaram com tanta rapidez e eficácia” (SIBILIA, 2015, p. 136).

Todos os elementos elencados produzem as condições de emergência das campanhas de mulheres vítimas de violência sexual e cada um deles poderia compor um plano distinto de análise. Não seria possível tratar de todos eles neste trabalho, assim demos ênfase à mudança na moralidade sexual. A recorrência da palavra assédio em nossa cultura já nos oferece uma pista de como o assunto se tornou um problema social. Birman (2005, p. 30), porém, avança nessa constatação ao afirmar: “Isso aconteceu bem recentemente na nossa tradição, de forma que aquela [a palavra assédio] passou a designar não apenas acontecimentos novos, mas também situações que eram anteriormente denominadas de maneira diferente nas práticas languageiras”. Se a palavra assédio passou a designar práticas que antes eram descritas de outro modo, isso significa que houve uma transformação no modo como vivemos tais experiências, ou seja, a mudança da nomenclatura não é meramente descritiva, mas antes conceitual.

Um dos critérios atuais de legitimidade de determinada prática sexual é a existência de consentimento entre os sujeitos que nela se engajam. Outro aspecto relevante no que diz respeito à sua aceitação é a promoção do sentimento de realização pessoal. Contudo, essa concepção é relativamente recente e procede outro entendimento a respeito da legitimidade moral do sexo baseada em sua capacidade reprodutiva. É isso que nos explica o antropólogo Sérgio Carrara (2015, p. 329):

[...] o critério fundamental que separava o bom e o mau sexo se desloca progressivamente da reprodução biológica e da produção eugênica de uma população ou raça sadia para a promoção do bem-estar individual e coletivo através do bom uso dos prazeres. [...] O critério de avaliação moral das práticas sexuais passa a se basear, de um lado, na sua congruência com uma suposta verdade interior dos sujeitos expressa em seus desejos e, de outro, no plano consentimento em participar das relações sexuais.

Os critérios morais da liberdade e do consentimento seriam importantes características do dispositivo contemporâneo da sexualidade. Sendo assim, práticas que outrora foram tidas como perversões, tal qual o sadomasoquismo, hoje alcançam certa legitimidade social por se darem de comum acordo entre as partes envolvidas. O progressivo reconhecimento social, porém, não se estendeu a todas as práticas sexuais. A falta de consentimento passou a tornar determinadas atividades abomináveis. “(...) Se um ato sexual for consentido e os parceiros forem socialmente considerados capazes de consentir, não importará mais a forma que toma. Inversamente, dois atos passam a ser vistos de modo muito negativo: a pedofilia e o estupro” (VAZ, 2014).

As antigas perversões sexuais, ou nos termos atuais, as parafilias, não são mais as práticas que se distanciam do sexo heterossexual monogâmico, marital e reprodutivo, mas sim aquelas “cuja satisfação provocou dano pessoal, ou risco de dano, a outros” conforme consta no DSM-5¹⁰ (CARRARA, 2015, p. 331). Isso não significa que anteriormente práticas como o estupro não fossem condenáveis. O que mudou foi a razão dessa condenação. O estupro era considerado crime contra os costumes e hoje, um atentado contra a individualidade da vítima (VIGARELLO, 1998).

A emergência da noção de direitos sexuais, ao valorizar os sujeitos e não mais entes como a nação ou a família, também é representativa de mudanças no regime sexual. Após a chamada revolução sexual dos anos 1960 e 1970, que modificou drasticamente costumes e regras sociais e a epidemia da Aids na década de 1980, os direitos sexuais foram um importante passo na constituição do dispositivo contemporâneo da sexualidade. Ainda no campo dos direitos, é notório o progressivo reconhecimento de sujeitos sociais como mulheres, homossexuais e transexuais, que vêm alcançando direitos civis e proteção social até então a eles negados.

¹⁰ O DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, desenvolvido pela Associação Psiquiátrica Americana. Foi desenvolvido como uma alternativa à Classificação Internacional de Doenças (CID), produzida pela Organização Mundial da Saúde. Para uma compreensão crítica das mudanças nas várias versões do manual, cuja primeira edição foi lançada em 1952, ver os trabalhos de Jane Russo, em especial o artigo escrito com Ana Teresa Venâncio intitulado *Classificando as pessoas e suas perturbações: a revolução terminológica do DSM III* (2006).

Também devemos atentar para o caráter produtivo dessas novas noções sobre a sexualidade, que produzem realidades e modos de ser específicos. Diante da valorização da liberdade individual e da autonomia do sujeito, e dentro do quadro de importância da noção de consentimento, é compreensível a exclusão daqueles que Carrara nomeou como possuidores de “desejos indesejáveis”, tais como pedófilos e estupradores. Eles representam o novo lugar do medo juntamente com um rol de experiências em que a possibilidade de haver verdadeiramente consentimento é questionada. “Desse modo, aumenta a inquietação (que às vezes assume a dimensão de pânico moral) em relação a fenômenos como a pedofilia, o assédio sexual, o abuso sexual, o turismo sexual, a exploração sexual, a compulsão sexual etc.” (CARRARA, 2015, p. 332).

A dimensão do pânico moral levantada por Carrara também nos leva a um outro conceito foucaultiano absolutamente essencial para entendermos os significados que as práticas sexuais adquirem: a noção de poder positivo (ou produtivo). No caso do dispositivo contemporâneo da sexualidade, o repúdio à violência sexual vem se tornando parte do sistema de valores. Produziu-se uma nova sensibilidade à violência sexual, o que promove a ascensão de narrativas de vítimas e facilita a comunicabilidade de tais relatos. Notemos que há dois processos em andamento: produção de efeitos subjetivos e geração de efeitos sociais e políticos, ambos ligados a uma nova economia emocional.

O primeiro diz respeito à própria compreensão a respeito daquilo que vivemos. Experiências passadas que poderiam ser consideradas inclusive positivas como receber uma cantada passam ao registro do assédio por conta dessa nova sensibilidade social. Não é apenas uma mudança na nomenclatura. O próprio evento passa a ser experimentado de outro modo, como esclarece o antropólogo David Le Breton (2009, p. 118): “Existe um trabalho do tempo e da memória sobre as emoções, um trabalho de significado, que leva, por vezes, à modificação da forma como um acontecimento é experimentado”.

O filósofo Ian Hacking corrobora tal visão ao tratar da rememoração de eventos vividos e do que ele chamou de “indeterminação do passado”: “Não quero dizer somente que mudamos nossa opinião sobre o que foi feito, mas que em um certo sentido lógico, aquilo que foi feito se encontra ele mesmo modificado” (HACKING, 1998, p. 387) (tradução nossa).

O segundo processo diz respeito à escuta social dedicada a tais relatos. As mulheres se reconhecem enquanto vítimas e vão a público narrar suas experiências.

Nesse espaço público, seus testemunhos encontram reverberação, são comunicáveis. Isso acontece porque o repúdio à violência sexual se tornou parte de nosso repertório social afetivo.

As emoções não existem desvinculadas da formação da sensibilidade que o relacionamento com os outros enseja no seio de uma cultura e num contexto particular. Elas não têm realidade em si, elas não se fundam numa fisiologia indiferente às circunstâncias culturais ou sociais: não é a natureza do homem que se exprime através delas, mas a situação e a existência social do sujeito. [...] as emoções são a matéria viva do fenômeno social, a base que orienta o estilo das relações nutridas pelos indivíduos, distribuindo os valores e as hierarquias que sustentam a afetividade.

Há que se notar que a emergência desse novo dispositivo da sexualidade não significa a suplantação completa de dispositivos anteriores, tradicionais. Os regimes sexuais coexistem e suas regulações morais estão em permanente conflito. A própria Internet, enquanto espaço social de disputa e negociações, é prova disso. Do mesmo modo que ela é o cenário de campanhas como as que tratamos aqui, ela também serve de contexto para manifestações sexistas e outros crimes, como a pedofilia.

4. Considerações finais

A discussão presente neste trabalho integra uma pesquisa mais ampla que discute em que medida as campanhas de mulheres vítimas de assédio sexual instauram novas formas de subjetividade feminina. Para isso, nos apoiamos nas ferramentas metodológicas propostas por Foucault. Como vimos, uma perspectiva genealógica que desnaturaliza as verdades de nosso presente implica questões éticas que não podem ser ignoradas e tentamos debatê-las neste trabalho.

Devido à complexidade do fenômeno da visibilidade da violência sexual e por conta de limitações no tamanho deste trabalho, optamos por discutir apenas o plano analítico das mudanças na moralidade sexual dominante. Vimos que, no âmbito do regime sexual contemporâneo, a noção de consentimento é o maior critério legitimador das práticas sexuais. Desse modo, casos de pedofilia e estupro se tornam ainda mais abomináveis. A mudança na sensibilidade social faz com que os indivíduos dêem novos sentidos a suas vivências e que haja comunicabilidade de tais relatos, que hoje se difundem rapidamente por meio das redes sociais virtuais. Por último, deixamos de lado aspectos essenciais da problemática, entre eles a importância dos testemunhos como nova forma de ação política e a lógica da visibilidade que parece orientar muitas ações coletivas hoje. Esses temas serão discutidos em trabalhos futuros.

Referências

- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.
- BIRMAN, Joel. O assédio na atualidade e seus jogos de verdade. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 17, n. 1, pp. 29-44, jan./jul., 2005.
- CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana* 21 (2), Rio de Janeiro, pp. 323-345, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HACKING, Ian. *L'âme réécrite: étude sur la personnalité multiple et les sciences de la mémoire*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 1998.
- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LE MOS, Flávia; CARDOSO JR., Hélio. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), pp. 353-357, 2009.
- LOWENKRON, Laura. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
- MARTIN, Emily. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- RODRIGUES, Bruna. Meu corpo, minhas regras: direito ao corpo e narrativas feministas nas redes sociais. In: *XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Anais eletrônicos do Intercom. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2241-1.pdf>. Acesso em 13 nov. 2016.
- SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. Salvador: *Caderno CRH*, 2011, v. 24, n. 61, p. 51-61.
- SIBILIA, Paula. O universo doméstico na era da intimidade: nas artes, nas mídias e na internet. *Eco Pós*, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 18, nº 1, 2015, p. 132-147.
- VAZ, Paulo. Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. *Galáxia* (São Paulo), n. 28, p. 32-44, dez. 2014.
- _____. A compaixão, moderna e atual. In: FILHO, João Freire; COELHO, Maria das Graças Pinto. *Jornalismo, Cultura e Sociedade: visões do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulinas, 2014. p. 73-97.
- _____. *O inconsciente artificial*. São Paulo: Unimarco, 1997.
- VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

INSTA-PAPA: O USO DAS IMAGENS DO PAPA FRANCISCO¹

Eduardo Silva ²

Resumo

A fotografia tem marcado a humanidade desde sua origem no século XIX. Com o Instagram vive-se um novo momento da fotografia. A *selfie*, característica desta Rede Social, tem se tornado uma forma clara de expor as subjetividades. As fotos no Instagram mostram o quanto a Pós-modernidade reconstruiu a forma de se ver e de se estar no mundo. Neste sentido, como o pontífice da maior Igreja Cristã tem se portado neste contexto? O Papa Francisco tem se destacado pela sua popularidade, e uma das suas características tem sido sua exposição contínua nas Redes Sociais, algo que ele mesmo tem comentado como uma forma de evangelizar. Este artigo analisa a presença do Papa Francisco no Instagram.

Palavras-chave: Instagram, Papa Francisco, Fotografia.

1. Fotografia como dispositivo

Não cabe aqui uma profunda fundamentação teórica sobre a Fotografia. Partindo do pressuposto que o objetivo deste artigo não é explorar a fundo as questões estéticas implícitas à fotografia, e sim explicar os elementos que são necessários para entender a fotografia como dispositivo. Para entender melhor, o objetivo aqui é estabelecer a relação entre Fotografia e o “estar-no-mundo”. Neste interim, é necessário rever o confronto Fotografia e Espelho. Benjamin (1992), dedica um profundo ensaio, afirmando que ao contrário do espelho, a fotografia apreende a imagem apartando-a do sujeito. Significa dizer que, se por um lado a fotografia é um sinal de presença, por outro lado, identifica uma ausência do sujeito a quem a imagem pertence.

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT 4: Narrativas e Subjetividades.

² Licenciado em filosofia pela Unifebe e Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. Doutorando no Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ.. E-mail: edu.silva@univille.br.

Uma câmera fotográfica cumpre esse poder fascinante de adsorver e autonomizar a imagem refletida, isto é, a imagem que, contraída pela e na presença do próprio atinente se separa e toma distancia dele. Em um primeiro instante, a fotografia é como um espelho que pode ser manipulado, pois além, de maneira fidedigna, a imagem da realidade que nele se projetou. Porém, ao manter a imagem de maneira estática, rompe com a temporalidade especular, sendo assim a oposição conceitual do próprio espelho.

Quando falamos da popular *selfie*, nos deparamos à uma prática semelhante ao se olhar no espelho. Assim, quando o sujeito fotografa a si mesmo, ele é ao mesmo tempo espectador e objeto de captura, sentindo sempre esse descompasso de “ser eu e já outro”. A fotografia, destinada à fixação do instante, no fluxo contínuo temporal, coloca o sujeito em contraste com a sua passagem, dissociando este sujeito face à sua própria imagem.

Neste sentido, a fotografia ao separar o sujeito da sua imagem especular torna o fotógrafo um caçador. “Ao tropeçar a cada passo com a morte, a figura do caçador evoca a do fotógrafo que ao capturar o fortuito e o que lhe passa resvês, surpreende o real e o resguarda, delimitando-o numa forma-cerco (a moldura)”, afirma Oliveira (1984, p. 28). Com base nisto, a fotografia, tal como a caça, representa o instante “embalsamado”. A fotografia é assim este dispositivo de apreensão do instante.

Mas, o que é um dispositivo? Muito mais que um suporte ou um aparato tecnológico, muito mais que uma técnica, o dispositivo é uma máquina relacional ou, nas palavras de Deleuze e Guatarri, “uma máquina diagramática”, “um diagrama maquínico” (BRASIL, 2004). Neste sentido, o “dispositivo coloca em conexão e em funcionamento elementos os mais heterogêneos: trata-se sempre de uma articulação multilinear, composta por fios visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, de origem e natureza diferentes” (ANDRADE, 2015, p. 234).

O dispositivo é, portanto, o que “não é nós”, e utilizando a classificação binária de Agamben, os dispositivos estão nesta constante relação com os corpos por meio da experiência constante, o que lhes é inescapável. “A experiência da diferenciação é o que permite ao corpo ser sujeito, vivente e substância a um só tempo e, sendo tudo isso, abrir-se aos dispositivos e deles ser causa e efeito” (p. Ibidem). Sendo assim o corpo não é mais àquele da tradição platônica como oposição ao espírito – ou até mesmo um dispositivo da alma – nem mesmo a substância singular aristotélica. Aqui o corpo é “excentricidade fundamental que o faz estar permanentemente fora de si sem jamais sair de si” possibilitando esta contínua relação com os dispositivos, estes sim não corporais. É

possível ainda uma aproximação do conceito de dispositivo com o conceito de prótese de Daniel Denett.

2. Fotografia na era do Instagram

A pós-modernidade traz uma nova estética e as novas configurações tecnológicas alteram nossa relação com os dispositivos. Nossa afinidade com o corpo é substancialmente alterada, de maneira que a fotografia reage a este mesmo processo. O rosto é objeto de modificações, operações, transformações, implantes, retoques que põem de lado a dimensão “natural”. A própria arte da maquiagem ganha um novo enlevo. Os ornamentos ganham um novo enfoque. O rosto passa pelo duelo entre subjetivação e alteridade. Ewing (1996) descreve então as crenças sobre a face contestadas pelos fotógrafos atuais. Estas crenças advêm sobre o valor de exteriorização de uma essência que a face e, nela, o olhar levavam a uma visão romântica. Hoje, de forma antagônica, os fotógrafos contemporâneos acreditam que o rosto é uma superfície alterável, com uma dimensão de máscara sociocultural, facilmente moldável, quer pela manipulação cirúrgica, quer pelas técnicas de maquiagem, quer até pela tecnologia fotográfica a disposição como o famoso photoshop ou pelos variados filtros disponíveis hoje nos aplicativos dos dispositivos móveis (*smartphone*).

Do sentido comum que a face demonstra e da sua desconstrução, Ewing passa a analisar o próprio senso comum sobre a fotografia e sua desconstrução. A fotografia não é mais a captação da alma, mas produto; as inúmeras técnicas de manipulação e montagem fotográfica desmentem a verdade especular da câmera escura e abrem as portas à criatividade e à manipulação mediática.

Um dado importante é que a fotografia digital é invisível até o momento em que seus dados são convertidos em informação luminosa na tela. A tela, esta superfície luminosa torna-se o ambiente temporário, uma espécie de espelho manipulável. A ambiência das telas visa atender a uma exigência pertencente a própria do processo, já que fotografia sempre foi a “escrita pela luz”. Porém, nunca antes foi possível um dispositivo que pudesse corresponder de forma tão íntima a este caráter particular, à saber, a imagem luminosa. Há algo relativamente esperado no aparecimento dos suportes eletrônicos para a visualização de imagens fotográficas. Estes, tratados genericamente como telas, representam a forma mais originária de se visualizar uma fotografia, uma maneira quase especular.

É neste sentido que se pode afirmar que as fotografias percorrem telas e, graças as Redes Sociais, elas migram de telas em telas. Esta instrumentalização da imagem se apresenta com mais evidência quando se torna perceptível a escala de recepção que é promovida nas telas, já que estas são também vinculadas à Grande Rede.

Ao longo do século XX os jornais e revistas ilustradas colaboraram enormemente para a proliferação da fotografia, só que quase sempre de maneira restrita a um âmbito profissional de criação fotográfica (jornalística e publicitária, sobretudo). A grande diferença de hoje está na revolução do “instante privado publicado”. Desde os primeiros blogues com fotos, passando pelo fotolog – tudo ainda na década passada, atingindo o Tumblr, Flickr, Vimeo ou Youtube – chegando em 2010 ao Instagram, perpassa-se o redimensionamento da divulgação das imagens daqueles que não são necessariamente profissionais, mostrando, no entanto, enlevos técnicos impensados anteriormente.

No passado a fotografia fez parte de um universo de imagens do mundo, sobretudo em sua fase mais material com os papéis, filmes, negativos e cromos, hoje, com as telas interconectadas numa escala de emissão-recepção global, ela se torna porta de acesso imediato a este “presentismo” que é o mundo das imagens. Assim, ambiência promovida pelas telas indica a possibilidade de uma experiência fotográfica mais próxima à experiência da imagem, ou seja, tem-se um ambiente voltado a garantir um crescimento da consciência dos usos e papéis que se podem atribuir às imagens fotográficas. Neste sentido, a imagem que não é mais somente uma tecnologia maravilhosa e apenas de entretenimento, tal como a televisão, mas que também promove a fluidez das trocas simbólicas e da construção de sentidos em que todos podem estar aptos a participar, basta usufruir de um dispositivo maquínico de captura e emissão de imagem.

Assim, o Instagram, esta Rede Social criada por Kevin Systrom e Mike Krieger e lançado em outubro de 2010, tem por característica ser uma ambiência virtual cuja a finalidade objetiva é a emissão, a recepção e compartilhamento de fotografias, não escondendo assim a finalidade subjetiva dos perfis, que é a construção das suas subjetividades tornando todos espectadores da privacidade alheia.

Nossa proposta é entender como o Instagram se insere neste contexto de icônico do século XXI. Assim com o intuito de construir referenciais de identidade, a utilização de imagens do Instagram – junto a outros artifícios discursivos – parece produzir uma enormidade de sentidos, confirmando uma tendência atual, característica da cibercultura, que reside na “atualização permanente – e sempre recente – das informações, por meio de fragmentos de conteúdo adicionados a todo o momento” (SIBÍLIA, 2008, p. 116).

Desta forma, o “Instante gravado” torna as Redes Sociais uma sucessão de instantes contínuos e descontínuos, onde o espaço e o tempo são “transduzidos³” à uma nova realidade.

Esta realidade fragmentada, composta e disposta nas Redes Sociais, quando atribuídas a um ator social, representado por um perfil no Instagram ou Facebbok (RECUERO, 2009) ajudam a construir o reflexo de si que este indivíduo deseja representar. Em outros termos, aquela instância subjetiva (fiador) que confere autoridade ao autor da enunciação. Podemos dizer ainda que o sujeito consegue manipular sua imagem especular, migrando esta imagem do âmbito privado para o público. Portanto, “é na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não” (DUCROT, 1987, p. p.187). Essas características, assinaladas por Ducrot, revelam a necessidade subjetiva de construir uma “imagem de si” que possa ser socialmente aceita. Esta “imagem de si” é contaminada de estereótipos culturais que circulam na sociedade como um todo e não apenas nas Redes Sociais.

Conclui-se que os usos das imagens do Papa Francisco podem ser analisados pela ótica da construção dos sujeitos nas Redes Sociais.

3. O Papa no Instagram

Cabe salientar inicialmente que esta pesquisa pretende abarcar a página oficial “franciscus” (L'Osservatore Romano, 2016). Neste sentido a pesquisa está voltada para entender como a exposição da figura papal, que pela sua natureza de líder religioso já é uma figura exposta, é utilizada para a construção de uma imagem inter-subjetiva nas Redes Sociais.

Começamos pela página Oficial do Papa. Esta conta no Instagram é empresarial e seu copyright está à cargo da agência de notícias do Vaticano que recebe o nome de L'Osservatore Romano. Tal conta possui mais de 3 milhões de seguidores tendo ainda pouco mais de 160 publicações. Ao contrário do que acontece no Twitter e no Facebook, onde o Papa possui praticamente uma conta para cada idioma, no Instagram tem-se apenas uma única conta oficial, porém em cada publicação a legenda é repetida em vários idiomas. Cumprindo radicalmente o objetivo deste aplicativo-Rede Social, a conta do

³ Referente a Transdução dos conceitos de Simondon.

Papa esbanja fotos do cotidiano papal, porém, ao contrário do que se espera muitas vezes, que é conhecer a “intimidade”, as imagens são geralmente das reuniões, celebrações, entrevistas, recepções, enfim, do cotidiano público. Pergunta-se até mesmo se não se trata mais de peças publicitárias do que meras publicações. Vejamos algumas:



Figura 1 Papa visita o Refeitório que atende refugiados e imigrantes em Roma

Fonte: Instagram

Esta é umas das publicações mais recentes, data de 29 de Agosto de 2016, nela o Papa faz referência ao voluntariado como uma obra de misericórdia. O Papa decretou que 2016 seria o ano da misericórdia, e podemos perceber esta “mensagem publicitária da misericórdia” em outras publicações:



Figura 2 Imagem do dia 26 de agosto, Praça São Pedro.

Fonte: Instagram

Na legenda da imagem no Instagram está escrito: Consolando os que sofrem, poderemos construir um mundo melhor. Novamente percebe-se que é uma peça publicitária, com técnica profissional, que cumpre o projeto do “Ano da Misericórdia”.



Figura 3 Publicação de 25 de agosto

Fonte: Instagram

Nesta publicação o Papa pede oração pelos atingidos no terremoto da Itália. Percebe-se pelas duas últimas imagens que o fotógrafo explora a “fotogenia” das mãos de Bergoglio. Esta publicação tinha no final do mês de agosto/2016 161 mil curtidas. Apesar da oficialidade da página, é possível perceber a “exploração” das expressões do Papa, tanto de Alegria – quesito bastante repetido em várias imagens, como de introspeção nos momentos de oração, como podemos visualizar nas imagens quem seguem:



Figura 4 Papa reza pelas vítimas dos atentados terroristas

Fonte: Instagram

Não há nada de novo em mostrar um religioso rezando, porém, a oração é dotada de um sentido profético: ela pede a conversão. Várias das publicações da página buscam exprimir uma mensagem de conteúdo significativo, relacionado com alguma atualidade e que exprima a palavra pontifical.



Figura 5 Papa visita Armênia

Fonte: Instagram

Francisco tem encampado diversas viagens pelo mundo buscando o ecumenismo. Na imagem anterior vemos ele o chefe da Igreja armeniana em um gesto de união e cordialidade. É perceptível que a cerimônia é toda simbólica e que houve a intenção do fotógrafo em retratar o barco (símbolo da Igreja) e a água (símbolo da purificação/renovação). Também se vê na imagem uma parreira de uva, simbolizando os frutos do ecumenismo. Ambos os chefes nesta cerimônia rezaram pela paz, demonstrando um esforço da Igreja romana e da Igreja armeniana em vencer o passado de sangue e de perseguição entre ambas. Esta postagem em menos de um mês teve 160 mil curtidas.

Na imagem à seguir vemos o Papa em oração em frente ao ícone de São Pedro. Percebe-se que a conta no Instagram procura reforçar a imagem do Papa orante. Isto cumpre dois objetivos: estimular a oração entre os fiéis e passar a ideia de o líder religioso está “conectado” aos fiéis em oração pelos problemas do mundo. Transparece aqui um certo censo de responsabilidade.



Figura 6 Em oração na Basílica de São Pedro

Fonte: Instagram

Embora as imagens mais exploradas nas Redes Sociais seja a do “papa sorriso”, na sua conta do Instagram vemos que a intencionalidade publicitária das imagens percorre muito mais do que a “personalidade alegre”. É possível, cruzando as imagens e as legendas perceber que todas as imagens cumprem uma função “eclesiástica”, no sentido de apresentar o líder do catolicismo como um exemplo a ser seguido pelos católicos.

Em seguida, vemos uma imagem que beira o inusitado:



Figura 7 Praça São Pedro 9/06/2016

Fonte: Instagram

Em uma audiência geral na Praça São Pedro, o papa é surpreendido por vários cães que acompanhavam seus donos. A simpatia do Papa na imagem associada aos animais reforçou a ideia de uma Igreja “antenada” ao cotidiano das pessoas, como as questões relacionadas ao direito dos animais.

De maneira geral, vemos que a página oficial do Papa cumpre a função semelhante à de qualquer outra página oficial, seja de um artista, seja de uma empresa. É nítida a necessidade publicitária de “passar uma mensagem” ao povo cristão. O uso das Redes Sociais de maneira geral tem se tornado elemento frequente. Questões fundamentais deste papado não têm ficado apenas em bulas e encíclicas, mas tem alcançado o grande público através de pequenas publicações nas Redes Sociais, muitas vezes de maneira despercebida, sem tornar clara a intencionalidade, como esta última, que pode ser relacionada com a carta *Laudatio Si*.

4. Considerações

O intento desta pesquisa é acompanhar as publicações do Papa Francisco nas Redes Sociais. Não foi possível nesta publicação, já que a pesquisa está em estado da arte, observar e analisar as apropriações disto. Para tal, pretende-se abrir duas frentes de trabalho, (a) analisar os inúmeros comentários das postagens; e (b) verificar a periodicidade e os sentidos dados nos compartilhamentos destas imagens e mensagens papais.

Não é tarefa fácil analisar as subjetividades, mas se busca aqui entender uma nova forma de vivenciar a religião, da mesma maneira que a Internet revelou uma nova forma de militar politicamente, intui-se que há uma nova forma de ser religioso através da interfacialidade das Redes Sociais.

Referências

- ANDRADE, G. (2015). Corpo-dispositivo: entre o visível e o invisível da informação. *Revista Eco Pós*, 18(n.2), pp. 232-243.
- BENJAMIM, W. (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'água.
- BRASIL, A. (2004). Virar a Câmera,estremecer a imagem. *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO* , (p. 27). Porto Alegre,.
- DELEUZE, G. (1992). *A Imagem-Tempo*. São Paulo: Brasiliense.
- DUCROT, O. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- ERWING, W. (1996). *El cuerpo: fotografías de lácnfiguracion humana*. Barcelona: Siruela.
- LOPES, F. L. (01 de 09 de 2013). RELIGIÃO E ATEÍSMO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DE EXPRESSÕES PESSOAIS E DE DEBATES NO FACEBOOK. Lima, Peru. Fonte: <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/vGT14-Fernanda-Lima.pdf>
- L'Osservatore Romano. (2016). *franciscus*. Acesso em 26 de agosto de 2016, disponível em <https://www.instagram.com/franciscus/>
- OLIVEIRA, E. R. (1984). *Pesquisa em torno da Fotografia – ou da marca fotológica* .
- RECUERO, R. (2009). *As Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulinas.
- SIBÍLIA, P. (2008). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Banalidade e códigos morais: aborto na imprensa brasileira nas décadas de 1830 e 1840¹

Fábio Grotz Majerowicz²

Resumo

O artigo busca expor e analisar as narrativas sobre aborto na imprensa brasileira nas décadas de 1830 e 1840, com o intuito de preencher a falta de estudos no campo da Comunicação acerca da tematização jornalística do fenômeno. Partindo-se da compreensão dos meios de comunicação como espaços de mediação com densidade cultural, o presente artigo mapeia núcleos discursivos, tais como o médico e o jurídico, através dos quais o aborto foi tratado. O trabalho é desenvolvido a partir de levantamento documental realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e toma como base empírica nove registros encontrados em jornais/periódicos que circulavam no Rio de Janeiro em meados do século XIX. Dessa forma, busca-se identificar personagens, atores sociais, pontos de vista, representações e sentidos morais nas narrativas que naquele momento histórico predominavam no debate público sobre aborto.

Palavras-chave: aborto; narrativa; imprensa; século XIX.

1. Introdução

O aborto é uma prática disseminada entre as mulheres brasileiras - uma em cada cinco já interrompeu a gravidez pelo menos uma vez até os 40 anos (DINIZ; MEDEIROS, 2010). Nas duas últimas décadas, o debate sobre o tema tem alcançado razoável amplitude nos meios de comunicação brasileiros (CORRÊA; PAZELLO, 2002; RIBEIRO, 2008; ALÉSSIO, SANTOS, 2008; FONTES, 2012), envolvendo inúmeros atores sociais, bem como variados argumentos e discursos que duelam em um horizonte de debates tensos e abrasivos. Esse retrato é possível pois o tema constitui um objeto de estudo hodierno na academia. Contudo, trata-se de um tema de investigação preponderantemente contemporâneo. Faltam estudos que enveredem pelo assunto em períodos passados, particularmente no campo da Comunicação, objetivo a que se propõe este artigo, que integra pesquisa de doutorado destinada a mapear e analisar as narrativas sobre aborto na imprensa brasileira do século XIX até o século XXI, com os devidos recortes.

¹ Trabalho apresentado no GT 4 - NARRATIVAS E SUBJETIVIDADES do XIII Seminário de Alunos de Pós-graduação da PUC-Rio, Póscom 2016, realizado de 23 a 25 de novembro de 2016.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom/Uerj). E-mail: fabiogrotz@gmail.com

Desde a Independência do Brasil, o aborto é definido legalmente como uma matéria de ordem penal. O Código Penal do Império, de 1830, introduziu a prática no rol de atos considerados criminosos (LEOCÁDIO, 2006). Nesse texto, é definido, na “Secção II – Infanticídio”, dentro do “Capítulo I – Dos Crimes contra a Segurança da Pessoa, e Vida”, como crime provocar aborto e fornecer conhecimento e instrumentos para a sua prática. A pena prevista era de um a cinco anos de reclusão (LEOCÁDIO, 2006). Caso o aborto fosse cometido sem o consentimento da mulher ou fosse realizado “*por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes*”, conforme indica o texto, a pena seria dobrada. Nos dois Códigos Penais posteriores (1890 e 1940), o aborto também seria mantido, com algumas diferenças, como crime.

A definição penal chama a atenção pois sinaliza o lugar social, bem como os discursos e representações mobilizados por determinadas práticas. Trata-se, para ser mais exato no caso do aborto, de uma matéria inscrita em um contexto de punição. Conforme aponta Maxiliano (1998), leis são campos de mediação inscritos em momentos sócio-históricos específicos e constituem-se em expressão de valores e práticas do cotidiano.

Tal abordagem do Direito guarda semelhança com perspectivas teóricas do campo da Comunicação. A tese das mediações (MARTÍN-BARBERO, 2009) constitui uma importante reflexão sobre o desempenho dos meios de comunicação nas sociedades. Para o autor, através dos meios de comunicação é possível identificar temas, valores, tensões e conteúdos culturais que marcam determinado grupo social. Levando em conta a participação do discurso jornalístico nos processos comunicacionais, não é difícil perceber o papel da imprensa na composição da ordem social.

Existem lacunas nas pesquisas sobre aborto. Conforme destaca Rocha (2009), os estudos são relativamente escassos nas áreas em que mais assiduamente a prática tem sido pesquisada - Antropologia, Sociologia e Ciências da Saúde. O panorama ainda é mais carente no campo da Comunicação, que não conta com investigações sistemáticas sobre a representação do aborto na imprensa brasileira (CORRÊA; PAZELLO, 2002).

Diante desse horizonte, resgatar a tematização do aborto em períodos históricos passados pode preencher brechas, bem como enriquecer os olhares analíticos sobre o assunto. Sabe-se atualmente os argumentos, atores sociais e o tratamento editorial que a prática vem de uma maneira geral adquirindo há cerca de duas décadas na imprensa brasileira. Porém, não se pode dizer o mesmo sobre outros momentos da história. Por isso, as décadas de 1830 e 1840 foram escolhidas como objeto de pesquisa. Naquele período histórico, conforme já mencionado, o aborto foi pela primeira vez registrado na legislação

brasileira. Também no início do século XIX, a imprensa brasileira iniciava seus primeiros passos, que se consolidariam ao longo daquele século.

2. Metodologia

Este artigo apoia-se em pesquisa documental de jornais e periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira³. Foram identificados, nas duas décadas em análise, nove registros sobre aborto na imprensa que circulava no Rio de Janeiro. Tal recorte geográfico é explicado pelo fato de o Rio de Janeiro ser, naquele momento, a capital do Império, ocupando centralidade na cena política, cultural, social e econômica, bem como constituindo um cenário privilegiado para observação de práticas sociais, circulação de discursos e troca de bens simbólicos.

A partir dos dados coletados, foi desenvolvida uma análise dos textos e notas que traziam o aborto em seu corpo. Os registros abrangem textos jornalísticos e artigos opinativos, descartando-se menções - ainda que raras - ao assunto em textos ficcionais (era recorrente jornais publicarem contos e novelas). Os textos foram analisados levando-se em conta a força narrativa do jornalismo, que reúne significativa capacidade de projetar sentidos à vida humana, produzir efeitos de real, organizar enredos temáticos e instituir uma noção de presente (MOTTA, 2013). Compreende-se o jornalismo como um fenômeno narrativo de caráter cultural, pois a partir dele são projetadas e disseminadas concepções morais, políticas, religiosas, míticas etc. Nesse processo de mediação de percepções, em que o jornalismo emerge como prática social, o artigo leva em conta, para efeito de análise, os núcleos narrativos, personagens, tensões, ênfases e nuances, que permitem entrever elementos das interações sociais projetadas através da prática do aborto (seja espontâneo ou provocado).

Também para efeito de análise, o enquadramento editorial das notícias será levado em conta. Vale registrar que, em todos os casos, os textos não eram acompanhados por imagens. Destaca-se ainda que a escrita original foi conservada.

3. O aborto: *fait divers* e narrativa médico-científica

Um aspecto a chamar atenção é a pouca tematização da aborto naquele momento. Outro dado curioso é o uso do termo “aborto” em textos sobre a crônica política. Algo

³ A Hemeroteca Digital Brasileira é um portal da Biblioteca Nacional que disponibiliza para consulta online periódicos nacionais de seu acervo – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas. Endereço: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

que viria a ser constante ao longo daquelas décadas, com a palavra sendo utilizada retoricamente para ataques e críticas a personagens, acordos e acontecimentos sobretudo do mundo político. Assim, com o intuito de repreensão e valor negativo, indivíduos e fatos eram definidos como “aborto”. Tais menções, embora não integrem o *corpus* de análise, sinalizam o sentido pejorativo que a expressão carregava já naquele período.

O primeiro registro de fato encontrado sobre a interrupção de uma gestação é uma nota no *Diário do Rio de Janeiro*, do dia 13 de julho de 1839, publicada na primeira página, na seção “Exterior”, com o título “Notícias Diversas - Biografia de S. M. A. Rainha Adelaide”. O texto, sem autoria identificada, traça a história de vida da rainha Adelaide da Inglaterra, viúva do rei Guilherme IV. A infância, os estudos, o envolvimento com a política e a religião, a vida amorosa e matrimonial são relatados no texto. Especial atenção é dada às dificuldades da rainha em sua vida reprodutiva. Todas as gestações que tivera foram problemáticas. Alguns bebês morreram com pouco tempo de vida. Outros nem sequer chegaram a nascer.

Mencionando as expectativas suscitadas sobre a maternidade da rainha, o texto afirmava que no inverno de 1820 “*novas esperanças houverão de que a duquesa desse um herdeiro á coroa da Inglaterra, e em devido tempo veio à luz uma filha, a que derão o nome de Elisabeth, nome caro nos annaes da Inglaterra; mas desgrazadamente, passados três mezes, adoeceu de uma molestia fatal das entranhas, que a levou em breves horas; nova gravidez e novo aborto tiveram lugar seis mezes depois, e desde essa ocasião a duquesa nunca mais teve filhos*”.

O aborto é citado de maneira sucinta e descritiva, como um dado biográfico. Apesar do registro lacônico, chama atenção o rótulo “Notícias diversas”, pois é importante para a compreensão da organização editorial da narrativa jornalística no século XIX.

Estudos de teoria do jornalismo apontam que a produção noticiosa constitui uma prática social e cultural, permeada de valores e condicionalidades (NEVEU, 2003). Para Traquina (2012), as notícias são construções sociais, fruto de múltiplas interações entre agentes sociais (empresas de comunicação, fontes, jornalistas, sociedade) que significam os fatos estrategicamente. Por isso, toda notícia passa por filtros que a tornam aptas a constituírem-se como tal, por critérios de noticiabilidade que lhe conferem o estatuto de notícia. Em outras palavras, notícias não são dados inatos, universais. Embora os autores aqui mencionados analisem o século XX, o jornalismo, sendo um fenômeno humano (e simbólico), é encarado, desde os primórdios, como uma atividade inscrita socialmente.

O próprio surgimento da imprensa remete ao enraizamento social da atividade. De acordo com Angrimani (1995), imprensa e sensacionalismo nasceram juntos. No século XVI, jornais franceses privilegiavam notícias e histórias consideradas catastróficas, bizarras, incomuns, engraçadas. O mesmo cenário desenvolveu-se nos EUA, no final do século XIX, com destaque para os jornais *News York World* e *Morning Journal* (AMARAL, 2006).

Em ambos os casos, nota-se o enquadramento da realidade social através da exploração do incomum, do inadequado, do não-convencional, em um contexto marcado pela disputa por leitores e consumidores. Conforme observa Traquina (2012, p. 29), os jornalistas “interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante”.

Mais precisamente, há uma íntima relação ao longo da história entre o jornalismo e o insólito/extraordinário, ou entre o jornalismo e aquilo que Barthes (1964) definiu como *fait divers*. Para o pensador francês, o *fait divers* difere de outras notícias por ser uma informação total, imanente. O *fait divers* traz em seu conteúdo todo o saber necessário para seu consumo.

[...] ele não remete formalmente a nada além dele próprio, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos (BARTHES, 1964, p. 1).

Diferentemente do que provém daquilo que é classificado como “horizonte nomeado”, ou seja, do universo da política, economia, ciência, cultura etc. Notícias desses campos não são entendidas de imediato, pois são elementos de uma trama maior, exterior. Nesse sentido, o assassinato de um político não é considerado um *fait divers*, pois não possui estrutura própria, estando ligada a um sistema (político) que o precede. O *fait divers*, por sua vez, encerra-se em si próprio, remetendo ao mundo em sua dimensão escandalosa, bizarra, peculiar, emotiva, engraçada. Por isso, o rompimento com o curso cotidiano da vida, bem como o aspecto dramático dos acontecimentos são valores de noticiabilidade no contexto de relatos que privilegiam o *fait divers*, conforme exemplifica a biografia da rainha Adelaide – e seu histórico de abortos - apresentada como uma “notícia diversa”.

O *Diário do Rio de Janeiro*, de 30/06/1841, na seção “Leilões”, noticiava com o título “Leilão de gênero” a venda de “*trastes concernentes ao espólio da finada Emilia Roza dos Santos, e de outros moveis e fazendas por conta de quem pertencer, oiro, prata, relajos, quinquilharias, [...] e mais artigos. 1 frasco de cristal guardando um aborto de criança*”. Nesse caso, a natureza extraordinária do anúncio surge de imediato, tendo em vista a situação ímpar informada pela venda de um feto abortado, noticiada de forma banal, em meio a outras notícias consideradas diversas.

Chama atenção ainda que o aborto seja “de criança”, o que talvez remeta, contextualmente, a alguma noção/discurso que equiparasse, naquele momento histórico, feto à criança, como indicava o próprio Código Penal do Império ao tratar do crime de aborto na seção de “Infanticídio”. Além disso, a figura do feto já estava, naquela época, inscrita em um processo de tematização social, conforme aponta Duden (1996). Através de um conjunto de discursos e narrativas, como a embriologia (séc. XVII), o direito moderno (séc. XVIII) e também concepções teológicas (séc. XIII), o feto assimilava um status específico, sendo visto como portador de alma e/ou vida.

Em todo caso, o leilão anunciado constitui uma peça jornalística singular, expressando trivialidade no ato de descarte e venda de um objeto que, discursivamente, trazia paradoxais elementos valorativos.

O *Diário do Rio de Janeiro*, de 01/09/1842, trazia na seção “Obras publicadas”, a notícia sobre o livro “*Diccionario de Medicina Popular*”, do Doutor Chernoviz. O texto informava que a obra tinha como objetivo difundir “*conhecimentos exactos sobre os diferentes ramos da medicina*” e era útil tanto para viajantes que se encontrassem longe do socorro médico quanto para o uso cotidiano mesmo em cidades “*onde abundão os professores de medicina*”. Entre os artigos que integravam o livro estavam “*aborto, açafão, acidente, aclimamento, afogados, agonia, agua, agua de Colonia, [...] amor, aneurisma, [...]*”. O texto dividia a página com assuntos de outras seções, como “*Editaes*”, “*Communicado*”, “*Declarações*”, “*Repart. de Polícia*”, que versavam sobre eventos sociais, vendas, leilões, obras públicas, processos judiciais, prisões etc.

No mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, o tema do aborto apareceria na data de 03/07/1844, seção “Correspondências”, com o título “*Clínica Homeopática*”, de autoria de Duque-Estrada. Nas notas, o autor descrevia algumas situações em que medicamentos homeopáticos foram eficientes para resolver problemas de saúde. Entre os casos, dois tratavam de mulheres grávidas. O primeiro referia-se à “*Sra. do Sr. Mattos*”, grávida de três meses que sofrera uma queda que lhe causou “*uma forte pancada na região*

hypogastrica, sentindo pouco tempo depois todos os signaes preconizadores do aborto". O autor relata a "*hemorragia excessiva*" que causou o desmaio da mulher. Submetida a exames pelo autor, a mulher foi descrita "*assaz abatida, seu rosto mui palido e frio, pulso fraquíssimo, voz sumida, útero mui sensível com fortes contracções*". Para resolver o caso, o autor relata que administrou "*uma gota da 15ª diluição de Pulsatilla, que satifez completamente minha vistas*".

O outro caso fazia menção a "*Sophia, escrava da Sra. D. Estella Joaquina de Moraes*", que já abortara de sete a oito vezes, geralmente do 2º para o 3º mês. Os abortos eram precedidos de "*vômitos seccos ou biliosos, aparecendo logo apos estes a hemorragia uterina, e poucos instantes depois tem lugar a sahida do feto*". O autor relata que, uma vez mais acometida a mulher dos vômitos, ministrou-lhe "*uma dose da 15ª dynamisação beladona*". A mulher, então, chega ao 3º mês de gestação sem problemas. Na passagem do 3º para o 4º mês, os vômitos, a hemorragia e as contrações ressurgem. É administrada dose de "*nux-vomica*", que interrompe "*toda a desordem, e actualmente está no seu 6º mez*".

Há nesses dois últimos relatos sobre aborto um novo elemento a se destacar: a tematização médica do assunto, revelando a entrada em cena de um núcleo discursivo específico para tratar do assunto, a narrativa científica, localizada editorialmente como uma notícia diversa.

No *Diário de Saúde*, de 15/08/1835, o tema foi apresentado novamente através do discurso médico-científico. Na página 141, o Dr. J. F. Sigaud relatou o uso e a eficácia do gelo para tratar de diversas moléstias, entre as quais hemorragias ocasionadas por abortos. Discorrendo sobre novos fatos que demonstravam a eficácia do gelo, o autor afirmou que "*[...] conseguimos em dois casos hemorrhagia uterina, sobrevinda depois de aborto, suspender a espantosa perda de sangue, que havia resistido aos meios ordinários. Huma bexiga cheia de pedaços de gelo, e posta sobre os rins, bastou para operar huma subita suspensão do fluxo hemorrhagico*".

4. Linguagem jurídica e médica: uma combinação moral

No mesmo periódico, em sua edição 39 do ano de 1836, foi listado na página 7 o estatuto com uma série de regras que conferiam à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro a categoria de Academia. Foram informadas regras de organização administrativa, bem como artigos de punição para os médicos associados. O artigo 26 estabelecia que "*serão riscados do corpo da academia*" os membros que "*descerem da sua dignidade,*

passando atestações falsas, os que fornecerem substancias que occasionem aborto, ou derem conselho para tal fim, e os que tiverem huma conducta notoriamente depravada ou immoral”.

O periódico *Imperio do Brasil: Diario Fluminense*, do dia 09/03/1831, trazia na página 15, na seção *ARTIGOS NAM OFFICIAES*, assinado pelo Sr. Redactor, uma reflexão sobre o Código Penal. O autor argumentava que, tendo o Brasil naquele momento um Código Penal, “*cheio de filosofia, e feito por huma Assembléa composta de varões muito conspicuos por sua sabedoria*”, seria uma instigante a publicação de uma *Theoria das Penas*. Começava a partir daí a enumerar “*Theses*”. A “*These 12*” intitulava-se “*Valor do aborto*”, na qual o autor relatava que “*o feto no abdômen materno he antes o homem da Medicina que da Politica: a justiça civil não considera o homem antes de nascer nem depois de morrer; considera-o só durante a vida, e por consequinte o aborto não he homicídio. Mas he um crime, porque he hum danno feito á mulher grávida*”. A sequência do texto é de difícil compreensão pois o parágrafo é cortado e descontinuado.

Nesses dois últimos registros, é possível notar que a tematização do aborto via narrativa médica incorpora elementos jurídico-legais, passando a orbitar em torno de uma constelação de representações referentes a fenômenos como vida, morte e homicídio. Tais dados são importantes, pois situam o tema em um cenário narrativo mais amplo, complexo, congregando noções que o habilitam a ser mais do que um *fait divers* ou um mero texto clínico. O aborto, então, adquire contornos de um assunto específico e conflituoso, com um “horizonte nomeado” (BARTHES, 1964), passando a mobilizar, através de argumentação moral, tensões com destacado valor emocional.

Particularmente no universo do discurso jornalístico, as emoções ocupam atualmente um lugar privilegiado em pesquisas e estudos. Partindo de um olhar antropológico que compreende as emoções como estados mediados por repertórios culturais, e não como fenômenos espontâneos ou meramente naturais, Le Breton (2009) argumenta que as emoções não devem ser vistas como experiências universais e estáveis. Para o autor, os estados afetivos são condicionados pelo grupo social em que se vive, no qual a moral desempenha papel relevante na constituição de sensibilidades e afetos.

Em uma aproximação com a Comunicação, é razoável pensar as emoções como fenômenos submetidos a mediações. Conforme Siqueira (2015) aponta, os processos midiáticos também estão inseridos na dinâmica simbólica das emoções, mobilizando repertórios culturais e (re)produzindo estados afetivos por meio de notícias. Siqueira

(2015) também destaca como os meios de comunicação constituem mediadores das emoções, inclusive autorizando ou deslegitimando estados afetivos.

Os últimos registros sobre o tema foram encontrados na *Revista Médica Fluminense*, edição 1, de 01/04/1836. Conforme a publicação sugere, trata-se de tematização no âmbito do discurso médico-científico.

A primeira menção situa-se na página 27 e refere-se ao discurso proferido pelo Dr. José Martins da Cruz Jobim, inaugurando seu curso de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Falando sobre a importância da Medicina Legal para a Justiça Civil e Criminal, o autor afirmou que *“varios generos de assassinatos, como e envenenamento, o aborto, o infanticidio, podem ser perpetrados sem que sem que haja outro meio de mostrar a sua existencia, que não seja o exame do Medico-Legista”*, apontada como a ferramenta mais importante de um processo judicial.

A segunda citação ocorre na página 269, sendo parte de discurso do Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles, então presidente da Academia Imperial de Medicina. Em determinada parte, o autor refletia sobre a questão do sigilo médico em relação à saúde dos pacientes. Discorrendo sobre a situação de um médico chamado para atender uma mulher com risco de abortamento, acometida de feridas na região genital causadas por algum objeto cortante, o autor afirma que tratava-se de um caso de tentativa de indução ao aborto. Nesse contexto, *“que deve faser? Não he obrigado ao segredo pela lei, porque nada se lhe confiou. Deve neste caso revelar?”*, questiona.

De acordo com o autor, a situação deveria ser regida por dois interesses: da sociedade e da família. Para saber qual interesse a prevalecer, seria necessário saber o porquê do ferimento. *“Se o crime foi cometido por um medico, huma parteira, que pode ter muitas vezes occasião de commetter semelhantes crimes, e que póde muitas vezes fazelo impunemente, o interesse da sociedade exigiria que se denunciasse, sem hesitação, semelhante tentativa; huma única consideração deverá reter-nos, e he a que se tira da posição da mulher, em quem se tentou o aborto sem sucesso. Se a marcha do processo deve deshonnar huma mulher até então honesta, e em quem o desejo de escapar á vergonha das consequencias de huma seducção foi a única causa do crime, o medico não deve hesitar em guardar o segredo: o homem de bem não deve certamente levar a vergonha, a desgraça á huma família honrada, com o fim de chamar sobre a cabeça de hum miserável a vingança das leis”*.

Em outras palavras, o autor argumenta que o crime do abortamento induzido deveria ser denunciado caso cometido por um terceiro, dando a entender tratar-se de um

caso sem o consentimento da mulher. Por outro lado, se o aborto fosse manejado com o intuito de por fim a uma gestação fruto de uma relação não-matrimonial, o sigilo é recomendado como uma maneira de preservar a honra. É nítido como o tema adquire proporções morais, pois expressa valores e concepções sobre práticas que, socialmente, são objetos de controle e poder. Isso fica claro quando entram em cena estados afetivos como “vergonha”, por exemplo, que conferem valor emocional à tematização do aborto, situando-a no contexto mais amplo de afetos normativos relacionados ao lugar social da mulher e do homem.

5. Considerações finais

Os dados evidenciam que o aborto estava presente no discurso jornalístico daquele momento, sendo um fato noticiável, ainda que de maneira pontual e isolada. Isso permite considerar que o aborto já era, sim, na primeira metade do século XIX, um fenômeno integrante e mobilizador das relações humanas. E que sua tematização refletia aspectos culturais e sociais. Assim, pode-se afirmar que o aborto integrava a realidade social através do processo que Martín-Barbero (2009) define como mediação, sendo significado por características narrativas específicas.

Do ponto de vista editorial, o tema foi noticiado como uma notícia diversa (*fait divers*), isto é, apresentado como um fato total que independe de complexidade e encerra-se em si próprio (BARTHES, 1964). O aborto como *fait divers* remete a notícia cuja densidade – seja pela surpresa, horror ou emoção despertada – reside exclusivamente em sua enunciação como informação. Por isso, são tematizações marcadas pela brevidade e desvinculadas de tensões políticas mais amplas. Pode-se dizer que são mediações fortuitas, casuais, ainda que incontornáveis como dado empírico e fenômeno social.

O discurso médico-científico é um operador relevante na construção narrativa do aborto nas décadas de 1830 e 1840. Chama atenção, particularmente, a tematização no contexto de reflexões sobre ferramentas clínicas para lidar com o evento do aborto. São os casos dos textos destinados a pensar formas de tratar o fenômeno que enfatizam o cuidado com a mulher, inclusive escravas, e seu corpo, bem como atentam para o alívio do sofrimento das mesmas.

O mesmo discurso médico que privilegiou tais abordagens também marca um ponto de virada. Através dele, o assunto passou a ser tratado de um ponto de vista mais crítico, complexo, de tom sobretudo moral. A ruptura com o padrão *fait divers* e estritamente clínico aconteceu no momento em que a narrativa médica apareceu associada

à narrativa jurídico-legal. Isso fica evidente nos textos que tratam da normatização ética e profissional.

Nesse ambiente narrativo, o debate incorpora elementos sociais mais complexos, situando o aborto como um tema reivindicado por estruturas de saber. Assim, aspectos morais emergem com mais evidência, em especial com as reflexões sobre a figura do feto, objeto de um evidente investimento afetivo/emocional, bem como sobre questões como assassinato, morte e vida. Pode-se dizer que o tema ganha um teor político através dessa mediação narrativa; um cenário que faz lembrar as tensionadas condições contemporâneas do debate sobre aborto, em que tais aspectos também são suscitados com frequência por grupos anti-aborcionistas, contrários à legalização e regulamentação.

Portanto, o que se pode considerar é que a tematização jornalística do aborto apresenta um percurso narrativo plural nas décadas de 1830-1840. Plural e também ambíguo. A visão punitiva, prevista no então vigente Código Penal, coexistia com narrativas acolhedoras e mesmo com narrativas banais e frívolas, nas quais a venda de um feto abortado era noticiada casualmente. Embora disperso e difuso editorialmente, o tema do aborto já reunia alguns traços discursivos particulares, sendo possível notar que determinadas áreas de saber e conhecimento, sobretudo a Medicina e o Direito, constituíam núcleos narrativos notáveis.

Também é relevante destacar que existe uma dimensão de gênero nas narrativas, e nelas é evidente a constatação de que as mulheres aparecem ora como personagens vitimadas/tuteladas a serem tratadas e acolhidas, ora como figuras periféricas, ainda que o aborto seja um evento que ocorre no corpo feminino. O que também é notável é a proeminência da figura dos homens nas narrativas, na condição de narrador/autor dos relatos e opiniões, ocupando um lugar de fala e de poder de projeção de um real simbólico que, naquele período, situava o aborto como um tema de disputa.

Referências Bibliográficas

ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos; SANTOS, Fátima de Souza. Entre o Aborto e a Pesquisa: O Embrião na Imprensa Brasileira. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, vol. 21, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722008000300014&script=sci_arttext>

AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.

BARTHES, Roland (1964). *A estrutura dos fait divers* – íntegra. Disponível em: <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/barthes-a-estrutura-dos-fait-divers.pdf>. Acesso em: 07 set. 2016.

BRETON, David Le. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORRÊA, Sonia; PAZELLO, Magaly. Aborto. Mais polêmica à vista. In: Comissão de Cidadania e Reprodução (org.). *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, p.147-183, 2002.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol.15, supl.1, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700002&script=sci_arttext. Acessado em 11 set. 2016.

DUDEN, Barbara. *L'invention du foetus*. Paris: Descartes & Cie, 1996.

FONTES, Maria Lucineide Andrade. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol.17, no.7, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000700019&script=sci_arttext. Acesso em: 06 set. 2016.

LEOCÁDIO, Elcylene Maria de Araújo. *Aborto pós-estupro: uma trama (des)conhecida entre o direito e a política de assistência à saúde da mulher*. 144p. Dissertação (Mestrado Política Social). Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. Porto: Porto Editora, 2003.

RIBEIRO, Flávia. *Sentidos da vida na controvérsia moral sobre o abortamento induzido: o caso da anencefalia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROCHA, Maria I. B.. Aborto: investigação, ação e prioridades em pesquisa. In: ROCHA, Maria I. B.; BARBOSA, Regina Maria (Org.). *Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo. Unicamp, p. 112-117, 2009.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. Corpo, construção social das emoções e produção de sentidos na comunicação. In: SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (org.) *A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 15-35.

SIQUEIRA, Euler David de. Categorias na fronteira: corpo, emoção e comunicação. In: SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (org.) *A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 37-58.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2012.

Memória e identidade cultural na reforma urbana do Porto Maravilha¹

Flávia Barroso de Mello²

Resumo

O presente artigo aborda aspectos associados à Marca Rio, a partir da reurbanização do Porto do Rio. Observando as narrativas institucionais veiculadas no siteportomaravilha.com.br, propõe-se refletir sobre a interseção entre os grandes projetos de revitalização urbana patrocinados pelo poder público e as disputas e tensões que envolvem os diversos atores sociais na produção de uma memória coletiva do porto e, conseqüentemente, de uma identidade cultural da região e da cidade do Rio de Janeiro, com vistas a um gradual processo de (re)construção da marca cidade. A análise conjuga teorias sobre identidade, representação social e memória para identificar, nos discursos dos veículos analisados, como são articulados os significados que constroem e reforçam os atributos da marca-cidade.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Representação Social; Porto Maravilha; Marca Rio.

1. Considerações iniciais

“... gostaria de ser lembrado: — Um urbanista à la Pereira Passos com um coração à la Pedro Ernesto (que foi interventor entre 1931 e 1935 e prefeito de 1935 a 1936, lembrado por grandes feitos na saúde e na educação). Sob o ponto de vista da modernização da cidade, de grandes intervenções que possam melhorar e recuperar o Rio, acho que tem muita coisa acontecendo como aconteceu no governo Passos.”³

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT Narrativas & Subjetividades

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM UERJ. E-mail: flaviamello74@gmail.com

³ Declaração de Eduardo Paes (O GLOBO. 9/7/2012) “Em campanha Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos” In: <http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tentavincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676> acessado em jul/2016).

Em discurso público no lançamento das obras do Porto Maravilha, Eduardo Paes, o então Prefeito do Rio de Janeiro, recorre às representações de memória da reforma realizada pelo Prefeito Francisco Pereira Passos, em sua gestão de 1902 a 1904, para legitimar as mudanças que seriam impostas à cidade, a partir da reurbanização do porto, iniciada em 2011. É fato que a atual metrópole, que recém completou seus 450 anos, é muito distinta da cidade do início do século XX, e que as obras realizadas por Pereira Passos tiveram tal relevância a ponto de reordenar a forma de viver e se locomover na cidade (com perdas e ganhos) que perdura, grosso modo, até os dias atuais. Guardadas as devidas ressalvas e para além das aproximações e afastamentos que se observam entre a atual revitalização do Porto do Rio e período de modernização da então Capital da República - denominado pela imprensa da época de “Regeneração”-, a referência feita por Eduardo Paes oferece pistas sobre uma estratégia discursiva institucional da Prefeitura do Rio que busca associar modernidade e tradição, numa dinâmica de memória e esquecimento (POLLACK, 1989), para dar conta de um novo projeto de cidade que se pretende inserir no cenário global.

A importância do Porto do Rio para a cidade remonta ao período cafeeiro, na segunda metade do século XIX, quando o Brasil desempenhava um papel importante na crescente divisão internacional do trabalho com a produção e comercialização do café. Papel este que foi impulsionado pela Abolição da Escravatura e pelo advento da República. (CHALHOUB, 2001) Com a queda da economia cafeeira, no entanto, as mudanças que ocorreram na economia afetaram o país e, em especial a Capital da República, que se transformou “num grande centro cosmopolita, ligado intimamente à produção e ao comércio europeus e americanos.” (CHALHOUB, 2001, p. 250). Assim, o porto da cidade perdeu sua importância como exportador de café e passou a se configurar em um mercado de consumo, um centro distribuidor de artigos importados, o que justificaria sua remodelação na então “Reforma Passos”.

Para além de sua relevância comercial, o Porto do Rio representa um marco importante na história da presença negra no Brasil. O Cais do Valongo, construído com objetivo de retirar da Rua Direita, atual Primeiro de Março, o desembarque e comércio de africanos escravizados⁴, sofreu sucessivas intervenções, ao longo dos anos. A primeira delas, em 1843, foi para receber a Princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, futura esposa de D. Pedro II e Imperatriz do Brasil, passando, assim, a se chamar Cais da

⁴ O Cais do Valongo foi porta de entrada para negros africanos escravizados, de 1811 a 1831.

Imperatriz. Com as reformas urbanísticas promovidas pelo Prefeito Pereira Passos, no início do século XX, o Cais da Imperatriz foi aterrado em 1911.

Cerca de cem anos mais tarde, a região passa por novas intervenções, numa parceria entre a Prefeitura da cidade, os governos estadual e federal e a iniciativa privada. A empresa de capital misto Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP) administra a operação urbana do Porto Maravilha⁵, cujo projeto contempla quatro eixos na sua execução - estímulo ao uso residencial da região; melhoria na infraestrutura; incentivo às atividades de comércio e à indústria que se desenvolvem na área; e promoção da cultura e entretenimento na região. Observa-se, no entanto, um interesse especial pelas diretrizes relacionadas à cultura e entretenimento, evidenciado tanto pelos discursos de sujeitos envolvidos no processo, como pela materialização desses discursos, através, por exemplo, da construção de dois monumentais equipamentos culturais que abrigam o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, ambos localizados na Praça Mauá, e da criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, que objetiva construir diretrizes para implementação de políticas de valorização da memória e proteção do patrimônio cultural da região.⁶ Mas, para além do resgate de uma história dita oficial, o Porto é um espaço de disputas simbólicas em busca da construção de sua memória e seus significados para a (re)construção de uma identidade da cidade.

O projeto Porto Maravilha ganhou relevância e foi viabilizado em função da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 que, junto a outros megaeventos que tem pontuado as cenas urbanas do Rio de Janeiro, desde o início do século XXI, se configuram em uma clara tentativa de revalorização e reconstituição da cidade e seus espaços públicos, que passam a ser revestidos de imaginários coletivos que lhes servem de suporte comunicacional para a construção da marca-cidade e, consequentemente, para possíveis investimentos e ações de comunicação, potencializando negócios em diversos segmentos da economia. Observa-se, assim, nos grandes eventos realizados tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, o foco na (re)construção e no fortalecimento de simbolismos, tradições, memórias e estilos de vida que remetem a um *éthos* de cidade ideal. Sob a ótica do mercado, portanto, como arena de negociação, mesmo lugares – cidades, países – passam a ser observados como

⁵ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Municipal complementar n. 101/2009. Disponível em http://www.portomaravilhario.com.br/media/legislacao/2010/06/LC101__23112009.pdf

⁶ Ver <http://www.portomaravilha.com.br/circuito>

mercadoria, o que concretiza o esvaziamento do sentido público dos espaços urbanos. Para Sanchez (2010), pode-se observar a relação entre a reestruturação dos espaços urbanos e as mudanças culturais relacionadas ao consumo, aos modos de vida e às formas de (re) apropriação desses espaços.

Reconhecendo, dessa forma, que hábitos de consumo e cultura (re)desenham as dinâmicas urbanas cotidianas, parte-se da abordagem da história cultural (PESAVENTO, 2007, 2014 e SEVCENKO, 1998, 2001), apoiada nas teorias sobre identidade (HALL, 2000) e memória (POLLACK, 1989, NORA, 1993), para identificar, nos discursos do veículo analisado, como são articulados os significados que constroem e reforçam os atributos da marca-cidade na reurbanização do Porto, com vistas à inserção do Rio de Janeiro no cenário de cidades globais.

A escolha do site portomaravilha.com para compor o *cópus* de análise deste trabalho não se deu ao acaso. O site se constitui na principal mídia para comunicação institucional da Prefeitura do Rio relacionada ao projeto de revitalização do Porto, cumprindo seu papel de plataforma para esforços publicitários e divulgação de informações dos projetos e os eventos a ele relacionados, mas também auxiliando na pedagogia dos cidadãos, dos “consumidores”, de fora e dentro da cidade, a fim de legitimar os processos de mudança impostos. O site funciona, assim, como um ponto de convergência de outros endereços eletrônicos institucionais e de parceiros privados.

2. A cidade: suas dimensões, sua identidade, sua marca

Para pensar o tema das representações e linguagens sobre a cidade, parte-se da abordagem da história cultural, mais especificamente do pensamento da historiadora Sandra Pesavento (2007, 2014). Para a autora, a cidade não é mais considerada como um *locus* privilegiado da realização da produção ou da ação dos atores sociais, “mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais.” (PESAVENTO, 2007, p. 3).

Nesse viés, a autora propõe pensar a cidade a partir de três perspectivas: a da materialidade, a da sociabilidade e a da sensibilidade. A cidade é percebida como materialidade quando se reconhece estar diante do fenômeno urbano, em contraposição à realidade rural. Ou seja, quando se identifica uma ação humana sobre a natureza. Para Pesavento (2007), a cidade pode ser compreendida também pelo viés da sociabilidade, com seus atores, as relações estabelecidas entre eles, os grupos, as práticas de interação, as festas, comportamentos e hábitos. E, finalmente, a autora propõe olhar a cidade a partir

da dimensão da sensibilidade, ao afirmar que para cada cidade real, concreta, visual, tátil, consumida e usada no dia-a-dia há outras tantas cidades imaginárias, representadas, ao longo do tempo, pela palavra escrita ou falada, pela música, pela imagem, pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade de seus cidadãos, pois

idades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um *éthos*, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano. (PESAVENTO, 2007, p. 3)

A busca pela identidade local de um lugar está diretamente relacionada ao seu passado e ao atual ambiente histórico, político, econômico, legal e cultural em que está inserido. Nos termos de Hall (2013, p.9), essa construção tem a ver com a produção “não daquilo que somos, mas daquilo no qual nos tornamos”. Assim, as questões sobre “quem podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos nos representar” se sobrepõem às questões relacionadas a “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”. O autor entende identidade, portanto, a partir de um viés discursivo, como uma construção sempre em processo, em que as dinâmicas culturais provocam suturas e fixações, discursos e práticas que, por um lado, tentam interpelar os atores a assumirem seus lugares de sujeitos sociais e, por outro lado, produzem subjetividades, que os constroem como sujeitos agentes. Ou seja, para Hall (2013), uma identidade nunca é fixa, estável, ela é constitutiva a partir da relação com o “Outro”, a partir da *différance* ou por meio dela.

Dessa forma, a construção cultural e social de uma identidade, afinal, se dará a partir da produção de memórias coletivas (HALBAWACHS, 2006) e dos significados a elas atribuídos, das disputas que envolvem a apropriação simbólica, pelos sujeitos, da materialidade dos espaços construídos. Nas palavras de Pollack (1989), uma memória coletiva organizada “resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar ou impor”. (p. 3) Neste contexto, portanto, os megaeventos, com suas expressões culturais e midiáticas geradoras de sentido, que pontuam o espaço urbano e suas representações sociais, se configuram em momentos privilegiados para refletir sobre os projetos que se pensam sobre e para a marca da cidade.

Partindo de uma concepção contemporânea, o termo marca vai além da definição de símbolos e *designs* isolados, passando a ser entendido como a junção de tudo o que compõe e o que não compõe a sua estratégia (BEDBURY, 2002; CALKINS, 2006). Para Semprini (2010), a marca pós-moderna é um conceito maior do que suas manifestações isoladas, “é o conjunto de discursos relativos a ela pela totalidade de sujeitos envolvidos

em sua construção. É uma instância semiótica, uma maneira de segmentar e de atribuir sentido de forma ordenada, estruturada e voluntária” (SEMPRINI, 2010, p.96). Portanto, na visão do autor, o papel dos destinatários da marca “está longe de ser aquele de espectadores passivos e, sobretudo, a marca funciona como um verdadeiro agente de mediação.” (SEMPRINI, 2010, p. 184).

A construção de uma marca para um país, uma cidade ou um território está baseada nas teorias relacionadas ao *city branding*, *place branding* ou *destination branding*, todas compostas por estudos relativamente recentes, mas que convergem para um mesmo objetivo: construir uma reputação mercadológica para marcas locais a partir da “representação perceptual das ações passadas e expectativas futuras que descrevem o atrativo geral do território para seus grupos de interesse em comparação a seus competidores” (GARCÍA; GÓMEZ; MOLINA, 2013, p.112). A operação urbana do Porto Maravilha consiste no que Sanchez (2010) denomina de planejamento urbano estratégico, com vistas ao objetivo macro de reinserção da cidade em um cenário mundial, a partir da construção de uma nova imagem, com a correção de possíveis percepções negativas que a cidade carregue, para dentro ou fora do país. No caso do Rio de Janeiro, esta estratégia está inserida e é legitimada pelos megaeventos internacionais.

A inspiração do projeto atual de reurbanização, assim como na gestão de Passos, também é importada⁷, porém de modelos de cidade como Barcelona, por exemplo, que se reinventaram a partir de megaeventos.⁸ Os ideais de progresso, dessa forma, não se baseiam, agora, na destruição do passado para dar lugar ao novo, mas na ressignificação da realidade para se adequar às exigências dos padrões do comércio exterior. Guardadas as devidas peculiaridades, observa-se um elo entre as duas intervenções, que trata da busca pela consolidação de um novo *éthos* de cidade como espaço de acumulação capitalista, como *locus* do progresso, objetivando investimentos financeiros mundiais. Numa atualização do modelo de modernidade urbana imposto por Passos, portanto, o produto final da reurbanização contemporânea de Paes materializa-se na crescente mercantilização da cultura, uma vez que na lógica cultural contemporânea, o consumo não está focado apenas em bens, mas também em entretenimento, lazer, diversão, o que é apontado por Sanchez (2010), entre outros, como um dos imperativos do planejamento

⁷ A Reforma Urbana de Pereira Passos foi inspirada na reurbanização de Paris, realizada pelo Barão Haussmann, em meados do século XIX, que transformou Paris no símbolo da urbe moderna.

⁸ Ver “Porto Maravilha busca bons exemplos de Barcelona”, disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4221>

urbano que determinam as características do espaço transformado em mercadoria. Dessa forma, observa-se que as reformas estruturais para estimular o uso residencial da região do porto, as melhorias na infraestrutura e o incentivo às atividades de comércio se dão a reboque da revitalização cultural da área.⁹

3. Do Porto ao Porto Maravilha: narrativas para a construção da Marca Rio

A estratégia de análise do *cópus* desse trabalho foi estruturada a partir da aba “Notícias”, como são chamadas no site as informações que são atualizadas diariamente sobre o Porto Maravilha, além de outros fragmentos disponíveis no site, dentre eles folders eletrônicos, vídeos e textos que apresentam descrições sobre pontos específicos do projeto e que não se constituem como “Notícias”, no critério de distribuição de informações que se observa no site. Visando observar critérios de relevância e representatividade do *cópus* (Duarte e Barros, 2012 e Bauer e Gaskell, 2012), neste trabalho, optou-se, por analisar o ano de 2011 e o período de janeiro a agosto de 2016, que precedeu o início das Olimpíadas Rio 2016, megaevento que se constitui em um dos principais motivadores para a realização do projeto de revitalização.

A importância simbólica do projeto de reurbanização da região portuária se confirma na análise de imagens, textos e vídeos, que aponta para três grandes argumentos que se repetem nos discursos enunciados no site, a saber: modernização, diálogos entre o passado e o futuro e cultura como consumo.

O argumento da modernização surge, em geral, associado aos investimentos materiais que se fazem, tanto na manutenção quanto na restauração dos espaços e dos equipamentos culturais. Ele está associado aos discursos de infraestrutura e embelezamento, segurança, bem-estar social, globalização e parceria público-privada na gestão urbana, presentes, muitas vezes, em conjunto em uma mesma narrativa. Um exemplo é o vídeo “Reurbanização do Porto do Rio”¹⁰, que apresenta a cidade atual (no momento em que o vídeo foi lançado) e a cidade que surgirá após as reformas propostas pelo poder público.

O compartilhamento dos espaços entre os diferentes sujeitos atores no Porto Maravilha – Prefeitura, empresas, cidadãos - é enunciado nos discursos como um benefício social, um ganho para todos sujeitos atuantes na região, como no fragmento

⁹ Ver “Museu do Amanhã”, disponível em http://www.portomaravilha.com.br/museu_amanha

¹⁰ “Reurbanização do Porto Maravilha”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DQhefjz-2ZM>, acesso em jul/2016

(01), abaixo. Tais observações alinham-se ao argumento de Sanchez (2010) acerca dos imperativos que determinam as características da cidade inserida num contexto de mercado: “ a estruturação espacial pretérita se torna uma barreira para a acumulação e, por isso, passa a ser modificada (...) quando velhos espaços são destruídos ou recriados e novos espaços aliados a condições atualizadas de infraestrutura são criados.” (p. 62)

(01) Na abertura, Jorge Arraes, presidente da Cdurp, destacou que a expectativa é que o encontro entre as empresas-âncora e as micros e pequenas empresas gerem novos negócios sustentáveis e que estimulem o desenvolvimento econômico e social da região, além de criar novos empregos para os moradores atuais e futuros da área¹¹.

Os diálogos entre o passado e o futuro se evidenciam no site por meio das narrativas de transformação e de tradição, que buscam, por vezes, legitimar as mudanças propostas e executadas no presente a partir de histórias recontadas do que a cidade foi, não quer ser mais ou pode voltar a ser (fragmento 2). Como argumenta Sanchez (2010) acerca dos imperativos que determinam as características da cidade inserida num contexto de mercado global, “ a estruturação espacial pretérita se torna uma barreira para a acumulação e, por isso, passa a ser modificada (...) quando velhos espaços são destruídos ou recriados e novos espaços aliados a condições atualizadas de infraestrutura são criados.” (p. 62)

(2) o Elevado da Perimetral é uma lembrança do passado e os trilhos do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) são uma promessa para o futuro. A experiência promove o encontro entre ciência e arte, razão e emoção, linguagem e tecnologia, cultura e sociedade.”¹²

Essas narrativas partem, inclusive, das histórias de personagens da região, de ontem e de hoje (fragmento 03), as “histórias miúdas” na expressão de Machado de Assis, como ressalta Shevchenko (1998).

(03) voluntária no Instituto Pretos Novos, que guarda a memória do Brasil e da África em plena Gamboa, Lúcia Maria dos Santos, de 66 anos, não fica parada. Ela reflete o espírito comunitário do bairro, combinado à vocação cultural. Professora da Oficina de Reciclagem do Centro Cultural José Bonifácio e contadora de histórias, a Tia Lúcia já fez de tudo.¹³

Os discursos que trazem o passado para revisitar o presente e o futuro, poderiam levar a crer numa busca de construção individualizada de uma imagem para a cidade.

¹¹ “Maratona de negócios reúne empresas na região”, disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4165>, acesso em jul/2016.

¹² “Museu do Amanhã, disponível em http://www.portomaravilha.com.br/museu_amanha, acesso em jul./2016.

¹³ “Uma Tia que faz diferença na Gamboa”, disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4230>, acesso em jul. /16.

Mas, ao contrário, se perdem nos processos de racionalidade modernizadora da globalização, provocando, enfim, uma imagem de marca homogeneizada do ponto de vista mercantil, semelhante à de outros modelos de cidade promovidas no mercado mundial. Como propõe Sanchez (2010) acerca dessa homogeneização, há uma reciclagem de imagens que se pretendem memoráveis, mas que precisam se encaixar no modelo e imagem de cidade que se busca para um mercado global. Nas palavras de Jaguaribe (2011), há uma demanda “por uma pátina da história, uma revalorização dos legados do passado”. (p. 344) Compondo os diálogos entre passado e futuro, encontram-se narrativas de recuperação do patrimônio histórico, numa estratégia que parte dos lugares de memória (Nora, 1993) para promover um resgate de repertórios simbólicos coletivos, com vistas a uma (ré) construção da identidade cultural na região do Porto, como se observa nas notícias “Igreja de São Francisco da Prainha reabre sob bênção de Dom Ornaí Tempestua”¹⁴, “Cais do Alongo é candidato a patrimônio da humanidade”¹⁵ e “De volta ao Jardim Suspenso do Alongo”¹⁶. A partir, portanto, de uma dinâmica de memórias, representações e identidades, a cidade “ganha mais reconhecimento, visibilidade nacional e internacional, além de narrativa própria, como marca de si mesma (Marca Rio, um tipo de grife) e cidade que marca quem a visita e quem nela mora.” (FREITAS; GOTARDO; SANT’ANNA, 2015, p. 4)

O *boom* do consumo de serviços que desde a modernidade desenha a economia mundial (SEVCENKO, 2001), parece se configurar na narrativa máxima para a construção da marca cidade que se pretende, a partir das reformas do porto. As narrativas do consumo cultural na região operam, portanto, incorporando novos valores culturais e novos padrões de vida referenciados na sociedade urbana mundializada, provocando, assim, uma tensão entre o global e o local, próprio dos modelos hegemônicos de cidade, recuperando a proposta de Sanchez (2010). Intimamente ligado ao argumento da cultura como mercadoria surgem, novamente, as narrativas de memória (fragmento 04), que são postas em prática pelo Programa Porto Cultural. A notícia “Passaporte cultural do Rio oferece gratuidade e descontos em 700 atrações”¹⁷ evidencia que há uma agenda de eventos culturais ao longo de todos os meses do ano, que contam, por vezes, com o apoio,

¹⁴ Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3672>, acesso em jul./16.

¹⁵ Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4483>, acesso em jul./16.

¹⁶ Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4128>, acesso em jul./16.

¹⁷ Disponível em, <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4528>, acesso em nov./16.

também, da iniciativa privada. Como sugere Jaguaribe (2011), há um elemento performático no qual o espaço histórico é empacotado como experiências a serem consumidas.

Além dos equipamentos culturais âncoras do Programa Porto Cultural, a região comporta manifestações culturais de todos os tipos - religiosas, folclóricas, gastronômicas, artísticas –, grande parte originalmente patrocinadas pelo poder público, com objetivo de efetivar a região do porto como local de lazer cultural¹⁸, como aponta o fragmento (5).

(5) durante o lançamento, o prefeito destacou a Região Portuária como polo de cultura. (...) A concepção do Porto Maravilha buscou sempre espaços públicos em que as pessoas se sintam bem e possam ser utilizados para propagar a cultura”, justificou.¹⁹

O discurso multicultural também está presente na divulgação dos espaços culturais, reforçando a preocupação com o global, afirmando que o espaço é de todos os que habitam ou passam por lá (fragmentos 6).

(06) *A ideia é mostrar a importância de tolerar as diferenças, da união dos povos, dos costumes e das religiões.*²⁰

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a interseção entre os grandes projetos de revitalização urbana patrocinados pelo poder público e as disputas e tensões que envolvem os diversos atores sociais na produção de uma memória coletiva do Porto do Rio e, conseqüentemente, de um projeto de identidade cultural da região e da cidade do Rio de Janeiro, com vistas a um gradual processo de (ré) construção da marca cidade. Para tanto, foram analisadas as narrativas institucionais do Projeto Porto Maravilha, através do site portomaravilha.com.br.

O percurso da análise partiu da abordagem da história cultural para traçar alguns aspectos teóricos que permitiram pensar as representações e linguagens sobre os espaços urbanos, apoiado, ainda, nas teorias sobre marca, que permitem refletir sobre os esforços que são empregados para a construção da marca-cidade, bem como na recuperação de alguns rastros históricos da cidade, que possibilitou, em paralelo, traçar ressonâncias e

¹⁸ <http://www.portomaravilha.com.br/calendario>

¹⁹ Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4528>, acesso em jul./16.

²⁰ (Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4578>, acesso em jul. /16)

rupturas entre as reformas de Pereira Passos, no início do Século XX, e atual reforma do Porto do Rio.

A análise apontou, assim, a partir dos argumentos observados nos discursos institucionais que se repetem no site, pistas sobre uma estratégia discursiva da Prefeitura do Rio que, ao contrário das intenções explícitas de apagamento do passado no “bota abaixo”²¹ de Pereira Passos, procura enquadrar as memórias da região para legitimar a reurbanização do presente, selecionando, assim, o que ficará de legado discursivo para o futuro, com vistas à construção de um novo projeto de cidade a partir de uma lógica que obedece aos imperativos do mercado de consumo. Dessa forma, as categorias temáticas que se desenharam, a partir da observação do site, salientam argumentos que legitimam as práticas de revitalização do porto do Rio que obedecem aos imperativos do mercado de consumo. Em conjunção com a dimensão material do espaço, observa-se que o Porto é reinventado simbolicamente a partir dos argumentos de modernização, de diálogos entre passado e futuro e do consumo cultural. A nova dinâmica do espaço transita entre o passado, o presente e o futuro, entre o individual e o coletivo, imbrica objetividade e subjetividade, atribuindo novos significados aos espaços construídos, onde os sujeitos são expostos a um imaginário proposto por valores hegemônicos, que objetivam organizar e programar a vida social na região a partir da lógica cultural do consumo.

Com efeito, vê-se a região central da cidade, que por muito tempo se constituiu apenas em centro comercial e de passagem, sendo reinventada e revalorizada a partir das narrativas que associam embelezamento, segurança e qualidade de vida à memória do lugar, apoiada em monumentos e fatos históricos do passado. Assim, observa-se que os discursos ecoados pelo poder público se apoiam em vestígios do passado para construir uma memória enquadrada (Pollack, 1989), numa dinâmica de lembrar, esquecer, apagar e silenciar, que se vale de um conjunto de representações para estabelecer um imaginário hegemônico no contexto social. As narrativas institucionais e midiáticas, portanto, dão forma e tornam a cidade visível e identificável no imaginário, tanto dos cidadãos, que se apropriam do espaço, quanto dos turistas que apenas passam por ele. Tal “leitura do espaço” ajusta-se precisamente ao processo de *branding* da cidade, que implica em vender a imagem de bom destino para recursos, investimentos e turismo, gerando ganhos simbólicos e econômicos.

²¹ O “bota abaixo” foi um termo popular cunhado, na época, para designar a higienização que sofreu o centro da cidade do Rio de Janeiro no período da Reforma Passos, que deu origem aos labirintos das malocas, às favelas, ao desemprego compulsório. (Sevcenko, 1998).

Finalmente, o processo de gentrificação²² termina por se instalar na região, condensando os novos valores culturais à economia de mercado (Sanchez, 2010), eliminando, enfim, da região, a população pobre, as prostitutas, os moradores de rua, os vendedores ambulantes, permitindo, portanto, a proposição final que faz pensar a quem se destina, de fato, a revitalização desses espaços.

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento. Dessa maneira, ao *cópus*, atualmente composto pelo conteúdo do site portomaravilha.com.br, parcialmente apresentado neste artigo, será acrescido, em etapa posterior, conteúdo editorial do Jornal o Globo, visando, assim, torna-lo mais representativo e objetivando estabelecer aproximações e distanciamentos entre os discursos institucionais e de parte significativa da grande mídia da cidade do Rio de Janeiro.

Referências

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro*. Sp: Unicampo, 2001.
- FREITAS, R. F.; FORTUNA, V. O. Rio de Janeiro: a comunicação e a construção da cidade espetáculo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, vol.10, n.18, jan./jul. 2013, pp. 228-237.
- NOVAES, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil – volume 3*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- JAGUARIBE, B. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculos e espaços urbanos. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 8, n. 2, p. 327-347, maio/agosto 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/9054/6557>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n. 53, jun./2007, pp. 11-23.
- PESAVENTO, S. J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989
- SANCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. SP: Cia das Letras, 2001.
- www.portomaravilha.com.br**, vários acessos
- www.cidadeolimpica.com.br**, vários acessos

²² Gentrificação é o processo de valorização fundiária de uma região revitalizada, que gera aumento do custo de vida e a consequente expulsão da população original. Ver Sanchez, 2010.

Clarice Lispector na Era Digital: a apropriação no processo criativo e o caminho obsessivo de micronarrativas sem lastro¹

Karyn de Paula Mota²

Resumo

A proposta de trabalho visa reconhecer a instrumentalização de conceitos estruturantes dos estudos culturais brasileiros com a pertença marcada na preposição do prisma literário que corresponde a uma órbita de efervescência de significações que avultam os contornos fugidios que compõem o paradigma da escrita contemporânea. Os vetores actanciais que retumbam a máquina narrativa de Clarice Lispector no universo digital lançaram luz sob o protagonismo dessa escritora que, no culminar de um processo de autorevelação com as intermitências do devenir tipicamente cotidiano, foi escolhida como o objeto de pesquisa devido seu poder de permanente dialética na sequência de encadeamentos referentes ao valor simbólico dos fragmentos das obras de Clarice Lispector compartilhados nas redes sociais.

Palavras-chave: cânone; estudos culturais; convergência de mídias; redes sociais.

1. A semi-automatização da realidade no espaço esquizo-fragmentado da sociedade contemporânea

“A tradução se dá através de *continua* transformação, não de ideias abstratas de identidades e semelhanças.”

Walter Benjamin – “On Language as Such and the Language of Man”

O crítico literário norte-americano Fredric Jameson em seu ensaio “*Secondary Elaborations*” que faz parte da coletânea “*Postmodernism Or, The Cultural Logico of Late Capitalism*”, outorga a interpelação analítica das condições fronteiriças de culturas e disciplinas que, como reflexo da articulação social da diferença essencializada como causa multiculturalista ocasionada pela transformação histórica e pelas experiências

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT4 Narrativas & Subjetividades

² Mestrando do Curso de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. E-mail: karynmota@gmail.com

intersubjetivas e coletivas de nação na contemporaneidade, apontam a necessária revisão e reconstrução da tradição cultural já autenticada, superando as identificações fixas que não cabem no interior do campo expandido das significações pós-modernas.

O curso homogêneo da história representa um processo de repetição que se fundamenta na lógica binária, e a persistência da tradição assume um elo conflituoso do revérbero dos traços culturais e étnicos. Essas duas tônicas emergem a partir de uma perspectiva intersticial que promove o realinhar das fronteiras na estrutura simbólica que contém o movimento dialético materialista alegorizado pelas imagens da mídia. E a lápide fixa da tradição corrobora com os signos das crises sociais que, no intercâmbio de seus significados e prioridades, assumem o termo forjado dos mitos de subjetivação que são tropo de nossos tempos.

A concepção de caráter transnacional da cultura contemporânea subverte a visão vernácula da estética, e a partir da experiência da ansiedade psíquica se reitera os espaços irrequietos e não-mapeados da paisagem urbana que evidencia a disjunção entre o tempo e o sujeito cindido. As transformações globais do capital articulam a condição pós-moderna do processo estético-ideológico que está duplamente inscrito no espaço discursivo politicamente eficaz que tem suas intensidades afetivas presentes no roteiro do inconsciente.

Conferindo valor cultural e político a sintaxe social, a imediatidade da experiência como signo mimético da contemporaneidade faz emergir o “tempo do agora”, e a teleologia da tradição é articulada como marco final visível do passado histórico que, na disjunção retórica e temporal em uma poética da práxis, é encenado o esquema de desenvolvimento da narrativa periodizante que caracteriza a enunciação do presente radicalmente desestabilizado e que nomeia o sujeito esquizoide, na plenitude da fragmentação cultural pós-moderna, como personagem nuclear da globalização cultural.

O controvertido deslizamento que habita qualquer pretensão à identidade no mundo moderno, focaliza seu distúrbio de desorientação na consciência das posições do sujeito como figura complexa de diferença e identidade. A análise global da cultura encontra seus domínios pós-modernos na diferença, nos “entre-lugares” do embate social. E, assim, os excedentes da soma das ‘partes’ da diferença se filia, performativamente, ao

valor cultural da representação da diferença como um antagonismo ao discurso dominante.

O projeto teórico da nova cultura internacional procura unir o global e o local nos enquadramentos duplos que correspondem a originalidade histórica da emergente provisoriedade do “tempo real”, e, também, a obscuridade cognitiva que está incrustada na significante do presente. A expressão do alcance global da cultura está inscrita na arquitetura desse novo sujeito histórico que alcança uma visibilidade representacional a partir de sua *persona* fragmentada pós-moderna que defronta com a respectiva identidade materialista que tece o movimento da enunciação no texto global.

O novo *corpus* internacional de realidades históricas descontínuas adquire uma posição espacial que corresponde as sentenças autônomas estranhamente rearticuladas ao descentramento inimaginável do capital global. Essa descontinuidade sinestésica tem seus vestígios na temporalidade nervosa do universo contemporâneo que encontra seu dilema na disjunção repentina do presente como ‘conceito do real’, e que nesse suplemento diacrônico do ‘efeito do real’ ostenta um presente fabricado com a realidade cotidiana da vida privada burguesa que assume o lugar de toda a significação possível.

A proliferação de narrativas vivenciais demonstra a reconfiguração da subjetividade no universo contemporâneo, e o *eidos* do paradigma transdisciplinar que pulsa a partir do trabalho no impossível, engaja com precisão metodológica o quadro de questionamento da identidade que tem em seu pórtico a desconstrução e a hipóstase do sujeito cindido. Fredric Jameson tem como fundamento de sua argumentação sobre a novidade das práticas culturais a introdução crucial do que ele nomeia como terceiro espaço suplementar.

“[N]o atual sistema mundial, um termo da mídia está sempre presente para funcionar como um *analogon* ou material interpretante para este ou aquele modelo social mais diretamente representativo. Com isso, emerge algo que parece ser uma nova versão pós-moderna da fórmula base-superestrutura, na qual a representação das relações sociais como tais exige agora a mediação desta ou daquela estrutura comunicacional interposta, a partir da qual é necessário lê-la indiretamente.”³

³JAMESON, F. *Postmodernism Or, The Cultural Logic o/Late Capitalism*. Durham: Duke University Press, 1991. "Secondary elaborations", p.409.

O espaço da “terceiridade” na política pós-moderna apresenta uma geração que possui uma totalidade social irrepresentável, uma narrativa desintegradora, e uma temporalidade do deslocamento, que encontra seu estatuto contaminado pelo anárquico potencial de autenticidade escarafunchado pelos meios de comunicação. A glosa midiática que, em um acesso de generalização, expressa, dentro dos parâmetros daquilo que é verossímil, um discurso híbrido recoberto por uma superficialidade da experiência vital humana metaforseada de panóptico pós-moderno.

A base de identificações culturais absorve a autoridade discursiva referente a natureza humana e a realidade histórica referencial, e os pedaços teimosos que compõem as identidades essenciais e expressivas fusionadas pelas hifenações híbridas das diferenças culturais no mundo contemporâneo, lançam cor as camadas de significação que dramatizam, simbolicamente, a *askêsis* que é o paradigma epistemológico das polaridades sujeito-objeto selado pelo horizonte de expectativas do futuro intersticial.

Nesse mesmo diapasão, Samuel Weber afirma que o princípio da identidade contemporânea é fundado no ato cognitivo que consagra a definição tautológica do sujeito não essencial, incompleto e suscetível de autocriação, em “[...] um mundo [que] se revela como encravado no espaço entre duas molduras, uma moldura dupla ou uma moldura cindida”⁴.

A clave intervalar que aponta para algo além, tem seu ponto de confluência nas atribuições do signo singular ou autônomo da diferença, na qual as exigências do passado e as necessidades do presente transitam de uma experiência coletiva para uma individual. E no projetar desse eco estandardizado de si, o processo da vida social atual que absorve todos os resíduos humanos, fará parte desse processo corrompido pelo insulto autoritário da indústria cultural.

2. Obsessão do tempo real: o exercício de “ego-histórias” no espaço interdiscursivo da cultura contemporânea

⁴WEBER, Samuel. *Return to Freud: Jacques Lacan's Dislocation of Psychoanalysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p.161

“A realidade defecção da imaginação pública as contém e as fusiona”⁵

A cristalizadora intocabilidade presente nas obras de Clarice Lispector foi recebida com excitação pela *intelligentsia* brasileira, e para os críticos literários foi difícil fugir dos superlativos para avaliar a estreia da escritora. Ela foi estimada como “a maior estreia feminina de todos os tempos na literatura brasileira”, e sendo considerada uma autora à frente de seu tempo, a manifestação e o efeito do poder desconcertante e vertiginoso de Clarice Lispector que revelou práticas de não pertencimento contidas na linguagem estética de suas obras, foi evidenciado na exegese esmiuçada do crítico literário Carlos Mendes Sousa sobre o universo lispectoriano.

Não haverá, decerto, uma explicação tangível e aceitável para o mistério da linguagem e do estilo de Clarice Lispector. A estranheiridade de sua prosa é uma das evidências mais contundentes de nossa história literária, e ainda, da história de nossa língua. Essa prosa fronteira, emigratória e imigratória, não nos remete a nenhum dos nossos antecessores preclaros. Não é de José de Alencar, ou de Machado de Assis. Não é de Euclides da Cunha ou José Lins do Rego. Não está nos que vieram antes, embora fervilhe, como um gracioso contágio epidêmico, nos numerosos epígonos que, alcançados pela sua enfeitiçante lição magistral, tanto se afervoram em imitar o inimitável, e diluir o indiluível.⁶

O objeto literário escolhido para esse estudo é a escritora Clarice Lispector, e suas escrituras – na completa compreensão de seu valor como bem cultural brasileiro – tem protagonizado um fenômeno curioso na era digital, colocando em questão a maneira como o público leitor tem assimilado literatura. Esses aspectos irão determinar o terreno propiciador da tendência de apreensão dos excertos das obras da escritora que são compartilhados ferozmente nas redes sociais como substituto sempiterno que corresponde ao sintoma do final do século: a espetacularização da intimidade.

É importante ressaltar que os escritos de Clarice Lispector causaram estranhamento, e até uma incompreensão da parte do público leitor que chegou a considerá-la hermética em suas produções. As típicas marcas existencialistas e introspectivas da autora, e a metáfora

⁵LUDMER, Josefina. Literaturas Pós-Autônomas. Ciberletras - Revista de crítica literaria y de cultura, n.17, julho de 2007, p. 4

⁶ SOUSA, Carlos Mendes de. *Clarice Lispector, figuras da escrita*. Minho: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2000.

de mundo que orientava a sua narrativa, não faziam parte do tipo de escrita difundida nos anos 40, 50 e 60 no Brasil.

O caráter singular e revolucionário dos seus textos não era apenas referente a *escrita de si*, mas a linguagem e o avultamento da sintaxe empregada em seu sistema linguístico. E sobre isso afirmou o filólogo brasileiro Leodegário A. de Azevedo Filho: “[...] sua linguagem, ao contrário do instrumentalismo de Guimarães Rosa, apresenta uma superfície plana e quase coloquial. Dela se poderia dizer que é uma escritora que não sabe escrever, e por isso mesmo escreve tão bem”.

Clarice Lispector utilizava a sua realidade cotidiana como fundamento da força criadora do *eu* que era o sujeito da narrativa que perpassava pelo solo de mitologia das significações urbanas. Assim, a existência e insistência do autor “real” como *corpus* que cintila o traço na escrita que proliferava enredos vivenciais, e, acudados na transfigurada consciência estética, encontra-se a questão da memória e da verdade poética que evoca o discurso confessional com seu poder transformador do indivíduo, e da consubstanciação do público leitor com o “verdadeiro ocorrido” no efeito de “vida real”.

A escritora Josefina Ludmer em seu artigo “Literaturas Pós-Autônomas” relaciona a *escrita de si* com um “falar de si” bastante apregoadado no contexto contemporâneo a partir das mediações possibilitadas pela convergência de mídias que apresentam uma obsessão da certificação, do testemunho, e do “tempo real”. Ludmer afirma que “a realidade cotidiana das escrituras pós-autônomas exhibe, como em uma exposição universal ou em um mostruário global de uma web, todos os realismos históricos, sociais, mágicos, os costumes, os surrealismos e os naturalismos.”

Clarice Lispector não estava inserida nesse momento de reconfiguração da subjetividade contemporânea, mas seus escritos que já ostentavam um transbordamento das fronteiras da realidade, da ficção, e do literário, foram assimilados e embargados pelos leitores-internautas no desejo filistino de projetar suas emoções através das palavras da escritora como eco standardizado de si.

A paixão pelo palpável estabeleceu um valor de uso aos excertos das obras de Clarice Lispector compartilhados nas redes sociais, e como veículo de psicologia do espectador que vitupera a práxis artística contida no ato confessional da escritora - muitas vezes

encontrado no gérmen de uma realidade traumática - a completude das obras apresentam um deleite secundário de prestígio.

No desgosto perante o insípido, o leitor-internauta empalideceu a verdade no discurso híbrido que tinha sua raiz no poder de fabulação da autobiografia respaldada pela consistência da experiência. O uso dos testemunhos pela sociedade midiática contemporânea aponta para além da ficção, e na economia dos desejos e dos discursos operados pelas mídias se fabrica o presente com a realidade cotidiana.

A pulverização dessas micro-narrativas sem lastro e sem transcendência que foram apropriadas pelo *status quo* da cultura midiática são verificadas como suplementos de uma falta, que é o próprio real. O confessionário eclesiástico e o confessionário psicanalítico foram substituídos pela ênfase exibicionista da voz e corpo “ao vivo” dos meios de comunicação, e o caráter testemunhal das redes sociais é a prova irrefutável da consignação da matéria clariciana ao mundo cibernético fetichizado e que culminou na mitificação da escritora como musa popular brasileira pelos motivos equivocados.

Longe do propósito de espetacularização do sujeito, a verdade empírica de Clarice Lispector desejava preservar o conteúdo metafísico da arte a partir da transmutação de seu mundo onírico sem a perfídia contemporânea deliberada de mercadorização do real. Na inoperância da própria atividade espiritual na atualidade, apreende-se o emblematismo da voz antecipadora de Clarice que conformou sua máquina narrativa através do processo de autognose - enunciador do discurso anímico -, e da pertinência do uso da voz cotidiana que teria completa ressonância do *zeitgeist* vindouro.

“Como me tornei o que sou.”

(Nietzsche)

3. O eco estandardizado de si e o insulto autoritário da indústria cultural

“Muitas obras dos antigos transformaram-se em fragmentos, enquanto muitas obras dos modernos o são ao nascerem”⁷

Em sua obra “Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental”, Giorgio Agamben irá condensar o argumento de alguns pensadores como Freud, Marx, Rilke, Baudelaire,

⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 61.

Benjamin e Brummell, sobre a má consciência em relação aos objetos, a mercadorização do real, e a abolição de todo o vestígio de subjetividade da própria pessoa, no caso desse estudo, do indivíduo-internauta.

Os excertos das obras de Clarice Lispector que são selvaticamente reproduzidos nas redes sociais se caracterizam como objeto artístico e são definidos como capital no campo da luta simbólica delimitado no mundo virtual e cibernético. O lugar aurático da obra de arte é profanado por uma incorporação sem lastro que configura nas constantes trocas simbólicas o fetiche da aparência, mercadorizando paradoxalmente a própria atividade espiritual.

A íntima textura da narratologia de Clarice Lispector consagra suas obras, e desse lugar sacralizado as tonalidades típicas do universo clariciano são transformadas em uma paródia da aparência estética. O valor de uso desse esteticismo refinado irá imprimir modificações concretas no comportamento originário da figuração de sua escrita, o que deprava o propósito animista da arte.

Esse desejo filistino de transformar o objeto artístico em consumível se resume ao processo da vida social atual, e a paixão pelo palpável é a pretensão absoluta do contemplador-contemplado. Como elemento constitutivo desse argumento, a apropriação dos fragmentos das obras de Clarice Lispector é vociferado pelo projetar de emoções do indivíduo-internauta através das redes sociais, e as construções narrativas lispectorianas acabam por ostentar um deleite secundário de prestígio.

A cólera dos consumidores de cultura se expressa no ímpeto de tornar a obra semelhante a si, e a incorporação da narrativa de Clarice Lispector trata-se do *vested interests* que legitima esse roubo furtivo como veículo da psicologia do indivíduo-internauta. “[...] o fetiche leva-nos ao confronto com o paradoxo de um objeto inapreensível que satisfaz uma necessidade humana precisamente através do seu ser tal.”⁸

A epifania do inapreensível consome o ser-para-outro abstrato, mas a representação da essência coisal a partir do momento mimético desfigura o objeto artístico e institui, pela indústria cultural, o caráter fetichista das mercadorias. O *factum* que orienta os

⁸ AGAMBEN, op.cit., p. 61.

indivíduos-internautas em suas apropriações dos fragmentos de Clarice Lispector brota forçosamente da própria coisa metaforseada.

Absorvendo todos os resíduos humanos, a práxis artística fundada no invólucro vazio das produções narrativas desenvolvidas nas redes sociais oscila e recebe a marca dos bens de consumo que se colocam como simulacros de vida. Agamben afirma em seu argumento: “[...] o objeto-fetice é, sem dúvida, algo concreto e até tangível; mas como presença de uma ausência, é, ao mesmo tempo, imaterial e inatingível, por remeter continuamente para além de si mesmo, para algo que nunca se pode possuir realmente.”⁹

Esse interdito rigoroso que afasta o indivíduo-internauta da entidade concreta presente no discurso anímico, e na perscrutação da interioridade de Clarice Lispector, se faz evidente a cristalizadora intocabilidade da busca escafandrista da escritora em sua plena subjetividade. Nessa inexorável vocação para diminuir a distância do objeto artístico em relação ao espectador, o indivíduo-internauta capitula o valor simbólico de sua apropriação estiolando a sua leitura imanentista. “Precisamente por ser negação e sinal de uma ausência, o fetiche não é um *unicum* irrepetível, mas, pelo contrário, é algo substituível ao infinito, sem que nenhuma de suas sucessivas encarnações possa algum dia esgotar completamente o nada de que é cifra.”¹⁰

A continuação irrefletida desse torniquete incessante que vitupera a dor cósmica do universo artístico sobrecai sobre o novo valor simbólico da mercadoria artística. Sem a virtude da sensibilidade subjetiva e, separado do reflexo indelével da transcendência, os fragmentos das obras de Clarice Lispector não são constituídos por um conteúdo metafísico típico das obras de sua escritora, e o prosaísmo será o dado fulcral inscrito na tábula rasa dessa espécie de perfídia deliberada presente nas redes sociais.

“Ao aviltamento dos objetos corresponde a inabilidade do homem.”

4. A proliferação de micronarrativas descentralizadas e sem lastro na era digital

“[...] o mundo nos aparece como uma infinita e desestruturada coleção de imagens, textos e outros arquivos de dados, é apropriado que sejamos movidos a modelá-lo como um banco de

⁹ AGAMBEN, op.cit., p. 62.

¹⁰ Idem.

dados. Mas também é apropriado que queiramos desenvolver uma poética, uma estética e uma ética do banco de dados. ”¹¹

O teórico da cultura digital, Lev Manovich, em seu artigo acadêmico intitulado “O Banco de Dados”, desenvolve um argumento sobre a lógica antinarrativa da web e sobre o processo criativo na era do computador. Seus apontamentos acerca da matéria midiática no interior do universo digital são norteados pela centralidade das listas de conteúdo informacional, isto é, o banco de dados. A manifestação do princípio de variabilidade das novas mídias legitima a existência de uma forma cultural própria, e, também, de um novo valor simbólico fundamentado na consciência do processo global.

Manovich procura desembaraçar os vestígios que irão irradiar a percepção atomista e regressiva do que pode ser classificado como as micronarrativas produzidas na era digital. O autor define esse produto de devir dizendo:

“Muitos novos objetos midiáticos não contam histórias; eles não têm início ou fim; de fato, não tem qualquer desenvolvimento temático ou formal, ou outra coisa que possa organizar seus elementos em uma sequência. Em vez disso, eles são coleções de itens individuais, em que cada item possui a mesma importância que qualquer outro. ”¹²

É tematizado na imagem estética dessas micronarrativas o seu elemento artificial que remete a uma obra fantasmagórica que imprime em seus múltiplos códigos o valor de uma presa do relativismo vulgar, e assume a posição determinística como algo de indiferente. As diversas contradições no horizonte do universo cibernético - que representam a nova forma do homem estruturar suas experiências – são a ignomínia da grande narrativa, e sedimentam o desgosto perante o insípido.

O rigor monodológico da crítica imanente irá concernir com o *gestus* do homem contemporâneo que possui um banco de dados marcado pela irreconciliabilidade constitutiva devido ao caráter vago ser-no-tempo que sintetiza a antítese da articulação - que seria a necessária ressonância das produções artísticas. Monovich evoca nas micronarrativas tipificadas a partir da reflexão anátema do conservadorismo cultural, a inimizade abstrata contra à unidade que se exprime nas artes enquanto processos que cristalizam a transcendência humana.

¹¹ MANOVICH, Lev. *O Banco de Dados*. Revista ECO PÓS, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2015, p. 8.

¹² MANOVICH, op.cit., p. 14.

Nesse mesmo diapasão o autor afirma:

“Mais precisamente, um banco de dados pode sustentar a narrativa, mas não há nada, na lógica do meio em si, que promova essa criação. Não é surpreendente, então, que os bancos de dados ocupem um território significativo, se não o maior, na paisagem das novas mídias. O que é mais surpreendente é que a outra ponta do espectro – narrativas – ainda exista nas novas mídias.”¹³

O impasse da narrativa exposto por Manovich perpassa também pela apropriação dessas micronarrativas em favor da multiplicidade de dados disponíveis, o que distancia as pessoas da produção - *par excellence* – genuína, e também da transcendência de caráter vital para as criações artísticas. Essa avaliação, sem a utopia transformadora das vanguardas, e a partir da disponibilidade tecnológica, evidencia a arlequinada cultura do banco de dados.

A logicidade da antinarrativa contemporânea instaurou uma nova maneira de se relacionar com o passado, com o tempo presente, e o com o processo criativo. No que diz respeito as incorporações dos fragmentos das obras de Clarice Lispector nas redes sociais, têm-se um exemplo claro dessa nova função autoral que culmina com a seleção, recriação e recombinação do que existe no banco de dados.

Além quebrar a barreira da aperceptibilidade, o aspecto interativo das novas mídias traça o processo psicológico que erige da comunicação cultural, e empalidece a autenticidade empírica da narrativa e o poder do sublime artístico que tem aversão contra o provincialismo que percorre a produção das micronarrativas descentralizadas.

Além da influência modificadora no *status quo* da produção simbólica contemporânea a partir do cerco tecnológico vigente, o caminho obsessivo de produção das micronarrativas encontra anuência com a vastidão de informações e dados à apenas um clique de distância. O êxito dessa pulverização encontra um ambiente propício para se multiplicar de forma virulenta principalmente nas redes sociais.

A leitura mediatizada da produção narrativa prescinde a ligação do disjuncto articulador da arte, e a substancialidade das micronarrativas que não deixam lastro sobressaem de um modo mais plástico por conta de seus meios não apropriados. Outro fator inquietante dessa impertinência das incorporações realizadas a partir das novas mídias e estimuladas

¹³ MANOVICH, op.cit., p. 15.

pela indústria cultural trata-se do próprio elemento narrativo. Sobre essa questão, Manovich conceitua acerca do *style flamboyant*:

“Para qualificar-se como uma narrativa, um objeto cultural tem de satisfazer alguns critérios, que o teórico literário Mieke Bal (1985, p. 8) define a seguir: deve conter tanto um ator quanto um narrador; deve conter também três níveis distintos que consistem no texto, na estória e na fábula; e seus ‘conteúdos’ devem ser ‘uma série de eventos conectados causados ou experimentados por atores’. Obviamente, nem todos os objetos culturais são narrativas. Contudo, no mundo das novas mídias, a palavra narrativa é frequentemente usada como um termo que inclui tudo, para encobrir o fato de que ainda não desenvolvemos uma linguagem que descreva esses estranhos novos objetos.”¹⁴

A vertiginosa inespecificidade dos objetos apontados pelo autor que estão distantes de qualquer tipo de particularização ou especificação, criando sempre pontes e laços de conexão inesperados entre personagens e comunidades separados, heterogêneos e muito diferentes entre si, acessados pela zona de pseudo-elocubrações que dizem respeito a questões existenciais e conflitos de classe que encontram toda a sua excitabilidade nas redes sociais.

Sem proselitismo, o vetor fundamental da autonomia artística está contido no potencial crítico da arte que acredita no cenário de igualdade do entrecruzamento de mundos alternativos que é o sinal mais evidente de um campo expansivo e das funções extrínsecas da convivência com a experiência contemporânea e da dualidade temática da sua estética.

Mesmo na urgência de transitar sem fluxo, o escamoteamento de significado e a luta simbólica impulsionada e pulverizada pelo sistema capitalista, pela mercadorização dos processos cognitivos, pela fetichização da arte, pela indubitável facilidade comunicacional a partir da convergência de mídias, e pela supremacia do lugar-comum, não se alcançou a libertação dos *grounds for comparison* promovida pela comunidade virtual.

Assim, restando a inevitável e enérgica crítica à toda trajetória sócio histórica que pede renovo, e que encontra na força disciplinar o único remédio para o resultado sofrível da tão esperada transgressão dos limites do lírico que acaba por se resumir com frases

¹⁴ MANOVICH, op.cit., p. 14.

cristalizadas em prosaísmo da voz cotidiana sem sintaxe no feed de notícias das identidades turbadas do mundo contemporâneo.

Referências

- AGAMBEN**, Giorgio. *Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007
- BARTHES**, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BLANCHOT**, Maurice. A fala cotidiana. In: *A conversa infinita 2: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007
- BOURDIEU**, Pierre. *O poder do simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2001.
- COGO**, Denise, **BRIGNOL**, Liliane. *Redes Sociais e os estudos de recepção na internet*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.
- ESCOBAR**, Ticio. *El arte fuera de sí*. CAV: Museodel Barro, 2004.
- FOUCAULT**, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.20.
- HALL**, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- HUYSEN**, Andreas. “Guia del pós-modernismo”. *NewGerman Critique*, n.33, 1984. *Em Punto de Vista*, n.29, abril 1987.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES**. *Cadernos de Literatura Brasileira: Clarice Lispector*. Vols. 17 e 18. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2004.
- LISPECTOR**, Clarice. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Artenova, 1973.
- LUDMER**, Josefina. Literaturas Pós-Autônomas. *Ciberletras - Revista de crítica literária y de cultura*, n. 17, julho de 2007, p. 4
- MANOVICH**, Lev. *O Banco de Dados*. *Revista ECO PÓS*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2015
- MARICONI**, Italo. “Circuitos contemporâneos do literário. Comunicação apresentada na Universidade de San Andres, Buenos Aires, 9 de Agosto de 2005.
- MARTÍN-BARBERO**, Jesús. *De los medios a las mediaciones*. Mexico: Gustavo Gilli, 1987.
- MOSER**, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- RANCIÈRE**, Jacques. *Em que tempo vivemos?* Oslo: Noruega: Office for Contemporary Art (OCA), 2011
- SANTIAGO**, Silviano. “Meditação sobre o ofício de criar.” *Aletria*.
- SOUSA**, Carlos Mendes de. *Clarice Lispector, figuras da escrita*. Minho: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2000.

Ameaça juvenil: redução da maioridade penal e medo no jornal *O Globo* ¹

Maite Nora Blancquaert Mendes Dias²

Resumo

A discussão sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos na Câmara dos Deputados em 2015 despertou o interesse pelos discursos da imprensa sobre criminalidade juvenil. O objetivo deste artigo é compreender os efeitos de subjetivação desses discursos sobre a infância pobre, a partir das categorias do medo e de “classes perigosas”. A análise será feita nas reportagens sobre a redução da maioridade penal e na cobertura de atos infracionais cometidos por crianças ou adolescentes em *O Globo* de abril de 2015. Como metodologia, usaremos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, com base nos estudos de Eni Orlandi. Faremos também uma reflexão histórica a partir das pesquisas de Cecília Coimbra, Vera Malaguti Batista, entre outros.

Palavras-chave: criminalidade juvenil; imprensa; análise do discurso; classes perigosas.

Em editorial de apoio à redução da maioridade penal, em 6 de julho de 2015, *O Globo*, entre outros argumentos, classificou a “delinquência juvenil” como “uma crescente ameaça à segurança da sociedade”³, praticada por jovens “perigosos e delinquentes” (OPÇÕES, 2015, p.14). Nesse artigo, pretendemos analisar de que forma essa ideia de “ameaça” se refletirá nas reportagens do jornal. O objetivo é compreender os efeitos desses discursos na produção de subjetividade da infância pobre, a partir das categorias do medo e de “classes perigosas”.

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT Narrativas & Subjetividades.

² Mestranda em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense. E-mail: maitemendes@yahoo.com.br.

³ “A delinquência juvenil, às vezes com atos de violência extremada, é uma crescente ameaça à segurança da sociedade...” e “(...) inimputabilidade de jovens e perigosos delinquentes” (OPÇÕES, 2015, p. 14)

A análise será feita nas reportagens sobre criminalidade juvenil e redução da maioridade penal do jornal *O Globo* durante abril de 2015. Este é o primeiro mês em que, após a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma comissão especial da Câmara dos Deputados estuda a Proposta de Emenda Constitucional 171, que propõe a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Como metodologia, usaremos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a partir dos estudos de Eni Orlandi.

Para a AD, os sentidos não são naturais e nem transparentes, ou seja, não estão prontos, e são constituídos na interação entre quem escreve e quem lê dentro de determinadas condições sócio-históricas (Orlandi, 1991). Portanto, nosso objetivo não é buscar o significado “verdadeiro” das reportagens produzidas pelo *O Globo*, mas entender quais são as estratégias discursivas usadas pelo jornal que reforçam a ideia de determinados grupos de adolescentes como uma ameaça. Trabalharemos com o conceito de memória discursiva, entendida pela AD como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2009, p.31).

1. Violência e Mídia

Neder (1997) afirma que, em razão da predominância do conservadorismo na política, desde a transição do regime militar para o Estado de Direito, a questão da violência tem sido levada para o centro nervoso do debate nacional. E a mídia tem papel preponderante nisso. Segundo Benevides (1983), a partir dos anos 1980, quando a ditadura civil-militar perdia força e o país iniciava o processo de abertura política, a imprensa, mesmo os jornais mais “contidos”, voltados para a classe média, “tornou-se o veículo natural para divulgação cotidiana de noticiário de violência e de criminalidade, assim como o espaço para a discussão de suas causas e de propostas para seu combate e repressão” (p.21).

Conforme explica Machado (2008), a mídia é um determinado modo de produção discursiva, com rotinas e modos narrativos próprios, que estabelece “alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato” (pg. 150). O modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência. Seus discursos têm caráter estruturador. Por isso, entender os discursos midiáticos sobre a violência é fundamental para entender as propostas de combate a ela.

Guattari (1992) afirma que a produção de subjetividade depende, entre outros componentes, dos elementos fabricados pela indústria da mídia, uma vez que as máquinas da informação e da comunicação “operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes” (p. 11).

Em abril de 2015, *O Globo* trouxe dez reportagens que envolviam a discussão da redução da maioridade penal, além de um editorial de posicionamento favorável à medida e de artigos contrários e favoráveis. Em todo o mês, o jornal teve oito reportagens sobre crimes com envolvimento de menores de idade. Em duas delas (arrastão em trem e idosa baleada), o adolescente acompanhava um maior de idade. Nas outras seis (roubos na Lagoa e adolescente baleada), todos os suspeitos eram menores de idade.

Embora a redução da maioridade penal seja uma questão nacional, a cobertura jornalística de segurança pública é, prioritariamente, voltada para problemas locais, a partir de uma cristalização de sentidos do termo “violência urbana”. Matheus (2008) afirma que o que se entende por violência urbana nos jornais do Rio de Janeiro é um conjunto limitado de problemas de natureza social, política, econômica e cultural, do qual estão excluídos diversos atos criminais violentos, como os domésticos, de trânsito, e os estados estruturais de violência, como a falta de acesso à saúde e habitação, entre outros.

A exploração do medo reatualiza uma memória discursiva do Rio de Janeiro como local violento e perigoso. Segundo Birmann (2009), desde a década de 1980, a mídia brasileira associa, progressivamente, a imagem do Rio com a falta de segurança, uma reputação que ganhou repercussão inclusive no âmbito internacional. No entanto, Silva (2010) demonstra que os índices de criminalidade violenta da cidade não são maiores que em outras capitais do país, como São Paulo, Vitória, Porto Velho e Recife, por exemplo. O Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal confirma isso. A ONG mexicana elabora anualmente um ranking das 50 cidades mais perigosas do mundo, contabilizando o número de homicídios por 100 mil habitantes. Desde 2011, nem Rio de Janeiro e nem São Paulo figuraram a lista, que em todos os

anos contou com outras capitais brasileiras, como Maceió, João Pessoa, Fortaleza e Curitiba⁴.

Silva (2010) aponta algumas hipóteses para a preponderância na cobertura jornalística das questões de segurança pública do Rio de Janeiro: além da sua história como capital federal, porto e centro turístico nacional e internacional, uma percepção de que a violência se desconcentrou, ultrapassando os limites de determinados grupos e classes sociais. Benevides (1983) também destaca que a partir dos anos 1980, quando o enfoque midiático voltou-se para a violência urbana, os delitos “marginais” passavam a atingir, “de forma espetacular, os bairros de classe média e da burguesia”. (p.22)

Entretanto, essa ideia de expansão da criminalidade, que vem de um grupo/local específico da cidade e passa a atingir a outros, onde a criminalidade não existia anteriormente, só pode ser sustentada com o silenciamento das violências outras, aquelas que não são classificadas pelos jornais como “a” violência urbana. Ventura (1994) fala sobre a violência urbana da “juventude transviada” da década de 1950. Jovens de classe média e alta que faziam pegadas de carros no Alto da Boa Vista e *roleta paulista* nas ruas da Zona Sul. Um de seus crimes emblemáticos foi o estupro e assassinato da jovem Aída Curi, em Copacabana, cometido por Ronaldo Guilherme de Souza Castro e Cássio Murilo Ferreira da Silva.

Eles inauguraram um modelo de agressividade, cruel e gratuita, que não encontrava equivalente na violência praticada pelos malandros do morro de então. Essa geração do asfalto, que se divertia com brincadeiras de atear fogo em mendigos, antecipou uma vertente moderna da violência urbana – a que é movida pelo prazer da crueldade. (VENTURA, 1994, p.33)

Isso sem falar da violência estatal. O relatório “Você matou meu filho”, da Anistia Internacional, estima que em um período de 10 anos, entre 2005 e 2014, foram registrados 8.466 “homicídios decorrentes de intervenção policial” no estado do Rio de Janeiro, sendo 5.132 somente na capital. Destes, 79% eram negros. Normalmente, o braço armado do Estado está voltado para classes e locais populares, mas também ultrapassa essas fronteiras em determinados períodos, conforme aponta Chauí (2006), se referindo aos anos de repressão da ditadura civil-militar: “Bancas de jornal e sedes de associações bombardeadas, sequestros de líderes populares, mortes e espancamentos de trabalhadores, acionamento da Lei de Segurança Nacional contra líderes sindicais e parlamentares entraram na ordem do dia” (p.240).

⁴ A ONG contabiliza cidades com mais de 300 mil habitantes e descarta países que estão declaradamente vivendo conflitos armados, como Iraque e Síria.

2. Medo e Mídia

A cultura do medo, segundo Glassner (2003), não se relaciona apenas com a criminalidade, mas se baseia no alarmismo sobre diversos aspectos da vida: questões de saúde, estabilidade financeira, acidentes de avião, etc. Há sempre algo a temer: o surto de uma nova doença (Ebola e Zica estão entre os exemplos mais recentes), uma suposta crise financeira, um ataque terrorista. Esse medo, porém, é frequentemente equivocado. Para Glassner (2003), tememos as coisas erradas. Ao falar da realidade dos Estados Unidos, dá o exemplo de que teme-se o fuzilamento em escolas, mas não o porte de armas para pessoas físicas.

Para Chalhoub (1996), o medo é a “dimensão oculta” da história, escondido atrás de argumentos lógicos e sofisticados que desqualificam e combatem aquilo que é inconfessavelmente temido. Nem sempre admitido, mas frequentemente explorado por agentes políticos, inclusive a mídia, o medo serve para elucidar momentos pontuais e longos períodos históricos.

A arquitetura do medo não é, de certo, aleatória. Inspirado no estudo da antropóloga Mary Douglas, Glassner (2003) afirma que, entre as infinitas possibilidades, os perigos a serem temidos são selecionados “por importância específica, porque ofendem os princípios morais básicos da sociedade, ou porque possibilitam críticas a grupos e instituições vistos com maus olhos” (p.37). No Brasil, conforme demonstra Batista (2003), o medo é sistematicamente trabalhado para impor medidas repressivas e de controle social. Medidas essas direcionadas a grupos bem delimitados: negros, em sua grande maioria, e pobres. No Brasil colonial e escravista, o medo girava em torno de uma possível insurreição dos negros; no início do século XX, o medo se materializava nas doenças, nos cortiços e seus moradores, a partir da década de 1930, o medo já estava nas favelas e em seus habitantes. (MATTOS, 2009; BATISTA, 2003a; COIMBRA, 2001).

Batista (2003a) argumenta, então, que o medo é um sentimento constitutivo da formação nacional. E que essa atmosfera (do medo) é construída em grande parte pelos meios de comunicação, que sustentam o poder do sistema penal ao fabricarem uma realidade para produção de indignação moral. Ao analisar o editorial do jornal Aurora Fluminense de 1829 de criminalização da atividade capoeira, Batista (2003a) aponta ideias-força presentes nos discursos do medo da imprensa: a maior importância à morte de brancos, as estratégias de polícia preventiva que consistem em atuar seletivamente

nas revistas de negros, a diferenciação discursiva entre os matões e os cidadãos pacíficos e o apelo às tropas nos quartéis se a polícia não desse conta.

“Os medos impressos vão se constituindo, assim, em discursos que ferem e matam. O espetáculo de açoitamento de 700 pretos da Insurreição Malê, na Bahia, era o resultado concreto das medidas enérgicas clamadas pelos jornais da época” (BATISTA, 2003a, p.200). Outro exemplo histórico é Canudos, na Bahia. Contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, “os jornais da oposição se engajaram numa produção de medo” que ajudou a construir o massacre anunciado (BARTELT, 2014).

3. Jovens perigosos

Coimbra (2001) mostra como na história do Rio de Janeiro, principalmente no decorrer do século XX, foi construída a associação entre pobreza e a ideia de “classes perigosas”, aquelas que representam ameaças para as classes dominantes e sob às quais serão impostas medidas de controle e eliminação. Construção esta feita com colaboração da imprensa, que ajuda a naturalizar essa associação e a cristalizar o “rosto” daqueles que “por não conseguirem ser ‘domesticados’, docilizados e tornados produtivos, são mostrados como ‘perigo social’, ‘fardo social’ e, por extensão, dispensáveis” (p. 250). A autora destaca algumas personagens que compõem essas “classes perigosas”: os moradores de favelas e periferias- negros e pardos, em sua maioria, por se oporem ao ideário higienista dos anos 1930 e 1940; a figura do malandro, que não se submete ao mercado de trabalho, tão exaltado na Era Vargas; e, a partir das décadas de 1950 e 1960, os migrantes das zonas rurais, “avaliados como despreparados e incapazes para se adaptar à vida urbana”. (p. 114). O imaginário de “classes perigosas” se voltará também para a infância pobre, a infância em perigo, aquela que poderia compor, num futuro próximo, a ameaça à segurança pública e que, por isso, deveria ter “suas virtualidades sob controle permanente” (p.92).

Em 1º de abril de 2015, dia seguinte à aprovação da PEC da redução da maioria penal na CCJ, além de destacar a votação, *O Globo* noticia a captura de dois suspeitos de fazerem um arrastão no trem da SuperVia dois dias antes. “Dois jovens são capturados após arrastão em trem” (NASCIMENTO, 2015, p. 16), dizia o título, que coloca em evidência a juventude dos suspeitos, que tinham, segundo o texto, de 19 e 16 anos. Seria possível redigir o título substituindo “jovens” por “suspeitos”, “rapazes” ou mesmo “dupla” – palavra usada no subtítulo. A escolha por “jovens”, no dia em que a

redução da maioria penal ganhava as chamadas dos jornais, pode servir para reafirmar que essa faixa etária é um problema à segurança pública.

Além disso, a frase escolhida para o “olho”⁵ da matéria ressalta que: “Eram rapazes eram frios, capazes de atirar e matar” (NASCIMENTO, 2015, p. 16). No corpo do texto, a fala de uma das vítimas diz que os rapazes não tinham nada a perder, em contraponto a ela, que trabalhava e estudava.

Escolhas como essas, de enfatizar a “frieza” dos assaltantes e de contrapor aqueles que têm e os que não têm nada a perder, indicam um direcionamento de sentidos para diferenciação, conforme diz Batista (2003), entre matões e cidadãos pacíficos; entre um “nós”, trabalhadores e estudantes, cidadãos de bem *versus* um “eles”, jovens frios, capazes de matar, que não têm nada a perder. São *eles* a “ameaça” à *nossa* segurança.

Para Chauí (2006), essa diferenciação se faz possível por meio do mito da “não-violência brasileira”, cuja função é, por um lado, admitir que a violência existe, mas, por outro, disvinculá-la da sociedade brasileira como um todo e deslocá-la para um grupo específico. Fazendo, assim, parecer que a violência é um acidente, e não um fator estruturante da sociedade brasileira. Esse mito se funda, conforme abordado anteriormente, no silenciamento de determinados tipos de violência.

(...) admitir que tortura, racismo e discriminação sexual são violência seria admitir que as “forças da ordem” são violentas e que há violência nas relações sociais brasileiras. Ao contrário, se permanecer miticamente localizada no bandido, a violência conservará a separação entre “nós, brasileiros” e “eles”, além de ficar reduzida à violação da propriedade privada, de sorte que “eles” tenderão a ser os “pobres” e, em casos excepcionais, bandidos de colarinho branco (CHAUÍ, 2006, p. 126).

Segundo aponta Chauí (2006), na história do país, revoltas como de Palmares, Balaiada, Canudos, greves no campo, no século XIX, e urbanas durante o século XX, aparecem “como se fossem momentos de irracionalidade e de imaturidade num povo inculto”. “História do vencedor e de sua memória, silêncio e destruição dos vencidos, eis uma violência jamais contestada, jamais mencionada”. (p.241).

Tal qual o mito da não-violência, o mito do “homem cordial”⁶, perpetua-se, segundo Benevides (1983), como negação do “lado escuro da alma brasileira”: “a prática da violência em nome da ordem, da moral, da religião... enfim, da própria ‘segurança nacional’”. (p.13)

⁵ Recurso gráfico usado para ressaltar trechos, em geral, falas das fontes.

⁶ A expressão atribuída a Sérgio Buarque de Holanda a partir do estudo da “cordialidade brasileira” em *Raízes do Brasil* tem utilização ambígua e equivocada. (Benevides, 1983).

Assim, pensar a violência como uma característica de determinados grupos é negar o histórico de constituição da realidade social brasileira, conforme afirma Batista (2003, p.38), remetendo à crueldade da escravidão. Elias (2014) defende que a violência não é só o resultado das desigualdades sociais, mas a causa delas e de suas mazelas, o principal fator estruturante da nossa sociedade.

(...) a formação do que atualmente conhecemos como “sociedade brasileira” é, respeitando-se as matizes históricas regionais, resultado de um processo de colonização que tem como base dois elementos que são a materialização mais genuína da violência: a guerra de conquista e a escravidão (esta não é uma interpretação, mas um fato frio indisputável). Estes dois elementos se sobrepuseram, de alguma maneira, entre a chegada dos europeus ao nosso atual território (havia guerras de conquista entre os indígenas no período pré-cabralino, mas estas são incomparáveis à escala genocida global da expansão ibérica) e o avanço do “desenvolvimento” promovido pelo estado na Amazônia durante o regime militar, já na década de 1970 (consideremos o massacre de dois mil waimiri-atroaris com gás venenoso e napalm para a construção da BR-174, no estado do Amazonas, entre 1972 e 1975, apenas um episódio do processo. (ELIAS, 2014)

4. Ondas de violência

Uma das principais práticas jornalísticas que corrobora para a sensação do medo é a atribuição do sentido de “onda de violência” em determinados períodos e locais. Esse sentido de “onda” é construído, muitas vezes, com a criação do que Matheus (2008) chamará de elos narrativos, atribuindo um sentido de continuidade a casos que não estejam necessariamente ligados. Para além de reforçar a sensação de medo, esse sentido de “onda”, “surto”, “epidemia”, comumente usado pela mídia, faz parecer, segundo Chauí (2006), que a violência acontece na superfície, sem afetar a “essencial não-violência brasileira”, como se a violência fosse momentânea, passageira, e pudesse ser coibida por medidas pontuais e repressivas.

No caso do arrastão do trem da SuperVia, a matéria termina dizendo que houve dois arrastões em linhas do metrô no mês anterior. Em 20 de abril, ao noticiar que a adolescente Waleska Soares, de 13 anos, foi baleada em Bangu após ser roubada por “um jovem que aparentava ter a mesma idade dela” (ADOLESCENTE, 2015, p.8), a matéria termina lembrando que, em janeiro, uma criança de quatro anos morreu após ser atingida por uma bala perdida a “poucas quadras do local” onde Waleska foi assaltada. No caso de Idília Silva, uma idosa de 70 anos baleada no Rocha, as falas dos moradores incluídas na matéria são: “todo dia tem assalto e tiroteiro” e, última frase, “vemos muitos assaltos, vários são praticados por adolescentes em bicicletas” (IDOSA, 2015, p.14).

O exemplo mais significativo dos direcionamentos de sentidos para uma atmosfera de medo e de adolescentes como “ameaça” à segurança pública é a cobertura sobre roubos na Lagoa. De 24 a 28 de abril o jornal traz diariamente, com exceção do dia 25, uma matéria sobre assaltos de bicicleta, com faca, neste que é um dos principais pontos turísticos da cidade. A primeira matéria, do dia 24 – “Ladrões com faca atacam na Lagoa” não cita que os ladrões são adolescentes: a suspeita recai para uma dupla, sem citar nenhuma característica, nem idade. O clima de medo se concretiza, principalmente, nas falas das pessoas ouvidas pelo jornal: o pai de uma das vítimas diz que “a Lagoa virou um pesadelo”; o “olho” destaca que o inspetor teria “perdido a conta da quantidade de registros de roubos de bicicletas” (ALENCAR, 2015, p. 11).

Na matéria do dia 26 – “Adolescente esfaqueado e roubado na Lagoa” - os suspeitos são meninos de 12 a 16 anos, que pertenceriam a uma gangue. A fala da mãe da vítima é exemplar da dicotomia “nós”, cidadãos de bem, *versus* “eles”, violentos, apontada por Chauí, que se reflete também na ideia de a quem pertence, e quem “merece”, a cidade e o país: “Estou anestesiada. Adoro o Rio, morei 11 anos fora e acho que não sou eu quem tem que sair daqui” (BOERE, 2015, p 28).

Se há violência, é praticada por gente que não faz parte da nação brasileira (mesmo que aqui viva e aqui tenha nascido). O mito produz a imagem de um “nós” contra um “eles” que coloca estes últimos como fora da nação, em suas margens. (CHAUÍ, 2006, p. 125)

As narrativas das matérias do dia 24 e 28 também marcam uma oposição entre aqueles que são da área, as vítimas, e os de fora, que chegam para trazer a violência. Fazem isso, por exemplo, ao ressaltar o tempo de moradia - “Morador do bairro desde 1982, o aposentado Paulo Moreira(...)” (COSTA, 2015, p.14) - ou associação ao clube local - “Felipe, que faz aulas de remo no Flamengo diariamente há um ano(...)” (BOERE, 2015, p. 28)-, em contraponto à “origem” - “ambos moram na favela Nelson Mandela, em Manguinhos” (COSTA, 2015, p.14) - ou “destino” dos assaltantes - subtítulo: “Fuga para Maré” (ALENCAR, 2015, p.11). Para além das questões de cor e classe social, essa oposição marca também uma determinada representação da cidade, da qual as periferias, sobretudo as favelas, não fazem (ou não deveriam fazer) parte. Conforme afirma Silva (2012)

(...) as favelas e seus moradores passaram a ser percebidos de forma homogênea, apesar de sua rica diversidade (tipo de sítio; densidade populacional; acesso a serviços e equipamentos; perfil populacional; grau de organização comunitária etc) como espaços desprovidos de condições básicas de cidadania, na verdade, espaços de subcidadãos (SILVA, 2012, p. 4).

Segundo Birmann (2009), a estratégia de regulação da pobreza na sociedade brasileira passa pela criminalização constante das populações das comunidades e dos enclaves marginais.

Embora não use a palavra “onda”, o destaque e repercurssão do *O Globo* sobre os casos - quatro matérias sequenciais, duas delas⁷ de quase meia página, três delas com foto- direciona os sentidos para pensar os assaltos a faca na Lagoa, praticados por adolescentes, como um grande problema da segurança pública da cidade naquele momento. Tanto que, no feriado de 1º de maio, foi organizado uma manifestação por mais segurança no local. O protesto, que reuniu 200 pessoas, ganhou matéria de quase uma página no dia seguinte no *O Globo*.

No mês que os assaltos a facas na Lagoa se tornaram um dos principais temas de violência urbana reportados pelo *O Globo* - junto com o assassinato do menino Eduardo de Jesus por policiais no Complexo do Alemão, em 2 de abril, que gerou uma série de reportagens com a retrans “Infância Interrompida”-, foram registrados 422 mortes violentas⁸ no estado do Rio de Janeiro e 420 estupros, segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)⁹. Os índices servem como um contraponto possível ao destaque que os casos ganharam n’*O Globo*.

Não se trata de dizer que os episódios não merecem importância na imprensa, mas questionar o tamanho da repercussão e, sobretudo, os outros sentidos possíveis, para além do reforço da atmosfera do medo e da cobrança por uma resposta policial e punitiva. Questões como o porquê do interesse por bicicletas, qual círculo esse tipo de mercadoria percorre, quem revende e quem compra, por exemplo, não são abordadas. Levantar essa cadeia e seu destinatário final poderia servir como antídoto para a ideia de que o problema da violência vem de um determinado grupo específico, de locais estigmatizados da cidade, das “classes perigosas”.

5. Considerações finais

A partir da análise do jornal *O Globo* de abril de 2015 é possível perceber que o discurso do medo, reproduzido pelo jornal nas reportagens analisadas, contribui para produção da subjetividade de classes perigosas para a infância pobre e está sendo usado, mais uma vez, para a imposição de medidas repressivas a determinados grupos sociais.

⁷ Matérias de *O Globo* de 24 e 25/04/15, editoria Rio (“Ladrões com facas atacam na Lagoa” e “Adolescente esfaqueado e roubado na Lagoa”).

⁸ A classificação de morte violenta inclui homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e homicídio decorrente de intervenção policial

⁹ Site do ISP: www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=317

Desta vez, trata-se de argumentos usados para sustentar a Proposta de Emenda Constitucional que visa reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. A figura de classes perigosas se materializa, novamente, na infância pobre, aquela que se tornará, ou, antes – como diz o editorial de *O Globo* – já é, uma ameaça à segurança pública – em especial à segurança das elites.

Esse discurso se materializa também nas falas das fontes ouvidas para as matérias, que demonstram o medo de viver no Rio e marcam uma distância entre “nós” e “eles”. Fontes essas sempre ligadas às vítimas imediatas do crime ou ao aparato policial do Estado, responsável por manter a segurança. Os suspeitos e suas famílias, quando apreendidos, não são ouvidos, nem mesmo a Vara da Infância e da Juventude. Outro silenciamento importante é da cadeia de compra e venda que alimenta o roubo de bicicletas. Uma das vertentes que poderia ter sido levantada é qual a demanda por esse produto roubado e quem é o consumidor final. Esse questionamento, como dissemos anteriormente, poderia servir para embaralhar os imaginários de vítima e culpado e complexificar a questão.

Pensar a atuação da mídia no debate sobre a redução da maioria penal e na cobertura de atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes é tentar evitar os perigos de reafirmação das estruturas desiguais e violentas da sociedade brasileira e buscar outras maneiras - mais complexas, mais plurais, menos superficiais - de abordar a questão da criminalidade e da violência urbana no país.

Referências

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. Mesa- **Estado Penal e funções do cárcere na contemporaneidade: produção de subjetividade e de criminalidade**. In.: Conselho Federal de Psicologia (2010). **Atuação do psicólogo no sistema prisional**. Brasília: CFP, 2010.

BARTELT, Dawid Danilo. **A mídia em campanha**. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2014. www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-midia-em-campanha

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, Povo e Polícia**. Violência Urbana no noticiário de imprensa. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIRMAN, Joel. **Sociedade sitiada**. In **Cadernos sobre o mal. Agressividade, violência e crueldade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHAUI, Marilena. **Democracia e autoritarismo**. In **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio - o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

ELIAS, Rodrigo. **“Curtindo” um castigo**. Revista de História da Biblioteca Nacional: 2014.
www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/curtindo-uma-violencia

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MATHEUS, L. C. **O medo como mídia: estratégias de narração no jornalismo de O Globo. Jornalismo e Narrativas**. Contracampo. Niterói (RJ): PPGCOM-UFF, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. **As “Classes Perigosas” Habitam as Favelas: um Passeio pela Crônica Policial no Período das Reformas Urbanas**. Revistas de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2009.

MENDONÇA, Kléber. **A Punição pela Audiência – Um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **O inteligível, o interpretável e o compreensível**, in ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Theodoro (orgs.). **Leitura, perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **A construção da violência urbana como problema público: o jornal como ator político**. In.: *Notícias da Violência Urbana*: um estudo antropológico. Niterói: EDUFF, 2010.

SILVA, Jailson de Souza. **“As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas”**. In: Marco Antonio da Silva Mello; Luiz Antonio Machado da Silva; Leticia de Luna Freire & Soraya Silveira Simões (orgs.), **Favelas cariocas. Ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 415-432.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Jornais

ADOLESCENTE de 13 anos é baleada em Bangu. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.8, 20 abril 2015.

ALENCAR, Emanuel. Ladrões com faca atacam na Lagoa. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 11, 24 abril 2015.

BOERE, Natália. Adolescente esfaqueado e roubado na Lagoa. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 28, 26 abril 2015.

COSTA, Ana Cláudia. Roubos na Lagoa: mais três jovens detidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 14. 28 abril 2015.

IDOSA é atingida por bala perdida em confronto no bairro do Rocha. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.14, 21 abril 2015.

NASCIMENTO, Rafael. Dois jovens são capturados após arrastão em trem. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.16, 1 abril 2015.

OPÇÕES à disposição. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 14, 6 de julho 2015.

A visão do jovem sobre sua representação na narrativa do telejornalismo local¹

Nara Rosa Meireles²

Resumo

O jovem tem-se tornado mais consciente do espaço que pode ocupar na sociedade ao longo dos anos. A dependência de pessoas mais velhas dá lugar a uma geração protagonista e alvo de importantes ações sociais. Neste contexto, são fundamentais às práticas comunicacionais contemporâneas a inclusão deste público e o debate sobre como a mídia deve pensar abordagens que, de fato, o representem. Tal necessidade se reflete principalmente no telejornalismo, que, além de abarcar temas cotidianos de relevância para a população e a cidadania por meio do noticiário local, é veiculado em uma plataforma de amplo alcance. Esta análise apresenta uma pesquisa com cidadãos de 15 a 29 anos que ajuda a esclarecer o entendimento que o próprio jovem tem sobre sua representação nas narrativas telejornalísticas e o papel que ele deve desempenhar no noticiário como agente de transformação social.

Palavras-chave: Jovem; Representação; Narrativa; Telejornalismo; Cotidiano.

1. O jovem

De nada vale uma pesquisa sobre um nicho social específico que não busque compreender quem são os cidadãos que compõem aquele grupo. Como pensam, com o que se identificam, como se definem e sob quais circunstâncias se veem representados. Com o jovem, não é diferente. É fundamental, antes de qualquer análise que utilize como base esta parcela da população, buscar caminhos que procurem alcançar um retrato do grupo – a partir de suas especificidades –, e que levem a reflexões profundas, capazes de ultrapassar o senso comum, propondo análises verdadeiramente importantes

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT 4 – Narrativas & Subjetividades.

² Mestranda em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: nara.rmeireles@gmail.com.

na sociedade contemporânea. Neste sentido, é importante começar a análise a partir das mudanças vividas pelos jovens nas últimas décadas.

No Ocidente dos anos 50, começaram a surgir condições básicas para um questionamento coletivo, por parte dos jovens, da estrutura histórica que presumia um saber absoluto dos pais ou pessoas mais velhas (SODRÉ, 1992). Aos poucos, a função educativa e norteadora da família e o caráter sagrado da imagem clássica dos pais deram lugar à participação dos jovens como membros ativos da sociedade e do mercado de consumo. Os jovens passaram a pôr em dúvida as instituições e a se dedicar a coletivos juvenis, que agregam novos sentidos ao universo político e elaboram, a partir de outras lógicas, múltiplas formas de ação coletiva na esfera pública.

Tem perdido força o exercício da função educativa dentro do grupo familiar. A informação generalizada, ao mesmo tempo que contribui para a dessacralização da imagem tradicional das figuras parentais, oferece ao jovem formas discursivas ou vicárias de participação social (em vez da ação real implicada na ética familiar) e valores mais compatíveis com a “ética” do consumo. Neste embate, qualidades mais “rápidas” (agressividade, prazer, prestígio) sobrepõe-se a qualidades “lentas” (sabedoria, prudência), comprometidas com a socialização tradicional. [...] O jovem tende a não responder, em termos de padrões esperados, ao desejo daquilo que a psicanálise tem chamado de Outro (a linguagem, o Pai, as instâncias pedagógicas, o Estado). (SODRÉ, 1992, p. 72-73).

De acordo com o jornalista, sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Muniz Sodré, esta transformação foi viabilizada pelas novas relações sociais de produção e pelo crescimento da rede de informações. O projeto de independência do adolescente enveredou não necessariamente pela formação profissional e pela autonomia financeira, mas por atividades ligadas a um saber marginal. O jovem percebeu que pode ser incluído em uma sociedade antes restrita aos poucos que poderiam liderá-la e ter sua opinião refletida nos meios de comunicação.

Antes de mais nada, é importante explicitar o recorte utilizado nesta pesquisa, que é o mesmo que vem sendo adotado, nos últimos anos, como o segmento juvenil da população brasileira: o grupo etário entre 15 e 29 anos, referendado pela *Constituição Brasileira*, artigo 227, e pelo *Estatuto da Juventude*, sancionado em 2013. Esse intervalo de idade se justifica pela extensão do período de transição que integra a etapa juvenil marcada por trajetórias muitas vezes interrompidas e descontinuadas, e por processos não lineares de inclusão e desenvolvimento de autonomia.

É fundamental também frisar que este trabalho não reduz o jovem a uma categoria única e heterogênea. A intenção não é abranger todo o grupo de 15 a 29 anos de forma genérica e ignorar toda sua multiplicidade, reduzindo-a a um comportamento

padrão ditado por um recorte de faixa etária. Desta forma, a análise perderia dimensões importantes do que realmente representa a juventude e trairia seu objetivo de defender que o jovem seja entendido com suas especificidades, sob um ponto de vista que entenda suas necessidades e as formas e conteúdos com que ele, de fato, se identifica.

Para o pesquisador da área de educação e professor da Universidade Federal Fluminense Paulo Cesar Carrano, é preciso compreender as tensões intrínsecas à juventude e respeitar a diversidade cultural para que o jovem sinta que é parte da sociedade e que seus saberes são acolhidos. Ignorar as referências culturais dos adolescentes é assumir o risco de ampliar a distância entre gerações, como adverte o professor, que coordena o grupo de pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro.

Ainda que o professor diga que “tem alunos”, os estudantes são mais do que isso. Mesmo que vistam uniformes, são corpos múltiplos. Também são negros, brancos, índios. São eles e elas – às vezes são elas/eles e eles/elas na plenitude da diversidade de gênero – e se constituem como representantes de vários universos culturais que transcendem os muros da escola. (CARRANO, 2015).

É importante perceber que o jovem não é um ser único e homogêneo: há uma multiplicidade de maneiras de ser. As intensas transformações pessoais e sociais relacionadas às tecnologias de informação e comunicação devem ser compreendidas. Graças a elas, os jovens possuem, hoje, um campo maior de autonomia frente às instituições do chamado “mundo adulto”. Novas interações afastam os jovens de antigas referências e os aproximam uns dos outros e o grupo da vivência social.

1.1. O jovem em números oficiais

Foi nos anos 1990 que as questões da juventude começaram a ganhar mais espaço na agenda e no poder públicos. No Brasil, a primeira grande pesquisa do governo sobre esta parcela da população foi realizada em 2003. Com o objetivo de compreender os interesses e preocupações dos jovens, foi elaborada a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*. A partir daí, outros estudos deram continuidade ao aprofundamento da percepção do jovem como alvo de políticas públicas. Entre elas, a *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*, executada dentro das ações estratégicas da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão do governo federal, à época sob comando de Dilma Rousseff.

O estudo pretendia não só traçar o perfil da juventude brasileira, mas, principalmente, acompanhar as tendências de comportamento e a opinião do grupo, e

identificar as demandas dos jovens, que, em sua grande maioria, atuam de forma efetiva no cotidiano. Uma das diretrizes que guiaram esta ação da SNJ – e que também impulsiona este trabalho – é o fato de que os jovens devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e de políticas públicas. Sendo necessário conhecer suas realidades, questões, opiniões e demandas, além, é claro, das características sociais, demográficas, políticas e culturais que revelam as condições de vida da população juvenil no Brasil.

Segundo o último levantamento populacional do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), o *Censo 2010*, há no Brasil 51,3 milhões de jovens, o equivalente a mais de um quarto da população total do país, que é de pouco mais de 190 milhões. A distribuição de gênero é equilibrada. Segundo a pesquisa da SNJ, 50,4% dos jovens são mulheres e 49,6%, homens. O resultado das análises mostra também diminuição dos jovens que não concluíram o Ensino Fundamental e aumento dos que chegaram ao Ensino Médio – tendência apontada também pelos dados da PNAD 2012³.

Os números da Secretaria apontam ainda que a juventude brasileira está bastante presente no mercado do trabalho: 53% dos jovens trabalham, enquanto 21% procuram empregos. Os jovens que estão apenas na escola somam 37%, e os que conciliam os dois universos são mais de um quinto do grupo. Apesar de mais da metade dos jovens (52%) ter declarado à *Agenda* viver em famílias chefiadas pelo pai ou pela mãe, 18% são responsáveis pelas despesas da casa, e outros 16% têm o cônjuge como responsável. Na análise da renda domiciliar *per capita*, 28% dos jovens estão na categoria baixa, com até R\$ 290,00 por mês. Cerca de 50% estão nos estratos médios, e 11%, nos altos (acima de R\$ 1.018,00/mês). Outros 11% se recusaram a responder.

Já em relação à etnia, os números levantados pelas duas análises apontam uma diferença expressiva. Para a Secretaria, seis em cada dez entrevistados declararam ser negros ou pardos (15% e 45%, respectivamente), enquanto 34% disseram ser brancos. O IBGE identificou uma proporção de jovens negros que representa praticamente metade desta: 7,9%. Ao Instituto, 45,9% dos jovens se declararam pardos, e 44,7%, brancos. Uma explicação possível para essa disparidade é o autor da resposta. Enquanto no *Censo 2010*, a informação da etnia de todos que compõem a família é fornecida por apenas um de seus membros – geralmente o pai ou a mãe –, na pesquisa da Secretaria o que vale é a autodeclaração dos próprios jovens. Esta constatação confirma a hipótese –

³ Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65857.pdf>. Acesso em 25/10/2016.

já apontada em pesquisas anteriores⁴ – de que há uma predisposição, nesta geração, de uma maior identidade racial entre jovens negros, ocasionada, provavelmente, pelo aumento da visibilidade da questão étnica no país e das políticas de afirmação de raças.

2. Representações e mediações nas práticas comunicacionais

A partir deste breve panorama sobre o jovem contemporâneo, parte-se, então, para o objetivo principal desta pesquisa: compreender a percepção do próprio jovem em relação à sua representação na narrativa do telejornalismo local, ou seja, entender a mediação presente nesta troca comunicacional. As representações podem ser entendidas como signos, imagens, formas de pensamento e construção de sentidos desenvolvidos por uma sociedade e partilhados por um grupo social. De acordo com a pesquisadora e professora Vera França (2004), as representações estão intimamente ligadas a contextos históricos, políticos e sociais por um processo de troca: são produzidas no cerne de processos sociais e espelham diferenças, vivências e movimentos da sociedade. Para ela, as representações são, ao mesmo tempo, espelhos da realidade e produtos midiáticos.

Pode-se falar das imagens enquanto reflexo da realidade (espelham o momento que vivemos); também como “produção da mídia” (a violência no Rio, num determinado momento, foi falada como uma produção da Globo). Alguns autores falam em “simulacros”: imagens que têm mais força que o real (têm uma existência em si mesmas, e já não remetem ou não precisam se remeter mais à realidade); outras imagens só existem em função da sua relação estreita com a vida social: imagens que criam identidades; imagens que problematizam e promovem uma releitura da realidade; imagens que ajudam a mudar a realidade e o mundo. (FRANÇA, 2004, p. 5-6).

Na análise da juventude, é possível identificar um ícone, um retrato claro do sentido de “ser jovem”? Existe uma forma que expressa exatamente o que representa a juventude? É possível citar os estilos musicais mais consumidos por essa parcela da população, a busca por liberdade e independência, as profissões mais procuradas pelos jovens contemporâneos. É viável ainda falar sobre o envolvimento com a vida política, as questões sociais que incidem sobre esta faixa etária, a prioridade por experiências frente à estabilidade financeira. Mas tudo isso retrata apenas formas. A representação do “ser jovem” é móvel, mutável e plural, e vai além de signos ou formas fechadas.

Tão importante quanto entender a maneira com que imagens a respeito de pessoas, grupos ou ações são produzidas, é analisar a forma com que tais representações

⁴ IBASE/PÓLIS. *Pesquisa sobre juventudes no Brasil – Relatório Quantitativo*, 2008; CORROCHANO et al. *Jovens e Trabalho no Brasil*, 2008.

são recebidas pelo interlocutor: as chamadas mediações. Mediações, em uma rápida e superficial conceituação, se referem às práticas sociais e à inserção na cultura, na história e no cotidiano (FRANÇA, 2004). Desloca-se o eixo de atenção dos produtos midiáticos para o campo da recepção e para a vida cotidiana. Começa-se a observar as referências culturais e as situações concretas do dia a dia que marcam o lugar do sujeito no mundo e filtram a interpretação das mensagens recebidas.

Segundo o semiólogo, antropólogo e filósofo colombiano Jesús Martín-Barbero, as mediações “são os lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural” dos produtos midiáticos (BARBERO, 1997, p. 292). Para ele, as mediações retiram ou substituem a distância entre as mensagens e seus efeitos, e terminam por construir uma análise integral do consumo como conjunto de processos sociais de apropriação dos produtos.

2.1. A pesquisa empírica

Na busca pelo entendimento que o próprio jovem tem de sua representação, evidenciou-se a necessidade de fazer uma consulta direta ao grupo. A pesquisa foi realizada com 63 jovens, por meio de um questionário escrito, entre os dias 24 de outubro e 7 de novembro de 2016. Do total de entrevistados, seis cursam o Ensino Médio, 12 têm o Ensino Médio completo, 33 estão em cursos de Ensino Superior, sete têm o Ensino Superior completo e cinco estão em cursos de pós-graduação. Em relação ao mercado de trabalho, 24 jovens trabalham, enquanto 39 apenas estudam. A renda familiar de cerca de 20% dos entrevistados varia de um a cinco salários mínimos⁵, enquanto a de 43% está entre cinco e dez salários, e a dos outros 37% passa dos dez.

Entre os jovens entrevistados, 40 afirmaram que assistem a telejornais locais. A TV Globo foi a emissora mais citada: todos os jovens que se consideram espectadores deste tipo de produto midiático citaram o canal. Em seguida, lembrada nove vezes, está a Rede Bandeirantes. O SBT foi a terceira e última emissora, mencionada por três jovens. Destes 40 entrevistados, 18 declaram que veem noticiários regionais uma ou duas vezes por semana, 16 afirmaram assistir entre três e quatro dias, enquanto os outros seis, pelo menos cinco vezes por semana.

⁵ O salário mínimo considerado nesta pesquisa é o vigente em outubro de 2016, de R\$ 880.

Os jovens que afirmaram não assistir a telejornais locais foram 23. Entre os motivos apontados está principalmente a preferência por outra plataforma: a internet. Em seguida, aparecem a falta de tempo e o desinteresse pelas notícias abordadas. Ao longo do questionário, entretanto, outros motivos que afastam os jovens dos telejornais locais apareceram e se sobressaíram. Alguns disseram achar o formato monótono e formal, com abordagens conservadoras, superficiais e parciais. Mas os dois grandes destaques, com mais menções entre os jovens pesquisados, foram a repetição de informações – os mesmos assuntos se repetem diversas vezes em diferentes jornais – e, principalmente, a negatividade das notícias. Para muitos jovens, os noticiários deveriam exibir menos reportagens sobre violência e corrupção, por exemplo, e priorizar assuntos positivos e inspiradores, como opina este jovem de 16 anos, estudante do Ensino Médio:

Queria ver histórias de superação que leio na internet, de pessoas que conseguiram conquistar seus objetivos vindo de um lugar mais pobre, mostrando uma outra visão da favela, principalmente, já que o que somos acostumados a ver é apenas miséria e desgraça nesses lugares.⁶

A pesquisa também revelou a percepção do jovem sobre a própria representação no telejornalismo local. A maioria deles (mais de 71%) acha que os noticiários não mostram muitos jovens – mesmo ao considerar diferentes situações, como política, violência, cultura e esporte. Um número ainda maior (superior a 90%) não considera os telejornais locais atrativos, e 68% afirmaram não se identificar com eles. Os motivos deste distanciamento estão, principalmente, no conteúdo. Para este jovem de 18 anos, estudante do Ensino Médio, mais imparcialidade e inclusão poderiam ser caminhos para uma parceria de sucesso entre os noticiários locais e indivíduos desta faixa etária:

Na maioria das vezes, quando acontecem coisas que podem interessar aos jovens, [os noticiários] não mostram. Como, por exemplo, as ocupações [em referência às escolas ocupadas em outubro e novembro de 2016 por estudantes contrários à reforma do Ensino Médio e à proposta de emenda à constituição que limita os gastos do governo à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos] e o porquê de tudo isso. Acredito que seja difícil no mundo das notícias, na mídia, falar sobre certas coisas, mas elas precisam ser faladas. Muitas vezes, me aprofundo sobre algum assunto na internet e não pelo que passa na televisão, sempre existe uma outra versão daquele acontecimento. Deveriam apenas mostrar todos os lados, para termos um senso crítico baseado em mais argumentos. Os jornais deveriam incluir mais os jovens, mas também pensar em todas as minoras, com notícias comprometidas com a sociedade.

Para 54 entrevistados, os telejornais locais deveriam sofrer alterações. Além da opção pelas notícias positivas, a grande mudança apontada diz respeito à internet e suas derivações, como os aplicativos para *smartphones*. Os jovens consideraram promissora

⁶ Os jovens citados serão identificados apenas pela idade, nível de escolaridade e profissão.

uma interatividade maior com redes sociais e mudanças no formato de acordo com as evoluções tecnológicas, como este jovem de 28 anos, consultor de viagens:

A maior parte dos jovens hoje em dia está mais ligada às novas tecnologias, se informando, principalmente, pela internet. Eu, por exemplo, prefiro o formato dos portais online. Os meios de comunicação deveriam construir uma maior integração com a rede e aplicativos de celular.

A participação de telespectadores e a interação com o público – fatores diretamente relacionados ao uso da internet – também estão entre os principais resultados desta pesquisa. Jovens como este engenheiro, de 27 anos, estudante de pós-graduação, acreditam que esta relação de troca aproximaria o jovem dos noticiários.

Os jornais locais poderiam ter mais participação dos telespectadores. O *Bom Dia Rio* [telejornal local exibido de segunda à sexta-feira, das 6h às 7h30, na TV Globo, na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana] é o melhor jornal local que conheço. O Fachel [Flávio Fachel, jornalista e apresentador do noticiário citado] tem uma linguagem muito boa e fala com o público.

Entre os fatores positivos do telejornal local, o mais citado diz respeito ao conteúdo regional. Para os jovens, “saber notícias de sua região” é a característica mais atrativa, como afirmou este estudante do Ensino Superior, de 20 anos:

O jornal local tem como ponto positivo dar notícias de uma região específica, o que, em um país do tamanho do Brasil, é bastante necessário.

O jovem citado acima e outros oito afirmaram estar acostumados ao formato dos noticiários apresentados pela TV aberta e, conseqüentemente, sentirem pouca estranheza ou vontade de mudanças em relação ao que é apresentado atualmente.

3. A questão da identidade

Antes de analisar qual é e como é formada a identidade do cidadão entre 15 e 29 anos, é necessário entender o conceito de identidade. Nas últimas décadas, pôde-se observar, principalmente na universidade, uma explosão discursiva em torno do termo e, ao mesmo tempo, uma polêmica envolvendo críticas em relação à sua definição.

De acordo com o teórico e sociólogo jamaicano Stuart Hall, “a identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas.” (HALL, 2000, p. 104).

Segundo ele, na linguagem do senso comum, a identificação é construída pelo reconhecimento de uma origem comum, de características compartilhadas por grupos ou a partir de um ideal. A abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, um

processo em andamento. A identificação seria, portanto, condicional, estaria alojada na contingência. Assim como na obra de Stuart Hall, esta análise não traz a concepção de que o indivíduo permanece o mesmo e idêntico a si mesmo ao longo do tempo. A ideia de identidade aqui proposta não fixa uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as diferenças. A abordagem desejada leva em conta mutações, adaptações e subjetividades.

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas aos longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2000. p. 108).

Ao contrário do que o termo pode sugerir, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Segundo Hall (2000), as identidades emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída. A homogeneidade que o vocábulo assume como fundacional não é uma forma natural, mas um fechamento construído, um processo naturalizado.

Para o sociólogo e historiador austríaco Michael Pollak, a identidade pode ser negociada. Ela não é um fenômeno que deve ser compreendido como essência de uma pessoa ou grupo, já que passa por uma série de adaptações e depende das relações sociais. Pollak define identidade como a imagem de si, para si e para os outros; a imagem que o indivíduo constrói e apresenta aos outros e a si próprio para acreditar na sua própria representação e para ser percebido pelos outros da maneira desejada.

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de modificação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. (POLLAK, 1992, p. 5).

Michael Pollak considera a identidade um valor disputado em conflitos sociais e intergrupais, particularmente nos que opõe grupos políticos diversos. As identidades coletivas são construídas por um processo de investimentos de um grupo – seja ele familiar, relativo à nação, de pessoas socialmente vinculadas, etc. – para dar a cada membro o sentimento de unidade e de coerência. De acordo com Pollak, em relação aos meios de comunicação e às diversas identidades, é necessário oferecer condições para que seja produzido um discurso sensível à pluralidade das realidades.

3.1. A construção da identidade do jovem

A discussão sobre a identidade do jovem parte de perguntas como “quem somos nós” e “de onde viemos” para questões mais complexas, como “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a maneira como nós podemos representar a nós mesmos”. Ela surge a partir da história, da linguagem e da cultura, mas também utiliza um artifício fundamental: a narrativização do eu. E é por serem construídas dentro do discurso e das narrativas que as identidades devem ser compreendidas como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de práticas discursivas baseadas em estratégias específicas. Para Hall (2000), a identidade é construída no discurso, e este é produção de subjetividade.

Não é possível falar de identidades apenas por aspectos culturais. A precariedade dos espaços culturais públicos cria barreiras para que o tempo da juventude possa ser vivido como experiência plural e qualificada. De acordo com Paulo Cesar Carrano (2010), algumas práticas são consideradas legítimas e desejáveis, enquanto outras são vistas como irrelevantes ou mesmo marginais. O direito à cultura na cidade não é igual para todos os habitantes. Mas mesmo nesse contexto hegemônico adverso, é possível perceber a existência de práticas sociais constitutivas de novas identidades coletivas juvenis. “Jovens de todos os estratos sociais se envolvem em distintas formas de participação social, desde as mais tradicionais ligadas a partidos e organizações estudantis até novas formas de mobilização social.” (CARRANO, 2010).

É possível dizer, portanto, que existe “o jovem”? Não em termos superficiais, homogêneos e dentro de uma unidade específica e imutável. Mas existe “o jovem”. O jovem pobre, o jovem empreendedor, o jovem artista, o jovem de esquerda e o de direita. É importante compreender o grupo a partir de suas especificidades. Grupo, apesar de heterogêneo. Porque as diferenças não excluem a possibilidade de uma identidade coletiva, pelo contrário, ajudam na construção de uma “identidade jovem”.

Os chamados territórios juvenis são espaços simbólicos que ajudam na construção e no reconhecimento das identidades comuns (CARRANO, 2010). É em torno destes territórios que se constituem os grupos de iguais. E, para se manter, a identidade do grupo precisa se mostrar publicamente: criar maneiras próprias de visibilidade, de se vestir, se expressar e, acima de tudo, de se mostrar.

Para Carrano (2010), é comum que a relação estabelecida entre grupos de jovens em certos territórios juvenis entre em choque com valores de instituições – como a

escola e a família – que insistem em pensar os jovens apenas como sujeitos em transição, carentes de valores. Um dos principais desafios da escola, inclusive, é encontrar o equilíbrio entre sua referência como lugar de aprendizagem e de transformações ao mesmo tempo em que insiste em direcionar os saberes e manter o conservadorismo.

A reclusão de jovens em seus grupos de identidade é também um desafio: jovens podem se perder no isolamento das identidades caso não construam espaços de diálogo entre eles e com os demais indivíduos. Mas este possível resultado vai de encontro ao desejo demonstrado por grupos de sujeitos desta faixa etária. Os jovens buscam inclusão, reconhecimento, respeito e abertura para a possibilidade de viver a diferença.

É jovem o cidadão de 15 a 29 anos que começou a trabalhar aos 13 para ajudar nas despesas da casa, que teve que abandonar a escola para cuidar dos irmãos, que convive com o tráfico de drogas na rua onde mora. É jovem também o menino que nasceu em Ipanema, estudou nos melhores colégios, fez intercâmbio no Canadá e fala quatro idiomas. É jovem o garoto infrator e o que se destaca na olimpíada de matemática. É jovem ainda a menina de esquerda contrária ao *impeachment* e a que defende as privatizações e o ajuste fiscal.

É jovem o cidadão de 15 a 29 anos que passa as noites em festas intermináveis de música eletrônica, o que segue os trios de axé em Salvador no carnaval ou prefere as rodinhas de empurra-empurra em shows de rock. É jovem quem prefere o sertanejo, o funk, o samba. Quem dança salsa, dedica-se ao atual “passinho” ou fica horas ao som de música clássica. É jovem quem gosta de tudo isso. E até quem prefere o silêncio.

Tudo isso é ser jovem. E essas diferenças formam uma identidade própria. Não importa se é rico ou pobre, o jovem faz parte de uma geração que está conhecendo o mundo e se aproximando de ideologias que vão moldar seu pensamento. Pode ser fã de futebol ou de automobilismo, de filmes de ação ou de comédias, mas tem paixões, tem vontades, tem sonhos. Raça, gênero ou orientação sexual não são definições de categorias de jovens que se afastam e/ou se excluem, mas características que se juntam em um grupo que constrói e, ao mesmo tempo, está inserido numa identidade coletiva. O jovem não pode ser resumido a um grupo unitário, mas compreendido como classe, como uma associação de especificidades. Associação esta que, no telejornalismo, pode ser, como um bloco único, parcialmente ignorada. É fundamental que o denominado “mundo adulto” esteja disposto a dialogar e ouvir o que os grupos jovens têm a dizer.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- _____. *Estatuto da Juventude*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.
- CARRANO, P. C. R. *Combater, ignorar ou dialogar com as identidades juvenis*, 2015. Disponível em: <<https://paulocarrano.wordpress.com/2015/11/21/combater-ignorar-ou-dialogar-com-as-identidades-juvenis/>>. Acesso em: 09 out. 2016.
- _____. *Territórios juvenis, identidades coletivas e desigualdades*, 2010. Disponível em: <https://paulocarrano.wordpress.com/2013/10/22/territorios-juvenis/>. Acesso em: 09 out. 2016.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Aparecida: Ideias & Letras, 2004.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.
- SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

Antes x Depois: Corpo e Narrativas de Superação no Site de Kayla

Itsines¹

Nicole Sanchotene²

Resumo

Este trabalho analisa publicações do formato “antes x depois” do site sobre alimentação e exercícios físicos da celebridade fitness australiana Kayla Itsines. Ao passo que alguns influenciadores digitais divulgam conteúdo a partir da própria experiência, o blog de Itsines se promove a partir das histórias de transformação e emagrecimento de terceiros que se voluntariaram a expor suas narrativas de superação no site. Utilizando como base de análise os discursos em destaque na página de Kayla Itsines e fundamentando-se em referenciais teóricos sobre narrativas autobiográficas, trauma, autoestima, autoajuda e autoridade da experiência na internet, este artigo discute como essas noções, associadas às perspectivas que se tem sobre o corpo na contemporaneidade, atuam no processo de produção de subjetividades neste contexto.

Palavras-chave: testemunho; corpo; trauma; autoridade da experiência; autoajuda.

1. Introdução

Kayla Itsines é uma treinadora australiana criadora do método BBG – *Bikini Body Guide*, que inclui uma série de recomendações de alimentação e de exercícios físicos. O programa proposto por Kayla é vendido pelo site dela a partir de US\$ 20 por semana e disponível para iOS e Android. Além do BBG, Kayla despontou como destaque nas redes sociais, onde compartilha a sua rotina e os resultados de várias pessoas que seguem sua proposta. No Facebook, Kayla tem aproximadamente 7,6 milhões de seguidores; no Instagram, são 5,5 milhões³. Para se ter uma ideia da proporção que o trabalho da australiana tomou, segundo matéria da Bloomberg, o aplicativo “*Sweat with Kayla*” gerou mais receita que Nike+ e MyFitnessPal, da Under

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT 4 – Narrativas & Subjetividades.

² Mestranda em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM – ECO/UFRJ. Bolsista CNPq. E-mail: freire.nicole@gmail.com.

³ Dados de 03 ago 2016.

Armour⁴. Ainda na reportagem, de acordo com Tobi Pearce, namorado e administrador da empresa da Kayla, cerca de 25 milhões de pessoas – incluindo as que utilizam o material grátis – consomem os conteúdos disponibilizados por ela.

Apesar de o foco do método de Kayla ser incentivar hábitos saudáveis, o apelo utilizado por ela se baseia nas ideias de autoestima e de autoajuda. Logo ao entrar no site surge uma *pop-up* com o anúncio “Ganhe a confiança de um *bikini body*!” Na página inicial de seu site, Kayla convida: “Junte-se a mais de 10 milhões de mulheres e fique saudável, em forma e mais confiante com meus exercícios e receitas”⁶. Em outra seção, Kayla diz: “Junte-se a estas mulheres incríveis que deram passos para viver uma vida mais saudável e em forma! Estas são mulheres reais, com corpos reais, assim como você”. Ainda na página, Kayla novamente chama:

Junte-se à minha comunidade fitness com mais de 10 milhões de mulheres como você ao redor do mundo. Seja apoiada, encorajada e motivada por milhões de outras mulheres em todos os cantos do mundo. Fale com mulheres que tenham tido as mesmas batalhas, problemas semelhantes e triunfem juntas.

A presença constante da noção de uma autoestima conquistada, do corpo como fonte de autoconfiança e do uso de testemunhos de “mulheres reais” por Kayla para atrair pessoas para sua comunidade fitness virtual nos exige uma reflexão mais profunda. Ao observar com atenção o conteúdo dos relatos replicados pela treinadora, é válido pensar em como os hábitos e as personagens apresentadas demonstram certos traços sociais, tais como a importância do testemunho como fonte de verdade, a relevância da experiência para garantia de credibilidade ao discurso de alguém, a presença da noção de sofrimento no cotidiano das pessoas e o papel do corpo em forma como representação de sucesso na contemporaneidade.

Desta maneira, este trabalho tem como objetivos principais (1) pensar em como e em qual contexto o testemunho emergiu enquanto forma de discurso autobiográfico; (2) observar como o testemunho se apresenta à audiência; (3) perceber como o discurso terapêutico secular de autoajuda se faz presente nas narrativas de superação dos sofrimentos como as do site de Kayla. Para viabilizar isso, serão consideradas as seis

⁴ “The bikini body cult of Kayla Itsines”. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/features/2016-cult-of-kayla/>. Acesso em 03 ago 2016.

⁵ *Bikini body* é uma expressão em inglês sem tradução exata, mas indicaria uma ideia de corpo saudável e dentro dos padrões de beleza contemporâneos de magreza. Kayla, na entrevista à Bloomberg, afirma se arrepender do nome, pois indicaria que apenas um tipo de corpo se adequaria ao uso de *biquíni*. Na falta de uma tradução precisa, preferi manter o termo *bikini body*.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.kaylaitsines.com/>. Acesso em 03 ago 2016.

publicações em destaque no dia 03 de agosto de 2016 disponíveis na seção “Transformações” no site de Itsines⁷.

2. Uma breve perspectiva histórica do testemunho como forma de narrativa autobiográfica

Ir a público, contar sua experiência, lembrar as dores que perpassaram esta trajetória e dar detalhes sobre o processo de recuperação. Rothe (*apud* SACRAMENTO, 2016) salienta a presença regular do procedimento psicanalítico nos *talk shows*. Enquanto Igor Sacramento abordou o programa Encontro com Fátima Bernardes e Eva Illouz levantou debate sobre a atração de Oprah Winfrey, é possível observar uma expansão também para a Internet desse comportamento midiático em que a dimensão terapêutica é trabalhada e, de certa forma, transformada em mercadoria. Moskowitz (2001, p. 246) lembra que é preciso levar em conta o relevante papel da Internet, a qual “proporcionou um fórum totalmente novo para a promoção de problemas pessoais como debate público”. A prática terapêutica de falar sobre si é tão recorrente que é complexo pensar em suas formas anteriores.

Se o testemunho é a forma de discurso autobiográfico contemporâneo, até a modernidade este discurso se dava pela confissão. Falar sobre ambos é também falar sobre produção de subjetividade, tendo em vista que “pelos elementos que as compõem e pelos modos específicos com que são ordenadas e enunciadas, cada uma dessas narrativas autobiográficas produz diferentes modos de ser” (VAZ *et al*, 2014, p. 2).

Foucault (1988, p. 58) assinala que a prática da confissão nas sociedades ocidentais como modo de produção de verdade se dá, pelo menos, desde a Idade Média, com sua regulamentação no Concílio de Latrão em 1215. Segundo ele, “desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda” (Ibidem, p. 59). A partir deste momento, a confissão passa a ser ao menos anual e concede ao sacerdote um novo poder: se antes a relação de redenção se dava pelo castigo, esta agora parte do padre: caberia a ele saber quais castigos seriam necessários para satisfazer a vontade de Deus.

Dando impulso à Reforma Protestante, Lutero fez uma série de críticas ao catolicismo: para ele, o papel crucial na confissão era o do padre, que era o diretor de consciência e o único autorizado a recebê-la. Além de criticar o poder conferido ao sacerdote e a própria direção de consciência, Lutero questionava a tendência da

⁷ “Transformations”. Disponível em: <http://www.kaylaitines.com/blogs/news/tagged/transformations>. Acesso em 03 ago 2016.

confissão católica em produzir um falso arrependimento: o indivíduo se confessa e se vê livre para poder pecar novamente, sem ser transformado neste processo.

Em “A incitação aos discursos”, Foucault (1988, p. 23) considera o contexto pós Concílio de Trento, marcado pela Contra-Reforma e embasado pelas críticas protestantes. Para se confessar já não se faz necessário falar somente sobre o ato, aquilo que de fato se fez, mas o que levou o indivíduo a praticar a ação. No lugar de uma prática punitiva restauradora, uma prática punitiva transformadora. Com isso, a confissão passa a ter como foco aquilo que condiciona o comportamento. Para Foucault, tratava-se, em última instância, de falar sobre o desejo, já que é preciso confessar sempre que se peca ou simplesmente quando se deseja e pensa sobre isso.

Para Lutero, havia uma forma de salvação sem exame e sem necessidade de direção de consciência. Na narrativa de conversão, característica do protestantismo, bastaria a fé. Só pela crença o indivíduo já estaria salvo. Se há arrependimento real, há fé e há salvação. Apesar de as críticas protestantes à prática confessional católica terem se dado antes da Contra-Reforma, é preciso levar em conta essas direções dadas por Lutero tendo em vista que, a partir destas críticas, emergiu uma nova forma de o indivíduo se narrar. Assim, há uma forma terapêutica sem exame e sem direção de consciência, que é a mesma presente nos grupos de autoajuda.

Ao abordar o contexto metodista, Bruce Hindmarsh (2005, p. 130) destaca que “a prática autobiográfica (oral e literária) teve um lugar importante no movimento evangélico”. As pessoas comuns não iam mais a jornais contar o que passaram, mas davam seus testemunhos oralmente.

Para a maior parte destes convertidos, o senso de ser um indivíduo diante de Deus era reforçado por sua experiência de Metodismo, uma vez que sua experiência de conversão os distinguia unicamente e os dava sua própria voz e sua própria história. Ao mesmo tempo, essas narrativas testemunhavam maneiras nas quais o convertido se sentia conectado através do Metodismo a uma experiência compartilhada com os outros e a um maior e unitário padrão de crença e prática (Ibidem, p. 150).

Percebe-se, então, a relevância de se falar para uma comunidade de “iguais”. Se antes a prática confessional era feita somente ao diretor de consciência (o padre ou o psicanalista), no protestantismo – metodista, como abordado por Hindmarsh – narra-se publicamente a experiência da conversão para se compartilhar com os outros da comunidade, para se ter de fato a própria voz e história ali narrada. Mais ainda, há uma individualização da narração de experiências, endossada, segundo Hindmarsh (2005, p. 145) pelo uso de “detalhes minúsculos” para se garantir veracidade aos testemunhos.

Vaz *et al* fazem uma síntese das características de confissão e testemunho enquanto narrativas terapêuticas:

A confissão é endereçada a um interlocutor, seja ele padre ou analista, que ocupa um lugar de autoridade e tem o poder de exigí-la e de determinar se ela foi suficientemente verdadeira. Adicionalmente, quando se trata da confissão com função de salvação ou cura [...], ela é secreta. O testemunho, por sua vez, supõe um duplo endereçamento. De um lado, é endereçado ao indivíduo qualquer. [...] o testemunho pressupõe a igualdade entre os interlocutores e posiciona o indivíduo qualquer como tolerante e compassivo. [...] O testemunho, ao contrário da confissão, não fica restrito ao espaço privado. (VAZ *et al*, 2014, p. 3)

Assim, pelas características apresentadas por Hindmarsh e Vaz *et al*, percebe-se que um dos traços centrais do testemunho é seu teor democrático. Para Hofstadter (1963, p. 22), esse senso de igualdade é marca de um anti-intelectualismo, em que “a disciplina do coração e princípios antiquados de religião e moralidade são guias mais confiáveis” numa cultura americana cujas crenças educacionais são “evangelicamente igualitárias”: “Ele [o anti-intelectualismo] é fortemente presente em nossas formas de pensar porque foi promovido por uma religião evangélica que também difundia sentimentos humanitários e democráticos”.

Em suma, a partir de influências protestantes e norte-americanas, em um contexto favorável à igualdade entre indivíduos, com uma narrativa que privilegia a riqueza de detalhes que garantem credibilidade, democrático e público, o testemunho se concretiza como forma de o indivíduo se narrar e contar sua história na contemporaneidade.

3. Sofrimento e autoridade da experiência nos testemunhos do site

Sacramento (2016, p. 19) cita Huyssen para corroborar a ideia de que há uma generalização crescente de relatos de pessoais na contemporaneidade, tendência inaugurada no século XX após catástrofes e genocídios. A partir disso, vale utilizar estes exemplos para se pensar o que Fassin e Rechtman (2009, p. 6) colocam como “ideia generalizada e global de trauma” que se faz cada vez mais presente no espaço moral da sociedade contemporânea ocidental. Apesar de os autores abordarem esse conceito aplicando-o em relação à abrangência das experiências traumáticas contempladas pelo diagnóstico do transtorno do estresse pós-traumático, é válido pensar como a vida diária passou a ser preenchida com as ideias de trauma e sofrimento. Não é preciso mais viver uma catástrofe natural, uma guerra ou um genocídio para narrar-se como traumatizado ou sofredor. A linguagem do sofrimento é cotidiana e se faz

presente mesmo quando o objetivo é incentivar ou servir de exemplo para o sucesso de alguém.

Os testemunhos de superação no site de Itsines evidenciam que “quando se trata da experiência, o testemunho tende a ser um discurso de vítima”, como Vaz *et al* (2014, p. 5) apontaram. Esses testemunhos têm a credibilidade garantida muitas vezes pela dificuldade de tornar pública uma experiência traumática e colocam o outro como causador do sofrimento.

No caso das histórias narradas no site de Kayla, elas demonstram que, apesar de nenhuma estar ligada a tragédias como catástrofes naturais ou violência extrema, por exemplo, ao se observar os relatos que apresentam detalhes do sofrimento vivido antes da mudança de rotina, todos colocam como culpados o outro.

O relato de Alexandra Miller, publicado em 4 de julho de 2016, exemplifica esta tendência a se falar sobre sofrimento pensando-se como vítima, ao colocar o ex-namorado e “tudo e todos” como agentes decisivos para seu fracasso:

Meu primeiro ano dando aula foi extremamente estressante, meu ex-namorado me decepcionou e eu estava tentando dar conta de tudo e todos sem guardar um segundo para pensar em minha saúde e forma. Por causa disso tudo, acabei com febre glandular, anemia e gastrite⁸.

O relato de Janelle expõe não só a responsabilidade conferida ao outro pelo sofrimento, mas também coloca em evidência a dificuldade em tornar pública sua experiência:

Eu estava estressada, obcecada com perfeição, sem dormir, sem me movimentar, comendo relaxadamente. [...] Sem perceber, engordei 18 quilos em 3 meses. [...] Decidi que voltaria a minha vida ao normal, mas meus amigos desapareceram e as pessoas me olhavam diferente agora que eu estava maior. Eu me sentia uma pessoa diferente e estava sozinha. Pelos 5 meses seguintes, fiquei na minha cama, chorei e me excluí do mundo. Eu atingi meu maior peso, mas continuei lamentando por mim mesma. [...] Eu vinha adiando compartilhar esta foto e minha história por muito tempo porque estava assustada com o que as pessoas poderiam pensar. Mas agora estou confortável o suficiente para compartilhar esta foto e espero poder motivar outros em posições semelhantes⁹.

O relato de Janelle especialmente tem dois primeiros aspectos fundamentais a serem destacados: (1) a dificuldade de expor sua foto e seu relato por vergonha e (2) sua posição enquanto vítima – primeiro de pressão social por perfeição estética e, depois, porque foi abandonada pelos amigos depois ter engordado. O relato dela carrega ao

⁸ “Bikini Body Guide Results I HAD To Share!”. Disponível em: <http://www.kaylaitsines.com/blogs/news/bikini-body-guide-results-i-had-to-share-1>. Acesso em 03 ago 2016.

⁹ “Incredible Bikini Body Guide Transformations & Review”. Disponível em: <http://www.kaylaitsines.com/blogs/news/incredible-bikini-body-guide-transformations-review>. Acesso em 03 ago 2016.

menos três elementos que garantem credibilidade ao seu discurso: primeiro, a dificuldade de tornar pública uma experiência que já foi motivo de vergonha. Em segundo, a carga de “real” que os testemunhos carregam consigo:

No contexto contemporâneo, a experiência, sobretudo em sua dimensão testemunhal, assumiu tal valor de autenticidade que garante maior “efeito de vida real”, pela fala de si, em primeira pessoa, num relato próprio sobre o que viveu (ARFUCH *apud* SACRAMENTO, 2016, p. 5).

O último elemento, usado por ela e todas as outras que enviaram suas histórias para o site, é o uso das fotos, que caminha lado a lado com a ideia de riqueza de detalhes, elemento também apontado por Saarlo (*apud* VAZ *et al*, 2014, p. 4) quando coloca que “um primeiro critério usado pelos interlocutores para avaliar a verdade de um testemunho é o acúmulo de fatos, de preferências banais, o que dá uma dimensão realista à narrativa”.

A Internet, neste ponto, torna-se indispensável para esta abordagem, já que, com a evolução dos smartphones e câmeras digitais, as imagens tornaram-se capazes de endossar discursos que antes eram feitos apenas com palavras escritas ou ditas. Esse “efeito de vida real” que já era assegurado pelo valor da experiência narrada sob a forma de testemunho ganha uma carga ainda mais forte por carregar consigo o poder das imagens de “antes e depois” dos corpos das mulheres. Suas experiências são cada vez menos passíveis de serem questionadas por sustentarem uma experiência traumática superada – de doença, preconceito, problemas familiares ou pressão social – e porque são confirmadas pelas fotos. As experiências individuais dessas mulheres que vão ao site e expõem suas histórias garantem ao programa vendido por Kayla Itsines o teor de verdade necessário para despertar o interesse de novas adeptas do método. O que está em jogo é a “autoridade experiencial: ter vivido o que relata e por isso sabe mais porque viveu o que conta” (ARFUCH *apud* SACRAMENTO, 2016, p. 13).

As fotos apresentadas pelas adeptas do método BBG, sob o ponto de vista estético, passam de fato impressão de fotos feitas por pessoas “reais”, comuns. Evidentemente uma discussão sobre a estética das fotos entraria num campo mais amplo, impossível de ser discutido nesta proposta. Entretanto, ainda que não se analise detalhadamente, é válido ter em vista como alguns dos elementos que contribuem para que haja esse “efeito de vida real”: boa parte das fotos são *selfies* tiradas no espelho; o ambiente é simples, com a casa das pessoas aparecendo ao fundo, mesmo em banheiros ou em ambientes que aparentam alguma desorganização; não há muita produção para as fotos e as personagens usam roupas simples ou estão com o esmalte das unhas

descascando, fato que não acontece nas revistas, sites ou conteúdo publicitário tradicional.

4. Testemunho, superação e autoajuda

Além do quê de cotidianidade trazido pelos relatos que reitera esse efeito de vida real, o que se percebe é que abandonar os problemas e a forma física indesejada para atingir um “*bikini body*” não deixa de ser uma forma de superação. Apesar da possível vergonha em expor os sofrimentos vale a pena para inspirar o próximo que também sofre. “O testemunhal tem, sobretudo, uma função de exemplificação e de prova da capacidade de mudança e de superação motivada por uma crença, pela fé, pelo amor próprio, pela vontade de viver” (SACRAMENTO, 2016, p. 18).

Esta função de exemplificação é comprovada por depoimentos como o de Janelle, que também reforça a relevância das fotos como horizonte para um relato que comprove a experiência de uma pessoa comum ao mesmo tempo em que utiliza este recurso como forma de inspiração: “Encontrei suas fotos de antes e depois e seus guias e ganhei esperanças”. Por último, Maegan segue o mesmo rumo: “Então em fevereiro de 2015, eu estava ‘se essas meninas conseguem, eu consigo’, e eu consegui”.

No caso dos testemunhos contados no site, a superação não se deu somente na transformação do corpo destas mulheres, mas foi expresso de alguma forma em suas vidas e em suas relações diárias. Alexandra Miller e Janice contaram:

Miller: Estou me tornando a melhor versão de mim mesma graças a esta incrível comunidade. [...] Estou tão orgulhosa destas fotos e meus amigos e família dizem como pareço muito mais feliz! [...] Eu sinto que pareço incrível e, mais importante, estou feliz, saudável, cheia de confiança e com amigos de verdade para a vida!¹⁰

Janice: Gastava muito tempo em frente ao armário tentando encontrar uma roupa, mas tudo realçava partes no meu corpo que eu odiava. Agora posso colocar um jeans e uma simples camiseta que me sinto incrível. Tenho tanta confiança agora. Meu marido comenta diariamente sobre minha autoconfiança. Isso mudou nosso relacionamento para melhor¹¹.

Os problemas de relacionamento com namorados, bullying na escola, morte do pai, estresse, má alimentação, obsessão por perfeição: todos os sofrimentos que impediam de alguma forma a felicidade e o bem-estar destas mulheres foram superados com chegada de uma nova rotina e da comunidade de apoio do BBG. Esses testemunhos

¹⁰ “Bikini Body Guide Results I HAD To Share!”. Disponível em: <http://www.kaylaitsines.com/blogs/news/bikini-body-guide-results-i-had-to-share-1>. Acesso em 03 ago 2016.

¹¹ “Amazing BBG Results & Reviews”. Disponível em: <http://www.kaylaitsines.com/blogs/news/amazing-bbg-results-reviews>. Acesso em 03 ago 2016.

revelam, portanto, como se superar os problemas através do aprimoramento do corpo e da saúde, mas também “aconselham modos de se ter uma vida feliz ou de (re)estabelecer a felicidade como normalidade” (SACRAMENTO, 2016, p. 19).

Richard Hofstadter pontuou o final do século XIX nos EUA como um momento determinante de secularização, em que a “religião é suplantada [...] por uma automanipulação mental, por um tipo de fé em mágica” (1963, p. 267). Assim, se o discurso autobiográfico do testemunho em sua forma religiosa se dá pela narrativa de conversão evangélica, sua forma secular é a autoajuda e os testemunhos de vítima – cujos problemas podem ter sido ou não superados – dados em público.

Embora seja possível considerar Kayla a principal agente motivadora dessas mulheres, os relatos exaltam o poder individual da automanipulação mental e física, autogestão, no “acreditar em si”. A publicação de Janelle evidencia isso:

Não precisei de um personal trainer, de uma academia ou de suplementos. Tudo o que eu precisava era acreditar em mim mesma. [...] Eu me sinto e sou uma pessoa completamente diferente. Tenho muita energia, sou feliz e positiva. Meus pensamentos negativos, hábitos e mau-humor desapareceram.

Trata-se de uma cultura terapêutica que independe de um diretor de consciência presente em tempo integral. Há uma direção iniciada, dada por Kayla, mas sua presença não se mostra necessária. Não há o treinador, basta seu saber. Se no protestantismo americano há somente a crença na Bíblia, sem o diretor de consciência, na autoajuda basta acreditar em si, no pensamento positivo – aspectos fortemente intensificados pelo fascínio norte-americano em relação ao igualitarismo profundo.

Além disso, é preciso colocar em questão como o aprimoramento de si é expresso pela aparência e pelo desempenho físico, pondo a manipulabilidade da saúde e do corpo como uma espécie de engrenagem para se garantir autoconfiança, autoestima elevada, aceitação social, bem-estar e felicidade.

As práticas de autoestima e de autogestão moldam novas gramáticas de ação e configuram as tecnologias de poder, na medida em que transferem para o âmbito da gestão individual a responsabilidade pela felicidade ou sofrimento, pelo sucesso ou frustração, pela saúde ou doença: pela vida ou morte, no limite. Desse modo, a relação entre autogoverno e autoestima tornou-se tão intensa, num contexto de psicologização da sociedade, que se cobra da vítima uma gestão emocional tal que permita resistência e recuperação diante de situações adversas. Assim, a autoestima tornou-se algo como uma “vacina social” que habilita as pessoas a viverem uma vida responsável, segura e afortunada (CRUIKSHANK *apud* SACRAMENTO, 2016, p. 7).

Desta forma, apesar de suas vidas problemáticas retratadas nas publicações que Kayla utiliza para demonstrar a capacidade motivadora e transformadora de seu produto, a ideia que perpassa é que deixar de sofrer depende apenas da vontade, da crença em si, do pensamento positivo. Enquanto o sofrimento é culpa do outro, o cessar

dele depende da autogestão. O aplicativo e a comunidade online representariam apenas uma base de motivação, um incentivo para o pontapé inicial de transformação.

John P. Hewitt (1998, p. 20) cita que, na Bíblia, é a crença de Jó no poder absoluto de Deus que constituía sua virtude. Segundo ele, “nos contos modernos da autoestima, é a recuperação da crença no poder ilimitado individual que tem valor”. Desta forma, Hewitt procura quebrar o paradigma de uma visão naturalista que se tem sobre a autoestima, já que tanto a história de Jó quanto o mito moderno da autoestima revelam aspectos culturais de momentos específicos. Segundo o autor (Ibidem, p. 22), o poder que o ideal de autoestima tem no nosso contexto eleva o poder do indivíduo e confere a ele a responsabilidade direta sobre sua condição.

5. Considerações finais

Analisar um site que se propõe a fazer com que os indivíduos mudem suas vidas através de seus corpos revela que há de fato em nossa sociedade “uma sensação manipulável de bem-estar e se torna uma finalidade a ser assumida por cada indivíduo” (RIEFF *apud* VAZ In FREIRE FILHO, 2010, p. 135). Manipular o corpo de diversas maneiras é algo comum para o mundo contemporâneo e talvez seja impossível descrever as tantas formas de se mudar o corpo. Como afirma David Le Breton (2013, p. 25), há “uma vontade de domínio, de enquadramento autoritário do vivo que não deixa qualquer detalhe ao acaso”. Essa vontade de domínio tem como foco o bem-estar do indivíduo acima de tudo, portanto, se o sofrimento é psicológico ou físico ou ambos, haverá de alguma forma um caminho terapêutico – secular ou religioso – como solução.

Mudar o corpo, no caso das mulheres que tiveram suas experiências relatadas no site, representou, também, uma mudança em suas vidas, mas sobretudo na própria forma com que elas narram a si mesmas. O corpo com aparência ou desempenho insatisfatórios para elas configurava de alguma maneira um fracasso. Transformá-lo representou mudar também a maneira com a qual elas se concebem no mundo.

O processo que Igor Sacramento chama de “psicologização da experiência social” é também confirmado pelos relatos de superação do site de Kayla. As mulheres não contam simplesmente o sucesso da dieta ou dos exercícios, mas também fazem questão de se identificarem como pessoas capazes de superar a dor do abandono, da pressão estética ou do preconceito.

A mudança, apesar de motivada pela comunidade de Kayla, no testemunho de superação dado por elas, era crédito exclusivamente dessas mulheres. Como Janelle

afirmou, só era preciso acreditar em si mesma. O corpo belo, por outro lado, trouxe consigo bem-estar, aceitação social e autoconfiança.

Se a narrativa de si, como foi apontado por Vaz *et al*, já participa da produção de subjetividade, fazer isso na Internet, expondo o próprio corpo ganha um significado ainda mais denso. A Internet “contribui para uma textualização de subjetividade [...], para uma forma de apreensão de si mesmo em que o eu é externalizado e objetificado através de meios visuais de representação e linguagem” (ILLOUZ, 2011, p. 113).

O que se percebe com os testemunhos do site de Kayla é a ratificação de uma sociedade que de fato coloca o corpo como um “emblema do self” (LE BRETON, 2013, p. 29). Mais que isso, revela mais uma vez como há uma cultura terapêutica que valoriza a ida a público para se contar sua história de dor, de superação, da autoajuda e da valorização da autoestima.

O papel da Internet neste caso tem valor talvez inesgotável de análise. Em primeiro lugar, porque reforça ainda mais o lugar de verdade de quem conta o que viveu, o lugar da autoridade da experiência. Como se verificou, a possibilidade de se publicar fotos é decisivo no caso do site de Kayla. Os relatos são, deste modo, “envoltos em um halo autoral que [...] implica sempre alguma referência a uma verdade, um vínculo com uma vida real e com um eu real que assina, narra e vive o que se conta” (SIBILIA, 2007, p. 37). A verdade se faz presente pela dor e pela superação narradas por quem viveu isso, e reforçada, comprovada, pela imagem que representa esta virada. A Internet, portanto, tornou-se um palco para exposição das vidas diárias, um meio de informação e de sociabilidade, inclusive para os que sofrem.

É, talvez, a necessidade de conversar sobre nossos problemas pessoais que seja mais bem atendida pela Internet. Listas de email, grupos de notícias e salas de chat terapêuticos servem àqueles com algum problema imediato ou aqueles que simplesmente querem ficar em contato terapêutico com os outros quando a necessidade surgir (MOSKOWITZ, 2001, p. 273).

Evidentemente, há um interesse comercial que parte de Kayla Itsines. Para comprovar sucesso, não haveria lógica em compartilhar o fracasso de alguém que consumiu seu produto. O que se espera do site dela é exatamente o êxito das consumidoras. Apesar disso, é válido ter também como horizonte de reflexão quais seriam as reações das potenciais consumidoras e como teria sido o desenvolvimento da carreira de Kayla se ela tivesse optado apenas por uma propaganda tradicional, sem apostar no poder de convencimento sustentado por experiências “reais” ou sem histórias de superação. Talvez a resposta do público fosse diferente, já que o que se percebe de fato é que há um fascínio pelas narrativas testemunhais e pelo sofrimento – explorado

desde os *talk shows* como o de Oprah, Ellen DeGeneres e Fátima Bernardes, e expandido pela Internet e pelas redes sociais – e por aqueles que puderam superar as adversidades simplesmente acreditando em si.

Referências

- FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **The empire of trauma**. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: vol. I**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HEWITT, J. P. **The Myth of Self-Esteem**: Finding Happiness and Solving Problems in America. Nova York: St Martin's Press, 1998.
- HINDMARSH, B. **The Evangelical Conversion Narrative**: Spiritual Autobiography in Early Modern England. Nova York: Oxford University Press, 2005.
- HOFSTADTER, R. **Anti-intellectualism in American Life**. Nova York: Vintage Books, 1963.
- ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2013.
- MOSKOWITZ, E. **In Therapy We Trust**: America's Obsession With Self-Fulfillment. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- SACRAMENTO, I. **A formatação televisiva de experiências traumáticas**: uma análise do programa Encontro com Fátima Bernardes. In: XXV Compós, Goiânia, 2016.
- SIBILIA, P. **O show do eu**: subjetividade nos gêneros confessionais da Internet. Tese de Doutorado em Comunicação Social. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2007.
- SUDDATH, C. The Bikini Body Cult of Kayla Itsines. **Bloomberg**. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/features/2016-cult-of-kayla/>. Acesso em 03 de agosto de 2016.
- VAZ, P. A vida feliz das vítimas. IN: FREIRE FILHO, João (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- _____. A compaixão, moderna e atual. In: FREIRE FILHO, J.; COELHO, M. (org.). **Jornalismo, cultura e sociedade**: visões do Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- _____. *et al.* Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção da inocência. **Lumina (UFJF Online)**, v. 8, p. 1-33, 2014.

**Alteridade e práticas de empatia:
um estudo especulativo sobre disputas de narrativas¹**

Paula Gorini Oliveira²

Resumo

Este trabalho pretende desenvolver um estudo especulativo sobre alteridade e identidade. Com base no conceito de “estéticas especulativas” e de “ficções filosóficas”, inspirados principalmente pelo (ou a partir de) o autor Vilém Flusser, elabora uma série de reflexões sobre a relação do ser humano com o outro que lhe é radical. Para a produção deste artigo, investiga-se a produção de subjetividade agenciada por redes sociotécnicas e pelas disputas de narrativas sobre gênero, evidenciadas pelas mesmas. Através da observação participante sobre narrativas contemporâneas do feminino, a questão de gênero será tratada pela ótica da criação de novos mundos possíveis, ou como práticas de empatia. A abordagem metodológica se baseia no mapeamento afetivo (Cartografia) e acompanhamento da rede de relações que se estabelecem no fenômeno observado (Teoria Ator-Rede).

Palavras-chave: comunicação; narrativas de gênero; produção de subjetividade; alteridade; redes sociotécnicas.

1. Introdução

Exatamente porque é tão forte em mim a fome de me dar a algo ou a alguém, é que me tornei bastante arisca: tenho medo de revelar de quanto preciso e de como sou pobre. Sou, sim. Muito pobre. Só tenho um corpo e uma alma. E preciso de mais do que isso. Quem sabe se comecei a escrever tão cedo na vida, porque, escrevendo, pelo menos eu pertencia um pouco a mim mesma. O que é um fac-símile triste. (Clarice Lispector, 1968)

Em 1968, Clarice Lispector publica uma crônica no Jornal do Brasil, intitulada “Pertencer”. No texto, a escritora fala sobre uma necessidade íntima e visceral, quase inconsciente e involuntária, que o ser humano tem de pertencer a um grupo ou a

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT 4 – Narrativas & Subjetividade.

² Doutorando/ Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UERJ. E-mail: paulagorini@gmail.com.

alguém. Esta introdução que nos serve como inspiração, carrega em si um questionamento bastante humano e até hoje pertinente: o pertencimento, a identidade.

É nas relações que se estabelecem nas redes identitárias, tecidas por agentes humanos e não-humanos, que as especulações deste atual trabalho surgem. E seus desdobramentos apontam para as questões de alteridade como forma de compreender a relação que ora une, ora separa, pessoas e coisas, (ideias, conceitos, manifestos), e para práticas de empatia que estão intimamente ligadas às questões de alteridade. É também pela produção de afeto, e do afeto como agente nessa rede, que o trabalho ganha fôlego e se desenvolve.

Não se trata de uma pesquisa finalizada, que pretende responder a perguntas pré-estabelecidas, mas sim levantar questões. Também não se trata de buscar alguma verdade que caiba como uma luva para as tensões observadas em contextos de conflitos identitários. Trata-se de articular leituras e reflexões sobre a temática de alteridade com a experiência observante da autora. Por fim, trata-se de um exercício especulativo sobre questões atuais, que se evidenciam em grupos e eventos em que a relação entre o “um” e o “outro” são tensionados.

A partir desta observação, tais questões se mostram urgentes diante de nossa contemporaneidade, em que fragmentamos experiências sensíveis em compartilhamentos de facebook.

2. Especulações, aproximações e abordagens metodológicas

Para que o trabalho seja viável, optou-se por experimentar o campo epistemológico das estéticas especulativas e das ficções filosóficas. O método da estética especulativa toma por base a tese da autora Katherine Hayles³. Em seu texto, a autora defende uma abordagem sobre o objeto que mistura referências de realismo especulativo com uma certa filosofia das “coisas”, que em muitos aspectos se aproxima da abordagem metodológica da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, como será apresentado mais à diante.

Hayles também utiliza a obra *Vampyroteuhis Infernalis*, de Vilém Flusser, para falar sobre a produção imaginativa, a fábula, como uma tentativa de “ver o mundo” através de outros “olhos”. Ou seja, uma técnica de narrativa em que o humano está descentralizado e que não-humanos protagonizam experiências estéticas. Hayles explica

³ N. Katherine Hayles. *Speculative Aesthetics and Object Oriented Inquiry (OOI)*. Artigo publicado em uma coletânea dedicada à temática da Estética no Século XXI.

sua abordagem, com base no ramo filosófico da ontologia do objeto, de Graham Harman e Levi Bryant: “[...] an approach in which everything - humans, nonhuman biological creatures, inanimate objects, imaginary concepts – exists equally without privileging any viewpoint, specially the human, as the defining perspective for the others.” (HAYLES, 2014, p. 158)⁴

Uma vez que a mudança de ponto de vista é entendida como um exercício, uma tentativa de se aproximar do *outro*, observa-se que as práticas de empatia são potentes ficções. Outros mundos possíveis são criados a cada vez que optamos por nos retirar de nossa perspectiva, deixar nossa zona de conforto. Por especulação, intui-se que as práticas de empatia são essencialmente relacionais. Ou seja, se dão como exercícios, tentativas, ficções, e se tornam potentes apenas na relação com o outro, na produção de vínculo. Como premissa, pressupõe-se que o exercício de colocar-se no lugar do outro é, em si, uma estratégia política, em que as práticas de empatia podem refletir diretamente em acordos de aceitação ou exclusão social.

O termo “ficções filosóficas” foi especialmente atribuído ao autor Vilém Flusser, por outros autores e pesquisadores de sua obra, que ressaltam esta sua característica, de uma produção ficcional carregada de elementos filosóficos⁵. Flusser cria uma narrativa fictícia atravessada por reflexões próprias da existência humana, fazendo uma ponte entre ciência e imaginação. Partindo de um campo de saber não tradicional, busca romper com uma metodologia desencarnada, que separa objeto e sujeito, uma vez que defende que:

[...] Uma ciência integralmente objetiva seria desinteressante, desumana. A busca da objetividade científica está se revelando, sempre melhor, não como busca de “pureza”, mas como loucura perniciosa. O presente exige que abandonemos o ideal da objetividade em prol de métodos científicos outros, intersubjetivos. (FLUSSER, 2011, p.29-30)

Inspirado no campo epistemológico das ficções filosóficas, este trabalho não seria possível se não houvesse uma ligação intrínseca, intersubjetiva, entre quem o escreve e o que nele é escrito, entre sujeito e objeto. Pela mesma razão, optou-se por abordagens metodológicas como a Cartografia e a Teoria Ator-Rede.

⁴ Tradução nossa: uma abordagem em que tudo - humanos, criaturas biológicas não-humanas, objetos inanimados, conceitos imaginários – existe igualmente sem privilegiar nenhum ponto de vista, especialmente o humano, como uma perspectiva definidora para os outros.

⁵ Vale notar que o termo “ficções filosóficas” não era utilizado pelo próprio autor para denominar sua produção, mas sim por pesquisadores de sua obra. O termo é também o título de uma coletânea organizada com alguns de seus textos, produzidos durante sua passagem pelo Brasil.

Para a cartografia, tal como apresentada pelo grupo de pesquisa de psicologia social da UFF, no livro “Pistas para o método da cartografia...”, (Passos et al), os autores propõem “pistas” que guiam o cartógrafo, que servirão como referências para o desenvolvimento da pesquisa que se constrói em seu próprio caminhar⁶. Com base na abordagem proposta pelo autor Bruno Latour, a TAR (Teoria Ator-Rede), o exercício é de deixar o objeto falar, observar quais são os dados que deixam vestígio na rede de relações que se constroem a partir do fenômeno abordado. Para isso, se faz crucial planificar as forças de ação entre sujeito e objeto, entendendo que não há hierarquia a priori entre estes, e que apenas ao acompanhar a rede é que será possível dizer quais atores emergem e devem ser seguidos.

3. Entre eu e o outro, especulações relacionais

Em 1987, Vilém Flusser publica, em alemão, a obra “Vampyroteuthis Infernalis”, que viria a ser um marco na produção do que chamamos hoje de ficções filosóficas. Através de uma narrativa não acadêmica, mas recheada de referências teóricas e científicas não anunciadas, Flusser propõe em seu texto uma fábula sobre esse peculiar ser, a lula vampiro do inferno. Em seu texto, dividido por tópicos como a arte, a cultura ou o pensamento de Vampyroteuthis, Flusser nos convida a pensar o homem pós-moderno, tecnológico, através da relação com este outro radical que é a lula vampiro.

Flusser utiliza as bases e nomenclaturas de teorias científicas, - seleção natural filogênese, biologia, - para criar as relações de semelhança e diferença entre o ser humano e a lula vampiro. Mas faz isso como estrutura narrativa para sua fábula. Seu objetivo não é comprovar tais diferenças ou semelhanças, mas abrir espaço para a criatividade e a imaginação. Os termos científicos parecem estar ali para criar a paisagem fictícia em que a fábula é contada. Seu interesse parece ser o de criar mundos em que a lula e o humano são reflexos um do outro. Assim explica o autor, logo na introdução de seu livro:

[...] Destarte podemos iniciar um jogo com espelhos deformadores, um oposto ao outro. Um jogo de reflexão, durante o qual vamos descobrindo nossa própria estrutura existencial de um ponto de vista que nos é muito distante. Trata-se, no entanto, de reflexão não-

⁶ A Cartografia não implica regras ou protocolos rígidos, pois entende que ao acompanhar processos “não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 13).

transcendente. Embora o Vampyroheuthis esteja muito afastado de nós, está não obstante conosco no mundo. Trata-se de um “ser-conosco” (*Mitsein*). De maneira que nos convida à reflexão imanente do mundo. [...] Como toda fábula, esta também tratará, sobretudo, do homem, embora um “animal” lhe sirva de pretexto. (FLUSSER, 2011, p.19)

Esta característica, - narrativas que relacionam ciência e ficção -, também pode ser encontrada em outras fábulas de Flusser. Destaco aqui um texto, “Um mundo fabuloso”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1964, e depois na coletânea *Ficções Filosóficas*, em 1998. Nesta fábula, três personagens debatem a teoria de Darwin sobre a seleção natural por organismos mais bem adaptados, são eles: “o octópode, que habita os abismos do oceano, a solitária que habita os abismos dos intestinos, e o verme curioso chamado ‘embrião’, que habita os abismos do útero”. (FLUSSER, 1998, p. 24)

O octópode começa seu discurso revelando, através de seu organismo super sensorial e seu cérebro e sistema nervoso super centralizado, as capacidades mais bem favorecidas para estar no topo da cadeia de adaptação dos seres deste planeta. Em seguida, a solitária contesta. Afirma que seu organismo está mais bem adaptado, uma vez que vida é igual a libido e seu corpo é pura potência sexual, já que carrega em si os dois sexos. Quando, por fim, o embrião toma a palavra, confessa que de fato é menos adaptado que os outros dois seres, que está menos preparado para o mundo hostil que o aguarda fora do útero de sua mãe, e que é imperfeito.

Através desta fábula, gostaríamos de destacar duas observações: a primeira diz respeito à própria estrutura, a relação entre ficção e ciência, entre filosofia e arte. Mesmo assumindo-se fábula, o autor provoca: “Não será uma fábula lafontainiana, principalmente porque a moral da história não será óbvia nem para o autor, nem para os que a ouvem” (FLUSSER, 1998, p. 24). E utiliza uma ambiência científica para compor o cenário em que a fábula acontece, como aparece em outra passagem: “O tema do diálogo será o sr. Darwin, mas um Darwin um tanto anacrônico, já que será freudiano.” (FLUSSER, 1998, p. 24).

A segunda observação diz respeito à relação que se estabelece entre o embrião humano e os outros seres. Em que se usa o discurso destes animais falantes para gerar reflexões sobre questões essencialmente humanas. E o embrião, que na fábula aparece como um “verme curioso”, é tratado de forma simétrica ao octópode e à solitária. Pela perspectiva do embrião, ele conclui:

Incontáveis barreiras se levantarão ao meu redor, para frustrar o meu caminho. A minha força vital, fraca e doente (como diz com razão o octópode), terá que se chocar contra essas barreiras. Serei um ser biologicamente mal adaptado. Mas nessa luta que terei que travar a força libidinosa que em mim opera será transformada. Por ser inibida, será sublimada. Nascerá em mim e por mim o amor, que tudo vence, inclusive a própria vida. (FLUSSER, 1998, p. 26)

Flusser se vale de outras existências, através de narrativas fictícias, para refletir sobre a nossa própria condição humana. E de forma bastante otimista, sugere que, mesmo com todas as imperfeições e inabilidades humanas, somos capazes de produzir amor, de amar. E coloca essa qualidade como algo particular do humano, ao mesmo tempo força e fragilidade. Talvez essa seja uma pista para pensarmos nas práticas de empatia como vínculo e produção de afeto.

Um octópode (que também é a personagem principal da fábula do Vampyroteuthis), não terá como nos contestar, ou dizer que está ou não “de acordo” com o ponto de vista que, (na verdade), estamos imprimindo a ele. Mas o exercício feito foi o de descentralizar o sujeito na narrativa. Diante desse jogo de espelhos invertidos, o que está em jogo é o sujeito, seja o humano em relação ao não-humano, seja na relação que se estabelece entre pessoas de diferentes gêneros, por exemplo.

Beatriz Preciado, (hoje Paul B. Preciado), filósofo transexual, uma das mais importantes referências contemporâneas das teorias queer e de gênero, lançou no ano 2000 (na França), seu *Manifesto Contrassexual*. Com narrativa muito diferente de Flusser, é possível observar algumas passagens curiosas que nos remetem também a este autor. Como por exemplo, a escolha do irreverente dildo (um pênis de borracha) para discutir e protagonizar seu debate sobre sexualidade. Assim como Flusser, Preciado retira a perspectiva do humano, traz para o corpo e para o objeto (materialidade) a construção de seu debate teórico, e até mesmo nas distinções que faz em seu texto entre gêneros. Sobre o dildo, Preciado explica:

O gênero se parece com o dildo. Ambos, afinal, vão além da imitação. Sua plasticidade carnal desestabiliza a distinção entre o imitado e o imitador, entre a verdade e a representação da verdade, entre a referência e o referente, entre a natureza e o artifício, entre os órgãos sexuais e as práticas de sexo. O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais. (PRECIADO, 2014, p. 29)

Ainda que o *Manifesto* não possa ser considerado uma fábula ou ficção filosófica, o autor/ora constrói uma narrativa bastante peculiar. Entre uma discussão

teórica na introdução do livro e as “práticas de inversão contrassexual” (exercícios práticos de masturbação contrassexual), o leitor terá acesso aos “princípios da sociedade contrassexual” e a uma “breve genealogia do orgasmo ou do vibrador de Butler”. O dildo toma quase sempre o papel central nestas narrativas, é o próprio “octópode” de Preciado, por assim dizer, já que é na relação com ele que sua teoria é costurada.

Ao final do livro, já na parte dos anexos, Preciado conta uma curiosa história sobre as *butchs*, intitulada “Prótese, mon amour”, sobre mulheres lésbicas da década de 50 conhecidas por seu estereótipo masculinizado. Como se estivesse contando uma anedota, Preciado usa de uma linguagem irreverente e coloquial, incluindo ícones como pequenas ilustrações ao longo do texto, para fazer emergir o contexto em que essas personagens, as *bucths*, surgem no período pós-guerra, nos Estados Unidos.

De acordo com o autor, dentre as várias mudanças ocorridas diante da Segunda Guerra, em meio a um processo de industrialização da sociedade e modernização dos novos centros urbanos, havia uma cultura que começava a se circunscrever nessa paisagem, a cultura homossexual. Tanto dos soldados alistados que dariam início às primeiras comunidades homossexuais, como as lésbicas que haviam assumido o lugar dos homens nas indústrias.

Especificando ainda mais, Preciado compara a plasticidade dos corpos pré-formulados por uma sociedade de consumo que cresce em escala voraz, com a plasticidade dos corpos prostéticos das *butchs* com seus dildos. Ou como conta:

As performances de gênero pertencem a esse novo corpo do Capital, são o novo mecanismo de reprodução sexual-industrial. O sucesso da nova máquina capitalista depende de sua capacidade para pôr a plasticidade dos materiais e os corpos a serviço da produção do novo consumidor. (PRECIADO, 2014, p. 204)

Aproximando-se da narrativa de Preciado, as *butchs* podem ser encaradas como importantes “ficções” de identidade de gênero. Aparentemente masculinas, “se proclamam herdeiras de uma masculinidade fictícia”. Sua masculinidade não pode ser confundida com aquela performada pelo homem pois, diferente da performance heterossexual, as *butchs* não se definem pela existência (ou falta) do pênis. As *butchs* rompem com paradigmas sexuais:

A *butch* dos anos cinquenta é um ciborgue sexual low-tech, feito na fábrica e operado no lar. Sua identidade é um artefato: um tecido transorgânico feito de peças soltas tomadas dos restos da heterossexualidade. Seu corpo é um espaço privilegiado para

implantação e o deslocamento de novos órgãos sexuais. A *butch* é ao mesmo tempo um aparelho e um terminal em que outras próteses podem se conectar. (PRECIADO, 2014, p. 209)

Por fim, o que se pode observar na relação entre estes dois autores é o processo pelo qual se dá a produção das narrativas, que transitam entre ficção e realidade, para estabelecer diálogos do ser humano e suas inquietações. Seja na relação do humano com as tecnologias, seja em sua relação com a sexualidade. Neste aspecto, alterar a perspectiva do sujeito, tanto na lula quanto no dildo, é produzir novos mundos possíveis, livre de verdades pré-estabelecidas, construindo-se no risco do desconhecido.

4. Sobre ser mulher, especulações identitárias⁷

Em 2015, uma mulher abre sua página de facebook e se reconhece em declarações da campanha *#meuprimeiroassédio*, nas várias narrativas publicadas por outras mulheres. Quando essa mulher, através da leitura destes testemunhos, consegue se livrar de uma culpa moral que carregava durante anos, “simplesmente” porque começa a visualizar contornos sociais e culturais que antes não enxergava, que pensava serem individuais, apenas seus: isso liberta a mulher. Acontece o que chamamos de “empoderamento” feminino. Um processo gradual, uma construção, de novas referências sobre sua sexualidade, seu corpo, seus afetos, seus direitos.

Judith Butler, em 1990, no primeiro capítulo de sua obra “Problemas de Gênero”, que trata sobre a “mulher” como sujeito do feminismo, faz uma relação entre os conceitos de “representação” e “política”. Ela começa defendendo que a representação “serve como termo operacional no seio de um processo político que visa estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos”. (BUTLER, 2015, p. 18). Em seguida problematiza, uma vez que a representação carrega uma função normativa de linguagem, que restringiria o “sujeito mulher”, mas que foi fundamental em um certo momento do feminismo, como explica: “Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres.” (BUTLER, 2015, p. 18)

Mas o que a liberta, num primeiro momento, pode depois se tornar uma prisão. Nas redes sociais cresce exponencialmente uma espécie de “polícia ideológica”. Para

⁷ As discussões que aparecem nesse tópico foram previamente observadas em outros contextos, outras investigações, na produção de outros artigos. Este atual trabalho acabou por tomar uma forma em que aparecem menos os *inputs* na rede, ou estudos de caso, e mais o debate entre autores.

garantir um território discursivo, muitas vezes podemos observar ações que em nada lembram as próprias lutas para o que reivindicam, em uma distorção do que funcionariam como práticas de empatia⁸. Luta-se por inclusão, excluindo.

Inspirada nas teorias foucaultianas sobre o biopoder e as tecnologias de dominação de corpos, Preciado faz uma interessante relação com práticas de liberdade⁹ como contraprodução, ao explicar o porquê do prefixo “contra” em seu manifesto. Assim ela afirma:

O nome contrassexualidade provém indiretamente de Michel Foucault, para quem a forma mais eficaz de resistência à produção disciplinar da sexualidade em nossas sociedades liberais não é a luta contra a proibição (como aquela proposta pelos movimentos de liberação sexual antirrepressivos dos anos setenta), e sim a contraprodutividade, isto é, a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna. As práticas contrassexuais que aqui serão propostas devem ser compreendidas como tecnologias de resistência, dito de outra maneira, como formas de contradisciplina sexual. (PRECIADO, 2014, p. 22)

Traçando um paralelo com as práticas de empatia, poderíamos pensar nelas também como “contraprodução”? Como formas de resistência, e não de “liberação”, por exemplo, ao criar modos de relação de *não excluir*, em vez de criar modos de *incluir*. Esta seria uma ficção possível, ou até necessária, porque na busca por garantir seu espaço de “incluído”, um ou uma poderá agir no inverso do que seria inclusão, se valendo de todo o arcabouço cultural e discursivo para impor seu espaço, numa disputa territorial.

Esta é a primeira pista sobre as práticas de empatia: como combater um sistema opressor se muitas vezes usamos da mesma lógica opressora para “garantir” nosso espaço? Não estamos sendo também opressores? Seria a opressão então uma questão de perspectiva, que varia do lugar de onde se olha, de onde se fala? Uma mulher branca, classe média, oprimida em relação ao homem branco, classe média, será opressora em relação à mulher negra? Quais são as variantes e as combinações entre elas que definem

⁸ Como práticas de empatia, entendemos todo exercício, tentativa, de se “colocar no lugar do outro”, seja através da criação artística, seja através da experiência física ou virtual. Reconhecer-se a si mesmo no outro e deixar que o outro se reconheça em ti.

⁹ As “práticas de liberdade” de Foucault tem como premissa o cuidado de si. Cuidar de si para poder cuidar do outro, significava na antiguidade grega, não se tornar escravo. Ter um controle sobre si, dominar suas paixões, tudo aquilo que podia o tornar escravo, de algo ou de alguém, de um governo, de uma cidade vizinha, ou de seus vícios. (FOUCAULT, 2004, p.266-268)

práticas opressoras? Ou ainda, é possível distinguir o sistema opressor de práticas opressoras? A quem cabe definir o que é ou não é uma opressão?

Quando levantamos questões sobre práticas opressoras e sistema opressor, nos baseamos em discursos de ódio proferidos em fóruns virtuais e debates ideológicos que dividem minorias e fragmentam movimentos, como o feminismo, por exemplo.

Foi através do contato com o movimento *Transrevolução*, em 2015, na então Casa Nuvem, que observei mais uma pista sobre as práticas de empatia. Dentro do movimento feminista contemporâneo, há uma fragmentação antagônica e polarizada que se divide entre feministas radicais, (que, entre outras coisas, não incluem as mulheres transexuais no feminismo); e as transfeministas, (que incluem as transexuais, travestis e transgêneros no movimento). Lutas por direitos iguais e novas representações culturais não dão conta de explicar porque essas rachaduras se tornam cada vez mais visíveis e violentas.

Me debruçando um pouco mais sobre essas duas narrativas do feminismo contemporâneo, tive acesso a um verdadeiro glossário de termos feministas. São palavras novas: cisgênero, transgenere, travestigenere - servem para diferenciar o corpo biológico nascido no sexo com o qual se identifica, *cis*, (mulher que nasce com vagina, útero, seios, etc), e corpos modificados através de próteses ou intervenções cirúrgicas, *trans*, ou pelo uso de hormônios e roupas que se relacionam com o gênero com o qual se identifica, *travesti*. Tem as abreviações: radfem, vertente feminista radical, e transfem, vertente transfeminista. As siglas: SWERF, feminismo radical que exclui trabalhadores do sexo, (em inglês, Sex Worker Exclusionary Radical Feminist); e TERF, trans-exclusionárias feministas radicais (em inglês, Trans-Exclusionary Radical Feminist). Estes termos normalmente vêm de mãos dadas a palavras agressivas, contornando as discussões ideológicas que atravessam as redes sociais, ou encontros presenciais¹⁰.

Não nos cabe aqui fazer uma análise de discurso, ou adentrar o universo dos estudos do signos, mas a linguagem tem seu papel nessa trama política, uma vez que “termos estratégicos” surgem, em diferentes contextos, para fortalecer ou enfraquecer uma ação ou série de ações. Não é difícil perceber em nosso cotidiano que a própria palavra *feminismo* vem ganhando cada vez mais força e, atualmente, novos apelidos ou

¹⁰ No dia 16 de junho de 2016, estive presente, como observadora participante, de um evento criado pelo grupo feminista Marcha das Vadias, na Casa Nem, intitulado “Turismo Sexual e Olimpíadas: quebrando tabus”. O evento foi criado para discutir, entre outras coisas, a regulamentação da prostituição, com base no Projeto de Lei Gabriela Leite. A página do evento no facebook gerou muita polêmica entre feministas.

sobrenomes. Neste aspecto, os termos passam a ser também atores, são agentes não-humanos que transportam afetos, que articulam redes, que mobilizam ações.

Para Preciado, a questão da escritura dos corpos é fundamental no entendimento das questões contemporâneas sobre o gênero. Em seu contrato contrassexual, os corpos se reconhecem como corpos falantes, e reconhecem a outros corpos como também falantes. Se reconhecem como sujeitos, e por isso “renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes”. (2014: p. 21)

Numa busca por um “sujeito” do feminismo, questão crucial para a política, como objeto de representação e status de referência para as mulheres, ainda com base em Butler, a teoria feminista procura reunir o que é ser mulher em uma categoria, apesar de não haver concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, essa categoria. Ser mulher é também uma construção pautada por discursos institucionais, aplicados politicamente em uma sociedade, e que para criar uma espécie de ruptura com estes termos é preciso pensar o “gênero” de forma mais complexa. O gênero feminino não pode mais ser entendido de forma estável e permanente. É preciso subverter essa lógica.

Em tempos de internet e tecnologias digitais, parece incoerente que polarizações binárias como radfem e transfem continuem a aparecer. E, no entanto, é na própria internet, nas redes sociais, que mais se expressa o ódio e a exclusão.

5. Considerações Finais

Partimos de uma premissa especulativa que a mudança de ponto de vista, para exercitar a aproximação com o outro, é sempre, e não mais que, um exercício. Diante disso, ao falar em alteridade e em práticas de empatia, temos que incluir a palavra relação. Empatia pressupõe relação e relação pressupõe diálogo, que pressupõe dois ou mais falantes, que pressupõe troca, que pressupõe comunicação. As práticas são desvirtuadas sempre que a relação não é levada em consideração.

O que parece estar em jogo aqui não é o quanto que um ou uma consegue se aproximar do outro, e sim o exercício de fazê-lo. Essa aproximação tem por objetivo criar uma ponte, um vínculo, que se dá pelo afeto. Sem essa relação, que é de ida e volta, não seria possível realizar práticas de empatia, uma vez que as mesmas se apresentam como ficções. Ou seja, criamos ficções sobre o outro (e sobre nós mesmos) a cada vez que fazemos o exercício de nos aproximar do outro. A ficção, tal qual

abordada neste trabalho, tem como finalidade criar mundos possíveis, que não estão acabadas, porque dependem de nossa contínua participação.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. v. 2. A experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

BRAGA, Cintia Guedes. *Memória Sobrevivente*. In: Revista Lugar Comum/ Resistências Feministas, vol. 47, p. 8-19. Rio de Janeiro, junho de 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FLUSSER, Vilém; BEC, Louis. *Vampyroteuthis Infernalis*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *Um mundo Fabuloso*. In: Ficções Filosóficas. São Paulo: Edusp, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5.

GONÇALVES, Fernando. *Comunicação, cultura e arte contemporânea*. In: Contemporânea. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

GORINI, Paula. *A Rede da Dança: uma cartografia em movimento*. 2012. 148 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Hayles, NK. *Speculative Aesthetics and Object-Oriented Inquiry (OOI)*. In: Speculations: A Journal of Speculative Realism, v. 5 (2014).

LAW, John. *Notes on the Theory of the Actor Network: ordering, strategy and heterogeneity*. CENTRE FOR SCIENCE STUDIES. Lancaster University, Reino Unido. 1992.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red*. 1ª ed. Buenos Aires: Manantial, 2008.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed.34, 2005.

Imaginários sobre a mulher brasileira: perspectivas de duas imigrantes latino-americanas¹

Priscilla Silva de Oliveira²

Resumo

A pesquisa exploratória foi construída, a fim de dismantelar algumas construções que atravessam as mulheres imigrantes. O trabalho teve como objetivo investigar a construção dos imaginários que as mulheres imigrantes têm das mulheres brasileiras antes e depois do processo de imigração. A construção do texto foi permeada pela seguinte problemática de pesquisa: Quais os imaginários das mulheres imigrantes sobre as mulheres brasileiras? A partir dessa indagação, outras questões foram levantadas, como: as diferenças de ser mulher no país de origem e no Brasil, como as mulheres imigrantes convivem com as mulheres brasileiras, bem como a relação e o papel da mídia na construção desses imaginários.

Palavras-chave: mulheres imigrantes; imaginários; identidade.

1 Introdução

O tema desse artigo permeia os imaginários de duas mulheres imigrantes, latino-americanas, de nacionalidades diferentes sobre as mulheres brasileiras. Para isso, delimita-se como objeto de pesquisa a investigação dos imaginários que uma mulher boliviana e uma chilena, residentes na cidade de São Paulo, tinham da mulher brasileira antes do processo de imigração e quais imaginários foram confirmados ou refutados a partir das interações sociais e culturais que elas têm depois da convivência com as mulheres brasileiras.

O objetivo geral do trabalho foi investigar a construção dos imaginários que as mulheres imigrantes têm da mulher brasileira, a partir do antes e depois do processo de migração. Para atingir a finalidade da pesquisa, foram elencados como objetivos específicos a perspectiva de: 1) Compreender quais são os imaginários; 2) Investigar os elementos que construíram os imaginários das mulheres imigrantes; 3) Comparar os imaginários da imigrante chilena e boliviana; 4) Identificar as diferenças do ser mulher no Brasil e no país de

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT Narrativas & Subjetividades.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). E-mail: prioiveira_1@hotmail.com

origem das imigrantes; 5) Comparar os imaginários do antes e depois do processo de migração.

A partir disso tive o interesse de entender os processos e contextos socioculturais em que as mulheres de diferentes culturas, etnia e nacionalidade estão inseridas. Disso surgiu o problema de pesquisa: Quais os imaginários das mulheres imigrantes sobre a mulher brasileira? A inquietação vem do interesse em saber se a mulher imigrante se apropria ou resiste aos contextos socioculturais em que estão inseridas, bem como o que imaginam da alteridade, o que pensam *do outro*, ou seja, da mulher brasileira. Sei que ser mulher. Ser mulher e imigrante. Ser mulher, imigrante e negra, oferecem diferentes posições sociais que são marcadas por relações de poder assimétricas, discrepantes, desiguais.

Isso significa que as posições sociais de ser uma mulher e imigrante na sociedade é diferente de ser uma mulher brasileira. Ou seja, apesar de ambas serem mulheres e já carregarem no contexto sociocultural as imbricações de ser uma minoria tensionada e oprimida pelo machismo, as mulheres imigrantes precisam se munir contra a xenofobia e o preconceito, pois essas diferenças não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquia.

Para entender os processos migratórios no Brasil ao longo do tempo, fiz uma busca no site *Migrations Map* para conhecer os fluxos de chegadas migratórias no país e percebi que há um grande fluxo de chegadas da América-latina. A partir dessa pesquisa tive a oportunidade de pensar nas mulheres do mesmo continente que o meu: as latino-americanas, pois os países latinos representam, juntos, um significativo fluxo migratório no país e, segundo Délia Dutra (2013), os fluxos internacionais de migração sul-sul no âmbito do continente latino-americano

vêm se tornando cada vez mais relevantes no cenário internacional migratório. Muito provavelmente o endurecimento das políticas de imigração nos países do hemisfério norte, assim como as recentes crises no sistema econômico internacional, tenha estimulado ainda mais o deslocamento de migrantes dentro deste continente (DUTRA, 2013, p. 83).

Esse fenômeno migratório me fez aproximar da relevância em pesquisar as mulheres latino-americanas, mas o que foi decisivo para firmar essa escolha é que o processo histórico que o continente latino-americano se constituiu sempre foi um espaço de encontro e confronto de diversas culturas e, conforme aponta Dutra (2013, p. 87), “a diversidade está na gênese dos povos que o habitam, assim como as assimetrias que perpetuam as desigualdades e lhe outorgam o distintivo de ser o continente mais desigual. Dos 15 países mais desiguais do mundo, dez estão na América Latina”.

A partir dessa afirmativa, decidi que as mulheres imigrantes latino-americanas seriam meus indivíduos de pesquisa. Primeiro pela justificativa do fluxo migratório e segundo pela construção da desigualdade social, cultural, política e econômica que os países latinos possuem. Denise Cogo (2014, p. 5) corrobora com a perspectiva desse recorte, pois

a maioria das abordagens latino-americanas têm priorizado as migrações Sul-Norte, ou seja, aquelas dirigidas à Europa e aos Estados Unidos, em especial à Espanha, enquanto que, sobre as migrações intrarregionais (Sul-Sul), a produção tem sido menos expressiva, mais recente e herdeira dos interesses, interrogantes e abordagens derivadas dos movimentos extrarregionais.

Também é preciso contextualizar que a imigração não é um fenômeno assexuado, isso significa que o tema migração não deve ser olhado de forma homogênea, já que no fluxo das migrações existem relações de gênero, que carregam em si relações diferenciadas no trabalho, na família e na socialização. As posições sociais que as mulheres imigrantes ocupam e estão inseridas irão se diferenciar, principalmente, às dos homens imigrantes. Por isso optei por estudar a categoria de gênero.

Para tanto, os encaminhamentos metodológicos perpassam pelo paradigma interacionista, que “[...] consiste em associar certos elementos, cuja relação não é óbvia nem evidente, para produzir um novo conhecimento baseado nessa relação invisível” (OROZCO GÓMEZ; GONZALEZ, 2011, p. 105), já que meu objeto de pesquisa pede um paradigma que abarca a interpretação do objeto e, mais do que isso, é preciso entender a relação, a interconexão dos contextos entre os elementos, o fenômeno e o objeto.

O trabalho possui caráter qualitativo, método científico que caracteriza a compreensão, interpretação e a análise dos dados através da construção compreensão e interpretação dos significados. Esse método abarca a relação entre o sujeito, objeto e o mundo, investigando sentimentos, afetividades, experiências e interações sociais que os sujeitos atribuem um significado a um fenômeno (OROZCO GÓMEZ; GONZALEZ, 2011).

Para construir a relação entre sujeito, objeto e pesquisadora, utilizei como método de pesquisa o trabalho de campo. Guber (2004, p. 83) define que o campo “consiste, em princípio, com tudo aquilo que se relaciona com o pesquisado, porque o campo é uma conjunção entre espaço físico, atores e atividades. É um recorte da realidade”. O campo não é um espaço geográfico, mas uma matéria-prima em que o/a pesquisador/a transforma informações em dados de pesquisa.

A partir disso foi utilizado como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada com roteiro pré-determinado de perguntas. A entrevista é uma relação entre

campo e pesquisador/a, que deve ser tomada como “uma relação social por meio do qual são obtidas as declarações e pronunciamentos em uma instância de observação direta e participação” (GUBER, 2004, p. 75). As entrevistadas não foram escolhidas aleatoriamente, por isso, antes de selecionar os indivíduos de pesquisa criei 3 critérios de seleção: 1 - Nacionalidade (latino-americanas), 2 - Idioma (compreendesse e falasse português) 3 – Tempo (morar há mais de 1 ano no Brasil).

A escolha em utilizar “boliviana” e “chilena” e não seus nomes ou abreviatura do nome, é porque se trata de uma pesquisa que compara os imaginários de duas latino-americanas de países diferentes, então faço essa inferência por acreditar que fica mais compreensível a leitura do texto. Essa opção não perpassa em nenhum momento por negar essas identidades ou por tentar ocultar o nome dessas mulheres. Muito menos generalizar essas percepções e imaginários. É apenas uma escolha mais clara e objetiva para a assimilação.

2 Imaginários e identidade

Os imaginários sociais possuem significados diferentes dependendo da linha teórica, atividade ou disciplina em que observamos esses fenômenos. Por isso o significado de imaginários sociais trabalhado nesse texto tem o conceito sociocultural, numa perspectiva heterogênea de pensamento. Para Garcia Canclini (2007, p. 90), os imaginários são em termos gerais aquilo que

imaginamos, aquilo que não conhecemos, ou que não é, ou ainda não é. Em outras palavras, o imaginário demite um campo de imagens diferentes do empiricamente observável. Os imaginários correspondem a elaborações simbólicas do que observamos. Ou aquilo que nos dá medo ou desejaríamos que existisse

Para o autor, imaginário não é uma mera articulação entre simbólico e real como aborda a psicanálise lacaniana. Os imaginários não podem ser olhados de forma apenas individual, pois os fenômenos possuem complexidades distintas que estão relacionadas com a intersubjetividade sociais dos indivíduos.

Taylor (2006) considera que os imaginários sociais são as formas como as pessoas imaginam sua própria existência, como elas relacionam as coisas entre si mesmas e com os outros. São as expectativas em relação a existência, e fora dela, assim como as noções

normativas que lhes são comuns. O imaginário social pode ser o “pano de fundo” no qual as pessoas vivem e pensam. É um lugar que legitima e torna possíveis as práticas sociais.

Silva (2006) compreende que a história da humanidade é fundamentada nas imaginações e que os imaginários mediam as nossas ordens sociais e desempenha um papel essencial que afeta os modos como conhecemos a realidade em todas as instâncias das nossas vidas. O autor complementa que o imaginário social implica na “capacidade de fazer surgir como imagem algo que não é, nem que foi” (SILVA, 2006, p. 96).

Ancorada nessas definições de imaginários sociais pela perspectiva sociocultural, é possível expressar que os imaginários são componentes necessários para a interação social. Os imaginários sustentam os modos de ver, ser e estar no mundo, no qual os sujeitos participam ativamente para a construção de subjetividades heterogêneas. Garcia Canclini (2007) considera que os imaginários sociais são heterogêneos porque não há apenas uma forma de subjetividade, são várias que habitam o mesmo ser, local, espaços, cidades e países.

Garcia Canclini (2007) defende que a subjetividade refere-se à existência dos sujeitos, que se concebem como individuais. No entanto, quando há subjetividade, de algum modo os sujeitos estão relacionados e são constituídos através da interação social. Ainda assim, a noção de subjetividade não nos permite ter a noção de sujeitos coletivos. Isso significa que as subjetivas formadas pelos imaginários sociais são individuais, mas não podem ser vistas separadas do seu contexto sociocultural, já que o ponto de fala de cada indivíduo é influenciado pelo seu “pano de fundo”, como sugere Taylor (2006). Silva (2006) vai de encontro com essa ideia, afirmando que o

imaginário não é somente uma construção psíquica individual, nem a manifestação de uma técnica que permite materializar um tipo de representação, mas é o que nos fornece uma condição cognitiva. Se distinguirmos o real da realidade sabemos que a realidade é construída, é um fato da linguagem e da imaginação humana. Assim os imaginários sociais seriam precisamente aquelas representações coletivas que regem nossos processo de identificação social e com os quais interagimos em nossa cultura, havendo alguns modos particulares de comunicar e interagir socialmente. A partir dessa perspectiva os imaginários correspondem a construções coletivas que podem manifestar-se em âmbitos tanto locais quanto globais (SILVA, 2006, p. 104).

Garcia Canclini (2007) complementa que não é adequado reduzir o imaginário a algo que é apenas subjetivo, pois a subjetividade é também organizada e construída socialmente. O imaginário pode levar a muitas variações a partir da perspectiva do sujeito, mas são sempre condicionadas, há um horizonte variável de imaginação que não é totalmente arbitrário. Taylor (2006) defende que a construção do imaginário é mediada e pode ser tanto

manifestado como construído através de imagens, histórias, lendas, sentimentos. É a forma como os indivíduos compreendem, significam e dão sentidos as suas construções sociais da realidade.

O imaginário não é apenas “a representação simbólica do que acontece, mas é também o lugar de construção de insatisfações, desejos, busca da comunicação com os outros” (GARCIA CANCLINI, 2007, p. 90). É um lugar que reside o inconsciente e o coletivo, a construção do real e do imaginado, o autor complementa que “muito do que nos acontece é imaginário, porque não surge a partir uma interação real. Toda interação tem uma parte de imaginação” (GARCIA CANCLINI, 2010, p. 91).

Por falar em construções de imaginários sociais de mulheres imigrantes, não tem como ficar imune ao tema da alteridade, isto é, o outro, aquele que é considerado diferente. Geralmente o outro é representado por estereótipos, por relações de poder e por diferença, que são caracterizados por perspectivas e critérios ligados aos nossos repertórios e valores culturais. “Incluimos na categoria ‘nós’, em geral, aquelas pessoas e grupos sociais que têm referenciais culturais e sociais semelhantes aos nossos, que têm hábitos de vida, valores, estilos, visões de mundo que se aproximam dos nossos” (CANDAU, 2013, p. 29).

De certo modo os imaginários sociais são permeados por essas construções do “nós” e o do “outro”. A partir disso faço correlação que os imaginários sociais conversam com as identidades dos indivíduos. Pois a identidade é uma negociação fragmentada entre a história, o social, o cultural, o intelecto, em que os significados, as ambivalências, os paradoxos vão sofrendo hibridizações, intercâmbio, interações, diante das influências presentes na existência dos indivíduos.

A identidade é uma “construção, como um processo nunca completado” (HALL, 2007, p. 106) em que os indivíduos vão se modificando, adaptando, transformando, reformulando ao longo do seu repertório. Diante dessa articulação, é possível afirmar que a identidade não é cristalizada, concreta, totalitária, simples, mas é um complexo processo que sofre luta pelos significados, já que há relações de poder dentro da linguagem, linguagens essas que são responsáveis por dar sentido as coisas e construir as identidades. É por meio dos atos de linguagem que cada representação adquire um valor e um significado, isto é, são construções.

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2007, p. 76).

Nesse campo de lutas pela significação simbólica e discursiva da identidade, é aonde acontece também os imaginários sociais, pois Hall afirma que “[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (HALL, 2007, p. 110). Isso significa que para a construção da nossa própria identidade dependemos daquilo que não nos pertence, daquilo que nos falta, daquilo que não somos, ou seja, precisamos dos imaginários e dos outros, “[...] mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2007, p. 110).

Por exemplo, eu sou mulher, brasileira, negra, estudante. Eu sei que sou isso, porque eu sei que eu não sou homem, europeu, branco, empresário. Por isso a identidade é marcada pela diferença, pois “os outros” que aparentemente não são semelhantes a mim, me fornece condições para que a minha identidade possa existir. Entretanto, isso faz com que haja uma exclusão, pois se eu sou parda, eu não posso ser branca, e vice-versa. Nessa parte os imaginários sociais entram como aquilo que eu gostaria de ser ou então o que eu imagino que é alguém diferente de mim.

A imaginação social serve como parâmetro para a construção da nossa identidade, ela oferece informações que nos diz como queremos nos posicionar e o que devemos ser. Para Woodward (2007, p. 17) os indivíduos escolhem “identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso”, isso significa que os indivíduos desejam, no âmbito subjetivo, ser aquela mulher magra e loira, aquela moradora de tal bairro ou aquele personagem do filme, etc. Há uma projeção do que eu sou e do que eu quero/gostaria ser, mas também existem identidades que são preferidas relativamente a outras, geralmente aquelas que são as maiorias sociais: homens, brancos, ricos, etc. “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 2007, p. 17). Diante disso, é preciso pensar como os significados disseminados pela mídia vem nos moldando, interpelando, sugerindo significados para a nossa própria identidade.

3 Análise das entrevistas

Início aqui a análise das entrevistas contextualizando as informantes: A chilena tem 33 anos, é professora de música, veio para o Brasil com o namorado que é chileno também. Veio à primeira vez para o Brasil em 2010 para passear e agora está definitivamente morando aqui há 1 ano e 2 meses. O motivo de escolher a cidade de São Paulo é o interesse de estudar na USP pelo prestígio e gratuidade que a universidade tem, porque no Chile a faculdade é paga.

Atualmente o namorado é violinista da Orquestra de Câmara da USP e ela faz uma disciplina como aluna especial no mestrado de Música da USP e leciona aulas de espanhol em um centro cultural. Atualmente mora no bairro da Liberdade.

A boliviana tem 35 anos, fez faculdade em Engenharia de Alimentos na Bolívia. Tentou transferir para o Brasil no último ano para terminar o TCC, mas nunca conseguiu pela burocracia. Ela é casada com um brasileiro, tem 2 filhos e está há 8 anos no Brasil. Atualmente estuda web design e é fotógrafa de produtos da fábrica do marido. Ela também é ativista das mulheres imigrantes em São Paulo e coordenadora do grupo Warmis.

Como visto no referencial teórico, os imaginários sociais são subjetividades pessoais mediadas pelo contexto sociocultural em que os indivíduos estão inseridos. A partir disso, quando perguntei o que as mulheres imigrantes imaginavam dos brasileiros antes de vir para o Brasil, a primeira entrevistada disse que achava o brasileiro “muito legal, muito simpático, muito amável, que sempre gosta do estrangeiro, que gosta de conhecer outra cultura [...] isso que eu pensava, que [os brasileiros] eram mais abertos, mas não são tão abertos assim” (Chilena, 2016). A entrevistada ainda complementou que achava isso porque quando veio pela primeira vez para o Brasil, a passeio, os brasileiros gostavam de perguntar, de ajudar, mas que agora não é mais assim.

Tomando essa fala como ponto de partida, é possível analisar que o imaginário dela foi interpelado por uma experiência pessoal que ela teve. Esse conceito de que os brasileiros são receptivos, amáveis e carinhos também são construções midiáticas, que rondam e perpetuam os imaginários de quem vem visitar o país, mas os discursos mudam a partir do momento em que o “estrangeiro” migra e passa a compartilhar os mesmo espaços do cotidiano. Diante disso, além de escolher o Brasil pela vontade de querer estudar na USP, os imaginários sociais que ela tinha do Brasil, também a interpelaram para a sua concepção de São Paulo/Brasil.

A outra informante disse:

Ah, é o que eu sempre falo pra minhas amigas, imaginava que todos seriam brancos. Quando cheguei perguntei: porque todos tem tanta roupa, cadê o biquíni? Você vê imagem do Rio de Janeiro [...] na praia com biquíni, roupa pequena e aqui em São Paulo todo mundo com muita roupa. A imagem que eu tinha também é que todos eram simpáticos e aqui todo mundo tem cara fechada (BOLIVIANA, 2016).

O imaginário da Boliviana dialoga com a concepção de simpatia dos brasileiros, mas os imaginários são desconstruídos por três fatores: a branquitude, a praia/calor/biquíni e a simpatia. Essa imaginação de que todos seriam brancos em um país que estatisticamente a

maioria da população é negra, advém da onde? É possível pensar que essa mediação é feita pelos meios de comunicação, como a TV, em que majoritariamente os apresentadores, jornalista e atores são brancos. Os próprios espaços urbanos brasileiros são frequentados pela maioria branca, em que os negros são negados, silenciados e omitidos na sociedade. O imaginário de achar que no Brasil só teria brancos também advém da ideia de construção de querer ser o outro, como abordou Woodward (2007), ou então a expectativa de habitar em um local que é diferente do seu espaço.

Ao perguntar sobre os imaginários que elas tinham das mulheres brasileiras, a chilena disse “ah, eu não sei [...] os homens sempre falam que as mulheres é mais assim... não sei... mais livre, mais louca, coisas assim, mas eu não acho isso, eu penso que é um preconceito, não é assim, são bem sérias... não todas”. A boliviana disse que

A imagem que eu tinha.... (pensando) Acho que eu tinha um pouco de preconceito, porque tinha uma onda de imigração de brasileiro indo estudar pra lá (Bolívia) [...] e os homens brasileiros eram muito pegadores, engravidavam as mulheres e iam embora, então eu imaginava mais sobre os homens brasileiro, porque eu tinha contato, mas mulheres eu não imaginava nada (BOLIVIANA, 2016).

As construções dos dois imaginários passam pelo gênero masculino. O imaginário da chilena foi constituído pelo que os homens falavam para ela sobre as brasileiras. Eu percebi que nesse momento a minha condição de pesquisadora e mulher brasileira influenciou na resposta, acredito que a chilena não falou realmente o que queria falar, ela ficou um pouco insegura com a resposta, por isso preferiu utilizar palavras como “mais loucas” e “mais livres”, mas como pesquisadora que construo as relações entre mundo, contexto e entrevistada, acredito que a conotação de “livre e louca” advém da conotação sexual em que o país é conhecido pelos estrangeiros, da mulher brasileira ser fácil e vulgar.

Quanto ao imaginário da boliviana ser sobre os homens ao invés das mulheres, certifica a cultura machista do país, no qual os homens acreditam e oprimem as mulheres em caráter único e exclusivo como as responsáveis pela maternidade. O imaginário construído dela não se distancia da realidade do país, mostrando que a cultural machista do país se mostrou evidente em outro contexto sociocultural.

No momento em que estava analisando os áudios percebi que a minha condição de pesquisadora, mulher e brasileira poderia influenciar a resposta delas, porque o imaginário que elas narraram também se referia a mim, a minha condição de estar no mundo. Então fiquei refletindo que nessa questão, de alguma forma, a minha presença e identidade poderia influenciar as respostas. Pois uma disse que não imaginava nada e a outra, num primeiro

momento, resistiu e depois reproduziu o que os homens falaram para ela, ou seja, ambas se omitiram nas suas respostas.

Como a intenção do trabalho era também saber quais os imaginários que foram desconstruídos, perguntei que agora que elas moram no Brasil, qual é a percepção atual que elas tem da mulher brasileira:

Eu penso que a mulher brasileira é um pouco, não sei muito, mais desconfiada [...] um pouco assim, para fazer amizade, coisas assim. Você tem que construir com o tempo, não é tão fácil assim, também pela língua, porque também é um obstáculo, limita muito para conhecer a outra pessoa, ser como você é, expressar o que você quer, é difícil, mesmo com outra mulher (CHILENA, 2016).

“A imagem que eu tenho da mulher brasileira é que ela é muito trabalhadora, muito lutadora, é muito cuidadosa, sabe? Super limpinha. Porque na Bolívia como temos menos água e também essa mistura com o indígena não temos esse zelo pela limpeza como tem aqui”, disse a boliviana. O imaginário sobre a mulher brasileira ainda está pautado na ideia de simpatia. De certa forma também é possível perceber a dificuldade de uma das imigrantes em se inserir e se integrar com as mulheres brasileiras. Essa questão vai de encontro com a ideia de alteridade discutida por Candau (2013), Hall (2007) e Woodward (2007). Percebe-se que há dificuldade das mulheres brasileiras com a integração com o outro, o que é “diferente”, no qual uma das barreiras são construídas através da língua.

A boliviana se refere a mulher brasileira como trabalhadora e limpinha. Nesse contexto ela faz uma comparação com as mulheres do seu país, evidenciando a diferença cultural determinada por um aspecto político, que é a menor quantidade de água. Portando a imagem de mulher “trabalhadora” pode ser justificada pela cultura, em que obrigada a mulher a ser responsável pelos afazeres domésticos mesmo trabalhando fora. É uma sociedade paradoxal que exige o sucesso profissional, a saída da mulher para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a excelência em ser boa mãe e boa esposa. A entrevistada ainda constatou que a principal diferença das mulheres brasileiras e bolivianas é

A autonomia [da mulher brasileira] com o homem, ela sabe posicionar-se. Uma boliviana na Bolívia, se um homem grita com ela, dificilmente ela vai reagir. Já uma brasileira não (encenação de dar um tapa na cara de alguém). [A brasileira diz] Está falando com quem querido? (Risos). Então os homens se intimidam um pouco mais. E também o preconceito né, porque o boliviano é muito conservador, então a mulher tem que ser recatada, bela e do lar (BOLIVIANA, 2016).

A partir disso, retomo a ideia da falsa liberdade das brasileiras. A entrevistada tem esse imaginário das brasileiras porque tem como parâmetro a sua própria cultura, pois não significa que as mulheres bolivianas nas são tão trabalhadoras quanto as brasileiras, é que elas, segundo a entrevistada, vivem claramente no conservadorismo patriarcal machista, em que mulheres ficam em casa para cuidar do marido e dos filhos, sendo até mesmo proibidas de trabalhar fora. Então significa que as mulheres brasileiras são trabalhadores porque são obrigadas a dar conta da casa, dos filhos e da profissão e não como uma identidade individual inerente as brasileiras.

Quando a entrevistada diz que as brasileiras possuem mais autonomia com o homem é porque também existe o imaginário social de que as mulheres do Brasil são livres e independentes pela possibilidade de desprendimento financeiro do homem, conquistado através do trabalho. Há sim mulheres que conquistaram a emancipação através de muita luta, mas são minorias. As negras, de camadas populares, que moram em bairros pobres, sem escolaridade e com filhos não possuem essa autonomia. Muitas sofrem violências e ficam neutralizadas pela impossibilidade de sair desse contexto em que se encontra.

A informante complementa que a mulher brasileira tem “[...] boas chances de sair [de um relacionamento violento], já na Bolívia não porque se você se divorcia, ninguém mais vai casar com você, mas está mudando né, mas continua um pouco”. Essa imagem social construída da mulher brasileira só possui esse significado porque é subjetivamente comparado com as experiências e percepções que as mulheres imigrantes têm do seu país.

Quando perguntei para as entrevistadas como é o *ser* mulher no Brasil e se elas tinham alguma dificuldade com isso, a Chilena disse que umas das maiores dificuldades que tem é uma

coisa estética [...] a beleza, os padrões. A primeira vez que eu cheguei [no Brasil] e fui no salão uma mulher queria depilar a minha sobrancelha. Ela perguntou ‘Quer tirar a sobrancelha?’ Eu disse não, não quero. Depois chegou outra menina e perguntou: ‘Ela não quer a sobrancelha?’ [Eu disse] Não, não quero. Então uma outra menina falou “é estrangeira”. Eu fiquei assim (cara de que não entendeu), está bom, eu sou estrangeira (CHILENA, 2016).

Nessa elucidação da imigrante houve de forma clara uma pressão por parte de ser mulher no Brasil, que confirma o quanto as brasileiras são pressionadas a ter determinado padrão estético. Esse padrão é até mesmo difundido pelas próprias mulheres, que julgam e acham estranho *o outro* não se comportar dentro de uma norma estética. É interessante perceber que a imigrante chilena não se sentiu intimidada pela imposição da aparência. As

brasileiras queriam que *o outro* fosse igual ao *eu*, que de certa forma a entrevistada manteve sua identidade. A boliviana diz que

a mulher brasileira usa roupa ajustada, tem o corpo diferente das bolivianas, nós bolivianas não temos bunda, cadeira, peito. No Brasil as mulheres se arrumam muito. Na Bolívia por ter muito essa coisa indígena também não nos maquiemos muito. Então essa coisa do imigrante né, é estranho nessa cultura. 'Olha só como as mulheres brasileiras são bonitas e vocês...nhaaaaammm!' Não tem corpo, não tem seio [...] lembro que num primeiro momento eu tentava me encaixar, então eu comecei a cuidar mais do cabelo, fazer as unhas, colocar outras roupas. Mas eu me senti falsa com eu mesma. Eu sinto que o que mais impressiona quando você chega é que a brasileira sempre está preocupada de manter-se bem de corpo, sempre bem produzida [...] eu senti que querem que nós nos arrumamos igual a vocês (BOLIVIANA, 2016).

A chilena complementa essa imposição dizendo que no Brasil

tem muita academia [...] e também na televisão as mulheres são quase perfeitas. Eu penso que os meios querem que a gente faça [academia], pra ser outra coisa, mas não é a realidade de todo mundo, pra você ser assim, tem que investir muito tempo, muito dinheiro (CHILENA, 2016).

A partir dessas informações é possível constatar que a boliviana, por um momento, sentiu-se pressionada pelo *ser* mulher imigrante no Brasil, no qual a mulher é colocada dentro de determinados padrões. A entrevistada ainda complementou que ela tentava se produzir como as brasileiras para tentar se misturar e não ficar tão evidente que ela era uma imigrante. Ela imaginou que a partir do momento que estivesse dentro dos padrões, ela poderia construir uma outra realidade dentro do seu contexto. Nesse sentindo, a boliviana foi interpelada pela imagem do *ser* mulher brasileira para ficar imune a alteridade, ao que é *o outro*, o diferente. Para tanto, sua própria identidade entrou em confronto, do que ela era e do que gostariam que ela fosse.

O imaginário dela passou por um processo de construção da própria identificação pessoal, que ela precisaria ser de tais e tais modos. Mas com o tempo percebeu que poderia assumir seu próprio ideal de existência.

O papel da televisão na construção desse imaginário do *ser* mulher é um ponto relevante para se contrastar, pois não são todas as mulheres brasileiras que são magras, esbeltas e com determinado tipo de cabelo, mas a disseminação desse padrão pela mídia interpela não apenas as imigrantes, mas as próprias brasileiras que vivem acorrentadas por essas construções sociais e imaginárias de como deveriam *ser*. Comparando a fala das duas

mulheres, é possível constatar que a chilena teve mais resistência ao paradigma estético imposto ao chegar no Brasil.

A partir desses contextos, é possível compreender que querer ser o outro, a mulher brasileira, foi uma forma de ter aceitação. Ambas imigrantes relataram que para ser imigrante no Brasil é preciso ser mais brasileiros que os próprios brasileiros, isso é: gostar mais dos elementos culturais do Brasil do que do próprio país de origem e criticar é algo impensável. Então, de certo modo, essas elaborações simbólicas, subjetivas e imaginadas são formas de construir a própria realidade a partir das interações sociais, as quais sempre têm uma parte da imaginação.

4 Considerações provisórias

As considerações finais são apenas considerações iniciais, provisórias, negociáveis. Nunca cristalizadas, fixas, herméticas. Por isso esse trabalho representa apenas um dos muitos outros modos de ver o objeto de pesquisa. Em resposta ao problema de pesquisa inicial: Quais são os imaginários da mulher imigrante sobre as mulheres brasileiras? Compreendo que os imaginários das mulheres imigrantes possuem dois momentos, o antes e o depois do processo migratório. No qual antes apenas uma das mulheres imigrantes imaginava o ser mulher brasileira a partir do que os homens falavam pra elas e a outra não tinha nenhuma percepção. Os imaginários construídos da mulher brasileira perpassam pelas experiências empíricas do convívio das imigrantes com as brasileiras e que os imaginários afetam os modos como os indivíduos conhecem o mundo e a realidade.

Mesmo que as percepções sejam subjetivadas por relações concretas de interações com as brasileiras, os imaginários sociais presentes delineiam construções sociais e culturais estigmatizados das falsas emancipações que o Brasil oferece para o *ser* mulher, por isso determinados imaginários são subsidiados pelos diferentes contextos sociais e experiências que essas mulheres tiveram no país de origem.

Os imaginários sociais dessas imigrantes também estão relacionadas ao que elas gostariam que existisse, a expectativa em relação e convivência e ao local, como a simpatia dos brasileiros e o ambiente praiana. Elas imaginaram suas próprias existências nesses locais, elas gostariam que fossem assim, que isso existisse, mas as complexidades culturais e sociais construíram outra realidade das imaginadas.

Diante disso é possível construir a relação que as mulheres imigrantes e seus imaginários sobre o *ser* mulher estão mais relacionados a questões culturais. De certa forma a

pesquisa desconstruiu meus próprios imaginários sobre os imaginários que as mulheres imigrantes tinham sobre nós, mulheres brasileiras. A pesquisa deixa como ponto de partida outra problemática: O que as mulheres brasileiras imaginam das mulheres imigrantes? Acredito que seria interessante fazer essa comparação dos imaginários.

Referências

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafio para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; _____ (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 13-37.

COGO, Denise. Comunicação, migrações e gênero - Famílias transnacionais, ativismo e TICs. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2014. v. 1. p. 1-15.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DENZIN, N.K., LINCOLN, Y. S. **Introdução à disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. , LINCOLN, Y. S. e colaboradores. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2006.

GARCIA CANCLINE, Néstor. **Imaginarios urbanos**. 4.ed. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

GARCIA CANCLINE, Néstor; LINDÓN, Alicia. Diálogo con Néstor García Canclini ¿Qué son los imaginarios y cómo actúan en la ciudad? EURE 2007, XXXIII (agosto) : Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19609908>> ISSN 0250-7161 Acesso em: 5 de Jul. de 2016.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo**. Buenos Aires, Paidós, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência** - 8 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo; GONZALEZ, Rodrigo R. **Uma cortada metodológica: abordajes qualitativos em la investigacion em comunicacion, médios y audiências**. México, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 13 ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Tellez. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Barcelona, Paidós, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Narrativas sentimentais de Juiz de Fora na *fanpage* “Maria do Resguardo”¹

Rafaella Prata Rabello²

Resumo

Analizamos os vestígios de memórias nos comentários das postagens da *fanpage* do Facebook “Maria do Resguardo”. Pretendemos observar as múltiplas representações da cidade de Juiz de Fora, MG, expostas nas narrativas como referências para a habitação desta “cidade imaginária” reconstruída na rede social. Interpretamos de que modo esta cidade do passado se aproxima ou se afasta das identidades que vêm sendo registradas e estabelecidas nas mídias contemporâneas. Propomos uma linha teórica sobre o espaço urbano e sua configuração na perspectiva do Facebook enquanto lugar de trocas e ativação da memória. Utilizamos como metodologia a Análise de Conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin. A amostra contabiliza publicações com maior alcance e fazem parte das categorias: saudosista, informacional e crítica.

Palavras-chave: Comunicação; *fanpage*; Cidade; Memória; Identidades.

1. Introdução

Consideramos a memória em sua interface comunicação-cidade e, deste lugar, pensamos a reprodução de lembranças através de postagens de fotografias antigas que são comentadas e disseminadas no ambiente virtual. Explicitaremos algumas reflexões sobre o conceito de memória e também discutiremos o seu papel na nossa sociedade. A contemporaneidade instiga o pensamento de uma memória que possa durar em seus frágeis contornos, e, em fluxos, apagamentos, em imagens que deixam somente pistas. Memória e seu par inseparável, o esquecimento. Memória não só como arquivo, mas como prospecção. O acionamento da memória demonstra uma tentativa do sujeito de busca por um suporte temporal, em possa se balizar diante da fragmentação do tempo presente. Além disso, a memória colabora com a constituição da identidade.

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT 4 – Narrativas & Subjetividades.

² Doutoranda em Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rafaella_prata@hotmail.com.

A memória social é um conceito preconizado por Halbwachs (2003) e abrange a memória coletiva e a individual. A memória individual é o que cada pessoa carrega dentro de si: as vivências e impressões, acompanhadas de aprendizagens. Mas, ninguém guarda tudo, pois a memória é sempre seletiva. Vale ressaltar que os critérios do que é significativo ou não resultam do espaço e do tempo em que se vive. Os elementos que podem emergir nas lembranças revelam a história de cada um e contém a história de um tempo, dos grupos à que pertence e das pessoas com quem se relaciona.

Na perspectiva de Halbwachs (2003) toda memória é “coletiva”, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais ocorrem as lembranças. Segundo o autor, recorremos a testemunhos para reforçar ou esquecer ou para completar o que sabemos de um evento – o passado interfere na percepção do presente. A memória coletiva é o conjunto de registros eleitos pelo grupo como significativos, que estabelece a identidade, o jeito de ser e viver o mundo e decorre dos parâmetros históricos e culturais dos sujeitos. A possibilidade de compartilhar essa memória é que dá a cada um o senso de pertencimento. Trata-se de uma relação criativa e dinâmica entre o indivíduo e o grupo. “Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (BOSI, 1994, p.408). É fundamental na construção da identidade dos sujeitos por promover o sentimento de nação, o caráter religioso, a consciência de classe, étnica ou de minorias.

A ligação entre memória e identidade é um dos temas de estudo do sociólogo francês Michael Pollak (1992). A memória é construída socialmente e faz parte do sentimento de identidade individual ou coletiva, já que é um fator “de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p.5). Nas disputas existentes intergrupais ocorre o “trabalho de enquadramento da memória” e o “trabalho da própria memória em si” de continuidade, organização, unidade, manutenção e coerência. No enquadramento a memória interpreta e combina referências para manter ou modificar as fronteiras sociais: “mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p.8). Ela requer engajamento e também a compreensão de que o sentido se forma de múltiplas referências e o significado é sempre momentâneo. O enquadramento serve como um referencial do passado e realça a disputa em torno da memória nos acontecimentos vividos (experiência) e nos mediados (imaginação), que se relacionam nos marcos da história.

O antropólogo Joël Candau (2001) aponta dois fundamentos: a origem e o acontecimento, na constituição de identidades, às quais o autor se refere como “pedras numerárias” (p. 95). A lealdade ao passado, marcado por essas âncoras, naturaliza a comunidade pelo lado positivo e dificulta sua transformação, e, por outro lado, elas funcionam como instrumentos que ratificam a filiação a certas identidades a partir da escolha dos fundamentos históricos a essas identidades. Há uma espécie de pedagogia acerca das origens (p. 98) que deverá compor a identidade narrativa dos sujeitos e que assegure a estrutura identitária do grupo (p. 99). Portanto, Candau reconhece na origem e nos acontecimentos as principais balizas temporais segundo as quais os processos identitários (a identificação) são possíveis. Entretanto, a “existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (p. 35). Por outro lado, os ancoradouros de memória são importantes para “delimitar uma área de circulação das lembranças” (p. 35)³.

Pensando na constituição de identidades no contexto contemporâneo, com migrações, mobilidades de redes e fluxos, de instantaneidade e fluidez, precisamos levar em conta que a memória faz parte do sistema globalizante. Neste contexto, as relações das comunidades são geradas pelos meios de comunicação, que podem resgatar a função da música e da literatura, que em geral, tiveram em outros momentos da história, a incumbência de recriar as ligações entre as populações geograficamente distantes de suas origens, mas unidas em cidades por memórias comuns. Algo que Benedict Anderson (1989) identifica como “comunidades imaginadas”, onde os laços culturais, muitos deles ditados pela mídia, iriam criar fortes laços de pertença.

Antes de passarmos para outros apontamentos teóricos do trabalho, esclarecemos a preocupação com o conceito de imaginário⁴ que é abrangente nas áreas do conhecimento e demonstra polissemia. Esta potencialidade é explorada ao relacionarmos com a questão da representação. Sandra Pesavento (1995) entende o imaginário como um objeto de estudo que desfaz a representação do ser e parecer. Roger Chartier (1990) destaca que a representação poderá dar a ver algo presente ou exibir uma presença dotada de significado simbólico. Carlo Ginzburg (2001) complementa a reflexão anterior informando que será o conjunto de representações que distinguirá o termo imaginário.

³ Este apanhado tem origem no artigo de Matheus (2011). As citações fazem referência à seguinte obra: CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

⁴ O resumo sobre imaginário apresentado neste parágrafo se baseia na discussão feita por: Espig (2003, p.52-54).

Também precisamos problematizar a sua relação permanente, dinâmica e inesperada com o real. O historiador Bronislaw Baczko (1991) evidencia a reduzida possibilidade de manipulação de imaginários, já que: “só funcionará quando repousar numa identidade de imaginação, ou seja, quando fizer sentido para a comunidade a qual se dirige” (BACZKO, 1991, p.45). Em outras palavras entendemos que o imaginário se relaciona com o real e vice-versa, mas preserva a sua condição de funcionamento, não sendo apenas reflexo – é a soma de bens simbólicos. E resulta na criação de uma identidade que contempla a disseminação de papéis e funções sociais.

Neste artigo, vamos investigar como as redes sociais podem criar novas narrativas sobre a cidade com a produção de uma comunidade imaginada, ou seja, queremos saber como a *fanpage* “Maria do Resguardo”⁵ cria uma Juiz de Fora imaginária, de novo laços de identidades.

2. Narrativas sentimentais da cidade no Facebook

Nos testemunhos a memória interfere nos relatos do que realmente existiu e na autenticidade dos fatos narrados, já que: “narrativas são sempre o fruto da memória e do esquecimento, de um trabalho de composição e recomposição que traduz a tensão exercida sobre a interpretação do passado pela expectativa do futuro” (AUGÉ, 2001, p.49). Existe uma seletividade de memória e também um processo de “negociação” entre as memórias coletivas e individuais. Até o recente momento, apenas os grupos hegemônicos, aqueles que mantêm um poder simbólico, dominavam os discursos do que deveria ser lembrado, portanto, era mais fácil só convivermos com a “memória oficial”. Esse fenômeno hoje é submetido a transformações constantes. Um dos exemplos destas mudanças são os comentários sobre a cidade deixados por interagentes⁶ em postagens públicas na *fanpage* “Maria do Resguardo” na rede social Facebook, que são rastros fragmentados da memória de Juiz de Fora.

As sensibilidades da cidade, que é sempre renovada por relações sociais, são expostas no compartilhamento de emoções sobre a experiência de ser cidadão, de habitar um espaço em que emergem sonhos, expectativas, desejos, medos e vários

⁵ Derivada do blog homônimo, criada em 2009, pelo gestor Marcelo Lemos. Para conhecimento mais detalhado das características da *fanpage* indica-se consultar: RABELLO, Rafaella Prata; MUSSE, Christina F. *A cidade resignificada pela memória: o blog e a fanpage “Maria do Resguardo”*. Disponível em: <http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/vGT15-Rafaella-Prata.pdf>. Acesso em: 06 de nov. de 2016.

⁶ O termo é adotado por Primo (2005, p.2) e designa os participantes da interação mediada pelo computador.

outros sentimentos propiciados pelo convívio no urbano. A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007) sinaliza a emergência de uma história cultural urbana que seja capaz de recuperar esta urbe que é mais real à percepção dos habitantes passantes do que ao referente urbano na materialidade do tecido social concreto.

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como metrópole; que criamos as categorias [...] fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar a da palavra que qualifica; que falamos de progresso ou atraso, que distinguimos o velho do antigo; que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação, ou, em nome do moderno, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar (PESAVENTO, 2007, p.14-15).

E nesta *representificação* da memória, a autora esclarece que o espaço propõe uma leitura no tempo ambivalente de dimensões que se cruzam e entrelaçam. “Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma” (PESAVENTO, 2007, p. 16). No palimpsesto de histórias, as narrativas são animadas e desfazem as presumidas estabilidades dos fatos com interpretações e estruturas contemporâneas. Pesavento (2007) defende uma atitude hermenêutica⁷ do pesquisador no resgate das metáforas empregadas nas palavras, sabendo divisar os artifícios da ficção ao indicar que todo discurso sobre cidade é uma recriação de tempo e espaço dotado de sentido.

Assim, estudar e compreender estas nuances, permite-nos adentrar nas subjetividades que compõem as diversas apropriações feitas dos espaços urbanos. E para a confecção deste artigo, recorreremos ao diálogo com a psicologia, que designa afetividade⁸ como a capacidade individual de experimentar o conjunto de fenômenos afetivos (tendências, emoções, paixões, sentimentos), força exercida por esses fenômenos no caráter de um indivíduo. Teceremos as representações e memórias existentes sobre a cidade de Juiz de Fora considerando que, através da análise de conteúdo das narrativas da *fanpage*, encontraremos traços destes afetos nas publicações.

3. O estudo da *fanpage* “Maria do Resguardo”

⁷ De acordo com a abordagem ricoeuriana. Ver: FONSECA, Maria de Jesus Martins da. Introdução à hermenêutica de Paul Ricoeur. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium36/3.pdf> Acesso em: 06 de nov. de 2016.

⁸ Definição de afeto. Disponível em: <http://www.significados.com.br/afetividade/>. Acesso em: 06 de nov. de 2016.

Apresentamos neste artigo um mapeamento com duas imagens do mês de junho de 2016 com grande sucesso da *fanpage*, nas quais buscamos constatar os registros presentes no ciberespaço que nos auxiliem a compreender as diferentes sensações experimentadas com relação às memórias da cidade na era digital. Nosso estudo será baseado no alcance da publicação, que é o número de visualizações dos interagentes. A publicação é contabilizada como tendo alcançado alguém quando é exibida no *Feed* de Notícias⁹. Os números se aplicam aos primeiros 28 dias após a criação da publicação e incluem usuários que visualizam a postagem em computador *desktop*¹⁰ e no celular. Deixamos claro que as avaliações e medições da *fanpage* disponíveis para os administradores estavam liberadas para consulta.

Utilizamos como metodologia a análise de conteúdo (AC) na abordagem de Laurence Bardin (2011), na qual a mensagem é o ponto de partida da AC, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. O método “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p.44). A autora compara o analista a um arqueólogo - porque trabalha com vestígios de documentos – e, por isso, o pesquisador deve fazer inferência de conhecimentos (quantitativos ou não) no tratamento do material coletado para encontrar “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, história, entre outros.

Postagem 1

A postagem se refere à Rua Halfeld, que é tida como a principal rua da cidade de Juiz de Fora, com cafés, cinema, galerias e lojas. Nela se localiza o Parque Halfeld, com coreto, parque infantil e árvores centenárias, o antigo prédio do Paço Municipal, a Câmara Municipal e o Cine-Theatro Central. É dividida em parte alta e baixa, sendo o trecho entre as avenidas Rio Branco e Getúlio Vargas, exclusivo para pedestres, conhecido como Calçadão. Nela observa-se o Fórum, no canto esquerdo da imagem, onde hoje é instalada a Câmara dos Vereadores. Ao fundo o Morro do Imperador e também a primeira torre helicoidal na América do Sul, que proporcionou à extinta TV Industrial o pioneirismo em geração de imagens no interior de Minas Gerais.

⁹ O *Feed* de Notícias é uma lista atualizada constantemente com histórias de pessoas e páginas que você segue no *Facebook*.

¹⁰ *Desktop* é uma palavra da língua inglesa que designa o ambiente principal do computador.

Imagem 1- Rua e Parque Halfeld

Maria do Resguardo
3 de junho · 🌐

Foto colorizada por Ronisch Baumgratz.

Maria do Resguardo: Rua e Parque Halfeld, agosto de 1955 (arquivo do blog Maria do resguardo).
Fotos e livros sempre acabam nas gavetas, deterioram e depois vão para o lixo. O blog Maria do Resguardo chegou para por fim nisto. Doe fotos e mantenha viva...
MARIADORRESGUARDO.COM.BR | POR MARCELO LEMOS

11.625 Pessoas alcançadas

1.767 Reações, comentários e compartilhamentos

1.378 Curtir	228 Na publicação	1.150 Em compartilhamentos
55 Amei	18 Na publicação	37 Em compartilhamentos
16 Uau	7 Na publicação	9 Em compartilhamentos
1 Triste	0 Na publicação	1 Em compartilhamentos
53 Comentários	6 Em uma publicação	47 Em compartilhamentos
264 Compartilhamentos	264 De uma publicação	0 Em compartilhamentos

Vanessa Aline Ficou linda! Esta foto foi tirada no mês em que minha mãe nasceu.
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 👍 1 · 4 de junho às 06:36

Geraldo Ferreira Foi o ano que eu nasci
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 👍 1 · 13 de julho às 20:00

Odilane Castro Linda!
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 👍 1 · 3 de junho às 12:35

Gerbi Luiz de Lucas PRÉDIO DO ANTIGO FORUM
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 👍 1 · 4 de junho às 23:52

Ligia Vaz Predio do Forum já existia
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 👍 1 · 3 de junho às 22:12

Ricardo A. Salgueiro Parabéns pelo trabalho, Maria do Resguardo!
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 👍 1 · 3 de junho às 17:56

Fonte: *fanpage* “Maria do Resguardo”

Percebe-se que o número de interações “amei” foi considerável em relação aos outros botões de reação (as outras são: amar (Amei), rir (Haha), se impressionar (Uau), ficar triste (Triste) ou se irritar (Grr)) disponíveis no Facebook. Talvez, porque este local do passado apresenta traços desconhecidos para os moradores de hoje. Esta interação afetuosa supostamente ocorre porque a Rua Halfeld, considerada coração da cidade, teve perdas significativas da memória monumental e da área verde, já que na década de 1930 a 40, os antigos edifícios, principalmente no trecho entre a Av. Rio Branco e a Rua Batista de Oliveira começaram a ser demolidos para a construção de grandes prédios comerciais e residenciais. O estilo arquitetônico dos prédios tem grande influência do Rio de Janeiro e da Europa do estilo neoclássico ao eclético. Atualmente na parte alta da rua concentram-se diversos prédios residenciais e casas e na parte baixa é tomada por comércios como um shopping a céu aberto.

Nos comentários temos posicionamentos que remetem à melancolia, ao saudosismo, que contemplam a cidade do passado de forma idealizada e superficial desempenhando na dinâmica simbólica, comunicacional de Juiz de Fora a função de repensar o passado com um sentimento que pode ser oriundo da expectativa de uma vida em que o individualismo não predominava, que o ritmo do tempo era mais lento, que o Centro da cidade não era tão marcado pelo tumulto, violência e poluição. As narrativas criam um senso de comunidade, ainda que seja de modo “privatizado”. Talvez as pessoas tentem acessar o passado através das fotografias na busca de significados que produzam sentidos no presente. Ainda mais que atualmente a normatização dos usos deste espaço público, a domesticação e o controle são bem mais intensos.

Postagem 2

Nessa imagem, temos o chamado Grupo Central¹¹. O prédio foi construído no final da década de 1850, pelo Comendador Manoel do Vale Amado, rico proprietário rural que desejava homenagear Dom Pedro II quando de sua primeira visita à Juiz de Fora. Adquirido pelo Estado e transformado em 1907 no primeiro grupo escolar de Minas Gerais, função que ocupa até os dias de hoje, abrigando a Escola Estadual Delfim Moreira (EDM). Integra o patrimônio de Juiz de Fora desde 1983, quando foi tombado pela municipalidade. O colégio está em ruínas e foi desativado em 2012. A nova sede funciona em um prédio alugado no Centro.

Enquanto os prédios antigos da cidade não são revitalizados, os cofres públicos têm que arcar com aluguel de outros espaços provisórios e corre o risco de perder patrimônios históricos. No caso da Escola são 35 mil reais por mês e vários alunos reclamam quando são entrevistados em matérias jornalísticas¹² da contínua precariedade. Os interagentes demonstram uma consciência histórica e tentam articular reflexões sobre o lugar do passado e do presente, que deixou de cumprir a função social da propriedade, prevista no art. 170¹³ da Constituição Brasileira de 1988.

¹¹ Histórico EDM. Disponível em: <http://delfimreinventa.blogspot.com.br/> Acesso em: 06 de nov. de 2016.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/03/predios-historicos-de-juiz-de-fora-apresentam-problemas-estruturais.html> Acesso em: 06 de nov. de 2016.

¹³ Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12660&revista_caderno=7 Acesso em: 06 de nov. de 2016.

Imagem 2 – Grupo Central

Maria do Resguardo
29 de junho às 11:14

Foto colorizada por Ronisch Baumgratz.

Maria do Resguardo: Grupo Central, Av. Rio Branco, em julho de 1969 (arquivo do Blog Maria do...
Fotos e livros sempre acabam nas gavetas, deterioram e depois vão para o lixo. O blog Maria do Resguardo chegou para por fim nisto. Doe fotos e mantenha viva...
MARIADORRESGUARDO.COM.BR | POR MARCELO LEMOS

6.473 Pessoas alcançadas

596 Reações, comentários e compartilhamentos

447 Curtir	140 Na publicação	307 Em compartilhamentos
5 Amei	1 Na publicação	4 Em compartilhamentos
1 Haha	1 Na publicação	0 Em compartilhamentos
1 Uau	0 Na publicação	1 Em compartilhamentos
30 Comentários	14 Em uma publicação	16 Em compartilhamentos
112 Compartilhamentos	112 De uma publicação	0 Em compartilhamentos

Bolivar Carvalho Hoje ele está fechado, onde estão os Deputados da nossa Região, não temos força política nenhuma. Mas aguardem dentro de poucos dias eles aparecem pedindo votos, eleição de Prefeito e vereadores.
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 4 · 29 de junho às 13:09

Sergio Macedo Sousa Fui aluno do Grupo Escolar José Rangel. Minha Mãe foi Diretora época em que o ensino público era valorizado.
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 2 · 29 de junho às 12:58
1 resposta

Ana Maria Silva de Almeida Hoje esta escola está abandonada! Ao contrário, no governo militar, este prédio estava sempre arrumadinho funcionando bem e dando boas condições para alunos e professores. A gente podia andar com segurança dia e noite porque em cada esquina encontrava-se um ou mais soldados nos garantindo a paz. Que saudade!
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 3 · 29 de junho às 22:02

Denise Oliveira e hj abandonado, sozinho ele num alto reforma aff pra esses políticos
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 2 · 29 de junho às 21:08

Ana Carvalho Belas recordações!!!!!!
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 3 · 29 de junho às 11:41

Jose Antonio Ferreira Antigo Grupo Central...
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 2 · 29 de junho às 12:12

Fernanda Montesi Bruno Calinçane ô minha casinha!
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 2 · 29 de junho às 16:17
Ver mais 1 resposta

Fernanda Montesi Bruno Calinçane acho que nessa foto já existia há uns 10 anos!
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 2 · 29 de junho às 16:49

Evailton Pires Pena que este prédio encontra - se abandonado
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 1 · 29 de junho às 19:12

Carlos Marcelino DE Oliveira Marcelino Muito bom
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 1 · 29 de junho às 14:02

José Geraldo estudei aí
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 29 de junho às 14:37

Aparecida Venancio Porfirio Era muito bonito. Que pena agora abandonado.
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 30 de junho às 01:28

Fonte: fanpage “Maria do Resguardo”

Apesar do seu forte caráter histórico, esse local não desperta um sentimento de pertencimento, uma identificação com um símbolo significativo como o apresentado na imagem anterior, visto que a Rua Halfeld é bem mais representativa do que o colégio. Tanto é que o número de interações “amei” foi proporcionalmente muito menor na imagem que se refere ao monumento. A imaginação histórica redistribui a história de acordo com critérios comunicacionais que podem nada ter a ver com a historiografia.

Considerações finais

A partir do estudo desenvolvido na dissertação de mestrado (RABELLO, 2015) com a *fanpage* “Maria do Resguardo”, estabelecemos três categorias notadas nas narrativas supracitadas: 1. Saudosista¹⁴, no qual os membros da *fanpage* exaltam um passado glorioso da cidade ligado ao afeto pelo monumental; 2. Informacional, em que são objetivos e oferecem dados como localização, data nomes de personagens, etc.; 3. Crítico, que revela o desprezo dos interagentes pela não preservação do patrimônio arquitetônico.

O número de comentários saudosistas é o maior, o que comprova a forte tendência dos juiz-foranos de olhar para o passado da cidade de modo idealizado. Para chegarmos a estas categorias, optamos por verificar as palavras com maior número de repetições. Encontramos expressões que fazem parte do mesmo campo semântico, como por exemplo: lembrança, recordação e memória; linda, bela; demolida, derrubada, perda, acabada, destruída; patrimônio, preservada; triste, lamento, saudade. Os interagentes sentem falta de lugares com os quais se identificam ou têm sensação de pertencimento, fazendo referência a locais que frequentaram em etapas da vida.

Em relação à primeira postagem percebemos que a contemplação e o afeto se ressaltaram por conta de uma memória saudosista da cidade. Já a segunda imagem, chama atenção por ter provocado nos interagentes uma indignação quanto ao tratamento que tem sido dado a um espaço que teve um intenso uso dos cidadãos e de importância histórica para Juiz de Fora. Os comentários são críticos pela articulação e demonstram uma consciência patrimonial, política e social. Os informacionais aparecem de modo equilibrado pela necessidade de referências que os membros possuem para ativar as

¹⁴ Com diferente abordagem, Mendes (2015) chega a uma conclusão próxima de que os comentários nostálgicos em páginas do Facebook sobre as cidades Fortaleza e Rio de Janeiro falam de uma valorização da experiência “vívda” e de construções arquetípicas sobre o espaço e o tempo condutoras de relações sacralizadas e monumentais com a memória e com as fotografias.

memórias. São lembradas datas, rotinas dos moradores de algum bairro citado, nomes de personagens, curiosidades. As memórias podem ativar a atenção dos interagentes por motivos diversos despertando sentidos que vão desde admiração, a comoção até a crítica e a indignação, já que a rede social Facebook tem sido utilizada como ferramenta potencializada de debates.

Esta recuperação de sentimentos conferem à página valores (re)descobertos que se afastam dos registros das mídias recentes. Os locais nas fotografias da página não têm sujeira, muros enormes, cercas elétricas e câmeras de vigilância, cenários muito diversos da cidade atual com inúmeros homicídios semanais, a sensação de medo e insegurança a todo instante. Segundo matérias do jornal Tribuna de Minas¹⁵, a violência letal já fez 129 vítimas no município até o início de novembro de 2016 e vive uma escalada de violência¹⁶. De acordo com a revista Exame¹⁷, Juiz de Fora está entre as 39 cidades grandes brasileiras com o nível de homicídios considerado epidêmico. O volume de curtidas e os fragmentos nostálgicos da urbe do passado mostram que as transformações de Juiz de Fora afetam os cidadãos, que graças às narrativas de memórias, criam papéis emotivos nos interagentes.

As lembranças são compartilhadas promovendo uma apuração das memórias da cidade. O gestor da *fanpage* “Maria do Resguardo”, Marcelo Lemos, seleciona o que será postado e os membros negociam as memórias coletivas e individuais para o que deve ser lembrado, legitimando e reelaborando o passado. Ele procura reavivar momentos e fazer conhecer fatos relevantes para a história da cidade, promovendo diálogos bastante heterogêneos.

¹⁵ Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/quem-paga-a-conta-da-violencia/> Acesso em: 06 de nov. de 2016.

¹⁶ Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/a-escalada-da-violencia-em-jf/> Acesso em: 06 de nov. de 2016.

¹⁷ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/as-grandes-cidades-do-brasil-onde-a-violencia-virou-epidemia/> Acesso em: 06 de nov. de 2016.

Referências

- AUGÉ, Marc. *As formas do esquecimento*. Almada: Íman Edições, 2001. 106p.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 7 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.
- ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. *Revista Textura*. Canoas, n.9, 2003-2004, p.49-56. Disponível em: www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/701/522 Acesso em: 06 de nov. de 2016.
- GINZBURG, Carlo. Representação: a ideia, a palavra, a coisa. In: GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.85-103.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. 224p.
- MATHEUS, Leticia. Memória e Identidade segundo Candau. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.22, p.302-306, dez.2011.
- OLIVEIRA, Thiago Mendes de. *Memória e cidade sensível: Fortaleza e Rio em comentários no Facebook*. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. vol.27 no.53 São Paulo: Jan./June, 2007. p. 11-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002 Acesso em: 06 de nov. de 2016.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PRIMO, Alex. *Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador*. UFBA: n. 45, 2005. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/enfoques_desfoques.pdf Acesso em: 06 de nov. de 2016.
- RABELLO, Rafaella Prata. *A Juiz de Fora que habita na memória: uma cartografia sentimental da cidade na fanpage “Maria do Resguardo”*. 2015. 124f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- _____; MUSSE, Christina F. *A cidade ressignificada pela memória: o blog e a fanpage “Maria do Resguardo”* Disponível em: <http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/vGT15-Rafaella-Prata.pdf> Acesso em: 06 de nov. de 2016.
- PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, nº29, 1995.

Territórios sensíveis: narrativas cinematográficas e sociabilidades em ambiente hospitalar ¹

Tatiane Mendes ²

Resumo

O presente trabalho analisará as experiências cinematográficas decorrentes de pesquisa em curso no espaço do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (Rio de Janeiro). Em ambos os espaços ocorrem semanalmente atividades que envolvem a exibição, produção e reflexão sobre narrativas cinematográficas, seja pela projeção de filmes, por exercícios de linguagem fílmica, seja pelas sociabilidades decorrentes da interação entre os participantes. Busca-se então dialogar com a perspectiva de cinema expandido (MACIEL, 2009) para pensar em que medida as práticas no hospital constituem narrativas cinematográficas e possibilitam a criação de interações, em tal potência que se sugere que possam suscitar territorialidades. O percurso metodológico articulará a investigação teórica e observação participante através do método cartográfico.

Palavras-chave: Experiência sensível; Cinema Expandido; IPPMG; HUCFF

1. Introdução

Este trabalho busca compreender, através da observação de experiências de cinema em enfermarias hospitalares, o nascimento de outros imaginários, mídias e linguagens baseados na emoção e na imersão na experiência com a imagem em movimento, expandida em diferentes suportes e, de algum modo, poética. Entende-se poética aqui, no sentido etimológico do Grego POEIN, ou seja, “fazer, compor” (CUNHA, 2007). Portanto, em se tratando de narrativas cinematográficas construídas no espaço hospitalar em meio a um ambiente em constante transformação, compor seria uma ação das mais relevantes.

¹ Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT 4 - Narrativas e subjetividades.

² Doutorando em Comunicação Social pelo PPGCOM-UERJ/ Mestre em Mídia e Cotidiano pela UFF E-mail: tatunha@gmail.com

Tomam-se como corpus de pesquisa as práticas fílmicas que ocorrem semanalmente em dois lugares específicos: nas enfermarias geriátricas do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) e nas enfermarias pediátricas do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). Ali ocorrem exhibições de filmes, debates, produção de filmes e demais atividades voltadas para a linguagem do cinema, coordenados pela equipe do CINEAD, laboratório de ações de cinema e educação. Para efeitos do presente trabalho serão consideradas as análises provenientes do percurso de Junho/2015 a Outubro/2016, período em que ocorreram 31 visitas a ambos os locais, com média de seis pacientes por visita.

Como percurso metodológico associa-se a revisão bibliográfica à observação participante, pautada no enfoque cartográfico. Por tratar-se de experiência ainda em curso, o presente trabalho não pretende traçar um cenário final do objeto, mas promover o diálogo entre o arcabouço teórico proveniente da pesquisa bibliográfica realizada e as vivências com o corpus de pesquisa, assim como iluminar os próximos passos da pesquisa de campo. Logo, a entrada na enfermaria acompanha o que Kastrup(2009) observara como rastreamento do campo, ou a busca de metas em um cenário móvel. Dadas as condições de uma enfermaria hospitalar, sempre em transformação, tal conceito não poderia ser mais exato. Dessa forma, se toda análise social deve basear-se na busca da sua razão interna(MAFFESOLI,1998) entende-se ser fundamental uma desterritorialização do pesquisador, um deslocamento de sua posição central, aproximando-o de uma forma de fusão com o objeto pesquisado, da qual extraem-se sentidos, abertos para o componente sensível da experiência, de tal forma que, para observação dos acontecimentos sociais, é obrigatório compreender-se como parte de uma relação, uma rede de afetos que se faz e se transforma diariamente, e em que observar e intervir se imbricam continuamente. A cartografia coloca-se aqui como intervenção, método que se faz durante o percurso de pesquisa, de modo transversal, mergulhando na experiência que se vai observar.

No ato de mergulhar, adentrar espaços imprevistos, insere-se a narrativa fílmica como um modo de habitar, constituindo representações, lugares simbólicos, na medida em que possam gerar vinculações sociais a partir do sentimento coletivo e da prática fílmica como experiência passível de transformar o social. Por esse viés, o cinema pode ser compreendido em seu modo expandido (MACIEL, 2009), associando diferentes dimensões estéticas, que se buscará avaliar sob o aspecto relacional, visto em igual medida por Jacques Rancière (2005) e Nicolas Bourriard (2009), como lugar de "esfera

das relações humanas” (BOURRIARD, 2009, p.19) ou, da mesma forma, “relação entre um conjunto comum partilhado” (RANCIÈRE, 2005, p.7). É exatamente este espaço comum, feito de pessoas, equipamentos, rotinas rígidas e práticas cotidianas, partilhado por pacientes, profissionais de saúde e visitantes o caminho que se escolheu trilhar. Toma-se como hipótese provisória que essas práticas se aproximam da experiência sensível - como Michel Maffesoli (1998) denominou os fatos sociais contemporâneos, feitos de empatia e sensibilidade - que atravessa o espaço do hospital.

A questão norteadora do presente estudo é se as vivências com o cinema possibilitam a construção da sociabilidade entre os participantes do projeto e a ressignificação simbólica do espaço, em um ambiente onde as relações são marcadas cotidianamente pela imprevisibilidade. É sob o viés do efêmero, imprevisível, que se parte para observar o cinema em sua perspectiva de território afetivo, que Andrea França (2006) denomina “mapa de pertencimento”. Tal ideia abarca aspectos ao mesmo tempo sensíveis, culturais e comunicacionais. Assim, mapear a potência de sociabilidade entre espaços e sujeitos é sugerir que as fronteiras simbólicas e fluxos comunicacionais se redefinem a cada momento (posto que tanto os pacientes quanto os profissionais de saúde movem-se constantemente) e o controle total das ações relativas ao cinema é impossível. E é exatamente a certeza da imprevisibilidade a premissa básica de construção do presente trabalho.

2. Expandindo o cinema no hospital: reflexões

Ao adentrarem o espaço do cinema, em 1896, na cidade de Lyon, os jornalistas convidados para a primeira exibição do filme dos irmãos Lumière (SEVCENKO, 1998) no Rio de Janeiro saíram da sala pensando tratar-se de um casamento perfeito entre magia e técnica. De fato, o cinema representa uma forma outra de sentir e pensar, posto que alie as manifestações tecnológicas mais prementes que o século XX assistiria e, ainda assim, conservando um tanto da aura benjaminiana (2012), inerente ao seu status de sétima arte. Inaugurava-se um novo século e as estruturas sociais rangiam sob o peso da modernidade, de modo a abarcar todas as novidades surgidas. Já não fazia tanto tempo assim do movimento impressionista das artes plásticas, libertas da “obrigação de representar o real” e a modernidade inscrevia-se pelo que Charney (2001) compreendia como experiência do choque. Assim, o autor observava que “no momento em que o

indivíduo experimenta uma sensação imediata e tangível, essa sensação é tão intensa que esvaece assim que é sentida pela primeira vez” (CHARNEY, 2001.p.317).

E se as sensibilidades e imaginários são modificados, a forma de se relacionar do sujeito consigo mesmo e com o espaço onde vive também sofre alterações. Ao mergulhar nas entranhas da realidade e trazê-la até o público, portanto, o cinema vai manipular fragmentos de tempo e espaço, materializados em câmera, luz e som. Dessa forma, ao analisar a vivência do sujeito em relação ao filme, Ismail Xavier(1983) apontara o cinema como matriz de processos sociais, onde o lugar da câmera será o de cristalizar a sensibilidade humana, que é construída historicamente. Em diálogo com Baudry pode-se compreender o cinema como “código dominante da cultura ocidental, que faz do olho do sujeito o elemento central da representação” (BAUDRY in XAVIER, 1983, p.360). E se a experiência cinematográfica em si constitui uma potência de processos sociais, o que acontece quando se expande os limites do colocando corredores, biombos, equipamentos, técnicas, rotinas hospitalares e até mesmo os corpos hospitalizados no centro da narrativa?

É preciso retroceder um pouco, se quisermos compreender a ideia de expansão do cinema. De fato, desde a década de 1970, com Youngblood (1970) a ideia de cinema expandido não pressupõe uma tecnologia específica, mas um estado de consciência, onde não haveria separação entre arte e vida. Sobre cinema expandido, o autor observara:

Art has obscured the difference between art and life; now life will obscure the difference between life and art. We no longer need to prove our right to live. We're struggling in the toil of old realities[...]We are tragically in need of new vision: expanded cinema is the beginning of that vision” (1970, p.49)

Expandir o cinema seria assim trazê-lo para o cotidiano, por sobre suportes e formas. Mas quais seriam então tais formas? Para André Parente (MACIEL, 2009) a forma cinema tem a perspectiva das três dimensões: "a arquitetura da sala, herdada do teatro [...], a tecnologia de captação/projeção [...] e a forma narrativa estética ou discurso da transparência adotado pelos filmes no fim do século XIX” (2009, p.9). Assim, o cinema seria um dispositivo tridimensional e, portanto discursivo, cujos elementos concorrem para gerar um "efeito de subjetivação no corpo social, seja ele de normalidade ou desvio, territorialização ou desterritorialização”³.

³ (Id.,Ibid.,p.10)

Sob tal aspecto, ao pensar o cinema como dispositivo pode-se associá-lo a distintas formas de representação e, portanto, narrativas. Logo, é possível relacioná-lo à ideia de expansão, que "alarga as fronteiras do cinema-representação" (MACIEL, 2009, p.11), configurando-se em visões outras de mundo, disposições culturais e experiências sensíveis, estendendo-se para além da sala escura e ocupando o espaço urbano de forma criativa e coletiva. E se a imagem do cinema clássico se coloca quase sempre como a da grande tela, circunscrita ao espaço escuro da sala de exibição, há que se reconhecer por outro lado, a relevância do pensamento de Mary Ann Doane (in MORAN, 2015) quando a autora observa as imagens atuais como "móveis, transportáveis [...]e, muitas vezes efêmeras"(MORAN,2015, p.30).Não seriam, contudo, menos criativas.

Nesse contexto, pensar a experiência com o cinema sugere pensar o ato de experimentar o encontro do sujeito consigo mesmo, com o outro e com sua realidade em um lugar que pode ser transformado pela ação das imagens que são projetadas: o hospital. Este lugar pode ser compreendido em virtude de todos os seus possíveis movimentos contrastantes entre distâncias e proximidades, onde o corpo, enfermo, que é parte da razão sensível, posta-se diante de um universo de imagens difícil de apreender e assim, os lugares podem ser vistos como um intermédio entre o mundo e o indivíduo (SANTOS, 2008).

Desse modo, em acordo com Santos, se faz necessário regressar aos lugares cotidianos(como o hospital, por exemplo) considerando todas as relações e práticas sensíveis e inteligíveis que o fazem ser. É possível perceber no atravessamento de sujeitos em movimento que ocupam um mesmo espaço e o ressignificam o componente que se intenciona observar e que posiciona as narrativas do cinema em sua potência transformadora. Através do compartilhamento simbólico, pensa-se o espaço para além das instituições, mas voltado para o sujeito que se vincula ao outro diretamente e através dele se faz um ser social. Aqui se acredita estar a potência das práticas com o cinema em espaços "em comum", sensíveis posto que agregam modos de viver e sentir.

Por esse viés, se o cinema pode construir territorialidades, pertencimentos, tal característica se dá posto que o cinema se inscreve também como sensação que possibilita a vivência (CHARNEY, 2001). Para entender sua "mensagem" será fundamental emocionar-se intensamente. No intervalo dos planos residiria um fragmento de sentido e transformação, como queria Benjamin (2012). Entre uma imagem e outra se pode entender e recriar o mundo, posto que há um "real" que extrapola as margens da tela, demandando reflexão e crítica. É preciso não se deixar

levar pelo devaneio ou pelo entretenimento (necessários, dada a rotina hospitalar) permanecendo de olhos abertos para ouvir o ruído de cada uma das engrenagens cinematográficas e apreciar-lhe a beleza. O que faz sentido, em harmonia com o conjunto de símbolos que se chama existir, este é o tempo essencial do cinema e o que lhe confere a técnica da arte que se propõe a representar. Não é além do homem, faz parte dele e se construiu de sua singular capacidade de significar. É tempo e arte, fragmento e todo, real e ilusão, para o homem e por ele. Por essa ótica, escolheu-se o cinema com meio, não por ser diferente dos demais meios, mas justamente por ser um momento particularmente marcante da experiência visual de corpos e mentes inseridos de modo intenso(e por vezes doloroso) no dia a dia de uma enfermaria hospitalar.

3.Territórios sensíveis: percurso cartográfico

A proposta metodológica do trabalho em questão aponta para a análise das experiências vivenciadas no ambiente hospitalar. Logo, será preciso deslocar o olhar que observa o fenômeno para conseguir compreender a complexidade de um corpus que envolve não somente diferentes linguagens e práticas, mas também sujeitos e ambientes, de modo a tentar delinear o fluxo comunicacional passível de emergir da conexão entre os espaços, atravessados por experiências tão intensas e devastadoras, que é impossível continuar sendo os mesmos após termos passado por elas. Além disso, permite-se o deslocamento do lugar de fala, de forma que o olhar e a sensibilidade do pesquisador diante das vivências no hospital também são elemento fundamental de observação.

Tal ação se justifica, posto que nada me preparara para ver e sentir de modo intenso a necessidade do afeto em um ambiente em que a dor e a morte podem estar escondidos em cada esquina.Nenhuma teoria poderia servir para explicar o que significa um sorriso de compreensão mútua em um lugar onde a própria presença do outro, ante um corpo fragilizado, pode parecer invasiva.Em uma realidade cercada pela busca incessante pela conservação da vida e onde pessoas e tecnologias se revezam numa guerra sem fim para ganhar mais um dia para as pessoas que ali estão, qual a importância da percepção, do sensível,da estética em face de tantas provações?Antes de cruzar o limiar da realidade palpável das doenças graves, lentas e dolorosas, eu acreditara que o lugar da arte frente à medicina era mínimo. Hoje, ainda que continue respeitando e valorizando a fundamental e muitas vezes inglória luta dos profissionais de saúde, consigo reconhecer que existe um lugar pra o “entre”, o relacional nesse

campo de batalha onde se encontram todas as demais pessoas que também dedicam a vida a minorar o sofrimento alheio. E é nesse lugar que se encontra, entre outras coisas, a arte, não como criação e fruição estética, mas como um caminho, entre tantos possíveis, até o outro. Mais do que isso, como uma ação, pautada no afeto e no sensível, que se faz comum, posto que, através da arte eu consigo me reconhecer naquele que está em um leito de hospital. E foi na ideia do reconhecimento, que percorro até hoje os limites do corpus.

Um exemplo da intensidade da experiência pode ser representado por uma das primeiras frases ouvidas, logo nas primeiras visitas ao IPPMG. “-Minha doença não tem cura”, me disse assim, D., 10 anos, me olhando profundamente nos olhos, enquanto manipulava o thaumatrópio. “-É por isso que venho para o hospital”. Em seguida continuou girando o brinquedo. Ainda agora, horas depois de ouvi-la, sua frase continua ecoando em meus ouvidos. O que fazer qual palavra, qual gesto poderia confortá-la? Me senti impotente, sem forças, com vontade de carregá-la no colo ou de sair correndo. Havia sido uma longa tarde, de alguns sustos e bastante tristeza. Afinal, já entramos na enfermaria com o murmurar de vozes que falavam sobre a morte de uma menina.

Enquanto organizava o material, J., 8 anos, que fazia diálise, gemia de dor, ao lado da mãe, que a acalmava. Seu pequeno corpo se contorcia e ela parecia a cada momento mais frágil. Entre os fios que a conectavam à máquina de diálise, o sangue (que, segundo a equipe responsável, já devia ter parado de sair), seguia tingindo de vermelho os tubos. Foi então que seus olhos encontraram a tela e não se despregaram de lá por um bom tempo. E logo juntou-se às demais crianças D., trazendo consigo o equipamento no qual estava conectada. A menina veio lentamente sentar-se para assistir o filme. Ao final, houve uma interrupção, a pedido da equipe médica, para realizar uma punção. Durante todo esse tempo, J. não parava de gemer. E então a notícia que ainda mais nos entristeceu: Se aproximando de nós, uma das enfermeiras pediu que colocássemos legenda no filme. É que há duas semanas, a doença de J. afetara sua audição. Enquanto a responsável pelo CINEAD pensava em um filme com legendas, um grito nos assustou: pensamos ser D., mas era um dos meninos do outro lado da enfermaria, que passava por uma transfusão. Em alguns momentos, de fato, ninguém parece prestar atenção ao filme. Mas basta que só um rosto focalize o filme por alguns momentos para que tudo pareça fazer sentido. Ao ver suas expressões se modificarem ao acompanhar o filme, tenho certeza da importância de cada etapa do trabalho. Não que as intervenções médicas possam ser interrompidas. Não são. No exato momento em

que J. consegue fechar os olhos, um enfermeiro chega para lhe aplicar uma injeção. Em outro dia, contudo, assim que chego, encontro um dos meninos, amuado no corredor, pois ia ser submetido a um procedimento cirúrgico. Também J., 6 anos, chorava baixinho encolhida no seu leito, no fundinho da enfermaria C. Parecia que nada poderia melhorar o dia deles, nem mesmo uma sessão de cinema. Diante de tal quadro, a possibilidade de passar um filme parecia quase criminosa ou no mínimo ineficaz, mas ainda assim foi necessário resistir. Ao todo, a enfermaria escolhida tinha seis crianças, duas meninas em seus oito anos, uma mais velha, S., 12 anos, diagnosticada com hipersensibilidade e dois meninos, que dormiram durante toda a sessão.

Ainda assim, quando iniciamos os preparativos para a sessão, muitas crianças postaram-se de modo a acompanhar de sua cama o filme que seria exibido. A imagem projetada parece servir como uma janela que se abre para o mundo. Até mesmo S. pareceu se acalmar um pouco durante a sessão. No meio do filme, mais uma interrupção: entram na enfermaria alguns profissionais de saúde para realizar um procedimento em J.. Há muitos momentos, realmente, em que o lúdico é atravessado pelo cotidiano. Quanto a mim, é necessário fazer-me invisível, não interferir e mais do que isso, procurar não olhar, posto que a visão de corpos infantis machucados sempre é muito dura. Mas é preciso resistir ao impulso de sair correndo. E o cinema, numa situação como essa? Fica ali, no cantinho reservado à imaginação, onde talvez algumas crianças pareçam estar. Nesse viés, criar um caminho, uma proposta de narrativa e experiência sensível é timidamente abrir portas ou propor maneiras de a alma poder dar suporte ao corpo.

No meio do barulho em que médicos debatem a ciência, o filme continua e a narrativa toma novamente o lugar dos processos científicos. No intervalo do filme são realizadas atividades com jogos de montar. Em alguns momentos, é preciso apropriar-se de atividades propostas pelos próprios pacientes, como “contação de histórias” ou brincadeiras com massa de modelar. A mesma mão que chama, que se abre para acenar, também muitas vezes se fecha quando o cotidiano impossibilita a continuidade da brincadeira. É interessante perceber que, por vezes, as crianças estão tão fragilizadas que aceitarem participar da atividade é quase um milagre. De fato, quando J. aceita a proposta da educadora do CINEAD e cria uma história de um cachorro chamado “o cachorro criativo” parece haver um momento mágico, de evidente transformação. É quando, em outro canto, a enfermaria se enche com bolhas de sabão, feitas pela irmã de S., que viera visitá-la. Ante a visão das bolhas, S. imediatamente passa a caçá-las, feliz.

As bolhas podem ser uma excelente metáfora para os nexos possíveis entre nós e os pacientes do IPPMG: leves, frágeis e por vezes interrompidos abruptamente. Mas, enquanto existem, são irremediavelmente belos.

E se a experiência com crianças em enfermarias pode ser algo transformador, ainda mais surpreendente é a proposta de exibição de filmes nas enfermarias do HCUFF, com idosos. Logo, se com as crianças o apelo ao lúdico é um componente básico de acesso, para os idosos, pesar a mão nas brincadeiras pode ter efeito contrário, afastando e emudecendo os pacientes. Mais do que nunca, é necessário encontrar uma linguagem que possa atravessar os muros de silenciamento, cansaço e tristeza e falar aos afetos dos pacientes. Em muitas situações uma linguagem é melhor sucedida na interação: a música. Na visita do dia 20 de outubro de 2015, por exemplo, a enfermaria escolhida foi a 9A, com quatro senhoras internadas, optou-se pelo documentário A música segundo Tom Jobim (SANTOS, 2012). De todas as pacientes, apenas S. manifestou vontade de assistir o filme, embora G. tenha falado que adorava cinema, mesmo não lembrando bem qual era seu filme preferido. Nota-se, talvez devido à idade, uma grande lacuna nas narrativas dos idosos, em contrapartida às interações com as crianças. Alguns reclamam de dores, outros têm o olhar perdido, sem responder às perguntas da equipe do CINEAD. Entre os profissionais de saúde, contudo, a expectativa é grande e muitas moças se acumulam na parede da enfermaria, movendo leitos e retirando cadeiras do caminho para que o projetor possa ser montado. Foram necessários apenas os primeiros acordes de bossa nova para que os semblantes, como mágica, se suavizassem. E um silêncio profundo fez-se, quase como se a música, como linguagem universal, criasse um imaginário de memória coletiva, sensível, tocando-nos a todos, sem diferença de idade ou estado de saúde. Em algum lugar da memória de cada um aquelas músicas faziam eco, reverberavam, criando uma vinculação quase palpável entre nós. Mas foi de E. (a senhora que se mostrara mais arredia no início) a expressão mais doce e o agradecimento com o pedido para que voltássemos. Por entre resistências e aceitação, é fundamental, portanto, encontrar nas brechas da pesada rotina hospitalar de uma enfermaria geriátrica, um caminho.

Em outra visita, essa ocorrida no dia 21 de abril de 2016, conheci dois simpáticos senhores de seus 70 anos. Assim que cheguei, logo ficou fácil perceber que M., 68 anos, era o porta-voz da enfermaria. Era ele quem se movimentava com facilidade, conversando e chamando atenção de todos que passavam. Foi ele que me perguntou sobre qual seria o filme que veríamos. Durante grande parte do filme, outro

documentário sobre música, os dois senhores conversaram sobre as exposições, as músicas, os intérpretes, sempre com grande intimidade e bom humor. Parece incrível que, em menos de um mês de internados, os dois senhores já estejam tão próximos, conversando como velhos amigos, mas é preciso compreender em que medida os dois estão em uma situação limite. Afinal, uma coisa é trabalhar ou mesmo visitar um hospital. Outra, bem diferente, é estar preso às suas rotinas por ocasião de uma enfermidade. Na ausência do cotidiano, estabelecem-se novas demandas, atendidas pelas circunstâncias mais adversas e imprevistas. À parte todas as regras, nunca se sabe quando haverá uma emergência a seu lado ou a necessidade de exame ou deslocamento. No descontrole dos corpos, a busca de afeto parece se a única saída para não se perder o rumo. E assim, caminhando um ao lado do outro, os senhores resistem, bravamente, com ou apesar do cinema,

Em ambas as enfermarias, seja geriátrica ou infantil, o cinema será sempre um exercício de negociação de espaços e de debates. A cada dia é necessário negociar os filmes, o tempo de exibição, a forma como serão exibidos e para quem. Em todos os dias, os pacientes conectam-se ao filme em intervalos irregulares, levantam-se, mexem no celular, atendem suas visitas. Submetem-se a exames e procedimentos. Por vezes, parece que não há a mínima comunicação possível. Contudo, tenho aprendido que o mais importante não é o tempo que permanecem conectados à narrativa ou à atividade, mas o quanto se apropriam dela para conectarem-se a si mesmos e aos outros. É na sociabilidade que se constitui por meio do cinema, que pode ser percebido um caminho preciso entre nós e os pacientes, entre as narrativas fílmicas/afetivas e o cotidiano, criando um território de possíveis. Mais do que cinema para ver, fazer e refletir, nota-se uma materialidade nas narrativas e uma necessidade de compreendê-las e, muitas vezes, de resignificá-las. Nesse experimentar os pacientes inserem-se na experiência, fazendo-se parte da imagem, alterando-a, tornando-a um objeto de seu vasto imaginário. E eu, que ali chegara com a ideia de oferecer uma experiência cinematográfica, percebi que sempre acabo por testemunhar e participar de vivências sensíveis, em tudo isso que sensível quer dizer, posto que cada sentido é convocado, gerando novas imagens e territorialidades.

4.Considerações provisórias

O trabalho aqui apresentado propõe-se a refletir sobre o lugar da comunicação em um projeto singular. Uma vez que se trata de projeto e pesquisa em curso em um ambiente em intensas e diárias transformações, somente o tempo e o aprendizado constantes conseguirão delinear nuances mais específicas. Contudo, no embate diário entre os pressupostos da comunicação e a prática vivenciada nas enfermarias do IPPMG, muitas questões se fazem presentes e motivam este artigo. Outras mais virão e demandarão um constante exercício de reorganização de métodos. Sobressai, todavia, a percepção da vivência sensível que emerge das práticas do CINEAD na enfermaria.

Uma existência compartilhada que se estende para além dos pequenos pacientes envolvidos entre fios, tubos e químicas e vai até os profissionais de saúde envolvidos e os pais das crianças, devastados por enfermidades por vezes tão agressivas quanto seus tratamentos. No momento da projeção, em instantes, alguns pares de olhos se voltam para a narrativa da história mostrada em uma cortina, tornando-se parte do filme. Por alguns momentos, durante a sua exibição, cria-se um território distinto da dor e dos medicamentos, que parece romper os muros do hospital e levar pais e filhos a outro lugar possível. Mais do que isso. No ato de propor uma experiência, há o diálogo, o contato com o outro, a mão que se estende, não para fazer de conta que a doença não existe, mas ao contrário, para propor que, apesar da doença, todos nós continuamos existindo. Mais do que compreender o outro, trata-se de acolhê-lo.

Na pequena enfermaria cria-se um lócus da afetividade, um território feito do sensível e do comum, onde as experimentações se cruzam, e os imaginários se comunicam no espaço dos leitos. O cinema, nesse caso, torna-se então o espaço entre a ressignificação do lugar entre todos que dividem aquela experiência. Uma vez que se partilha o sensível, a comunicação é a trama que enreda cada um, propondo nexos. Sua importância se dá na medida em que o sujeito se reconhece não só na dor do outro, mas no seu sonho, na sua emoção. Comunicar seria então dar um passo para minorar o sofrimento de quem enfrenta batalhas diárias, seja no combate a enfermidades como o câncer, seja sofrendo na própria pele seus efeitos devastadores. Além de “estar com”, no ato de ir até o outro e propor uma experiência sensível, há um componente fundamental de afeto que põe em pé de igualdade educadores, pesquisadores e pacientes. Já não há

mais observadores e observados, mas sujeitos inseridos em um mesmo território sensível e irremediavelmente humano.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7^aed. São Paulo: 2012. Trad. Hemerson Alves Baptista e Jose Carlos Martins Barbosa.
- BOURRIAUD, Nicolas. *Estética relacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2009
- CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.) *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo : Cosac & Naify, 2001.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- KASTRUP, Virginia, 2009, *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- MACIEL, Kátia (Org.). *Transcineamas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998
- MARTINS, Andrea F. *Cinema de Terras e Fronteiras*. In: MASCARELLO, et al. *História do Cinema Mundial*. 1. ed. São Paulo: Papirus, 2006
- MORAN, Patrícia. *Cinemas Transversais*. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- MUSICA *segundo Tom Jobim*. Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 2012. DVD (90 min). son., color., legendado.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006
- SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- XAVIER, Ismail. *A Experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilmes, 1983
- YOUNGBLOOD, Gene. *Expanded Cinema*. Nova Iorque: P. Dutton & Co., 1970.